

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

**A constituição do discurso midiático
ou a insistência do dizer – jogos polissêmicos e
parafrásticos**

TESE DE DOUTORADO

Carlos Renê Ayres

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**A constituição do discurso midiático
ou a insistência do dizer – jogos polissêmicos e
parafrásticos**

por

Carlos René Ayres

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Letras

Orientadora: Profa. Dr. Amanda Eloína Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

**A Comissão Examinadora, abaixo-assinada,
aprova a Tese de Doutorado**

**A constituição do discurso midiático
ou a insistência do dizer – jogos polissêmicos e parafrásticos**

elaborada por
Carlos René Ayres

**Como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Letras**

COMISSÃO EXAMINADORA

**Amanda Eloína Scherer, Dr.
(Presidente/orientadora)**

Bethania Sampaio Corrêa Mariani, Dr. (UFF)

Suzy Lagazzi-Rodrigues, Dr. (UNICAMP)

Nina Célia Barros, Dr. (UFSM)

Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 19 novembro de 2007.

À minha família, que sempre tem sido um porto seguro.
À Carolina, minha filha,
e à minha esposa, Márgui,
pelos sentidos que representam em minha vida.
Aos meus pais, Waldomiro e Iracema, pelos mais de 80 anos de experiências e de
amor compartilhados.
Às minhas irmãs, Vera e Gessi, por sempre acreditarem em mim,
apoiando nos momentos mais difíceis.

A todos
dedico meu amor
e os resultados de meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa a quem quero agradecer é a Profa. Dr. Amanda Eloína Scherer, pela orientação, pela paciência, por respeitar o tempo e por entender as condições de produção do presente trabalho. Para além do conhecimento teórico, constroem-se o afeto e a admiração.

Agradeço também à Profa. Dr. Verli da Silveira pela leitura séria e comprometida e pelos caminhos mostrados.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria por oportunizar à comunidade regional o acesso a um Programa de Pós-Graduação em Letras, investindo em seu corpo docente e buscando sempre a sua qualificação.

Aos funcionários da Secretaria do Programa, Jandir e Irene, pela forma receptiva e profissional que sempre dispensaram atenção.

Agradeço à minha colega e querida amiga, Rosaura Albuquerque Leão, pelas horas de leituras e dúvidas partilhadas, pelas trocas, pelos momentos de ombro amigo.

Agradeço também à minha ex-colega e grande amiga, Maria Eulália Albuquerque, que me acolheu em sua casa de forma solidária.

Agradeço ainda à Caciane, pela leitura e partilha de idéias.

“A ideologia é um ritual com falhas e (...)
a língua não funciona fechada sobre si mesma,
ela abre para o equívoco “
Orlandi (2001, p.103)

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade de Santa Maria

**A constituição do discurso midiático –
ou a insistência do dizer: jogos polissêmicos e parafrásticos.”**

AUTOR - CARLOS RENÊ AYRES

ORIENTADORA - AMANDA ELOÍNA SCHERER

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 19 de novembro de 2007

O presente trabalho de pesquisa se inscreve no marco teórico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, considerando as reformulações e ampliações que têm sido propostas no Brasil. A temática abordada é constitutiva do discurso contra a violência, vinculando o dizer à negligência e ao abuso sexual. Nosso olhar repousa nos saberes próprios das formações discursivas que são constitutivas do discurso midiático. Nosso corpus, constituído pela campanha “O amor é a melhor herança. Cuide das Crianças”, produzida pela Rede Brasil Sul de Telecomunicações, a RBS, bem como discursos sobre (editoriais, reportagens e colunas de opinião). Detivemo-nos na análise dos discursos divulgados no Jornal Zero Hora, um dos veículos do grupo. Analisamos as marcas lingüístico-discursivas, buscando tornar visíveis as formas de dizer do discurso da mídia e as relações com suas condições de produção. Através de correntes parafrásticas que assentam e também rompem com saberes já instituídos inscreve-se, na rede de memória, novos modos de identificação do monstro e do sujeito que pratica a violência. As estruturas homogeneizadas pelo dizer comportam relações com implícitos e com um imaginário já instituído. A representação de monstro provoca um efeito de sentido que possibilita que um outro sujeito possa simbolizar, constituindo mais um jogo de sentido. No interdiscurso, buscamos o contínuo discursivo desencadeado pelo discurso da mídia e neste o funcionamento ideológico que se possibilita no jogo de polissemia e de paráfrases que são constitutivas do discurso da mídia.

Palavras-chave: discurso, sentido, memória, mídia, polissemia e paráfrase.

ABSTRACT

Doctorate Thesis
Graduate Program in Language
University of Santa Maria

The constitution of media discourse – or the insistence of saying: polysemous and paraphrase

AUTHOR - CARLOS RENÉ AYRES

ADVISER - AMANDA ELOÍNA SCHERER

Date and place of public defense: Santa Maria, november, 19th, 2007.

The present study is based on the Discourse Analysis of the French approach and in the recent studies that have been done in Brazil in this research field. The subject of our investigation is the discourse against violence, assumed, in this research, relating the saying to negligence and sexual abuse. Our analysis follows the interpretative movements of French approach of the discourse, in which the intrinsic relation between a theory and its practice is reaffirmed. Our gesture of interpretation rest along the discursive formations established by the discourse of the campaign produced by Rede Brasil Sul de Telecomunicações, RBS (South Brazilian Net of Communication – RBS) in the years of 2003 and 2004. “Love is the the best inheritance. Take care of children.” We are focused on the discourses published in the newspaper Zero Hora, that belongs to the group. We analysed the linguistic and discursive marks, trying to make emerge the ways of saying of the campaign, and its relation with the condiction of production of the discourse. We understand that the discourse of the campaign makes emerge, in the memory net, new forms of identification of the violence and those who practice it against a child. Our results reaffirm the relation with the implicits and with an imaginary that already exists. This changing in the comprehension of violence is what makes possible a rupture with the meanings. The ruptures with the conception of monsters, characters of the campaign, and its meaning is what makes possible a rupture in its net of sayings.

Key-words: discourse, meaning, memory, media, metaphor, paraphrase and polysemous.

LISTA DE FIGURAS

Fig.01	Cartaz da campanha	106
Fig.02	Bicho-Papão	110
Fig.03	Boi-da-Cara-Preta	
Fig.04	Bruxa	
Fig.05	Mula-sem-Cabeça	111
Fig.06	Diabo	
Fig.07	Boi-da-Cara-Preta e filho do Bicho-Papão	113
Fig.08	Bicho-Papão e filho da Mula-sem-Cabeça	
Fig.09	Bruxa e filho do Diabo	
Fig.10	Mula-sem-Cabeça e filha da Bruxa	
Fig.11	Lobo-Mau	115
Fig.12	Lobo-Mau e seus filhotes	
Fig.13	Bicho-Papão – Dia Internacional da Família	118
Fig.14	Bicho-Papão – Dia da Solidadriedade	
Fig.15	Professora do Bicho-Papão	120
Fig.16	Bruxa e filho de algum vizinho	122
Fig.17	Menina e Boi-da-Cara-Preta	123
Fig.18	Menina e Bicho-Papão	
Fig.19	Menina e Bruxa	
Fig.20	Menina e Diabo	
Fig.21	Menina e Lobo-Mau	
Fig.22	Menina e Mula-sem-Cabeça	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Designações presentes em textos constitutivos das condições de produção, em sentido estrito	84
Tabela 2	Designações presentes nas peças da campanha	125
Tabela 3	Marcas lingüístico-discursivas	135- 136
Tabela 4	Marcas lingüístico-discursivas presentes nos discursos sobre	141

ANEXOS

Anexo A	Condições de produção da campanha - 2003	152
Anexo B	Editoriais - 2003	162
	Editoriais - 2004	
Anexo C	Discursos sobre - 2003	166
	Discursos sobre - 2004	

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	CONSTITUINDO O DISPOSITIVO TEÓRICO	18
1.1	Fronteiras do sentido – formação discursiva e ideologia	21
1.2	Efeitos do simbólico e do imaginário na constituição do sujeito e do sentido	33
1.3	O discurso da mídia – funcionamentos polissêmicos e parafrásticos	41
2	CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E POSSIBILIDADES DO DIZER	45
2.1	Discurso e história – processos constitutivos	46
2.2	Violência, sociedade e dispositivos legais	53
3	PONTOS DE REFLEXÃO E ANÁLISE	63
3.1	A constituição do corpus discursivo	65
3.2	As condições de produção	70
3.3	Nosso gesto de leitura – construindo os sentidos	93
3.3.1	Das especificidades do objeto	96
3.3.2	Apresentação e análise das peças publicitárias - a formulação do dizer da campanha	101
3.3.3	Sistematizando a leitura das peças publicitárias	125
3.3.4	Os discursos sobre – editoriais e colunas de opinião	130
	CONSIDERAÇÕES FINAIS – UM LUGAR A CHEGAR	142
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
	ANEXOS	152

INTRODUÇÃO

A evidência do sentido – que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória). Por sua vez, a evidência do sujeito – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia. Orlandi (2002, p. 46):

As formas do dizer constituem uma ilusão, dado que, na interpretação dos sentidos, significações são agenciadas na ordem de um possível, atravessadas pela tensão do dizer e constituídas por uma alteridade que circula entre o simbólico e o imaginário, potencializando as condições para o equívoco. A evidência do sentido e a impressão do sujeito ser a origem do que diz irrompem da ilusão da transparência da linguagem. Mas, nem linguagem, nem sentido, nem sujeito são transparentes. Tendo, pois, uma materialidade, constituem-se em processos em que a língua, a história e a ideologia são peças correlatas.

É nesse contexto, em que sujeito, sociedade e sentido são efeitos do trabalho simbólico operado pelo discurso, que delineamos nosso tema de pesquisa: os efeitos de sentido produzidos pelo funcionamento de saberes advindos de diferentes formações discursivas constitutivas do discurso midiático.

Nos anos de 2003 e 2004, um grupo de comunicação do Sul do Brasil, a Rede Brasil Sul de Telecomunicações (RBS) lançou, por meio

de todos os veículos de que detém o controle (rádio, tv, jornal e meios digitais), uma ampla campanha institucional contra a violência, o abuso sexual e a negligência praticados contra a criança e o adolescente. A referida campanha foi identificada pelo *slogan* “O amor é a melhor herança. Cuide das Crianças.”. Constituindo o projeto editorial da empresa de comunicação para o período foram também publicados editoriais, reportagens e artigos de opinião em diversas edições do Jornal Zero Hora – a ZH. Tudo isso paralelamente a divulgação periódica de peças da campanha publicitária em diversas edições do referido jornal. Esse conjunto de discursos constitui o que vamos chamar em nosso estudo de discurso da mídia.

É verdade que limitações foram impostas ao olhar do analista. Isso porque o grupo RBS detém o controle de todos os veículos e mídias já caracterizados e nossa opção de trabalho se circunscreve à mídia impressa, especificamente às edições do Jornal Zero Hora nos anos de 2003 e 2004.

A campanha se constrói em torno da temática da violência. Apresenta-se como iniciativa de conscientização para combater a violência praticada contra a criança e o adolescente. Reforçando essa linha editorial, encontramos outros discursos que vamos caracterizar em nossa pesquisa como “discursos sobre”¹.

O título de nosso trabalho sugere um movimento de sentidos no discurso da mídia e reflete seu papel histórico e ideológico. Os aspectos articulados de memória, atualidade e possibilidade remetem à trajetória de sujeitos e sentidos no discurso sobre a violência, que vai (re)construindo a história da institucionalização dos sentidos ininterruptamente.

Para proceder às análises desse corpus, a noção de formação discursiva tornou-se produtiva. Através dela foi possível compreender que o trabalho com o discurso envolve a relação interioridade-

¹ Para Mariani (1998, p.60) “Os discursos sobre são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos (...) (...) o discurso jornalístico, sobretudo na sua forma de reportagem, funciona como uma modalidade de discurso sobre, pois coloca o mundo como objeto. A imprensa não é o mundo, mas deve falar sobre esse mundo, retrata-lo, torna-lo compreensível para os leitores.

exterioridade constitutivamente. Nessas relações articulam-se noções como a de interdiscurso, memória, ideologia e pré-construído.

O processo de produção de sentidos implica múltiplas relações que estão imbricadas, entre outros, no entremeio do discurso e das condições de produção. Entra em jogo, então, a memória constitutiva dos dizeres caracterizados pelo discurso que escolhemos como objeto de investigação. É por meio da noção de discurso e sentido, atravessados por um assujeitamento ideológico, que abrimos espaço para a opacidade e para o equívoco como elementos constitutivos do discurso e, por conseguinte, constituintes dos efeitos de sentido do discurso da mídia.

Os vocábulos violência, abuso sexual e negligência estão sempre constituindo um conjunto significativo na campanha e nos “discursos sobre”. Esses dizeres deslizam de um lugar para o outro, denunciando uma aproximação e uma interdependência, condicionando-os a funcionamentos discursivos em que se mostram como resultado ou efeito. A violência é mostrada como o grande problema, enquanto o abuso e a negligência são tratados como formas de violência, constituindo o que procuramos caracterizar como um jogo parafrástico e de repetição.

As marcas lingüísticas, que são constitutivas do discurso contra a violência e o abuso sexual e a negligência, fazem irromper sítios significantes que são constituintes do discurso da mídia. E, no âmbito dos estudos discursivos, esses sítios de sentido são vistos como o possível, o não-preenchido. É no funcionamento discursivo que se possibilita compreender "*o sintoma de um sítio significativo que ali se produz.*" (ORLANDI, 1996, p. 14). Esse sintoma é índice de uma ausência e se inscreve na materialidade do texto como uma espécie de desorganização textual, como pista de uma escrita que deve ser refeita. O sentido se constrói, não pela ilusão de completude do sujeito, uma vez que é nas falhas, nas rupturas que se percebe que

"todo enunciado é intrinsecamente, suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que uma proibição de

interpretação, própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). (PÉCHEUX, 2002, p.53).

Nesse processo, o discurso da mídia se apresenta no efeito de verdade e sustenta esse efeito por outros efeitos relacionados como efeito de evidência, de universalidade. É um discurso atravessado de outros discursos que se complementam e que são constitutivos de uma memória, pois ao mesmo tempo estabelece relações com o *já-dito* e com o devir.

Procuramos analisar de que modo a campanha funciona como operadora de uma força capaz de produzir sentidos que se renovam em outros dizeres. Para tanto, tornou-se necessária a análise dos processos de representação e identificação produzidos como efeito de sentido da campanha publicitária na relação que estabelecem com outros discursos produzidos no mesmo período de tempo e divulgados no Jornal Zero Hora.

A formação discursiva do discurso contra a violência se mostrou heterogênea em relação a si própria, pois o saber da formação discursiva não é homogêneo. A forma de recorte do *corpus* de nossa pesquisa permite observar diferentes posições-sujeito na formação discursiva e também as relações entre formações discursivas diferentes. Com isso, estamos assumindo que o discurso de mídia é constituído por uma heterogeneidade, por saberes advindos de diferentes formações discursivas.

Nesse sentido, a noção de memória se faz importante. Para Courtine (1981) a produção discursiva abrange formulações anteriores já enunciadas. Não se trata de um retorno da história na atualidade ou do passado no presente ou de uma memória da ordem do cognitivo, mas da ordem de um movimento discursivo em que dizeres retornam num movimento contínuo em que exterior e interior são interdependentes na materialidade lingüística.

Procurando, então, caminhos para proceder à leitura do material selecionado, partimos das seguintes questões de pesquisa:

1. Como se constitui a formação discursiva do discurso da mídia sobre a violência praticada contra crianças e adolescentes?
2. Que processos discursivos caracterizam do discurso da campanha “O amor é a melhor herança. Cuide das crianças.”?
3. Que efeito de sentido possibilita a forma de representação do monstro no discurso da campanha?
4. Que funcionamentos discursivos são constitutivos dos discursos sobre?

Procurando contemplar as problematizações suscitadas, nosso trabalho está estruturado de forma que pudéssemos buscar respostas às nossas inquietações, ainda que provisórias ou ilusórias. Inicialmente, no primeiro capítulo, procuramos situar nossa leitura numa abordagem discursiva que contemplasse o discurso enquanto lugar de dispersão, com funcionamento discursivo determinado por formações ideológicas e discursivas.

Nosso objeto de pesquisa está constituído pelo discurso da campanha e pelos discursos sobre. Por essa razão, entendemos, que era necessário pensar a memória discursiva como a possibilidade de dizeres que são constitutivas da formação discursiva. Problematizar as relações entre história e memória discursiva se apresentou como um requisito para percorrer os caminhos do sentido produzido a partir do discurso midiático, objeto de análise.

Propusemos constituir, no item 1.2, um suporte que ancorasse nosso gesto de leitura, procurando evidenciar as relações entre o simbólico, o imaginário e os efeitos de sentido produzidos pelo discurso da mídia contra a violência. Foi preciso entrar no terreno do imaginário e do simbólico para que, no momento de nossa leitura, percebêssemos os jogos metafóricos, possíveis deslocamentos ou equívocos de sentido e as rupturas discursivas que afetam a produção de sentido a partir do processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos nas práticas instituídas pelo discurso

Quando pensamos em mídia e produção de sentido, em 1.3, percebemos a necessidade de observarmos os efeitos metafóricos da campanha, no seu funcionamento.

A relação entre o discurso e a história e a constituição de saberes sobre o funcionamento social, receberam atenção no capítulo 2, em que tratamos das condições sócio-históricas e das possibilidades do dizer.

No capítulo 3, sistematizamos o nosso *corpus discursivo* e nossa metodologia. Passamos também a (re)constituir as condições de produção da campanha, buscando, num primeiro momento o levantamento do contexto imediato, pensando as condições em sentido estrito, para, em seguida, olhar para uma dimensão mais ampla, buscando as condições sócio-histórico e ideológicas que condicionam o discurso.

Fizemos, na seqüência, um levantamento e análise dos discursos selecionados, produzidos em torno da temática da violência ou dela decorrentes – a campanha, editoriais, colunas e artigos opinião e reportagens; todos publicados no mesmo veículo de comunicação, Zero Hora, pertencente à Rede Brasil Sul de Telecomunicações.

No gesto de leitura procuramos entender porque

Os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determina, mas como aquilo que foi “sempre-já” desprendido de um sentido: não há naturalidade no significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente, está “sempre-lá” desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido. (PÊCHEUX, 1997b, p.176)

Se o sentido é sempre uma palavra, uma proposição por outra, segundo Orlandi(1996), os sentidos só existem nas relações de metáfora em que certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório. E, se o efeito de evidência de sentido é fruto dos funcionamentos discursivos no interior de uma formação discursiva, nosso gesto procurou não só observar tensões, como também desestabilizar os modos de dizer da campanha para fazer irromper os sentidos que lhe são constitutivos e identitários.

Procuramos, por fim, verificar se o discurso midiático se apresentava no efeito de verdade e sustentava esse efeito por outros efeitos relacionados como o de evidência, de universalidade. Um discurso é, então, atravessado de outros discursos que se complementam e que geram a polêmica social, pois ao mesmo tempo estabelece “verdades”, ostenta “objetividade” e assegura o efeito de evidência de sentido.

1 CONSTITUINDO O DISPOSITIVO TEÓRICO

“ninguém sonhe em negar que existem diversas séries de universos discursivos logicamente estabilizados, (...) é imperioso reconhecer que toda língua natural é também a condição da existência de universos discursivos não estabilizados logicamente, próprios ao espaço sócio-histórico dos rituais ideológicos, discursivos filosóficos, enunciados políticos, expressão cultural e estética (...) nos quais a ambigüidade e o equívoco constituem um fato estrutural incontornável” (Pêcheux,1998:50).

A formulação do discurso midiático contra a violência, no âmbito da campanha publicitária “O amor é a melhor herança. Cuide das crianças”, produz sentidos que irrompem potencializados pela constituição discursiva e também aqueles silenciados na aparência do dizer. Assim, no âmbito da campanha, o **abuso sexual** e a **negligência** também são designados como formas de **violência**.

Observamos, nesse jogo de construção do discurso, dispositivos discursivos que revelam o atravessamento ideológico que é constitutivo da formulação do discurso da campanha, na medida em que os saberes constitutivos desse dizer ecoam em outros dizeres, em outras formações discursivas, porque “*todo enunciado é, intrinsecamente, suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar de seu sentido para derivar para um outro.*” (PÊCHEUX, 1997b, p.53).

Entendemos, por essa razão, que não estamos num lugar tranquilo, pois é pela interpretação que se constitui o sentido que sempre pode ser outro e que o sujeito não tem controle daquilo que está dizendo. Isso ocorre porque,

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Uma delas é o que chamamos de relação de sentidos. Segundo esta noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um

processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.(ORLANDI, 1999, p.39)

Por essa razão, nossa ancoragem teórica na Análise do Discurso (AD) possibilita dispor de um método de interpretação dos objetos de linguagem, tendo como diretriz norteadora a premissa de que o discurso não se constitui num dado, mas sim a manifestação das redes de memória que constituem o dizer. Por essa complexidade a AD reivindica uma região teórica própria (ORLANDI, 1994) e, dessa forma, mobiliza deslocamentos de outras áreas possibilitando uma abordagem que dê conta do histórico, do social e do ideológico sem, no entanto, prescindir do lingüístico.

Buscando analisar as formas textuais de representação do político e do ideológico, podemos afirmar, com Orlandi (1990), que, na verdade, ao nos filiar-mos à AD, fazemos mais, uma vez que a análise do funcionamento discursivo faz emergir uma nova percepção do político, que se constitui na materialidade do discurso visto, a um só tempo, numa perspectiva lingüística e histórica.

Servimo-nos, então, da Análise do Discurso porque ela introduz, nesse processo de reflexão sobre o discurso, o sujeito e a história, ambos interpelados pela ideologia. Segundo Orlandi (1994), entretanto, após a morte de Pêcheux, embora não seja possível separar sujeito e história, os estudos discursivos tomaram o rumo das teorias do sujeito. Para a pesquisadora, não foram muitos os que conseguiram preservar a dimensão do político em seus estudos, ainda que fosse idéia corrente a necessidade de não se perder de vista o político e a ideologia como engendradores da Análise do Discurso. A AD desloca o que habitualmente se assume como político e, ao fazê-lo, cria uma deriva de sentidos em que o histórico deve ser apreendido à luz do político e, em razão disso, atravessado pela ideologia. Nessa complexidade, na qual se vê o discurso enquanto fato, a AD constitui um lugar particular entre a lingüística, a psicanálise e as ciências das formações sociais (ORLANDI, 1990).

Precisamos entender a apropriação dos pressupostos teóricos da AD como um dispositivo que coloca o campo da língua e o campo da sociedade, apreendida pela história, em relação constantemente renovada de tensão e de interdependência, permitindo-nos conceber que o lingüístico, o político e o ideológico estão engendrados no interior de uma formação discursiva².

Esses atravessamentos produzem ressonância no fato de que o discursivo se possibilita como materialização do ideológico no campo do lingüístico. No âmbito de nosso trabalho, o discurso se apresenta, nessa linha de reflexão, como espaço das questões que dizem respeito à relação da linguagem com a sua exterioridade, ou melhor, do objeto lingüístico com o objeto histórico, num espaço potencial entre a lingüística e as ciências sociais. Procuramos problematizar a natureza da concepção de sujeito e de linguagem, mostrando que o sujeito e o sentido não são transparentes.

Essa posição só pode ser sustentada justamente porque, ao pensarmos o discurso como um campo de estabilização de saberes, criamos, no dizer de Orlandi (1994), uma região teórica própria, tanto em relação à lingüística como em relação às ciências sociais em geral. Essa visão não deve ser percebida como a exclusão da relação com essas outras ciências, pelo contrário, mantém-se a relação entre esses outros campos disciplinares.

Ao deslocar conceitos, os estudos desenvolvidos em AD, permitem um entendimento mais aguçado dos processos sociais. A história, por sua vez, desloca-se do eixo do tempo em si e inscreve-se na perspectiva de uma prática - não é o tempo cronológico que organiza a história, mas as práticas que se processam em relação ao poder (que é da ordem do político). Na abrangência dessa perspectiva, nosso desafio é, então, apreender a historicidade de um dado texto e não lhe extrair um sentido cristalizado, evidenciando, dessa forma, a noção de que não há o sentido uno, mas sim a potencialização de

² Foucault (1986), em "*Arqueologia do Saber*", é quem constrói o conceito de formação discursiva em seus questionamentos para tratar as condições históricas e discursivas em que se constroem os sistemas do saber. Para Foucault, aquilo que define uma formação discursiva não é a *unidade* que apenas aparentemente existe entre enunciados, mas sim um *sistema de dispersão* que, de alguma forma, entretanto, torna possível detectar uma regularidade entre enunciados.

sentidos que se produzem numa dada formação discursiva. Isso porque, como diz Orlandi (2002), o sentido não está numa palavra ou enunciado, mas imbricado com a rede de memória e com as condições de produção. Com isso, é estabelecida uma perspectiva de possibilidade do/no 'dever', existente em potência.

No âmbito de nossa investigação, o sentido é visto por esse mesmo ponto de vista, como o possível, o não-preenchido, uma vez que o jogo de sentidos entre *o que pode e deve ser dito* (PÊCHEUX, 1996) tem sua matriz nessa fragmentação do discurso, nas brechas e equívocos que se abrem como possibilidades de análise e de questionamentos. Entendemos, assim, que o dizer é fragmentário, composto por uma alteridade intrínseca, por um exterior que o constitui (INDURSKY, 2003).

Para tanto, no âmbito de nossa análise, é imprescindível começarmos a refletir sobre a ideologia, pois é através de sua ação que são organizados um imaginário (individual e coletivo) e uma lógica de identificação social. Entendemos que a campanha publicitária objeto de nosso trabalho opera a partir do veículo de comunicação que coloca em funcionamento uma formação ideológica. Nesse funcionamento, o veículo de comunicação assume um papel que é próprio de um aparelho de estado.

1.1 Fronteiras do sentido – formação discursiva e ideologia

Ao resgatarmos os conceitos de discurso, sujeito e sentido, foi se delineando o papel exercido pela ideologia, enquanto uma força discursiva que institui e condiciona dizeres, articulados na rede de memória. Encontramos, então, em Althusser (1974) a concepção de que a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência. Isso significa dizer que a ideologia não é a representação imaginária dos indivíduos sobre suas condições de existência, mas das relações imaginárias dos indivíduos com as

condições de existência. Nessa lógica, o homem produz um imaginário por meio do qual se estabelecerá sua relação com as condições de existência. Segundo Althusser (Ibid.), podemos dizer que a ideologia opera não sobre o mundo, mas sobre a relação do sujeito com o mundo; dito de outra forma, é a relação do sujeito com suas condições reais de existência.

Podemos dizer ainda que nesse processo, que é intrinsecamente simbólico, toda ideologia é constitutiva da relação dos sujeitos com as relações de produção. Os sujeitos estão, por essa razão, sempre numa relação de assujeitamento ideológico. Esse processo de interpelação do sujeito, que é atravessado por uma formação ideológica, não é tematizado, uma vez que é da ordem dos dispositivos de funcionamento discursivos e ideológicos.

Esse entendimento suscita um distanciamento da realidade, uma vez que essas relações são simbólicas e representadas abstratamente. Esse processo, ainda na perspectiva de Althusser (1974), pode ser a causa para a alienação, no imaginário, da representação das condições de existência dos sujeitos, que é produzida como um efeito de sentido do assujeitamento .

Ainda segundo Althusser (Ibid.) a ideologia tem uma existência ligada sempre a um aparelho e na sua prática ou práticas; essa existência, que por sua vez, é material não pode ser compreendida como a existência material de um objeto qualquer. Para Althusser (Ibid.) a relação imaginária dos indivíduos no corpo de uma ideologia é dotada de existência material. Podemos, então, dizer que a existência da ideologia é material, na medida em que as relações experimentadas no seu interior implicam a participação dos sujeitos em certas práticas regulamentadas que são identitárias de um dado aparelho ideológico e que a ideologia interpela indivíduos enquanto sujeitos. E mais, que não existe ideologia senão através do sujeito. É certamente nesse particular que tem sido apontada sua contribuição à teoria da ideologia - a formulação da teoria da interpelação do sujeito. Os sujeitos, envolvidos nesse movimento de constituição e assujeitamento,

participam sempre de um sistema de representações simbólicas no qual já ocupam sempre o lugar de sujeito.

Althusser (1978) enfatiza a autonomia relativa da ideologia, uma vez que, para o autor, longe de ser meramente 'idéias' descorporificadas, a ideologia ocorre em formas materiais. Além disso, a ideologia funciona pela constituição ('interpelação') dos indivíduos em sujeitos sociais e sua fixação em 'posições' de sujeito, enquanto ao mesmo tempo lhes dá a ilusão de serem agentes livres. Esses processos realizam-se no interior de várias instituições e organizações, tais como a educação, a família, o direito ou a mídia que, na concepção do autor, funcionam como dimensões ideológicas do Estado – dispositivo a que chamou de aparelhos ideológicos de estado (AIEs)³.

Um aparelho ideológico pode ser pensado como um complexo de formações ideológicas relacionadas entre si. Pêcheux (1996) sugere que uma formação discursiva (FD) é aquilo que uma determinada formação ideológica determina em termos do que pode e deve ser dito. Isso deve ser pensado a partir das condições de produção do discurso e as posições de sujeito, uma vez que as palavras mudam seu sentido, assumindo outros em virtude das posições de quem as mobiliza (PÊCHEUX, 1996). Duas diferentes formações discursivas, ainda que tenham determinadas palavras ou expressões em comum, vão diferir nas relações entre essas e dessas com outras formulações. Nessa mesma linha, os sentidos dessas palavras ou expressões aparentemente idênticas podem assumir perspectivas diversas, porque é sua relação com as outras, em dadas condições de produção, que determina seu sentido.

As FDs são mobilizadas em complexos de FDs relacionadas, referidas como interdiscurso, e os sentidos específicos de uma FD são determinados de fora, por sua relação com outras FDs no

³ Para o autor podem ser designadas como *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE) certas instituições distintas e especializadas. Assim, ainda que sem dar conta dessa complexidade, propõe que sejam consideradas como AIE as seguintes instituições: a) *AIE religiosos* - são agrupadas aqui as diferentes Igrejas; b) *AIE escolar* - englobando as escolas pública e privada; c) *AIE familiar*; d) *AIE jurídico*; e) *AIE político* - o sistema político, os diferentes partidos; f) *AIE sindical*; g) *AIE de informação* - os meios de comunicação de massa/social; h) *AIE cultural* - Letras, Belas Artes, esportes, etc. Para Althusser existe ainda o *Aparelho de Estado*, que ele passa a chamar *Aparelho Repressivo do Estado* - ARE. Diz ainda que é importante sabermos que o ARE pertence ao domínio público, enquanto os AIE estão ligados ao domínio privado. Essa distinção, no entanto, não é suficiente para uma delimitação de um e outro, na medida em que os limites entre o público e o privado constroem-se em torno de situações arbitrárias, impostas pelos detentores do poder. (ALTHUSSER, 1974)

interdiscurso⁴. O estado particular do interdiscurso em um dado momento (quais as FDs nele contidas e quais suas relações) depende do estado da luta ideológica em um AIE. E essa determinação externa de FDs é algo de que os sujeitos não têm consciência. Tendem a perceber a si mesmos como fonte dos sentidos, quando, na verdade, são efeitos de um assujeitamento.

Os pré-construídos⁵, que são constitutivos de uma FD e reivindicados na produção do discurso, são tomados como o que é dado ou conhecido ou já dito pelos participantes, enquanto eles realmente se originam fora dos sujeitos, no interdiscurso. Enquanto o “pré-construído” relaciona-se a algo que “já estava lá” no momento da formação do discurso, remetendo à sua objetividade material, o “interdiscurso” “(...) *designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição*” (MALDIDIER, 2003, p. 51).

Existe, portanto, uma relação intrínseca, de rede, entre “interdiscurso” e “pré-construído”, pois as configurações de poder engendradas por interesses que são determinantes dos discursos existem sempre num espaço recursivo, de retorno, que replica apenas circunstâncias sempre repetidas na constituição da realidade dos sujeitos que são, por assim dizer, ilusões de produção do discurso.

Os sujeitos sociais são constituídos em relação a formações discursivas particulares, bem como quanto a seus sentidos. Essas FDs são, de acordo com Pêcheux (1996), faces lingüísticas de domínios de pensamento histórico-ideológico, constituídos na forma de pontos de

⁴ Pêcheux (1996) estabelece a noção de interdiscurso como um conjunto de já-ditos que sustenta todo dizer. um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos através da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso está articulado ao complexo de formações ideológicas: alguma coisa fala antes, em outro lugar, independentemente.

⁵ A noção de “pré-construído”, segundo Mالدیدیر, fornece a ancoragem lingüística da tomada do interdiscurso. A acepção do pré-construído remonta, no contexto discursivo, a algo “que já estava lá”, antes mesmo da enunciação. Seria aquilo que estava presente antes de o sujeito enunciar, ou seja, a língua em si, as condições de possibilidade de uso da linguagem, em contraposição à fala enquanto efetividade desse uso, enquanto recorte da língua, numa situação real. Teoricamente, a noção do pré-construído diz respeito ao fato de que “(...) certas construções autorizadas pela sintaxe das línguas ‘pressupõem’ a existência de um referente, independentemente da asserção de um sujeito” (MALDIDIER, 2003, p. 35).

estabilização que produzem o sujeito e, simultaneamente, junto com ele, o que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer e esperar.

Segundo Dosse (1993), Althusser, no decorrer de suas formulações, avança rumo à construção da noção, fundamental nas teorizações vindouras, de autonomia relativa na relação do sujeito com a ideologia.

O entendimento de ideologia e seu funcionamento, assumido em nosso trabalho segue as reformulações feitas por Orlandi (1999a) a partir de Pêcheux, demonstrando que ideologia é o que produz e imprime uma direção aos sentidos e o que faz com que os sujeitos os tomem como evidentes, no interior das formações discursivas. Assumindo esse posicionamento sobre a ideologia e seus efeitos, ao olharmos para nosso *corpus*, podemos afirmar que os sentidos sobre a campanha publicitária “O amor é a melhor herança” objeto de nossa pesquisa vão tomando algumas direções e não outras no interior da própria campanha e na relação que estabelecem como efeitos de sentido com outros discursos. Esse funcionamento é considerado por Orlandi (Ibid, p. 48), quando afirma que “*não há, aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido*”. Ao dizer dessa forma, Orlandi propõe um deslocamento fundamental na noção marxista e althusseriana de ideologia, pois nessas teorizações, ela é vista como *ocultação* de uma verdade pelas classes dominantes, tendo uma conotação negativa e devendo ser banida ou desvelada pela teoria marxista, como se ela fornecesse uma maquinaria de limpeza ou uma proteção contra todos os processos ideológicos, restituindo a verdade e expulsando os discursos falaciosos. Essa verdade, no entanto, não está potencializada na ordem do dizer, mas nas relações do interdiscurso que condiciona as formas de dizer, atravessado pela ideologia.

Pêcheux (1997b) salienta que há uma pluralidade compondo as estruturas e funcionamentos discursivos na qual inclui o inconsciente e a ideologia, afirmando que é via interpelação ideológica que se produz um tecido de evidências que constituem e imprimem a ilusão de

unidade a essa dispersão primordial do sujeito. Acrescenta ainda que a questão da constituição do sentido é simultânea à constituição do sujeito. Ao tentar esclarecer a tese fundamental de Althusser, de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, Pêcheux (1997b, p.133) a amplia retomando a posição lacaniana do inconsciente ser o discurso do outro e a transporta para o sujeito althusseriano, chegando à conclusão de que é no recalque que “*inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do processo do significante na interpelação e na identificação*”.

No que diz respeito ao nosso objeto de investigação, a campanha “O Amor é a melhor herança”, podemos afirmar que um discurso sempre mobiliza sentidos que se constituem dentro de uma certa ordem, de uma organização e que se materializam nas práticas discursivas. No caso específico de nosso estudo, nas práticas do discurso publicitário e dos discursos sobre (editoriais, reportagem e textos opinativos assinados). Por se tratar de um discurso que procura angariar a adesão da opinião pública à campanha, a transparência do sentido se opacifica e deixa irromper um não-dito, evidenciando que não existe neutralidade discursiva. A neutralidade é tão somente um efeito de evidência dos sentidos e, conseqüentemente, ideológica.

Por essa razão não há discurso sem interpelação ideológica do sujeito, uma vez que está *sempre-lá*, constituindo todo discurso.

Seja de que forma for, há, no discurso, sempre um impossível de tudo dizer, pois a língua é constituída de falhas, faltas e equívocos. Além disso, sempre falamos de algum lugar, o qual passa a ser um referente que estabelece uma direção para as nossas formulações. Interpelado pela ideologia, o sujeito se posiciona e nesse lugar (de sentido e memória) algumas coisas podem e devem ser ditas, em lugar de outras que são silenciadas. As apropriações feitas dos vocábulos **violência**, **abuso** e **negligência**, constituem um funcionamento discursivo, no interior de uma determinada formação discursiva, produzindo certos sentidos, independentemente da vontade do sujeito falante. Agencia-se, assim, um jogo de paráfrase e repetição,

constituindo um efeito metafórico, como definido por Pêcheux (1997b).

A ideologia produz efeitos no discurso e no sujeito, isto é, ocorre um assujeitamento pelo qual o sujeito é tomado por uma formação ideológica. Constituímos, sob o efeito desse processo de ideologização e discursivização, arcabouços de saberes sobre tudo o que nos afeta, inclusive sobre nós mesmos e, ao fazê-lo, produzimos fronteiras entre nós e o outro, demarcamos e somos demarcados por lugares discursivos com os quais nos identificamos. Essas fronteiras são constituídas discursivamente e, portanto, são permeáveis e, muito freqüentemente, se modificam, deslizam ou são transgredidas e atravessadas por um dizer que carrega na sua constituição os *já-ditos* constitutivos da memória discursiva. Toda vez que algo perpassa essas fronteiras deixa suas inscrições, provocando instabilidades, ou seja, um contingente de tensões que nos lança num “*projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea*”. (PÊCHEUX, 2002, p.35).

A forma constitutiva de uma formação discursiva implica um tipo de funcionamento que nos permite dizer toda FD é constituída por um sistema de paráfrase, ou seja, uma FD representa o espaço em que enunciados são retomados e reformulados para demarcar as suas fronteiras, mantendo, assim, sua identificação com a formação discursiva de que são efeitos.

O discurso, por sua especificidade, pode ser visto como um aspecto material da ideologia. Podemos pensar também que os discursos são direcionados, moldados por *formações ideológicas*. Nesse jogo, é determinado o *que pode e deve ser dito* a partir de uma dada posição, numa determinada conjuntura, ou seja, essa posição diz respeito à relação de assentamento de saberes, produzindo um efeito de homogeneização discursiva.

À noção de formação discursiva interessa ainda um outro tipo de funcionamento – o pré-construído. Courtine (1981) assinala que esse termo foi introduzido por P.Henry (1975) e passa a designar uma construção anterior, que também é exterior, independente, por oposição ao que é construído na enunciação. Esse pré-construído

emerge na superfície discursiva como se sempre estivesse nesse lugar, apenas oculto, tácito. No dizer de Courtine,

o pré-construído remete, assim, às evidências através das quais o sujeito revela os objetos de seu discurso: 'o que cada um sabe' e simultaneamente, 'o que cada um pode ver' numa determinada situação. Isso quer dizer que se constitui, no interior de uma FD, um sujeito universal que garante 'o que cada um conhece, pode ver ou compreender' e que o assujeitamento do sujeito em sujeito ideológico se realiza (...) pela identificação do sujeito enunciador com o sujeito universal da FD. (1981, p.49)

Desse modo, esse sujeito universal estabelece o que cada um conhece, pode ver ou compreender da mesma forma que determina também o que o pode ser dito.

O funcionamento ideológico determina a formação discursiva, possibilitando o processo de assujeitamento - interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso. É nesse processo que o sujeito se filia a uma FD. Também podemos dizer que numa FD "n" sujeitos podem partilhar ou divergir a respeito do sentido potencializado pelo dizer. A ideologia é o movimento que caracteriza o sujeito do discurso que vive seu assujeitamento sem dar-se conta disso. O que não significa dizer que, no interior de uma FD, exista uma única forma de dizer para todos os sujeitos e tampouco uma específica para cada participante. Uma FD pode ser portadora de heterogeneidade, ou seja, vários dizeres em uma única forma. Quanto a essa noção de várias posições imbricadas em apenas em uma FD, podemos ler em Courtine (1982) que é impossível caracterizar uma FD como um espaço fechado, pois sua constituição é "invadida" por elementos que vêm de outro lugar, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos. Uma FD inscreve-se entre diversas FDs e suas fronteiras se deslocam em função dos jogos da luta ideológica). Diante disso, para Courtine, (1982, p. 44-49) uma FD

deve ser considerada como uma unidade divisível, uma heterogeneidade em relação a si mesma. Suas fronteiras são fundamentalmente instáveis e, por isso, uma FD não consiste em um limite traçado uma vez por todas, separando um interior de um exterior do saber.

Para Courtine (1982), em virtude dessa heterogeneidade (que funciona como mecanismos de identificação de toda FD) é possível caracterizar uma FD como uma unidade dividida que tem na contradição seu princípio constitutivo. O discurso emerge em função

dessa contradição e é num esforço não só de traduzi-la, mas também superá-la que o discurso se constrói. Podemos dizer, então, que na constituição do discurso, a contradição coloca-se como o princípio de sua historicidade.

A noção de FD implica sua relação com o interdiscurso, a partir da qual ela se define, segundo Courtine e Marandin (198, p.113):

o interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração constante no qual uma formulação discursiva é conduzida... a incorporar elementos pré-construídos no interior dela própria, a produzir sua redefinição e seu retorno a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a repetição, mas também provocar eventualmente o seu apagamento, o esquecimento ou mesmo da negação.

Já o nível da formulação relaciona-se ao intradiscurso de uma FD, ou seja, aos elementos da materialidade discursiva e seus processos discursivos de sinonímia, antonímia, substituição entre outros que se inscrevem numa relação ideológica de classes.

À luz dessa concepção, temos a possibilidade de dizer que, não obstante o fato de uma FD ser determinante do que "*deve e pode ser dito*", criando um efeito de homogeneidade discursiva, é possível dizer que as tensões e contradições podem ser recuperadas na aparente unidade dos discursos, uma vez que os sentidos não estão predeterminados por propriedades da língua, colocando-se numa relação de dependência das "relações e constituídas nas/pelas formações discursivas (ORLANDI, 2002, p.44).

Dessa forma nosso movimento de análise da rede de dizeres constitui-se em fazer com que as contradições desapareçam e reapareçam, fazendo emergir à superfície do discurso o jogo que estabelecem entre si. Nessa tentativa de encontrar uma forma de exprimir as contradições, é preciso conferir-lhes uma aparência ainda que fugaz, com o intuito de dar-lhes corpo.

Em nossa pesquisa procuramos trabalhar o discurso inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando as marcas das contradições ideológicas que se materializam no plano lingüístico. No dizer de Orlandi (1994, p.11), "*as formações discursivas não são definidas 'a priori' como evidências ou lugares estabilizados*

,mas como regiões de confronto de sentidos." Dessa forma, as formações discursivas passam a ser necessárias enquanto sítios de significância, considerada a perspectiva na relação com a diferença.

Conforme Orlandi, as FDs "*são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações*" (2002, p.44). Cada formação discursiva tem seus limites dados por afastamentos e aproximações e as relações de sentido são determinadas em cada processo de significação. Esse jogo de constantes redimensionamentos é que constitui o sujeito e o sentido. As formações discursivas estão constituídas pela forma histórica dos mecanismos ideológicos que interpelam a relação com o simbólico e podem ser vistas como pontos de ancoragem.

No dizer de Indursky (1997, p.35), uma formação discursiva "*deve ser entendida como dois ou mais discursos em um só*". Indurski não ignora a existência de dois modos de conceber uma FD: uma noção de FD como um corpus-fechado e homogênea; e outra que entende uma FD que essa homogeneidade tende a desestabilizar-se quando invadida por elementos e/ou são estranhos, constituindo-se, por esse razão, de um espaço de heterogeneidade.

Na visão de Orlandi (2002), a multiplicidade e a diferença estão inscritas no discurso, uma vez que o múltiplo e o diferente se ordenam numa teia de memória ao produzirem seus efeitos de sentido. Analisar, então, o discurso é descrever os sistemas de dispersão dos enunciados que compõem uma formação discursiva através de suas regularidades e fissuras no processo de formulação. Se na análise desses enunciados fica evidenciado que eles apresentam um sistema de dispersão semelhante, sugerindo uma certa regularidade, podemos dizer, portanto, que podem ser creditados a uma mesma formação discursiva.

Podemos dizer, com Orlandi (1990), que *o que pode ser dito* é definido, para o sujeito, pela relação entre formações discursivas (FDs) distintas. É esse complexo de formações discursivas que define o universo do dizível (uma vez que é a FD que determina o *pode e deve*

ser dito a partir de uma posição de sujeito). É desejável, dessa forma, que toda seqüência discursiva seja analisada em um processo discursivo que revele a reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma determinada *formação discursiva*.

Nossa retomada dos pressupostos fundadores da noção de ideologia, formação discursiva e formação ideológica para a AD, permite-nos dizer que qualquer discurso dado é o sinal potencial de um movimento nas filiações histórico-ideológicas da identificação, na medida em que constitui, ao mesmo tempo, o resultado de tais filiações e o trabalho de deslocamento em seu espaço (PÊCHEUX, 1997b). Entendemos, então, que o discurso deve ser estudado histórica e dinamicamente, em termos de configurações heteróclitas de tipos de discurso em processos discursivos. Isso porque o discurso é social e politicamente construído, constituindo os sujeitos sociais, interpelando-os pela ação da formação ideológica, estabelecendo as condições de produção das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e de valores.

Por essa razão, nossa apropriação do conceito de língua passa a ser pensada na sua relação com a historicidade, com o real da língua⁶ (MILNER, 1987), com os seus pontos impossíveis de simbolizar, com a ideologia e com o inconsciente. Gadet e Pêcheux (2004), afirmam que a língua é capaz de contradições, de deslocamentos, escapando à estruturação lógica, aceitando e possibilitando transgressões. Assim, a única possibilidade de aproximar-se da língua é assumir essa dimensão de opacidade.

Também com Pêcheux (1997b) podemos considerar que, assumida essa propriedade de opacidade de que a língua é constituída, o sentido é produzido no *non-sens* pelo deslizamento sem origem do

⁶ Impossibilidade de se dizer tudo na língua, série de pontos do impossível, lugar do inconsciente de onde o sujeito fala o que não pode ser dito. O termo real da língua é designado em francês como "lalangue", o que corresponde, em português, a "alíngua". Essa distinção terminológica expressa de um modo singular, já na grafia, a diferença existente entre a noção de língua, que é da ordem do todo, do possível, e a noção do real da língua (alíngua), que é da ordem do não-todo, do impossível, inscrito igualmente na língua. Esse termo veio da psicanálise, trazido por Lacan, e foi desenvolvido na lingüística, sobretudo por Milner (1987), numa tentativa de nomear aquilo que escapa à univocidade inerente a qualquer nomeação, apontando para o registro que, em toda a língua, a consagra ao equívoco. Na perspectiva teórica do discurso, torna-se fundamental uma concepção de língua afetada pelo Real, pois isso vai permitir operar com um conceito de língua que reconheça o equívoco como fato estrutural constitutivo e implicado pela ordem do simbólico. (Pêcheux, 1997b).

significante, de onde se potencializa a instauração do primado da metáfora sobre o sentido. Esse deslizamento não desaparece sem deixar as suas marcas, pois nas falhas, nas rupturas é que pode se instaurar um sítio de sentido, revelando os percursos de memória.

Pêcheux (1997b) recorre, na problematização sobre o sentido e o sujeito, à teoria lacaniana, pois essa ratifica suas formulações de que o sentido não está ligado apenas à linearidade da cadeia simbólica que o orienta, ou às cadeias ordenadas de uma linguagem formal, mas também ao que advém da cadeia significante. Pêcheux, ao retomar Lacan (1998), nos diz que o significante tem primazia sobre o significado, sendo resistente a ele, colocando-se como barra e possibilitando o seu deslocamento, mas não se trata de um deslocamento incessante; em alguns momentos, o significante se ancora na cadeia simbólica, atando-se ao significado, nos chamados "pontos-de-basta".

Podemos, então, a partir dessas problematizações, pensar que são esses "pontos de basta" que convocam o sujeito, fazendo-o identificar-se a uma dada formação discursiva – ele é interpelado por lugares pontuais que se constituem a partir da cadeia significante. Nesse jogo, a formulação discursiva ocupa e é ocupada por lugares discursivos que

determinam os sujeitos em seus atos, o seu destino, suas recusas, suas cegueiras, seu sucesso e sua sorte, não obstante seus dons inatos e sua posição social, sem levar em conta o caráter ou o sexo, e que por bem ou por mal seguirá, no rumo do significante (LACAN, 1998, p.34).

Conforme Lacan (1998), é o sentido que determina o sujeito e não o contrário. Além disso, é na cadeia significante, que "sempre se antecipa o sentido" (Ibid, p.505), que o significado se funda. O autor salienta ainda que, embora a linearidade seja necessária e constitutiva do discurso, ela, em si, não é suficiente. O significante, de forma diversa do significado, pode suportar tanto a desordem como a ordem mais indefectível, pois ele não significa nada (LACAN, 2002)

Com base nesse pressuposto, Pêcheux (1997b, p. 300) reitera que o sentido se constitui no *non-sens* e se instaura a partir da

formação discursiva. Pêcheux problematiza as questões de sentido na sua relação com o discurso que não se confunde, nessa ordenação, com o ato de fala, determinado e organizado pelas regras da língua. O discurso não pertence a um sujeito individual, mas habita os sujeitos e se institui a partir da relação dos sujeitos com a língua e com a história. Imersos nessa relação, os sujeitos se filiam a redes de formulações e o discurso é, então, constituído por essas redes de formulações, fazendo emergir regularidades. Essas redes estão inscritas nas formações discursivas (FD) que dão à língua o seu efeito de evidência e tornam o sentido visível e ilusoriamente transparente, destituindo-o de opacidade. Por essa razão, devemos indagar sobre os processos de interpelação e identificação que constituem sujeito e sentido.

Entendemos, com Pêcheux (1997b), que a questão da constituição do sujeito encontra-se ligada à da constituição do sentido e ambas necessitam ser pensadas e articuladas à questão dos processos de interpelação e identificação que atravessam o sujeito.

O que nos interessa, como propõe Orlandi (1996), não é pensar a organização do texto, mas sua ordem significativa. Esse processo, sobre o qual o sujeito pensa ter domínio é exposto pela língua, fazendo irromper o equívoco, nas falhas, nas fissuras da rede de dizeres.

1.2 Efeitos do simbólico e do imaginário na constituição do sujeito e do sentido

Na constituição das noções de imaginário, simbólico e real, no âmbito da AD, podemos observar o atravessamento das reflexões psicanalíticas e filosóficas. Segundo Silveira (2004) isso decorre porque a AD é uma disciplina de entremeio, comportando o que há de mais significativo das outras áreas do conhecimento, mobilizando as noções de imaginário, simbólico e real para possibilitar a identificação dos processos discursivos que revelam a constituição do sujeito e do sentido.

É via imaginário que o sujeito se relaciona com a realidade. Essa relação não é direta, mas mediada pela linguagem enquanto campo simbólico de elaboração do sentido. O imaginário não se opõe à realidade, sendo parte constitutiva dela, um efeito do real. O discursivo é a ligação entre a ordem do imaginário - do ideológico, e a ordem simbólica - a ordem das palavras. A ideologia é interpretação e direcionamento de sentidos em certa direção, direção esta determinada pela história. Assim, o real, trazido por Pêcheux (2002) para a AD, é o "real sócio-histórico", é da ordem dos processos e das práticas sociais. Nisso está presente o modo próprio ao campo específico com que, na AD, se articulam as noções de imaginário, simbólico e real, definidas no campo da psicanálise e ressignificadas na AD. A especificidade que tais noções assumem na AD manifesta-se na articulação dessas três dimensões à ideologia e à determinação histórica, e não ao inconsciente. Este é o deslizamento que se instaura na AD acerca das noções de inconsciente, real, simbólico e imaginário que, mesmo sendo influenciados pela psicanálise, são ressignificados.

Assim, é importante podermos observar como o imaginário e o simbólico são tratados em outras posições teóricas que vão deslizar para a noção que se tem apropriado em AD.

Imaginário é um conceito que corresponde à imaginação, como sua função e produto, sendo constituído a partir de muitas posições. Para Le Goff (1994) imaginário está no campo das representações, mas como uma tradução não reprodutora, e sim, criadora, poética.

Para Durand (1997, p.14), o imaginário é o "*conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do homem*", o grande e fundamental denominador onde se encaixam os procedimentos do pensamento humano. Durand parte de uma concepção simbólica da imaginação, que postula o semantismo das imagens que conteriam, materialmente, de alguma forma, o seu sentido.

Deleuze (1992) lança suas dúvidas sobre o imaginário. Para ele, as coisas mesmas são imagens e estas não estão no cérebro; o cérebro é uma imagem entre outras.

Quando se refere ao imaginário, Deleuze (1992) recusa atribuir-lhe irreabilidade, mas o vê como um conjunto de trocas entre uma imagem real e uma virtual, como uma indiscernibilidade entre o real e o irreal. A passagem do imaginário se daria em direção a um tempo puro, dissociado do movimento, só possível como imagem-tempo. O imaginário seria a potência do falso.

Para Lacan (1996) o imaginário seria um aspecto fundamental da construção da subjetividade. O imaginário corresponderia à fase do espelho, ao reconhecimento de si que o sujeito opera ao descobrir o seu reflexo. Ao mesmo tempo em que a imagem no espelho afirma a realidade do eu, é insinuado também o seu caráter de ilusão, já que é apenas um reflexo.

No dizer de Silveira, *“quanto à noção de imaginário, a AD promove um deslocamento da concepção de imaginário da Psicanálise e da Filosofia, aproximando a questão da “construção do eu” (ilusão do sujeito) e a questão da instituição da sociedade (a invenção)”*, (2004, p.120). Essa aproximação se torna possível porque o imaginário, no âmbito da AD, está vinculado à constituição do sujeito, assim como do sentido, condicionando ainda os mecanismos de projeção desse sujeito na sociedade.

Constituída a noção de imaginário, podemos pensar a Formação Imaginária como aquela que viabiliza a efetivação das relações sociais e que têm seu funcionamento garantido no discurso, enquanto um lugar onde se constituem as relações entre a situação (histórico-social) e a posição (ideológica) do sujeito, condicionando e produzindo determinados efeitos de sentido, ao mesmo tempo que promove o silenciamento de outros.

Ao pensarmos a noção de imaginário, em AD, é preciso considerar que entre linguagem e mundo, assim como entre palavra e coisa, não existe uma relação direta (ORLANDI, 1996). No entendimento de Silveira

Existe, sim, a ilusão de que tal relação se dá de forma direta, porque o imaginário produz esse efeito de sentido. A isso também podemos chamar de “efeito de evidência” que se realiza quando o sujeito acredita que o discurso o remete de forma direta a uma realidade empírica. Em AD, a produção dos

sentidos está vinculada à relação entre sujeito e história e isso promove a eficácia do imaginário. (2004, p.120-121)

Segundo Orlandi (1996), na passagem da ordem do imaginário para a do simbólico produz-se sua dimensão heteróclita visto que não é portador de um único sentido, podendo significar de diferentes maneiras, dependendo sempre da interpretação do sujeito. Para Orlandi a questão do sujeito e do sentido na linguagem é uma questão que faz intervir a filosofia e as ciências das formações sociais, e o simbólico, porque se constituir numa questão de interpretação, apresenta-se como uma questão aberta.

Para Henry (1992) o simbólico é aquilo que, na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito. Orlandi (2001) diz que o sujeito, para se constituir, deve submeter-se à língua, ao simbólico. É importante sublinharmos que se trata do jogo da língua na história, na produção de sentidos. O simbólico está relacionado ao processo do significante e do sócio-histórico na constituição do sujeito de forma que possibilita que sentidos sejam sempre produzidos.

Entendemos, a partir dessa posição, que sujeito, discurso e sentido se encontram intrinsecamente constituídos e mediados pelo simbólico, uma vez que a memória discursiva é que possibilita uma rede de dizeres e sua filiação a uma formação discursiva.

Nas reformulações teóricas que têm sido produzidas ao longo dos esforços de pesquisa, desde Pêcheux (1997b) e reiteradas vezes por Orlandi em vários estudos, o discurso é concebido como efeito de sentido entre locutores. Essa concepção nos remete para “*uma compreensão de linguagem como uma prática simbólica, uma prática que se constitui pela via do significante e que se encontra na gênese do processo de constituição do sujeito*” (MARIANI, 1999, p.01). Podemos afirmar, dessa forma, que não se trata nem de um indivíduo ou de uma realidade, que possam ser mensurados, quando se discute sujeito, sentido e discurso, mas sim de uma relação que se constitui por uma rede de memória que organiza os ditos emprestando-lhes velhos e novos sentidos.

Para Silveira (2004) a representação desse processo de constituição do sujeito e de instituição da sociedade se realiza na ordem do *simbólico* pelos processos de discursivização. Assumindo que o simbólico representa o imaginário, podemos dizer que é esse espaço simbólico que estabelece as possibilidades de relação entre o sujeito e o mundo (natural e social). Pelo caráter de opacificação dessa relação, o sujeito não se dá conta disso, mas a constituição do sujeito e do sentido depende do simbólico para se efetivar, considerando que o simbólico se manifesta pela linguagem e depende da interpretação do sujeito para significar.

O imaginário é constituído por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória histórica de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Baczko (1985) assinala que é por meio do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades esboçam sua identidade e organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, e também por símbolos, alegorias, rituais e mitos.

A rede imaginária possibilita-nos observar o uso das representações e das idéias, uma vez que os símbolos deixam entrever o que é constitutivo da organização da sociedade e da própria história humana. As significações imaginárias determinam referências simbólicas que definem, para os sujeitos, lugares de sentido.

O imaginário não é uma cópia da realidade, uma vez que seu veio simbólico agencia sentidos. Os símbolos não são neutros, pois sua própria formulação está condicionada, atravessada por uma formação ideológica. A organização da sociedade, como a reconhecemos, constitui sempre uma ordem simbólica, como fator de identificação dos sujeitos e do sentido.

É o símbolo que permite ao sentido engendrar limites, diferenças, tornando possível a mediação social, consagrando-o como ordem irreduzível a qualquer outra. O símbolo, por conseguinte, se refere a um sentido, não a um objeto sensível. O itinerário simbólico para a construção do imaginário social depende das redes de memória, dos

pré-construídos que engendram a formulação do discurso e do sentido do simbólico.

O símbolo é, segundo Durand (1997, p.134), a "*marca da incessante troca existente, em nível do imaginário, entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as pressões objetivas provenientes do meio cósmico e social*".

Os sistemas simbólicos emergem para unificar o imaginário social. Arquitetam as finalidades e a funcionalidade das instituições e dos processos sociais. Através dos múltiplos imaginários, uma sociedade traduz visões que coexistem, superpõem-se ou se excluem, enquanto forças reguladoras do cotidiano. A realidade social é determinada pelo imaginário, enquanto uma atualização do virtual latente. Daí consiste a transcendência das ideologias: elas expressam as relações vividas pelos homens, não com as suas reais condições de existência, mas com a relação imaginária que se estabelecem com essas condições.

Para Pêcheux (1997b), as formações imaginárias determinam o lugar que os sujeitos dos discursos atribuem a si mesmos e ao outro durante a formulação do dizer. Nos termos de Orlandi (2001, p. 40), são essas imagens, que resultam de projeções, que "*permitem passar das situações empíricas - os lugares do sujeito - para as posições dos sujeitos no discurso*". As formações imaginárias se manifestam, no processo discursivo, como uma retomada de uma memória que se impõe ao discurso, pela tensão das relações de força e de sentido. As representações tomadas pelos sujeitos são constituídas no jogo dos dizeres já formulados. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados. As formações imaginárias, enquanto mecanismos de funcionamento discursivo, não dizem respeito a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções.

O sujeito se apresenta, desde o início, constituído, atravessado pelo simbólico. Na esteira desse olhar, o simbólico, enquanto estruturado por linguagem, está relacionado ao processo do significante e a uma dimensão sócio-histórica na constituição do sujeito de modo que, ao ser colocado em relação à experiência no mundo, possibilita que sentidos sejam sempre produzidos, potencializados. Segundo Mariani (1999), a ilusão do reconhecimento do sujeito como unidade funda-se no desconhecimento/esquecimento das determinações discursivas que o constituem como tal. Esse assujeitamento do discurso sobre a unidade de sujeito e de sentido se apresenta como evidência de uma falha, de uma fissura que nega esse ser indiviso, de um sentido, a existência de um sujeito uno.

Para Mariani (1999) a instauração dessa evidência resulta da identificação do sujeito com as formações discursivas constitutivas, imaginariamente, de sua unidade como 'ser-no-mundo'. Esse funcionamento ideológico produz um efeito de apagamento para o sujeito sobre fato de ser resultado de um processo de identificação e de representação, resultante de sua entrada no simbólico. Esse dispositivo opera a um só tempo, o que se mostra como evidência para o sujeito, isto é, evidência de uma 'identidade', encobre sua interpelação-identificação pelos processos sócio-ideológicos, seu assujeitamento que se produz no interior de uma formação discursiva, condicionada por um formação ideológica. Esse funcionamento discursivo revela que

sob a evidência de que 'eu sou realmente eu' (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas 'idéias', minhas intenções, meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio: 'aquele que...', isto é, aquele que se achará aí; e isso sob diversas formas, impostas pelas relações sociais jurídico-ideológicas (PÉCHEUX, 1988, p. 159).

Nesse processo de interpelação e identificação, que nunca é completo ou finalizado, espaços de resistência e falhas, afetados pelas redes significantes, deslocam o efeito das filiações nas formações discursivas. Com isso Mariani (1999) evidencia que está em

jogo, não um suposto e vago ‘poder da linguagem’, mas sim a existência de um processo de interpelação e identificação constituído pela ordem do significante enquanto fundamento do simbólico.

O sujeito, como diz Pêcheux (1997b), está preso na rede de significantes. Ao mesmo tempo que se mostra como um ponto de ancoragem estável para o sujeito abre espaço para o equívoco, para as falhas.

O sujeito está, desde sempre, determinado na rede de significantes que o antecede, o que significa estar assujeitado ao campo do outro. E é na relação com um outro imaginário que se constitui o processo de identificação.

Noutro modo de olhar para essa questão, se é possível haver acesso ao sujeito, isso só é possível através da análise da “*ordem simbólica [que constitui o sujeito] sob a forma da linguagem e na qual a determinação do significante faz valer o sujeito como dividido por seu próprio discurso* (AUROUX, 1998, p.53). ”

Mas algo fala antes e de outro lugar, desfazendo a linearidade do formulável instaurada no enunciado do ‘eu-aqui-agora’ do teatro da consciência. Trata-se de uma espécie de “pré-história” (Lacan, 1996, p. 159) da inserção do sujeito em uma ordem significativa que comparece como ‘resto’, deslocando aquilo que o sujeito historiciza ao falar. Para Lacan: “*A palavra que o sujeito emite vai, sem que ele o saiba, para além dos seus limites de sujeito discorrente . ficando, certo, ao mesmo tempo, no interior dos seus limites de sujeito que fala* (1996, p. 303).

Pêcheux (1997b), ao deslizar conceitos da psicanálise para o campo discursivo, chama a esse processo de efeito do pré-construído: uma discrepância, uma falha, pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar, independentemente. Assim, o sujeito identificável e responsabilizado pela ordem jurídico-ideológica com relação ao que diz e faz, encontra-se atingido pelo inesperado, produzindo uma identidade, simultaneamente inusitada e familiar, condicionada pelo assujeitamento.

1.3 O discurso da mídia – funcionamentos polissêmicos e parafrásticos

O conceito de polissemia pode ser melhor apreendido quando o estudamos em relação com a paráfrase e ao papel que o *lugar de fala* joga na sua gestação. As formações discursivas são formações componentes das formações ideológicas e condicionam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição em uma conjuntura dada. As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, pois muda sua relação com a formação ideológica. No processo discursivo vão se formando famílias parafrásticas que significam, pois o discurso está condicionado pelas condições em que se produz e por outros dizeres, por outros saberes. Com isso, podemos entender que o dizer tem história e que a produção de sentido se faz numa relação de paráfrase e polissemia.

Segundo Orlandi (2001:36), *“os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível a memória”*. A paráfrase, segundo Orlandi (2001), retorna aos mesmos espaços de dizer. Já a polissemia (idem, p. 38), *“é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer”*. Para ela, *“a polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico”*. Segundo Orlandi, quando se pensa discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia).

O processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas e o processo polissêmico é aquele responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos. A relação entre paráfrase e polissemia expressa-se como conflito entre o garantido, o institucionalizado, o legitimado e aquilo

que no domínio do múltiplo tem que se garantir, se legitimar, se institucionalizar. Entram em jogo, nesse funcionamento a ideologia e os diferentes saberes constitutivos da memória discursiva.

Podemos dizer, com Orlandi (2002), que o discurso hegemônico é aquele que se constrói como parafrástico, o que o faz possível e legítimo. E isto implica compreender a formação discursiva a partir do pré-construído e referencial. Ou seja, o discurso não nasce no sujeito, ele parte de uma memória, reiterada ou esquecida, de referenciais pré-constituídos. Uma família parafrástica se constituirá com base numa estabilidade referencial. É assim que podemos compreender a relação entre a formação discursiva e a constituição do sentido e do enunciado repetível.

Sendo a formação discursiva uma representação de formações ideológicas correspondentes, as palavras só constituem em sentido(s) na formação discursiva na qual são empregadas. A formação discursiva, portanto, é o lugar de constituição do sentido, determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo socio-histórico em que as palavras, expressões e proposições são (re)produzidas. As palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições mantidas pelos que as empregam, o que significa que tomam seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Deve-se sempre ter em conta que uma formação discursiva não é una, mecânica e monolítica. Ao contrário, é dividida e heterogênea e há um deslocamento contínuo em suas fronteiras, em função das jogadas da luta ideológica, dos confrontos político-sociais. Mas sempre será possível se construir um discurso mais aceitável, previsível, repetível, legítimo que, nesse caso, se caracterizaria como discurso parafrástico.

Paráfrase e a polissemia estão relacionadas aos processos discursivos da linguagem. A primeira é da ordem do campo da memória, onde se volta ao espaço do dizer, resgatando o que já é sedimentado, e repetindo o sentido. Ou seja, faz parecer evidente, como resultado de um efeito ideológico, a retomada, materialização e

circulação de certos sentidos, condicionando estes mesmos sentidos como a única possibilidade do dizer, apagando as outras.

A ruptura, o equívoco se possibilitam pela polissemia, que desestabiliza o processo de significação instalando sentidos que deslocam o previsível dos sentidos dominantes e quebrando uma ordem ideologicamente assentada.

A “criação” em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados. Regida pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz a variedade do mesmo. Por exemplo, produzimos frases soltas da nossa língua, mesmo as que não conhecemos, as que não havíamos ouvido antes, a partir de um conjunto de regras de um número determinado. Já a criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes. (ORLANDI, 1999, p.37).

Notamos que a produtividade está ligada à repetição, como forma de assentamento, de regularização do óbvio, do estável e necessário para a sobrevivência de uma ordem.

O objeto em torno do qual se constrói nossa análise, a campanha “O amor é a melhor herança. Cuide das crianças”, tem ainda, como elemento constitutivo, a intertextualidade que serve para a publicidade e para o “discurso jornalístico, sobretudo na sua forma de reportagem” (MARIANI, 1998, p.61), reafirmar o seu próprio discurso.

A paráfrase que constitui a base da noção de deriva é pensada em relação à configuração da formação discursiva. Vincula-se, por essa razão, ao que é definido como efeito metafórico (PÊCHEUX, 1997b), constituindo-se como um fenômeno semântico produzido por uma substituição lexical, produzindo um deslizamento de sentido.

As diversas formações discursivas que são constitutivas de nosso objeto de análise nos possibilitam um gesto de leitura intertextual e interdiscursiva, no sentido de que um dizer sempre está ligado a outro dizer, o sempre *já-lá*, relacionado ao interdiscurso, que se apresenta

como memória histórica. É através das formações discursivas tanto a dominante, quanto as que a entrecruzam, que podemos fazer irromper as formações ideológicas.

As relações que se produzem no discurso apontam para a incompletude, como constitutiva do discurso que se liga necessariamente ao silêncio, porque o sentido é uma questão aberta e porque o texto é multidirecional enquanto espaço simbólico.

E por ser o espaço do simbólico, o texto contempla um mosaico de significações, e cabe ao analista do discurso seguir o caminho da relação do texto com a exterioridade, com a memória discursiva.

2 CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E POSSIBILIDADES DO DIZER

As condições de produção constituem a instância de produção do discurso - o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro e do referente.

O questionamento a respeito das condições de produção é orientado para a sua exterioridade ou, dizendo de outra forma, para as formações discursivas condicionadas pela formação ideológica determinante do que pode e deve ser dito, num determinado momento sócio-histórico, político e econômico. É nesse contexto que o sentido do discurso se potencializa.

Consideramos, na linha de nosso trabalho, a definição de condição de produção proposta por Courtine (1981b) que a aproxima da análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e a articula teoricamente com o conceito de formação discursiva.

Na esteira das sucessivas reformulações e questionamentos teóricos, para Orlandi (1994) a noção de condições de produção suscitou controvérsias, uma vez que não são questões empíricas que estão em jogo, mas a representação dessa situação no imaginário histórico-social. É no âmbito das condições de produção que são constituídos um imaginário, individual e coletivo, e uma lógica de identificação social com a função, por vezes, de escamotear a relação de conflito e tensão que se cria junto a classes antagônicas ou, em outros casos, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, mascarando-o com sentidos outros. O lugar do equívoco, dos "pontos de deriva possíveis" como explica Orlandi (1996, p. 82), são os deslizamentos, os efeitos metafóricos.

Qualquer dizer formulado é o sinal potencial de um movimento nas filiações sócio-históricas da identificação, na medida em que

constitui, ao mesmo tempo, o resultado de tais filiações e o trabalho de deslocamento em seu espaço (PÊCHEUX, 1997b).

2.1 Discurso e história – processos constitutivos

A memória histórica, concebida, no âmbito da AD, como constituída por relações interdiscursivas possibilita detectar as discontinuidades que a elaboram a partir de grandes fraturas que justapõem recortes de memória. Essa concepção de História implica romper radicalmente com qualquer busca das origens ou de um sistema de causalidade, substituídos por um caráter de multiplicidade de dizeres: a busca de coerências significantes entre discursos que na aparência não têm outras relações senão a de simultaneidade.

É justamente o descentramento do sujeito que induz a uma nova relação com a temporalidade e com a historicidade: entendendo-o como dispersão em múltiplas temporalidades. Podemos, numa leitura de Dosse (2001), conceber o discurso como objeto de acontecimentos que lhe são exteriores. Essa perspectiva pluriforme permite dar um sentido novo à noção de acontecimento.

É exatamente a partir dessa noção de acontecimento que emerge uma abordagem discursiva, pois a História é constituída pelas lutas, pelas batalhas discursivas. A problematização da História, *enquanto aquilo que pode e deve ser dito*, nos leva a investigar o campo dos enunciados a fim de entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento e a cristalização de certos sentidos em nossa cultura.

Há nas formações discursivas uma articulação entre singularidade e repetição: de um lado, é um gesto; de outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro.

O discurso é constituído pela singularidade e pela repetição; sua análise deve, portanto, levar em conta a dispersão e a regularidade na medida em que instituiu o território da História como o campo das formações discursivas. História e materialidade dos enunciados se interpenetram para constituir os sentidos:

O acontecimento não é nem substância, nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui o seu lugar e este consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 1986, p.57-58).

Podemos pensar nosso trabalho de análise do discurso midiático, procurando buscar o que não é “evidente”, fazendo irromper a singularidade, a raridade: as conexões, os jogos de força, as estratégias que formam, num dado momento histórico, aquilo que a seguir vai ser dado como evidência – olhar o acontecimento a partir dos processos múltiplos que o constituem (as práticas, que são as condições para a sua inteligibilidade).

Tomar os acontecimentos significa estabelecer uma nova noção de tempo (temporalidades múltiplas) e de espaço (emaranhado, rede de relações). Essas concepções, que trazem o descontínuo e a multiplicidade.

Na formulação do discurso da História, o historiador realiza uma escolha, organiza, elimina alguns documentos e conserva outros (NORA, 1993). Essa seleção denuncia a orientação político-ideológica de uma época, já que os documentos conservados são aqueles que se configuram como essenciais para a compreensão da própria sociedade, sob os condicionamentos de um lugar social. Ao desmontar os documentos e interpretar as suas condições de produção, o analista de discurso procura interpretar a forma como a sociedade se representa. Por isso, a memória não é pensada em seus aspectos psíquicos ou neurobiológicos: trata-se de entender os condicionantes da memória

como condição de seu funcionamento discursivo, produzindo efeitos de sentido num momento e silenciando, pelo esquecimento, outros.

Entendendo a História como interpretação, e não como resultado buscamos em nossa análise, os efeitos discursivos. As coisas e os sujeitos não pré-existem aos discursos, ao contrário, são esses que os constituem. Os sujeitos e os objetos existem em espaços e tempos construídos, que definem representações.

Sujeitos, espaços, tempos são, portanto,

noções históricas, densas em sua materialidade, carregadas de tempo, definidoras de espaços, que nascem em algum momento e que têm efeitos práticos (...) Designam uma gama de práticas que precisam ser historicizadas, desconstruídas, desnaturalizadas (RAGO, 2002, p. 265).

O sujeito, quando se filia a uma FD, apropria-se da condição dada aos sentidos no interior dessa rede de formulações que se impõe como memória a ser repetida. Nesse processo, há, simultaneamente, um apagamento das condições de produção de outros sentidos.

Quando pensamos em esquecimentos, implicamos outras dimensões da memória, uma vez que esse processo de instituição do sujeito e dos sentidos é simultâneo e reveste o sujeito de uma totalidade e de uma consciência sobre o dizer como sendo sua propriedade, permitindo-lhe articulá-lo. Com isso, o sujeito supõe dominar os sentidos de forma racional, esquecendo que eles estão inscritos e ancorados em uma FD que, sem ele o saber, mascara os sentidos com um efeito de acabamento. É uma ilusão do sujeito, pois o movimento do sentido sempre escapa ao seu domínio, por não lhe pertencer.

O funcionamento discursivo do sentido condiciona o que lhe é constitutivo, o seu deslocamento, a cadeia significante, os restos, a tensão de sua rede, constituindo a memória discursiva que é desde sempre lacunar. A memória discursiva não é única, não é homogênea ou um lugar de limpidez. Ela é constituída de diferenças, é um complexo, tendo, em seu funcionamento, uma memória oficializada e sentidos dominantes.

Podemos dizer que, em todo processo de constituição do sentido, sempre há o “*encontro da memória com uma atualidade*” (PÊCHEUX, 2002, p.17). Este encontro determina a retomada de uma repetibilidade memorativa com os elementos de uma atualidade inscrita numa rede de formulações que possui uma historicidade, uma materialidade. Fundam-se, aí, os sentidos que podem ser reiterados ou tornar-se passíveis de serem outros, transmutando-se, transformando-se, no encontro desses pontos de tensão que imprimem, por sua vez, a manutenção do mesmo ou a instauração de algo novo.

O sujeito articula os pré-construídos, os “*sempre-já-aí*”, que são condicionantes da formulação do discurso. Mas toda retomada discursiva implica ressignificação, podendo fazer desprender fragmentos outros que podem compor o mesmo de forma diferente, opacificando um *já-dito*. Os já-ditos podem surgir no discurso como algo estranho, efeito de outros sentidos, de outros dizeres, de outros jamais ditos; isto é, podemos pensar a memória discursiva como efeito do interdiscurso, como constituída a partir dele, sendo o que se mostra no intradiscurso apenas um recorte do interdiscurso. Dessa forma, estamos reconstituindo fronteiras sempre móveis, redescobrimo resquícios que nem sempre podem ser recobertos ou iluminados pelos sentidos já postos.

Por essa razão, podemos dizer, com Orlandi (1996), que o sujeito não é uma máquina de reproduzir sentidos, pois é intrínseco ao próprio processo discursivo haver espaços de interpretação. Entre o dito e o não dito, abrem-se, então, brechas, equívocos, deslocamentos, debates, articulações, vacilos do sujeito, possibilidades de análise e de questionamentos. Sem essa concepção de sujeito, não poderíamos falar em memória discursiva, mas apenas em memória, pois o indivíduo, plenamente consciente, a dominaria a ponto de controlá-la e de transformá-la em um arquivo de dados a ser acessado de forma plenamente racional.

Dito isso, é possível assumir que é a partir da língua que chegamos ao discurso e, através do discurso, (re)construímos a memória discursiva. Não contemplamos, desse modo, apenas o fato

passado e oficializado socialmente, mas as ressonâncias do discurso outro, dos outros sentidos construídos em tempos anteriores e impensados. Nessa perspectiva, podemos falar de uma memória discursiva como o dispositivo que faz funcionar o memorial dos sentidos, isto é, o interdiscurso.

A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de um esforço de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. Constitui a possibilidade de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações.

Ao problematizar memória discursiva, Orlandi (1988) evidencia que o sujeito toma como suas as palavras de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória que se manifestará de diferentes formas em discursos. A memória,

por sua vez, tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (ORLANDI, 2002, p.31).

É a língua que dá forma ao discurso e o discurso é o que materializa a memória e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que, em uma memória coletiva, funciona como um mecanismo de identificação de um determinado processo histórico.

Achard (1999) observa que aquilo que se constitui como regular pode ruir sob o peso de acontecimentos discursivos novos, constituindo-se uma nova série que pode deslocar ou desregular as relações estabelecidas com a anterior. Essa percepção revela também que se constrói um jogo de força na memória, atravessada pelo acontecimento, que desloca ou desregula os implícitos associados ao sistema de regularização. Para Pêcheux

“a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de

que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”(1999, p.52).

Achard (1999), ao problematizar a questão, formula a hipótese de que tais implícitos não seriam percebidos explicitamente no discurso-vulgata do implícito, como formas estáveis e sedimentadas, visto que, sob a repetição que sofrem, ocorre a formação de um efeito de série que permitiria uma "regularização", que funcionaria como um dispositivo de recolhimento de implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (PÊCHEUX, 1999) que poderiam, segundo o autor, conduzir à questão da construção dos estereótipos.

Esses implícitos podem se configurar como enunciados completos ou, até mesmo, como certos itens lexicais utilizados isoladamente. Ainda que repetidos esses dispositivos discursivos podem acabar perdendo sua vinculação a um sentido atribuído. Esse processo ocorre pelo desencadeamento de um jogo semântico de construção de metáforas. Novos sentidos vão se constituindo na rede de dizeres. Há, então, um rompimento da memória como dispositivo guardador de implícitos - o que significa que a memória funciona como dispositivo de contextos de legibilidade de cada acontecimento discursivo e tem duas faces: a da tendência à estabilidade e a da tendência ao desarranjo e à instabilidade - repetição e dispersão estão na ordem de constituição do discurso.

A constituição da memória discursiva pode ser tomada como uma oposição aos processos históricos de silenciamento (apagamento) tal como os compreende Orlandi (1996). Dar evidência a aspectos apagados ou esquecidos corresponde a uma atitude político-ideológica que é constitutiva da memória histórico-discursiva.

A formulação de interpretações históricas possíveis, mas apagadas, tanto na ordem da escrita, quanto do dizer autorizado, permite que a sociedade ou o sujeito formulem a determinação da interpretação que produz as evidências históricas.

Assim, aquilo que não pode ser formulado, num dado momento histórico, pode também não ser possível em outro. É certo que, pelo próprio funcionamento do discurso, não podemos pensar que todo não-

dito possa vir a ser enunciado em outro momento. Tornar o não-dito explícito pode fazer emergir interpretações ou memórias que estavam silenciadas.

Esse processo de formulação do discurso, fazendo irromper o que estava silenciado, requer um trabalho simbólico com a memória discursiva, uma relação entre formulações e silêncios, entre as diferentes memórias discursivas em tensão, entre os saberes que já eram do domínio do sujeito e os novos que se agregam, desestabilizando os discursos constituídos, na medida em que outras memórias discursivas passam a ser constitutivas dos modos de dizer.

Para pensar a relação entre o discurso da campanha “O Amor é a melhor herança” objeto de nossa pesquisa, com sua memória, assume importância (re)constituir a memória histórica silenciada no meio sócio-histórico.

Importante sublinhar que há condições de produção específicas que regulam a possibilidade da memória poder ser dita, uma vez que há múltiplas narrativas constituindo sujeitos. O trabalho de constituição da memória adquire tem uma função significativa no funcionamento mais amplo da memória que é constitutiva de uma formação social.

Pertinente perceber também que a memória é um espaço móvel, de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos (PÊCHEUX, 1994). Encontrar, nesse espaço, fendas que alojam dizeres potenciais, ou simplesmente dar lugar a dizeres simples que precisam vir à tonanas condições cotidianas dos sujeitos que se relacionam o tempo todo com o igual e com o diferente, num dado tempo e contexto social, representa questão essencial quando se considera a formulação da memória discursiva..

2.2 Violência, sociedade e dispositivos legais

A constituição da memória sobre a violência implica a reconstituição de saberes que organizam, no plano teórico e jurídico os sentidos sobre a violência.

O espectro da violência tem pairado sobre a sociedade brasileira, atingindo crianças e adolescentes indiscriminadamente, seja nas ruas ou em logradouros públicos durante a calada da noite, seja em seus lares na forma de maus-tratos, espancamentos, torturas e abuso sexual, seja nas escolas ou instituições em que, estigmatizados e marginalizados, silenciam suas vidas, numa forma de esquecimento dos efeitos da violência de que são vítimas.

O movimento de produção da história da violência contra as crianças e adolescentes tem gerado diferentes sentidos. Ao longo desse processo práticas de violência foram sendo imputadas aos sujeitos, construindo um silenciamento em torno desses acontecimentos. Práticas diferenciadas de violência vem sendo exercidas, tornando explícitas e objeto do senso comum as várias concepções de infância e adolescência implícitas nesse processo.

As formas de violência, das quais as crianças e os adolescentes têm sido vítimas em nossa sociedade, têm proporcionado uma discussão sobre a existência destas, suas causas e conseqüências tendo em vista suas diferentes formas de manifestação.

Entretanto, ao contrário do que possa parecer, o exercício da violência não é estranho às crianças e aos adolescentes. Tais práticas tem-se dado historicamente, variando, no entanto, de acordo com a posição social em que estas se encontram. Prática de violência por meio de punição, castigos, espancamentos têm sido historicamente utilizadas tanto nas relações de trabalho como no sentido de instituir uma educação que não permita a transgressão de normas. A violência, nesse sentido, é institucionalizada enquanto instrumento educativo. É nesse contexto que o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes passa a ser refutado e contestado.

Diferentes posições sobre a violência têm circulado no seio da sociedade brasileira, mas o combate e a denúncia de sua prática nem sempre são assumidos e, por vezes, são esquecidos na rede de acontecimentos.

A violência física, moral e psicológica a que têm sido submetidas tem feito milhares de vítimas, em todas as classes sociais, revelando-

se mais em umas e noutras fortemente escamoteada, apagada. E esses crimes, que acabam silenciados pelo funiconamento discursivo, têm se tornado alvo de questionamentos, tanto no interior da sociedade brasileira como fora dela.

Os discursos contra a violência, constitutivos de nosso objeto de pesquisa, imbricam-se, produzindo efeitos de sentido determinados por práticas ideológicas diferenciadas. No âmbito de nossa abordagem, em seus múltiplos dizeres, estamos tomando o termo violência como representativo de uma mesma prática associada à negligência e ao abuso sexual.

Ainda que a violência seja determinada por um problema socialmente construído no interior das relações sociais, apresentando-se de formas diferenciadas, a sociedade brasileira a tem considerado mais pelo aspecto normativo, por considerá-la como uma prática de violação de regras, normas leis que são socialmente aceitas e que são determinantes dos acordos sociais de sua constituição. Nesse contexto jurídico, entende-se por violência

a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que haja Violência é preciso que a intervenção física seja voluntária. (...) Além disso, a intervenção física, na qual a violência consiste, tem por finalidade destruir, ofender e coagir (...) Exerce violência quem tortura, fere ou mata. (Bobbio, 1986, p.1291)

Como a campanha e os discursos sobre relacionam violência a abuso sexual e negligência, entendemos pertinente pensar nossa concepção de violência contrapondo-se às posições que a concebem apenas como transgressão de princípios e normas, cuja finalidade é destruir e ofender. Consideramos a violência como elemento estruturante da história humana. Em relação à própria história de crianças e adolescentes na sociedade brasileira, podemos verificar que ela foi sempre permeada por diferentes práticas de violência e morte, culminando na maioria das vezes no silenciamento de sua história ou no seu extermínio.

Revestindo-se com contornos específicos, a violência se institui tanto pelo fracasso das políticas públicas que devem ser viabilizadas

pelo Estado, quanto pela vitimização dos sujeitos, em consequência de maus-tratos advindos de suas relações familiares e interpessoais.

No dizer de Adorno (1991), contrariando o que muitos vezes pensamos, a violência não é um fenômeno estranho à sociedade. Geralmente, temos uma certa idéia, presente no senso comum ou no chamado senso crítico ou científico, de que a violência é uma coisa externa aos homens e de que ela existe como algo que é estranho a todos nós, como se fosse uma patologia, uma anomalia que deve ser tratada. No entanto, Adorno chama atenção para o fato de que

a mesma sociedade que organiza uma certa ordem supõe como elemento de funcionamento dessa ordem a relação violenta, supõe a violência como elemento estruturador e organizador das relações e da superação dos conflitos sociais (ADORNO, 1991, p. 4).

Com isso podemos entender como a sociedade brasileira organiza suas práticas - utilizando-se de um discurso contra a violência, o Estado resguarda-se e procura proteger-se de uma responsabilização pelo estado de coisas na sociedade.

Para que possamos então, compreender essas práticas e modos de organização instituídos em nossa sociedade, precisamos resgatar mais elementos sobre a violência como um elemento fundante de nossa estrutura social.

A violência infanto-juvenil é um fenômeno mundial e, para compreendê-la, é preciso contextualizá-la, ou seja, visualizando-a no contexto de uma sociedade específica, reconhecendo que toda violência é social, histórica e envolve determinantes econômicos, jurídicos, políticos e tem influências culturais.

O Brasil é constituído por uma sociedade marcada pela dominação de classe e por profunda desigualdade na distribuição da riqueza social, possibilitando a violência estrutural que atinge grande parcela de crianças e adolescentes, conduzindo-os a uma vida indigna em termos de alimentação, habitação, escolarização, exploração de sua mão-de-obra, exposição à violência e, muitas vezes, condenação ao extermínio.

Segundo dados do Informe Epidemiológico do S.U.S., 1997, o Brasil é exemplo de desigualdade, de injustiça e exclusão pois mais de dois terços da população não dispõe de renda suficiente para assegurar o acesso às condições de respeito aos direitos fundamentais, 32 milhões de brasileiros passam fome e sessenta, em cada mil crianças que nascem, morrem antes de completar um ano de vida.

Guerra e Azevedo (1997, p. 232-233) citam que a infância vítima de violência estrutural compreende o contingente social de crianças e adolescentes *“que se encontram em situação de risco pessoal e social, daqueles que se encontram em situações especialmente difíceis, ou, ainda, daqueles que por omissão ou transgressão da família, da sociedade e do Estado estejam sendo violados em seus direitos básicos”*. Estas autoras classificam a Infância vítima de violência em:

- pobre: vítima da violência social mais ampla (incluem-se menores carentes, abandonados e infratores).
- explorada: vítima da violência no trabalho (crianças que procuram sobreviver através do mercado formal e informal de trabalho).
- torturada: vítima da violência institucional (crianças vítimas de maus tratos quanto à assistência, repressão e tratamento em instituições).
- fracassada: vítima da violência escolar (exclusão do processo de escolarização através da dificuldade de acesso, de reprovação e repetência e da evasão escolar).
- vitimizada: vítima da violência doméstica (pertinentes às relações interpessoais adulto-criança).

Esse quadro de múltiplas formas de violência tem se manifestado, no entanto, numa sociedade que tem produzido entendimentos e regramentos sobre as crianças e adolescentes. O dever de proteção por parte da família, da sociedade e do Estado já foi reconhecido anteriormente, em nível internacional, em 1966, pela aprovação do Pacto de Direitos Cívicos e Políticos, pelas Nações Unidas, pois os Estados-Membros reconhecem que: *“Toda criança terá direito, sem discriminação alguma por motivo de raça, sexo, cor, idioma, religião, origem nacional ou social, posição econômica ou de nascimento, às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte de sua família, da sociedade e do Estado”* (Artigo 24).

Em nível nacional, a Constituição Brasileira de 1988, prevê que

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Artigo 277).

Apesar da responsabilidade em dar proteção à criança, “o primeiro lugar onde a violência explode, quando o país vai mal, é dentro de casa” (DIAS, 1993, p. 23).

A família tem importância reconhecida por todas as sociedades, no entanto, “além de todas as suas funções positivas, tem sido o espaço de hierarquia e da subordinação e a violência intrafamiliar tem gerado sofrimento para aqueles que a ela estão submetidos, particularmente mulheres e crianças...” (BARSTED, 1998, p. 3).

Nesse sentido, a Constituição Brasileira, também prevê que “ O Estado assegurará a assistência a família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (artigo 266, p.8).

A crise que a família enfrenta hoje é reflexo de inúmeros processos como “as migrações internas e os deslocamentos populacionais provocados pelas guerras, a violência urbana, a pobreza, as políticas de ajuste econômico, o desemprego, o esgarçamento da solidariedade entre seus membros, dentre outros” (BARSTED, 1998, p.4).

Esta autora, acrescenta que “ a família tem sentido o impacto de mudanças culturais, legais, sociais e econômicas, que redefiniram os tradicionais papéis” (BARSTED, loc.cit).

Crianças não se dicotomizam apenas em vítimas e culpados, mas são representantes de um modo violento de viver. A opressão imposta à criança ou adolescente reproduz um pouco a opressão que o adulto enfrenta em sua vida diária, pela violência maior que a sociedade lhe impõe.

Estamos enfocando, em nossa abordagem, a violência doméstica ou intrafamiliar, pelo fato de percebermos sua predominância quando se foca a questão nas crianças e nos adolescentes.

A violência doméstica, além de determinantes estruturais, é de natureza interpessoal, faz parte de um contexto de relacionamento adulto/criança, ocorrendo com maior ou menor intensidade em todos os níveis sócio-econômicos e culturais. Acontece em todos os níveis e lugares independente de culturas, raças ou credos.

Bater em uma criança é um hábito universal, considerado pelo senso comum, como uma forma de educar, um direito dos pais, não como violência, sendo um reflexo do pátrio poder, havendo negação da face violenta da família.

Conforme definição de Guerra e Azevedo,

a violência doméstica representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima implica, de um lado, uma transgressão do poder/ dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (1998, p.32)

A violência contra criança e adolescente no decorrer da história recebeu diferentes denominações como: maltrato, abuso, vitimização, exploração, opressão, entre outros. Farinatti (1992, p. 684) classifica a violência intrafamiliar em:

- *maus tratos físicos - exteriorizados através de lesões orgânicas;
- *maus tratos psicológicos - atingem a integridade emocional da criança;
- *abuso sexual - uso da criança para gratificação sexual de um adulto e que fere os tabus sociais e familiares;
- *negligência - são atos de omissão de cuidados e de proteção da criança contra agravos evitáveis (prover necessidades físicas e emocionais);
- *síndrome de munchhauser por procuração - no qual o adulto inventa sintomas que levem a múltiplas investigações e intervenções desnecessárias e danosas à criança.

Minayo (2004, p.79) exemplifica a violência psicológica como abandono (não só por doação, mas também pela ausência de demonstração de proteção), o estímulo a competitividade (pressão para desenvolvimento pessoal melhor, excesso de atividades), rejeição

(depreciação, não aceitação de valores e negação de suas necessidades), isolamento (afastamento de experiências sociais habituais à sua idade), aterrorização (instauram um clima de medo-agressão verbal) e não estímulo ao crescimento emocional e intelectual descuidando do desempenho escolar e de desejo de novas atividades.

Segundo Minayo, este tipo de violência é mais comum em famílias de maior poder aquisitivo, porém na classe média, a violência quase nunca é denunciada ou divulgada, revestindo-se de caráter sigiloso porque ocorre na esfera do privado. Entre a população pobre a violência é mais revelada e existe maior acesso dos pesquisadores, por isso é mais denunciada.

Como resultado de movimentos mudança, iniciaram-se ações reivindicatórias para mudança constitucional e conquista dos direitos humanos, e, para a criança e adolescente, a principal conquista foi o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90.

Devido ao comprometimento de profissionais e organizações em defesa dos direitos das crianças e adolescentes foram obtidas algumas conquistas, com a questão legal. No que se refere ao aspecto jurídico, as leis criadas que abrangem a questão da violência infantil são:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) - art.3 e 5;
- Declaração Universal dos Direitos da Criança(1959)-Princípio 9º;
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1990-Brasil) - arts.: 19.1 e 2, 9, 34, 35, 36 e 39;
- Constituição Federal (1988) - art.226, § 8º e art. 227, § 4º;
- Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) - arts.: 5, 13, 16, 17, 18, 56, 70, 87, 98, 101, 129, 130, 141, 206, 232, 233, 240, 241, 263, 245;
- Lei 8072/90 - lei de crimes hediondos;

Sêda (1999, p.26), ao analisar o estatuto legal, destaca que para efetividade dos direitos das crianças e dos adolescentes, as normas constitucionais brasileiras, (artigos 227 e 204), tem por base três princípios: da prioridade absoluta na atenção à crianças e

adolescentes; da descentralização na formulação de política pública nesta área; da participação da população através de organizações representativas na formulação e na execução de políticas de defesa dos direitos.

Este mesmo autor aponta que o ECA, baseado na doutrina de proteção integral, constitui-se no instrumento para se construir a cidadania infanto-juvenil, pois contém além dos princípios já referenciados, um conjunto de estratégias, das estruturas e dos mecanismos sociais e administrativos, para organização social que possibilite a efetivação dos direitos e lhe mostram como corrigir os desvios do abuso e da omissão para garantir direitos, quando estes são ameaçados por alguém da família, da sociedade e do Estado.

O Estatuto se estende a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação, mudando a concepção, passando a considerá-los como sujeito de direito, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, a requerer proteção e prioridade absoluta no nível das políticas sociais.

Para proteção e defesa dos direitos fundamentais, o Estatuto prevê a criação dos Conselhos dos Direitos da Criança e Adolescente, a nível nacional, estadual e municipal responsáveis pela formulação da política de atendimento à criança e ao adolescente e os Conselhos Tutelares que têm por função zelarem pelo cumprimento do ECA.

Em relação à violência, o ECA é um instrumento que promove a legitimidade político-jurídica para enfrentamento desta questão, pois propõe medidas de intervenção em relação à família agressora, protegendo-se à vítima, estabelecendo a necessidade de prevenção do fenômeno.

Dada a matriz doutrinária e a filiação legislativa, o ECA constitui hoje, não obstante algumas limitações, uma das legislações mais avançadas no nível mundial em termos de proteção dos direitos da criança. No que diz respeito à questão da vitimização doméstica de crianças e adolescentes, a leitura do Estatuto fornece princípios capazes de orientar uma política social de prevenção e contenção do fenômeno em nosso país, conforme salienta Guerra e Azevedo (1997). Estas autoras apontam alguns princípios:

1º princípio: A vitimização doméstica contra a criança e adolescente viola seu direito à liberdade e ao respeito; é considerado crime praticado por ação ou omissão de seus pais ou responsáveis devendo ser punido na forma da lei (arts. 5, 16, 17, Penas Previstas: arts. 232, 233, 241, 263, 245);

2º princípio: A mera suspeita deve ser notificada às autoridades competentes da respectiva localidade - Conselho Tutelar (arts. 13, 56);

3º princípio: A proteção é dever de todos cidadãos e não apenas de profissionais (arts. 18,70);

4º princípio: Punição ao profissional que silencia, não denuncia (art.56, 245);

5º princípio: Prevê auxílio, orientação e tratamento ao agressor (art.129)

6º princípio: A criança e o adolescente vítimas, além de proteção, precisam de orientação e atendimento médico e psicossocial para sobreviver ao abuso e não vir a (re)produzi-lo em sua vida futura (arts. 87, 98, 101, 130);

7º princípio : A família abusiva também é vítima e necessitará de orientação e tratamento (arts. 98, 101 e 129 - medidas previstas aos pais e responsáveis);

8º princípio : A criminalização da violência doméstica deve envolver penas severas, como forma de conter a prática do fenômeno (art. 263 modificado pela lei dos Crimes Hediondos de 1990);

9º princípio : A criança e o adolescente têm direito à assistência judiciária integral, gratuita sempre que houver necessidade (arts. 141, 206);

10º princípio: A proteção deverá dar-se no nível local, a ser acompanhada pelo Conselho Tutelar, enquanto órgão permanente e autônomo encarregado de zelar pela salvaguarda dos direitos da infância e juventude (art.13).

Com o ECA a notificação da violência ou apenas suspeita desta passou a ser obrigatória, porém ainda não se tem um quadro real deste fenômeno.

Em nível internacional também existe escassez de dados precisos, pois em muitos países não existe a obrigatoriedade de notificação pois adotando o sistema de caráter voluntário, no qual as famílias têm a possibilidade de escolher quanto a se engajarem nos serviços e, às vezes, mesmo com a obrigação de notificar, inexistem denúncias por medo de envolvimento pelas pessoas.

Além da questão da notificação existem outros fatores que encobrem esta realidade, como o não reconhecimento da exclusão social, ausência de percepção de algumas formas de violência que geralmente são culturalmente aceitas, ausência de denúncia pela família da violência doméstica (proteção da família patriarcal, sendo que a maioria dos casos de violência são disfarçados em acidentes domésticos), o que possibilita o pacto do silêncio, a cumplicidade, a tolerância social e a impunidade, enfim, a prática da violência.

3 PONTOS DE REFLEXÃO E ANÁLISE

Nossa análise, ao se filiar aos procedimentos da AD, buscou um modo próprio e peculiar de proceder à interpretação do material discursivo. Entendemos que entre teoria e prática há uma relação de constituição de funcionamentos – o olhar do analista potencializa uma região teórica particular e procura, através do funcionamento discursivo, (re)constituir os efeitos de sentido.

A forma de análise do material constitutivo do *corpus* observou, como propõe Orlandi (2002) etapas que revelam o percurso que nos faz passar do texto ao discurso - da superfície lingüística para o processo discursivo. Do texto, para a re(constituição) da formação discursiva, para os sentidos constituídos na relação desta com uma formação ideológica.

Importante reiterar que o sujeito e o sentido não são naturais, transparentes, mas sim, determinados historicamente e devem ser pensados em seus processos de constituição, da mesma forma que o sujeito não é fonte do sentido e que este se forma por um trabalho da rede de memória, conforme Orlandi(op.cit).

Em nosso *corpus*, constituído pelo discurso da campanha e pelos discursos sobre, procuramos evidenciar os processos de constituição do monstro-bom no seu confronto com o monstro-mau. O uso do monstro como forma de denúncia é constitutivo de todo o dizer da campanha. O sujeito-monstro da campanha serve de denúncia para as formas de violência que são operadas na sociedade.

Buscando efeitos de deslocamento e confrontos, nossa forma de análise, procurou compreender o modo como os objetos simbólicos produzem sentidos, não a partir de um mero processo de decodificação, mas como um procedimento que busca nas falhas, nas fissuras do discurso (Pêcheux, 1997b), os processos de produção de sentido.

Como afirma Orlandi (2001, p. 43), “as *palavras mudam de*

sentido segundo as posições daqueles que as empregam” e os sentidos se constituem de acordo com o contexto histórico e ideológico em que os enunciados são produzidos. É a memória discursiva (ou interdiscurso, como definida por Orlandi (ibid., p.31) “*que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra*”.

O que nos possibilita compreender o porquê de um mesmo enunciado significar de forma diversa em situações diferentes é o conceito de formação discursiva e de memória como instâncias constitutivas do discurso. Todo discurso pressupõe uma memória que é atualizada permanentemente a cada nova formulação discursiva. Segundo Pêcheux (2002, p. 21), o enunciado é “*repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento*”.

A memória discursiva reúne os dizeres, mesmo aqueles aparentemente esquecidos, que condicionam os discursos. O interdiscurso é, assim, constitutivo das condições de produção do discurso e determina os dizeres a partir da relação do sujeito com a língua e a sua história, atravessado por uma ideologia. Para Orlandi (2001) a ideologia não deve ser vista como ocultação, mas como “*relação necessária entre linguagem e mundo*”. A ideologia opera na produção de evidências que colocam o homem em relação imaginária com as suas condições históricas de existência. Segundo Pêcheux, são as

evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.(1997b, p.160)

A abordagem de nossa pesquisa vincula a idéia de formação discursiva ao conceito de formação ideológica que afasta a concepção de homogeneidade, que nos levaria a ver o processo discursivo como uma máquina estrutural fechada. A essa possibilidade se contrapõe a noção de interdiscurso, em que as palavras e os enunciados ganham significação de acordo com o contexto ideológico e histórico de sua produção. Pêcheux (1997) chama de formação

discursiva o que, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito.

O sentido de uma palavra ou expressão não reside em si mesmo, somente podendo ser constituído em referência às condições de produção de um determinado enunciado. O sentido nunca é dado, uma vez que não existe como produto acabado, resultado de uma possível transparência da língua, pois está sempre em curso, é movente e se produz dentro de uma determinação histórico-social. Decorre dessa noção a necessidade de falarmos em efeitos de sentido.

Procuramos desacomodar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso midiático, no caso de nossa análise, uma campanha publicitária e o discurso jornalístico, que na sua forma de reportagem funciona como um “discurso sobre” (MARIANI, 1998, p.61). Problematizamos o modo como um mesmo objeto está investido de significância para e por sujeitos, para perceber como estão organizados os funcionamentos discursivos que relacionam sujeito e sentido.

Nossa pesquisa contempla as seguintes etapas:

- 2** levantamento de todas as peças gráficas da campanha veiculadas, no Jornal Zero Hora, nas duas fases - nos períodos compreendidos pelo início da divulgação, em maio de 2003, até o final do ano de 2004;
- 3** levantamento dos diferentes gêneros de texto, produzidos no período, que se filiam à temática da campanha;
- 4** descrição das peças da campanha e dos demais gêneros de texto constitutivos do *corpus*;
- 5** interpretação das peças gráficas (anúncios) utilizados na campanha (do ponto de vista imagético, do não-verbal, e também no plano da representação lingüístico-discursiva);
- 6** interpretação dos discursos sobre (opinativos – editorial e colunas de opinião).

A leitura das peças constitutivas de nosso corpus nos ofereceu a possibilidade de selecionar algumas seqüências que possibilitassem um entendimento de como os efeitos de sentido sobre a temática da

violência têm enlaces com outras noções que são constitutivas do mesmo campo de referência. Possibilitou ainda pensarmos como os sentidos se constituem ao mesmo tempo em que se dispersam. Segundo Pêcheux (1988), o discurso é constituído de sentidos diferentes que se enlaçam e se tramam de acordo com as condições de produção, em um determinado momento, dando-nos um efeito de transparência de *sempre-já-lá*.

Trabalhar com todas as peças da campanha “O amor é a melhor herança. Cuide das crianças” e com os “discursos sobre” possibilitou que buscássemos pistas do funcionamento discursivo sobre a violência, na (re)constituição da memória discursiva, e, de forma simbólica, na memória do devir.

3.1 A constituição do corpus discursivo

O corpus de nosso estudo é constituído pelo discurso midiático, compreendido pela campanha “O amor é a melhor herança. Cuide das crianças.” e também por textos opinativos, considerados, para os objetivos de nosso trabalho como uma forma de discurso sobre, como propõe Mariani(1998) e também Orlandi (1990, p.37) para quem esses discursos podem ser entendidos como “*um lugar para organizar as diferentes vozes*”.

O discurso da campanha em análise agencia um dispositivo de memória, fazendo irromper sentidos, provocando esquecimento de outros dizeres . Na sua constituição cria efeitos de sentido que vão sendo trazidos para o plano discursivo filiando o dizer à formação discursiva identitária do princípio dominante de ser contra a violência.

Nossa pesquisa parte de um *corpus* de arquivo, formado a partir de um campo de documentos relacionados a um assunto: a violência. Este arquivo não se encontra pronto, cristalizado, devendo ser desvendado a partir de leituras que estabeleçam a relação entre a “*língua como sistema intrinsecamente passível de jogo, e a*

discursividade como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história” (PÊCHEUX, 1997, p.63).

Para nos auxiliar a pensar a constituição de nosso corpus, buscamos Courtine (1981b, p.24), que caracteriza o *corpus* discursivo como “*um conjunto de seqüências discursivas estruturado segundo um plano definido com referência a um certo estado de condições de produção do discurso*”. Um *corpus* discursivo, a partir dessa formulação, não é um conjunto qualquer de textos que existem de forma estruturada previamente à ação do analista de discurso sobre ele, pois é pelo trabalho da análise, com base nas hipóteses de pesquisa, que se constitui o *corpus*.

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície lingüística (o corpus bruto), dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto lingüisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de "realidade" do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, idéias e coisas. (Orlandi, 2002, p.66)

Nossa determinação para trabalhar com o corpus escolhido decorre do fato de entendermos que as formações discursivas funcionam como “*lugar de inscrição de um pré-construído discursivo*” (Gilhaumou e Maldidier, 1994, p.111), mostrando como esse discurso se relaciona com sua memória.

Pêcheux, por sua vez, destaca o caráter imperativo de constituição do *corpus* em combinação com a análise lingüística das seqüências discursivas como a forma de abarcar, de um lado, o papel do interdiscurso no intradiscurso e, de outro, a importância da análise léxico-sintática e enunciativa na apreensão do interdiscurso “*como corpo de traços formando memória*.”(1990, p.290). É justamente esse corpo de traços que nos inspira a falar de retalhos de memória no discurso da campanha publicitária.

Partimos da idéia de que os “retalhos” constituem os múltiplos saberes que são agenciados como partes individuais de um *locus* coletivo construído e mantido pelas lembranças, bem como pelos

esquecimentos. Esses retalhos são manipulados de forma a criar um efeito de evidência, de transparência. Sua apropriação revela os lugares e posições silenciados pelo dizer, num processo de acomodação à formação discursiva do discurso midiático contra a violência, abuso sexual e negligência.

Nesse caso, a relação nunca será texto-texto, mas a busca deverá concentrar-se naqueles sentidos que os textos escritos do passado produziram, sentidos que permanecem como “*nacos de um tecido*”, para utilizar a expressão de Verón (1980), transformando-se e produzindo socialmente novos sentidos.

Nenhum texto pode ser lido em si, a leitura de um conjunto significativo será sempre o penetrar no universo do intertexto, ou do interdiscurso, já que um texto é sempre produto de variadas formações discursivas cujas regras de formação compreendem as condições a que estão submetidos os objetos, os conceitos, as escolhas temáticas, enfim, as condições de existência do enunciado.

Não se trata de mera soma de um enunciado a uma série de enunciados preexistentes, de forma arbitrária e desavisada. É preciso compreender que o enunciado presente não significa novidade em si, ou com diz Foucault (1986, p. 237), é preciso mostrar que “*uma mudança na ordem do discurso não supõe idéias novas*”, mas transformações de uma prática discursiva.

Por essa razão, podemos dizer, ancorados em Courtine (1981b), que o *corpus* de arquivo de nossa pesquisa é do tipo complexo, por se constituir por vários tipos de textos (publicitários, reportagens e textos opinativos) produzidos em diferentes posições-sujeito. Não está também circunscrito a um tempo único, constituindo uma rede de memória em que os ditos são repetidos sucessivamente nas diferentes formações discursivas, constituindo o interdiscurso.

A noção de recorte discursivo que empregamos foi proposta por Orlandi (1984, p.14) como “*uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento de situação discursiva*”

O entendimento mais completo da noção de recorte, no entanto, só se dá se atentarmos para o que a autora coloca sobre a incompletude da linguagem e sobre a polissemia. É pertinente observar que ela afirma que “(...) *com essa idéia de incompletude apaga-se, em relação a turnos, o limite que separa o meu dizer e o do outro*” (ORLANDI, 1984 p.16). Ou seja, o que digo não é completo, parte do seu sentido está no que os outros dizem e vice-versa. O outro aspecto a que devemos atentar para a melhor compreensão da noção de recorte é a polissemia. Segundo a autora a “*polissemia é o processo que, na linguagem, permite a criatividade. É a atestação da relação entre o homem e o mundo*” (Orlandi, 1984, p. 11) Tomando-se a multiplicidade como objeto de estudo, torna-se necessário considerar esta relação entre o homem e o mundo, que é uma relação que passa pelo outro. Reforçamos, com isso, a necessidade de se assumir a noção de recorte.

Buscando avaliar a constituição dos discursos da campanha e os discursos sobre a violência, entendemos que fosse importante verificar como um conjunto de seqüências discursivas se integra para a constituição de uma formação discursiva. Assumimos, então, com Orlandi (2002, p.77) que os procedimentos da análise “*têm a noção de funcionamento como central, levando o analista a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e sujeitos*”.

Orlandi (2002) afirma que todo dispositivo de interpretação precisa de um artefato teórico para que se efetue. A AD visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e pelos sujeitos. É com a referência desse dispositivo teórico que construímos um aparato analítico de interpretação que possibilitasse compreender regularidades, opacidades e transformações. Com esses pressupostos, realizamos a leitura das peças da campanha, dos “discursos sobre” e, a partir de então, selecionamos várias seqüências discursivas que compuseram nosso *corpus* e, a partir destas, selecionamos algumas que se transformaram em unidades discursivas de análise. Segundo Orlandi

(2002), o analista, ao delimitar seu *corpus*, já está diante de uma interpretação que se estende até a análise pontual das seqüências, pois, como diz a autora, a interpretação se tece na historicidade e nos efeitos da língua, na ideologia, e na materialização desta.

3.2 As condições de produção

Não podemos pensar a análise de um texto como uma seqüência lingüística fechada sobre ela mesma. É preciso referi-la ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção que, segundo Orlandi (2002, p.39),

constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Uma delas é o que chamamos de relação de sentidos. Segundo esta noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.

Para Orlandi (2002) os dizeres não podem ser tomados meramente como mensagens decodificadas, uma vez que são efeitos de sentido produzidos em determinadas condições de produção. Constituem o dizer, fazendo emergir, na aparente transparência da linguagem, vestígios que o analista de discurso deve apreender.

A memória discursiva reúne os dizeres, mesmo aqueles já esquecidos, que determinam os discursos. O interdiscurso é parte das condições de produção do discurso e determina os dizeres a partir da relação do sujeito com a língua e a sua história, por meio da ideologia. Orlandi afirma que a ideologia no discurso é vista não como ocultação, mas como “relação necessária entre linguagem e mundo” (2001, p. 47). A ideologia é responsável pela produção de evidências que colocam o homem em relação imaginária com as suas condições históricas de existência. Segundo Pêcheux (1997b, p. 159-160),

é a ideologia que, através do 'hábito' e do 'uso', está designando, ao mesmo tempo, o *que é* e o *que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de 'desvios' lingüisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de 'retomada do jogo'. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc, evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, assim, sob a 'transparência da linguagem', aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Para dar conta desse complexo funcionamento discursivo, assumimos, em nosso trabalho, a compreensão de Orlandi (2002), passando a considerar as condições de produção em sentido estrito e em sentido amplo. Para dar conta da primeiro, nos detivemos às circunstâncias da enunciação, ao contexto imediato; para o segundo, ampliamos o olhar para considerar o contexto sócio-histórico, político e ideológico.

2 Condições de produção do discurso da mídia, em sentido estrito: reconstituindo o contexto imediato

Para o trabalho de análise desenvolvido em nossa tese, circunscrevemos a abordagem das circunstâncias enunciativas do discurso da campanha ao levantamento das condições de produção na abrangência estrita do veículo de comunicação, o jornal Zero Hora. Para que pudéssemos estabelecer um marco temporal, detivemo-nos na pesquisa das edições do jornal Zero Hora (ZH) que antecederam a divulgação da campanha, buscando discursos sobre violência, abuso ou negligência.

Nos levantamentos que fizemos em ZH, nas edições produzidas e divulgadas entre os anos de 2003 e 2004, procuramos textos que se filiassem à idéia fundadora do discurso da campanha. Com este direcionamento, localizamos diversos textos publicizados antes do lançamento da campanha que se apresentam fundamentais para a caracterização das condições de produção do discurso contra a

violência produzido e divulgado pelo veículo de comunicação pertencente ao grupo RBS. Constituem formações discursivas que, ao se relacionarem com a rede da memória discursiva, possibilitam as condições para que se constituam os sentidos que irrompem com a campanha em foco.

Lançamo-nos ao trabalho de reconstituição do dizer do discurso midiático, procurando relacionar memória e interdiscurso, uma vez que, como argumenta Mariani (1998,p.35), no processo desencadeado pela memória, há *“sempre o retorno a um tempo, de um lugar outro”*. A memória, segundo Orlandi (2002, p.31) *“tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva ela é tratada como interdiscurso”*.

Passemos, então, à apresentação e descrição desses discursos prévios que são elementos de constituição da memória discursiva sobre a violência e do discurso sobre (contra) a violência.

A reportagem “Conselho Tutelar fez 6,1 mil atendimentos em 2002”, reproduzida no anexo A-1, foi publicada em 03 de janeiro de 2003, no Jornal Zero Hora, na seção Pelo Rio Grande, página 19, sob a chamada Uruguaiana, indicando a procedência do dizer.

A seqüência discursiva (SD) destacada a seguir apresenta, pela primeira vez em 2003, os componentes que, posteriormente, seriam constitutivos da campanha:

SD1/A – A coordenadora da entidade, conselheira municipal, Laura Collazo da Silva considera que o crescimento do número de casos decorre dos problemas sociais da cidade. No município, as denúncias de **maus-tratos** a menores, **negligência** de pais, **abuso sexual** e prostituição de menores representam 25% do total de atendimentos prestados nos últimos meses. (grifo nosso)

As designações **maus-tratos (violência)**, **negligência** e **abuso sexual** foram posteriormente reiteradas no discurso da campanha “O Amor é a Melhor Herança”. São formulações que produzem um efeito de sentido, no interior da formação discursiva em que foram produzidos e que vão carregar, na perspectiva do interdiscurso, *já-ditos* para a constituição do discurso da campanha publicitária. O lugar do sujeito que fala é o do Conselho Tutelar que se vincula a uma posição

ideológica. A repetição dos *já-ditos* em outras redes de memória aciona um dispositivo de identificação do dizer com um discurso contra a violência e suas formas de substituição discursiva – abuso e negligência.

Avançando no levantamento de textos relacionados à temática da violência, encontramos a reportagem “Aumentam denúncias de **abuso sexual** infantil”, reproduzida no anexo A-2, publicada em ZH dominical de 26 de janeiro de 2003, na seção Geral, página 41. A formulação discursiva gira em torno da designação “abuso sexual”, que constitui dispositivo que associa os sentidos aqui produzidos a crimes cometidos contra crianças e adolescentes, colocando em funcionamento as redes de dizeres que constituem a memória discursiva.

A seleção de algumas seqüências discursivas revela os processos de constituição do discurso sobre a violência:

- SD2/A – O mais utilizado Disque-denúncia do Brasil para **abuso** e exploração **sexual** de crianças e adolescentes recebeu na primeira quinzena de janeiro o número recorde de 446 denúncias, maior do os registros de todo o ano passado.
- SD3/A – O número de denúncias quase triplicou desde 1997. O tipo de relato mais crescente é o do **abuso sexual**, feito por brasileiros ou turistas internacionais.
- SD4/A – (...) estrangeiros que chegam ao Brasil pela companhia aérea (Varig) assistem a um filme que informa o que é considerado **crime sexual** no país.

Esses múltiplos dizeres sobre a questão do abuso sexual são aqui tomados na relação que estabelecem com a exterioridade do objeto simbólico que representam – sexualidade da criança e do adolescente e a sua descontinuidade, a ruptura, o deslizamento para uma outra zona, para um outro território - o do crime contra a criança ou adolescente.

Nas seqüências discursivas 2, 3 e 4 não temos a presença do Estado enquanto de um aparelho regulador/repressor, como Conselho Tutelar que, embora não sendo uma instância de governo, é instituído de forma jurídica. Como lugar de onde se formularam os dizeres encontramos a substituição por uma organização não-governamental que assume um papel de proteção à criança e ao adolescente – a Associação Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência

(Abrapa). Mesmo não sendo uma organização subordinada ao governo, a ele se vincula pelos recursos que recebe do Ministério da Justiça e da Embratur. O funcionamento ideológico é determinante do que pode e deve ser dito. A repetição dos termos **abuso** e **sexual**, bem como das outras formas de designação, vão criando um efeito de paráfrase. E, no dizer de Orlandi (2002, p.38), *“esse jogo entre paráfrase e polissemia atesta um confronto entre o simbólico e o político.”*

O casamento entre as instâncias de representação do Estado, acima referidas, configura-se na forma do dizer da seqüência discursiva destacada a seguir:

SD5/A – O serviço 0800 é mantido pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Criança e Adolescência (Abrapa), uma organização não-governamental que recebe auxílio do Ministério da Justiça e da Embratur.

A Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) é órgão vinculado ao Ministério do Turismo e se apresenta como comprometida em combater a imagem construída em torno do Turismo Sexual no Brasil. O Ministério da Justiça entra nessa triangulação pelo seu papel de agente de proteção dos direitos da criança e do adolescente, deixando emergir um funcionamento ideológico que autoriza o dizer. O lugar de fala é identitário de uma posição social. Para Orlandi (2003) devemos ter claro que o sujeito discursivo é pensado como “posição” entre outras.

O próximo texto sobre a violência foi extraído do Jornal Zero Hora, edição de 07 de fevereiro de 2003, da seção Editoriais. Sob o título “A infância **violentada**”, anexo A-3, o veículo de comunicação formula seu dizer, filiando-se à formação discursiva do discurso contra a violência, como podemos observar nas seqüências discursivas destacadas

SD6/A – Trata-se das **agressões a crianças indefesas**, que se dão tanto pela brutalidade explícita quanto por formas pretensamente mais sutis de **violência**, aí compreendidas as que se traduzem pelo abandono, o desamor e a indiferença.

SD7/A – (...) **castigos físicos** são um hábito que, no Brasil, de acordo com pesquisas fidedignas, alcançam nada menos do que 80% dos lares.

SD8/A – (...) há **agressões físicas** muito mais sérias, como as de ordem sexual, as que provocam deformações e seqüelas irrecuperáveis, as que desencadeiam a morte.

SD9/A – As estatísticas a esse respeito são assustadoras: segundo a Sociedade Internacional de **Abuso e Negligência** da Infância, morrem em média cem crianças por dia no Brasil, vítimas de maus-tratos.

SD10/A – Devem-se fundamentalmente tais práticas à persistência de graves desigualdades sociais, a altas taxas de desemprego, à permanência de valores autoritários e à impunidade.

SD11/A – Contribuir para que essa terrível chaga social não mais se dissemine é responsabilidade do governo e dos cidadãos.

SD12/A – É a própria Constituição Federal que dispõe ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, (...) além de colocá-los a salvo de toda forma de **negligência**, discriminação, exploração, **violência**, crueldade e opressão.

Nesse editorial, o jornal Zero Hora, no funcionamento discursivo constitutivo de um aparelho ideológico, modaliza o dizer buscando na rede da memória os *já-ditos* sobre violência contra crianças e os atualiza na formação discursiva – a presença dessas designações (**agressões, castigos físicos, abuso, negligência e violência**) constituem uma corrente parafrástica que tem sido reiteradamente utilizada na constituição do discurso contra a violência. Para Orlandi (2002,p. 36) “os processo parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Percebemos que há sempre um retorno aos mesmos espaços de dizer. O dizer sedimentado é reiterado por meio de diferentes reformulações.

Até então, os textos anteriormente analisados, tratavam de aspectos relativos ao trabalho ora do Conselho Tutelar, ora de uma organização não-governamental. O editorial em análise produz um efeito de sentido que conduz a uma reflexão sobre os papéis do Estado, da sociedade, da família e dos cidadãos de um modo geral, na linha do que Althusser (1974) propõe quando diz que a ideologia é operatória, e não tematizadora, uma vez que produz o assujeitamento que vai possibilitar a formulação do discurso contra a violência, o abuso sexual e a negligência.

Os dois textos a seguir, “**Abuso** vitima uma **criança** a cada oito horas” e “Crescem denúncias de **crime** na Internet”, anexo A-4 e A-5,

respectivamente, foram divulgadas no dia 23 de fevereiro de 2003, um domingo, nas páginas policiais (44 e 45), no Jornal ZH.

A formulação do discurso em ambas utiliza o recurso de dar espaço para a manifestação de múltiplos lugares de fala de sujeitos envolvidos na temática em questão – das vítimas, dos legisladores, dos pais, de especialistas no assunto, como demonstram as seqüências discursivas, destacando-se, a seguir, as do primeiro texto :

SD13/A – “-**Eu** contei pro meu pai e ele chorou comigo. Ele pediu pra eu esquecer, mas não esqueci...” repetia uma menina de sete anos a uma psicóloga em uma das salas da Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (...)

SD14/A – “Em geral, crimes sexuais contra a criança ocorrem no ambiente familiar, o que dificulta o registro de casos na polícia. As estatísticas são uma mostra reduzida” – **revela a delegada** (...)

SD15/A – “- É difícil levantar provas inteligentes e bem elaboradas para que os pedófilos possam ser indiciados e condenados por seus crimes”- **explica o Diretor** do Departamento de Polícia Metropolitana (...)

SD16/A – A forma como o religioso atuava é considerada clássica **pelos psicólogos** envolvidos no caso.

SD17/A – “Se portava como um homem exemplar”- **conta um pai** de uma criança abusada.

SD18/A – Crime hediondo – **O Deputado Federal** (...) apresentou o Projeto de Lei que torna crime hediondo o crime de exploração sexual e indução à prostituição de crianças e adolescentes (...)

Pelas seqüências discursivas SD13 a SD18 podemos dizer que o discurso se constrói com a confluência de lugares de fala, de sujeitos em diferentes posições (**eu, revela a delegada, explica o diretor, pelos psicólogos, conta um pai, o Deputado Federal**), engendrados por uma motivação – denunciar a prática da violência e suas múltiplas formas de manifestação. Para Mariani (1998, p.69) “*o risco maior é o entrar pelo conteudismo, ou seja, considerar os lugares sociais marcados por falas previamente institucionalizadas é também mergulhar na ilusão da literalidade do sentido*”. Quando a criança diz “*Eu contei para o meu pai e ele chorou (...) Ele pediu para eu esquecer, mas eu não esqueci...*” marca-se um procedimento já instaurado na prática social: a criança vítima é fadada a esquecer seu sofrimento, para que a agressão praticada também seja esquecida. Há nesse lugar de fala um conteúdo muito forte que não quer calar. Há muito mais do que apenas um sentido literal na fala desse criança – há

um pedido de ajuda que irrompe na falha do dizer, “*mas eu não esqueci*”.

Nesse processo de instauração de certos sentidos e de silenciamento de outros, há movimento de formações discursivas (FD), indiciárias de posições-sujeito e de modos de dizer, ainda que, no discurso midiático, a aparência seja de unidade. Tais reflexões nos remetem ao conceito de ideologia (PÊCHEUX, 1997b), entendido como o mecanismo que interpela o indivíduo em sujeito do discurso, fixando para ele um sentido tido como único possível de ser dito, criando a ilusão de uma relação termo a termo entre as palavras e o mundo e apagando outras maneiras de dizer e de produzir sentidos. A criança é levada a produzir o esquecimento de algo que a fere, que a torna mais uma vítima silenciada.

Dessa forma, o discurso, sob o efeito aparente da homogeneização de saberes e sentidos, procura pacificar o gesto de leitura, num funcionamento de representações lingüísticas, visuais e simbólicas que levam o sujeito para uma região construída como a única possível de ser dita – a do esquecimento. Mas é nesse momento que irrompe do dizer o que estava potencializado – a denúncia suscitada pelo operador “*mas*” que reorganiza a construção do dizer, deixando que se mostre o que estava ou que viria a ser interditado.

No próximo texto, que aborda a questão dos crimes cometidos na Internet (“Crescem denúncias de crime na Internet, anexo A-5), não são apresentados apenas as situações de crime registradas nesse meio digital. São trazidas para o plano do discurso várias outras situações de crimes cometidos contra crianças, como se evidencia nas seqüências escolhidas:

SD19/A – No Rio Grande do Sul, uma parceria firmada entre o Ministério Público e a Superintendência da Polícia Federal (PF), em 2000, já detectou pelo menos 1.976 páginas na internet suspeitas de serem manipuladas por pedófilos – 1187 foram descobertas no ano passado.

SD20/A – Conforme o chefe do núcleo de telemática da PF, (...), é feita uma checagem de todas as denúncias recebidas. Após a constatação de que se trata de pedofilia, são salvas cópias das páginas e localizados os provedores.

SD21/A – Os especialistas recomendam aos pais que orientem, esclareçam e monitorem a navegação de crianças e adolescentes na rede. O acesso à internet deve ser limitado.

SD22/A – “Deixei minha filha na casa de uma senhora, que cuidava dela. Um dia, quando fui buscá-la, encontrei ela tristonha. A calcinha estava suja de sangue. Procurei a delegacia e constatei que ela havia sido **abusada sexualmente**. Depois disso, ela se tornou agitada. Não era mesma criança.”

Essas seqüências discursivas mobilizam, na constituição do discurso, outros lugares de fala, filiando o dizer ao combate da violência e à mobilização pela denúncia de crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Para Gregolin, há nos textos da mídia a ilusão de unidade de sentido, pois

desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta (2003, p.97).

O agenciamento desses lugares de fala produz sentidos condicionados por uma posição social que nas seqüências selecionadas aparecem homogeneizadas, como se todos falassem de um único lugar.

Avançando em nossa busca por textos vinculados à temática, encontramos, na edição de 12 de maio de 2003, na seção Reportagem Geral, nas páginas 4 e 5, dois textos sobre a **prostituição infantil**, **abuso** e **violência sexual**, bem como a **exploração sexual** e comercial da criança ou adolescente. O primeiro texto é “Meninas prostituídas ficam sem atendimento”, anexo A-6. Destacamos algumas seqüências que revelam as filiações discursivas:

SD23/A – Das seis adolescentes identificadas pela **Polícia Cível** em janeiro como vítimas de uma rede de prostituição na zona norte de Porto Alegre, apenas duas tiveram apoio para deixar as ruas.

SD24/A – O atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência só tem se tornado prioridade pela abnegação voluntária de **profissionais das diversas áreas**, que insistem em buscar ajuda (...)

SD25/A – Menina fugiu do abrigo e mãe sequer foi comunicada.

SD26/A – Enquanto as meninas vítimas da rede de prostituição infantil na Zona Norte encontram-se sem atendimento, o garoto (...), nove anos, vítima do mesmo

esquema, começa a sentir os bons efeitos de um atendimento adequado.

SD27/A – **Segundo a promotora**, havia falta de afeto e negligência na relação do menino com os pais.

Nas seqüências SD23/A a SD27/A vários lugares de fala são agenciados – o dizer da Polícia, dos profissionais de várias áreas, do jornalista/veículo de comunicação, da promotoria. Novamente produz-se um efeito de evidência, como se todos os dizeres estivessem apaziguados.

Violência, abuso e negligência são designações recorrentes quando se foca a ocorrência de crimes contra a criança e o adolescente. No próximo texto “As crianças como vítimas- uma dimensão assustadora”, anexo A-7, são definidos alguns termos de uso freqüente quando o assunto em pauta são esses mesmos crimes. Nas seqüências discursivas escolhidas, podemos verificar a forma de constituição do dizer, em que o discurso de autoridade, marcado por um caráter de definição técnica de conceitos, é apresentado:

SD28/A – **Violência sexual** – É todo jogo ou ato sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente menor de 18 anos, tendo por finalidade estimulá-la sexualmente e utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

SD29/A – **Abuso sexual** – ato ou jogo em que o adulto submete a criança (...) impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução com palavras ou com a oferta de presentes.

Como um *já-dito* que vem sendo reiteradamente introduzido no discurso por diversas posições, lugares de fala, esses termos se revestem de caráter polissêmico. Ao defini-los, o veículo de comunicação procura direcionar a leitura em um dado sentido, autorizando os sentidos que serão retomados pela corrente parafrástica já assumida no discurso da mídia.

Na edição de 13 de maio de 2003, encontramos mais um editorial, publicado na página 14, sob o título “Esquecer é permitir”, anexo A-8. Nesse editorial está configurada a base para a produção da campanha que constitui nosso objeto de análise. A formulação discursiva do editorial marca o posicionamento ideológico, e condiciona o dizer

vinculando-o à formação discursiva do discurso politicamente correto.

A ilusão de objetividade, que esconde os processos de produção de sentidos das notícias e a heterogeneidade de vozes, refere-se à ilusão de neutralidade e veracidade do discurso jornalístico, características que traduzem o ideal de suposta confiabilidade creditada à instituição jornalística, ao longo do tempo. Tem-se a idéia de que *"se em tal jornal 'os fatos falam por si', logo, se trata de um jornal objetivo e verdadeiro, pois utiliza-se de uma linguagem que está colada aos acontecimentos relatados"* (MARIANI, 1998, p.73).

Pela aceitação desse lugar de sentido, os fatos são como são, sem que se considere qualquer intervenção na produção do discurso, como se fosse um processo automático, negando-se a existência da ideologia, como propõe Mariani:

(...) no discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si. Trata-se de imprimir a imagem de uma atividade enunciativa que apenas mediatizaria- ou falaria sobre- de forma mais literal possível um mundo objetivo"(1998, p.61-2).

Algumas seqüências discursivas, reproduzidas a seguir, possibilitam a filiação do dizer ao funcionamento ideológico constitutivo do discurso da mídia:

SD30/A – **Num trabalho conjunto** que envolve veículos de diferentes mídias, a RBS deu início ontem a uma série de reportagens cujo objetivo é alertar para um problema que, por suas características incômodas, tende a ter sua importância subestimada pela maioria da população: a **violência sexual contra a infância**, além do **abuso** e da **exploração infantil** sob diferentes formas.

SD31/A – A **sociedade precisa** agir com mais firmeza e o poder público, com mais eficiência contra o **abuso sexual infantil**.

SD32/A – (...) pelo refrão do grupo de hip hop (...) Esquecer é permitir, lembrar é combater". **Não há alternativa mais coerente**, de fato, para um drama silencioso, mas que apresenta estatísticas alarmantes.

SD33/A – Ao contrário do que poderia parecer, **o problema envolve** ambos os sexos e, o que é mais cruel, tem início muitas vezes no **âmbito da família**, que é quem deveria selar pelos direitos de seus jovens integrantes.

SD34/A – Sob o ponto de vista da **população**, o essencial é que **se mostre disposta** a fazer **sua parte**, colaborando para que menos brasileiros tenham sua infância abreviada (...)

SD35/A – (...) é imprescindível que o **setor público se equipe constantemente para evitar a continuidade das agressões** às pequenas vítimas e para **punir** os culpados.

Esses ‘fatos que falam por si’ (*Num trabalho conjunto, A sociedade precisa, Não há alternativa mais coerente, o problema envolve, Sob o ponto de vista da população*) ligam-se à imagem da instituição jornalística, pois "Os jornais agem como juízes, emitindo juízos de valor com base, não esqueçamos, na imagem que a instituição jornalística se arroga para si mesma: o poder de dizer a verdade com uma linguagem transparente, colada aos fatos que falam por si" (MARIANI, 1998, p.197).

A linguagem e os sujeitos não são objetivos, neutros, exatos e completos, tampouco transparentes. A explicação para a aparência de objetividade e neutralidade está no próprio discurso jornalístico, envolvendo fatores internos e externos de controle, como demonstra Mariani (1998, p.73):

"... tal crença na idéia de informação neutra, objetiva e imparcial, resultado desse ‘domínio’ da linguagem referencial, é resultado da própria história da constituição do discurso jornalístico. E neste mito da informação objetiva, tanto a censura como o aparato jurídico que se formou em torno da imprensa desempenham um papel bem importante, uma vez que ambos acompanhavam e ainda acompanham a palavra impressa. Em outras palavras, a noção de informação no jornalismo também precisa ser avaliada como decorrência das leis que constituem a idéia de liberdade presente na instituição imprensa. Observando a ‘comunicação referencial’ por este ângulo, comunicar/informar/noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior, vindo do Estado e do sistema jurídico por um lado, e por outro, de um controle internalizado na própria atividade jornalística. Os efeitos ilusórios estão aí: o controle interno e externo garantindo a objetividade (e neutralidade etc.) garantiria também a imprensa como digna de fé."

A campanha publicitária – sustentada pelo slogan "**O amor é a melhor herança. Cuide das crianças**" – tem como leitor privilegiado a família e se constrói em torno da idéia de que todos os cidadãos são pais, mães e responsáveis pelas crianças.

Em texto divulgado em 08 de junho de 2003, o Grupo RBS anuncia o lançamento da campanha: "RBS lança campanha", anexo A-9. Escolhemos as seguintes seqüências discursivas que vão marcar a posição ideológica do grupo Rede Brasil Sul de Telecomunicação:

SD35/A – **A RBS está convocando** os gaúchos e catarinenses , a partir deste fim de semana, a proteger as crianças e os

adolescentes contra a violência, os abusos sexuais e a negligência.

SD36/A – A campanha **O Amor é a Melhor Herança – Cuide das Crianças** é a nova bandeira social da RBS.

SD37/A – **A RBS** oferecerá seus veículos para mostrar a atuação de órgãos governamentais e privados na defesa da infância.

SD38/A – **A RBS** ouviu **especialistas** para organizar a campanha contra a **violência** que vitima **crianças**.

SD39/A – A campanha que a **RBS** lança neste domingo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina utiliza os personagens que habitam o imaginário infantil para mostrar que alguns adultos são mais merecedores do título de **monstro** do que os próprios (...)

SD40/A – “A mensagem é que alguns adultos estão tratando tão mal as crianças, que os **monstros** estão indignados de serem chamados de monstros” – diz o publicitário (...)

SD41/A – A solução, e não a denúncia que choca e causa repulsa. **A campanha O Amor é a Melhor Herança – Cuide das Crianças** nasceu para resolver problemas (...)

SD42/A – A proposta da **RBS** é ir além da cobertura de dramas sociais e de crianças desassistidas.

O que é aparentemente objetivo, na verdade, já é produto de uma inserção no discurso, uma determinação ideológica dos sentidos e dos percursos dos sujeitos: “*A RBS está convocando, O Amor é a Melhor Herança, A RBS oferecerá seus veículos, A RBS ouviu especialistas, A campanha que a RBS lança, A mensagem é que, A solução, e não a denúncia que choca, A proposta da RBS é ir além*”. Essa determinação e institucionalização de sentidos é uma característica do discurso midiático, que constitui o imaginário social e didatiza um modo de ler a realidade. Opera sobre os dizeres já ditos e naqueles a serem ditos, produzindo sentidos a partir da referida ilusão de objetividade.

Lançada a campanha, podemos descrever sua estrutura e marcar sua temporalidade. Num primeiro momento, apenas marcamos a forma como o Grupo RBS apresentou sua linha editorial, constitutiva também da campanha publicitária.

Segundo o Grupo RBS (www.clicrbs.com/cuidedascricancas), partindo do imaginário infantil, foram escolhidos os personagens que representariam os papéis de pais e mães, dos adultos, responsáveis pelo bem estar dos pequenos. Com um *jingle*, criado especialmente para a campanha, foram sendo apresentados, através dos veículos de massa, controlados pelo Grupo RBS, o Diabo, O Bicho-Papão, a Bruxa-Malvada, a Mula-sem-Cabeça e o Boi-da-Cara-Preta.

A campanha, nessa fase procura mobilizar forças da sociedade no sentido de uma mudança comportamental em relação a crianças e adolescentes desprotegidos, bem como na identificação e tratamento do agressor.

A partir de 2004 (11 de maio), conforme dados divulgados pelo Jornal Zero Hora, a campanha foi intensificada com o objetivo de produzir ações concretas, na família, nas escolas, nas comunidades e nos serviços de saúde. O lançamento da segunda fase ocorreu por em dia 10 de maio de 2004 em Porto Alegre.

A segunda etapa assume o propósito de evoluir na busca de bons exemplos que pudessem ser multiplicados. Essa segunda fase procurou incentivar soluções a partir da família, escola, comunidade e serviço de saúde. Com esse compromisso o grupo RBS se apresentava não apenas como veículo de divulgação da campanha, mas se colocando numa missão transformadora. Para esse novo momento da campanha, foram incorporados dois novos personagens – o Lobo Mau e a Professora do Bicho-Papão. Contando, então, com seis personagens centrais a campanha foi desencadeada nos dois estados da região de influência do Grupo RBS. Esses funcionamentos discursivos vão constituir os sentidos sobre a violência e suas formas de manifestação, pelos efeitos do assujeitamento ideológico.

Na segunda fase, o grupo de monstros ganhou reforços – o Lobo Mau e seus três lobinhos, mais o apoio da Professora do Bicho-Papão. Nesse estágio da campanha as principais mobilizações ocorreram de 31 de maio a 5 de junho, com a Semana de Monstros, em escolas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Foram produzidos cinco filmes publicitários e inúmeras peças gráficas. Algumas novidades foram incorporadas à campanha dos monstros, como a vizinha da Bruxa Malvada e a médica da Mula-sem-Cabeça.

Observa-se que, além de lançar direções de sentido para a leitura, *"... a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato e determinado fato como pode perceber tendências de opiniões ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias."* (MARIANI, 1998, p.59). No mecanismo de disputa e de jogos

de poder, que regem o discurso jornalístico, constitui-se o funcionamento discursivo, visto que os jornais funcionam instituindo uma ordem e fazendo circular os sentidos que interessam às instâncias que o dominam. Para tanto, fazem circular certos sentidos e não outros, produzem consensos, didatizam explicações sobre a realidade e constroem evidências.

Procuramos demonstrar esse funcionamento discursivo reunindo na Tabela 1, as designações abuso sexual (ou crime sexual), violência e negligência que constituem o dizer.

Tabela 1 – designações presentes em textos constitutivos das condições de produção, em sentido estrito.

Marcas lingüístico-discursivas	Sujeito	Lugar de Fala	Frequência		Anexo	Data
			Seqüência discursiva	Página		
Abuso sexual (crime sexual)	Conselheiro	Conselho Tutelar	SD1	68	A1	03/01/03
	Jornalista	Jornal ZH	SD2, SD3, SD4	69	A2	26/03/03
	Editor	Jornal ZH	SD9	71	A3	07/02/03
	Jornalista	Jornal ZH	SD14	72	A4	23/02/03
	Pai	Família	SD22	73	A5	23/02/03
	Jornalista	Jornal ZH	SD28, SD29	75	A7	12/05/03
	Editor	Jornal ZH	SD30, SD31	76	A8	13/05/03
	Jornalista	Jornal ZH	SD35	77	A9	13/05/03
Violência	Jornalista	Jornal ZH	SD1	68	A1	03/01/03
	Editor	Jornal ZH	SD6, SD12	71	A3	22/01/03
	Jornalista	Jornal ZH	SD28	75	A7	12/05/03
	Jornalista	Jornal ZH	SD35, SD38	77	A9	08/06/03
Negligência	Jornalista	Jornal ZH	SD1	68	A1	03/01/03
	Editor	Jornal ZH	SD9, SD12	71	A3	07/02/03
	Promotor	Justiça/Promotoria	SD27	74	A6	12/05/03
	Jornalista	Jornal ZH	SD35	77	A9	13/05/03

Os dados reunidos na tabela remetem à violência doméstica que, segundo Azevedo e Guerra (1989), é a praticada no âmbito familiar, por adultos (pais ou responsáveis) contra crianças e/ou adolescentes, sob a forma de ação ou omissão. Os abusos domésticos (negligência, violência física, psicológica e sexual), segundo essas autoras, são manifestações de violência interpessoal, pautadas no abuso de poder dos pais e/ou responsáveis que reduz sua vítima (criança ou adolescente) à condição de objeto.

A família é o *locus* no qual a violência doméstica é engendrada, operacionalizada, fortalecida e executada. As relações estabelecidas na família reproduzem as relações de poder estabelecidas na sociedade, baseadas na desigualdade do mais forte frente ao mais fraco e através da qual os mecanismos de sujeição são mantidos pela proximidade física e afetiva do agressor com a vítima e pela privacidade familiar que converte a violência em segredo (Azevedo e Guerra, 1989; 1994).

A violência doméstica costuma ser equivocadamente associada à pobreza, mas é um fenômeno presente, invariavelmente, em todas as classes sociais (Azevedo e Guerra, 1989). Nos segmentos mais pobres, a própria configuração física do ambiente doméstico - favelas, cortiços, aglomerados familiares - facilita a exposição e a denúncia de maus tratos, uma vez que as fronteiras entre o público e o privado são bem mais diluídas. Já nos estratos sociais mais elevados, as fronteiras da intimidade são muito demarcadas e o acesso às mazelas domésticas torna-se restrito e controlado.

Os dados sistematizados na tabela trazem, para o plano do discurso, as designações **abuso**, **crime sexual**, **violência** e **negligência**. Os sentidos agenciados pelos diferentes sujeitos revelam lugares de fala: o do Conselho Tutelar e da Justiça, enquanto aparelhos de Estado que devem assumir uma posição de controle e punição; o do jornalista/editor, identificados com o veículo de comunicação, caracterizado como um aparelho ideológico; o lugar de fala da família, representada pelo pai, que é interpelado por um modo de compreensão dos fatos quem vêm impregnado evidência de sentido, no dizer de Orlandi (2002).

- **Condições de produção, em sentido amplo: reconstituindo as condições sócio-históricas e ideológicas da produção do discurso**

A violência contra crianças e adolescentes acompanha, segundo Minayo (2003), a trajetória da humanidade, manifestando-se de múltiplas formas, nos diferentes momentos históricos e sociais, condicionado por aspectos culturais. As expressões do fenômeno da violência integram uma rede que envolve a violência estrutural, decorrente do sistema social, assim como a violência interpessoal, atravessando camadas sociais, podendo transformar vítimas em agressores.

Pesquisas realizadas em diferentes países, com registros das Instituições de Atendimento às crianças vitimizadas por violência, assim como dados obtidos dos profissionais que atendem as crianças e famílias, mostraram aumento da incidência das diferentes formas de violência, a partir da década de 90, conforme Trocmé (2003), constatada, entre todas as dimensões investigadas, desde a falta de supervisão familiar, exposição indevida da criança aos riscos ambientais, violência sexual e negligência.

No Brasil, segundo Cruz Neto (1999), a violência estrutural, responsável pela desigualdade social, contribui com o desenvolvimento da violência interpessoal, nos diferentes segmentos sociais, em especial na dinâmica e no modelo familiar. Estudos apontam que a violência doméstica faz parte de um contexto socioeconômico e cultural, que pode influenciar o comportamento agressivo dos familiares, os quais tendem a repetir as condições de exploração e abandono de que são vítimas, contribuindo assim para a perpetuação da violência contra crianças e adolescentes, num ciclo vicioso.

No que diz respeito à violência interpessoal, Azevedo (2002) afirmam que no Brasil, há cerca de três décadas, vem sendo estudada a violência doméstica (intradomiciliar), cometida pela família ou responsáveis. Tanto pela magnitude, como pelas repercussões do

problema, a violência intrafamiliar representa um importante fator de impedimento para o adequado desenvolvimento e integração social de crianças e adolescentes, em consequência dos traumas físicos e psicológicos, durante a trajetória de vida, sendo, freqüentemente, justificada pelos agressores como formas de educar e corrigir transgressões de comportamento.

Silva (2002) revela que, segundo a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, do Ministério da Saúde, a violência doméstica representa um problema de saúde pública e deve ser avaliada e notificada.

Nesse contexto, o conjunto de leis e instrumentos legais que garantem a essa população seus direitos e interesses necessitam ser mobilizados pelos diferentes segmentos, grupos sociais e profissionais, com vistas a viabilizar a prática desses direitos, frente à sociedade e à família. Cabe destacar o papel do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - lei 8.069, 1990), cujo principal desafio é a legalização e reorganização das práticas de atendimento e proteção à infância e adolescência, nos aspectos jurídicos, atenção biopsicossocial, direitos fundamentais, tornando obrigatória a denúncia de quaisquer formas de arbitrariedade e violência, consideradas violação dos direitos fundamentais (BEZERRA SC, 2004).

No Brasil, o fenômeno da violência tem mobilizado as diferentes áreas do conhecimento, no estabelecimento de parcerias que buscam agilizar diferentes estratégias de prevenção e intervenção, no enfrentamento do problema. Essa prática visa assegurar o cumprimento de princípios legalmente assegurados no ECA, quanto às políticas e programas voltados à violência social e interpessoal contra crianças e adolescentes (MINAYO, 2004).

O Brasil possui uma legislação voltada para a proteção da criança e do adolescente - o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA instituído pela LEI N.8069, DE JULHO DE 1990, que é um instrumento de resguardo dos direitos infanto-juvenis, define que:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (...),

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: (...)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Associado à existência do Estatuto da Criança e do Adolescente, na grande maioria dos municípios do RS, há, ainda, os Conselhos Tutelares que têm o papel de guardiões da segurança e do bem-estar de menores. Segundo definiu a Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, definidos em Lei. O Conselho Tutelar, conforme define o estatuto não tem como sua função atender direitos, mas sim zelar para que os que devem cumprir ou fazer cumprir os direitos das crianças e dos adolescentes efetivamente o façam. A sua finalidade é zelar, é ter um encargo social para fiscalizar se a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Poder Público estão assegurando com absoluta prioridade a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, cobrando de todos esses que cumpram com o Estatuto (ECA) e com a Constituição Federal.

Apesar de uma legislação específica, os estudos sobre a violência revelam que ainda prevalece no Brasil a visão de que aquilo que acontece na casa do vizinho não deve sofrer qualquer invasão alheia.

Os últimos anos têm sido marcados por inúmeros acontecimentos violentos envolvendo crianças e adolescentes. Segundo dados disponibilizados pelos Conselhos Tutelares e por órgãos vinculados ao Juizado da Infância e Juventude, bem como pelos veículos de comunicação, o número de crianças vítimas da violência (assumida nos ordenamentos legais como abuso sexual, violência doméstica e negligência) vem constituindo índices inquietantes para toda a sociedade. Somado a isso, estudos desenvolvidos pelos setores

ligados à proteção da infância e da juventude, apontam para um número ainda mais desestabilizador - o de crianças e adolescentes vítimas de crimes desse natureza que têm suas histórias silenciadas.

Não basta, no entanto, reconstruirmos os saberes sobre violência e sociedade, é preciso ainda que possamos apreender o papel do veículo de comunicação na esteira das relações sócio-ideológicas. Seu papel no assentamento da memória.

O discurso jornalístico é o produto de uma instituição que se apresenta como veículo de informação e portadora da verdade dos fatos. A imprensa ao alegar seu compromisso com a verdade, atua como ficção através de um mecanismo ideológico que produz o deslizamento do processo histórico que constitui sua discursivização, fazendo esquecer como o discurso jornalístico torna os saberes visíveis, impedindo a circulação de outros sentidos.

O discurso midiático opera por meio da construção de determinados sentidos e no silenciamento de outros (ORLANDI, 1992). Apaga-se, com isso, o fato de que, inerente à construção dos sentidos, há relações de poder de várias ordens: os cargos hierarquicamente definidos dentro da redação, os interesses econômicos da empresa de comunicação, a relação com os patrocinadores, enfim, uma complexa teia, em que vários lugares de sujeito se litigiam. Nesse jogo de dizer e não-dizer, a ideologia define que há zonas de sentido autorizadas a circular e outras, que são tidas como indesejáveis e que precisam ser silenciadas. Esse processo ideológico é que permite ou inibe as palavras de significarem, decidindo os sentidos que devem ser propagados e aceitos como verdade, influenciando na produção das notícias. Para Mariani (1998, p.224)

(...) o discurso jornalístico, enquanto forma de manutenção de poder, atua na ordem do cotidiano, pois além de agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem/devem pensar, organiza direções de leituras para tais assuntos. No dia a dia, o leitor comum nem sempre tem como perceber os processos de filiação de sentidos, os deslocamentos e realocamentos de memória, reforçando a ilusão de unidade e transparência na relação das multiplicidades do presente e das indicações do que pode vir a se.

O leitor está imerso na ilusão de transparência e completude dos sentidos sobre o fato. Esse jogo de poderes e influências, constitutivos da produção de sentidos do discurso midiático, cria um efeito ideológico de evidência, em que os sentidos parecem neutros e óbvios. *"A produção de sentidos na notícia dos fatos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas (eles também sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante no jornal."* (MARIANI, 1998, p.60). Além desses elementos, não podemos esquecer de que, o que é permitido dizer, o é em uma certa formação social, afetado pela historicidade, visto que: *"o que é dito nos jornais depende fortemente das possibilidades enunciativas específicas de cada formação social em cada período histórico"* (MARIANI, op.cit. p.65).

Lembramos também que, a memória da própria instituição jornalística influi na produção e significação do dizer, visto que *"no discurso jornalístico, como tal, já se tem uma memória da própria instituição da imprensa agindo na produção de notícias. Memória que atua como um 'filtro' na significação das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo é significado"* (MARIANI, op.cit, p.67). Há também influências da imagem, lugar de sujeito, que a instituição toma para si, do lugar onde imagina ter constituída a sua história, do modo como ela inscreveu sentidos em outros contextos sócio-históricos e como o faz no momento da enunciação.

Levamos em conta que os dizeres já consolidados pela imprensa e que as zonas da memória às quais o jornal se filiou são essenciais para a fundamentação do dizer midiático, funcionando na seleção do que não deve ser dito, o que precisa ser mantido, o modo como dever ser dito. Ressaltamos que há uma heterogeneidade de saberes no discurso midiático, movimentando zonas do *já-lá* (PÊCHEUX, 1999) e imagens já inscritas em outros contextos sociais, produzindo sentidos no agora do discurso, evidenciando um modo de formular e não outro, a escolha de um tema e não outro, uma determinada fotografia e não outra.

Conforme Moraes (2002) as empresas de comunicação vivem atreladas a interesses econômicos do grande capital. Podemos dizer que as escolhas de tudo que será publicado são atravessadas pela formação social (PÊCHEUX, 1997a) à qual tais empresas pertencem; e, desse lugar social, o dizer jornalístico tenta controlar os sentidos, criando a ilusão de que não existem outros modos de dizer. Dessa forma, o discurso midiático não pode ser tomado como neutro, apolítico e objetivo; devemos, sim, compreender os mecanismos de luta pelo poder na trama social, desnaturalizar os modos de dizer e contar os fatos da realidade e do mundo e estranhar o que parece evidente, visto que só assim é possível flagrar, na materialidade dos relatos, reportagens, notícias e propagandas, os sentidos construídos e, principalmente, os silenciados.

Essas questões as condições de produção do discurso da campanha e dos discursos sobre. Os novos sentidos recentemente postos pelo discurso jurídico no que tange à garantia dos direitos e à proteção integral à infância – materializados no Estatuto da Criança e do Adolescente – incentivam a identificação das crianças em situação de risco por sofrerem violência doméstica em suas casas. Isso se justifica pela gravidade do impacto sobre o desenvolvimento e a saúde provocado pela violência doméstica. O que se verifica, entretanto é que as notificações que chegam aos órgãos competentes vindas da escola, ou da família ainda são pouco significativas.

Buscamos (re)constituir as condições de produção desse discurso e discutir a relação entre as influências do meio social em interação com esses sujeitos, dentro da escola, na família, dos meios de comunicação e o silêncio sobre a violência doméstica, dentro de uma perspectiva materialista histórica, porque os sentidos se produzem no confronto sujeito-língua-história, não existindo sentidos dados a priori.

A reconstituição das condições permitiu considerar que existe uma relação de sentidos que é mais forte, as representações que circulam há tempos ainda têm mais força do que o discurso jurídico

atual, incapaz de transformar as práticas. Ainda que o discurso jurídico defina o procedimento no caso da violência doméstica ser identificada, a fronteira demarcada entre o público e o privado, entre a escola e a família, acaba por silenciar os sujeitos. O silenciamento ocorre porque o que se demanda – reconhecer e denunciar – é um papel que o sujeito não consegue cumprir: a dúvida que se coloca devido à tensão constitutiva de duas posições em conflito que geram ordens discursivas distintas, leva ao silêncio, o que constitui uma outra forma de violência - a negligência.

3.3 Nosso gesto de leitura - construindo os sentidos

Como já caracterizamos anteriormente, nosso *corpus* é estruturalmente heterogêneo, constituído no âmbito da campanha institucional da RBS - “O amor é a melhor herança. Cuide das Crianças”, e os textos aqui caracterizados como discursos sobre, nos anos de 2003 e 2004. A Rede Brasil Sul de Comunicação representa um conglomerado que integra várias mídias – Emissoras de TV, provedores de Internet, Emissoras de Rádio e Jornais. Nosso recorte restringe-se aos documentos impressos produzidos e divulgados pelo Jornal Zero Hora. Optamos por trabalhar com 22 (vinte e dois) anúncios publicitários e o *jingle* produzidos no período, no âmbito da campanha. Foram também analisados 2 editoriais produzidos em 2003 e um de 2004, escolhidos pela sua vinculação ao dizer da campanha. Analisamos ainda os textos de colunas de opinião, perfazendo um total de 4,(quatro) em 2003 e 12 (doze) no ano de 2004.

No âmbito das análises, consideramos o verbal e não verbal, pelas associações e atravessamentos de sentidos que produzem como efeito de sentido. No tratamento do verbal, recortamos seqüências discursivas, tanto no discurso da campanha, como nos discursos sobre. No campo imagético, considerando que a campanha está ancorada nas imagens dos personagens-monstro, foi necessário também buscar as relações de sentido que nesse processo são potencializadas.

Ao determinar os modos de dizer, o discurso da mídia fixa uma diretividade de leitura e põe em movimento um modo de dizer sobre a violência. Ao inscrever tais sentidos, a propaganda discursivisa o espaço imaginário. Construindo-se como um ideal de verdade a ser transmitida e ensinada ao leitor, o discurso publicitário nega o processo ideológico de construção dos fatos e das evidências, apagando, com isso, outros modos de relatar e documentar a realidade, cristalizando apenas uma formulação fazendo ruir outras formas de dizer. Conforme Mariani (1998, p.81):

ao alegar seu compromisso com a 'verdade', a imprensa finge não contribuir na construção das evidências (ou mesmo, do sentido literal), atuando, assim, no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade. Daí seu caráter ideológico, e não um pretenso compromisso com a verdade.

Esse ideal de verdade exclui a consideração de qualquer possibilidade de influência ideológica na produção da publicidade, já que produz o efeito de evidência de que a verdade estaria colada aos fatos, não sendo passível de qualquer determinação ideológica. Essa verdade se apresenta como constitutiva da campanha publicitária e opera de forma que o leitor se aproprie dos consensos instaurados pelo discurso como lei a ser seguida, filiando-se ao funcionamento ideológico do veículo de comunicação, que remete ao "*todo mundo sabe*" (ORLANDI, 1992).

Preliminarmente, reconstituímos as condições de produção da campanha, no campo sócio-histórico e no espaço circunscrito do veículo de comunicação. Os agenciamentos de sentido produzidos nos discursos que antecederam o lançamento da campanha e sua intrínseca relação com sua exterioridade foram trazidos para o trabalho de leitura das peças publicitárias e dos discursos sobre.

Ao fazermos isso, preparamos a leitura para produzirmos nosso gesto de análise. Quando definimos as questões de pesquisa, estávamos motivados a investigar os sítios de sentido constitutivos da campanha. Ao (re)construirmos o *corpus* foi se delineando que o discurso contra a violência era constituído por mecanismos parafrásticos, marcados por escolhas lingüístico-discursivas. Da mesma forma, o trabalho de reconstituição desses dizeres, através do material sistematizado, mostrou-nos que a posição-sujeito era reveladora dos lugares de fala, das posições sociais, deixando emergir na forma do dizer o trabalho ideológico de constituição de sentidos. A partir da leitura do material constitutivo do corpus, tomado pelo recorte, passamos a acreditar que a formação discursiva da mídia era dominante, e procuramos demonstrar essa presença nas peças publicitárias e nos "discursos sobre".

Nosso modo de análise foi definido de forma que pudéssemos dar conta das inquietações que nos mobilizaram em torno da campanha e dos discursos sobre. Assim, apresentamos e analisamos, num primeiro momento, o *jingle* e todos os anúncios (22), procurando uma abordagem que possibilitasse uma visão do conjunto, do funcionamento do discurso da campanha. Nessa seção, reconstituímos as peças da campanha publicadas no jornal Zero Hora. O *jingle* está apresentado em primeiro lugar porque foi simultaneamente divulgado com o anúncio de 08 de junho de 2003, no lançamento oficial da campanha “O amor é a melhor herança. Cuide das Crianças”.

Na seqüência, apresentamos os anúncios que constituíram a campanha na mídia impressa, especificamente no Jornal Zero Hora, nas duas fases em que a campanha foi mantida pelo Grupo Rede Brasil Sul de Telecomunicações. Optamos por inserir as peças no corpo do trabalho para facilitar a leitura - reproduzimos cada um dos anúncios que perfazem um total de vinte e dois, sendo que dez constituem a primeira fase da campanha (ano de 2003) e doze a segunda (no ano de 2004).

Entendemos que seria importante, para a leitura, marcar de forma destacada termos que se repetem, constituindo um jogo de retorno a um já-dito que vai permitindo pensar o discurso midiático constituído por jogos polissêmicos e parafrásticos que criam as condições para a produção de sentido pela insistência do dizer – há o retorno a um *já-lá*, a uma memória.

Como cada uma das peças constitui um todo, em que o verbal e o não-verbal estão intrinsecamente relacionados, para fins de análise, procuramos caracterizar a constituição de cada um dos anúncios, demonstrando o modo como estão estruturados quanto aos recursos imsgéticos e lingüístico. Quanto aos recursos técnicos, considerado o gênero textual que constituem, cada um deles apresenta três ou quatro planos que são interdependentes – o não-verbal está presente em todos; o verbal se apresenta ora em três níveis, ora em dois ou apenas em um, ou seja, há anúncios em que existe uma chamada, característica do gênero, apresentada em tipos gráficos diferenciados;

por vezes os personagens assumem falas, inscrevendo-os num lugar de sujeito; dos vinte e dois anúncios, apenas quatro não trazem um texto em rodapé, todos os demais se constroem com esse recurso.

Assim, quando nos referimos à imagem, à chamada, à fala dos personagens ou ao texto que constitui uma das partes do anúncio, não estamos produzindo uma fragmentação no modo de análise, uma vez que significam no conjunto, cumprindo papéis que se somam para a produção de sentido.

3.3.1 – Das especificidades do objeto

3.3.1.1 – O não-verbal: implicações discursivas

No estudo sobre o silêncio, Orlandi (1995) observa que os mecanismos de análise que apreendem o verbal através do não-verbal revelam um efeito ideológico de apagamento que se produz entre os diferentes sistemas significantes, dando sustentação, dentre outros, ao mito de que a linguagem só pode ser entendida como transmissão de informação, ou como sistema para comunicar. O que leva, por um lado, a estabelecer uma relação biunívoca entre um dado objeto (verbal ou não-verbal) e o seu sentido e, por outro, a trabalhar não com a materialidade significativa de cada linguagem em si mesma mas sim com a tradução do não-verbal em verbal, mascarando as diferenças, a especificidade de cada uma das formas da linguagem. O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, a sua recursividade e se sustenta em primeira instância com a noção de não-dito – o que não está presente, mas também está significando.

Orlandi (1995) discute a existência de um *efeito de sobredeterminação* do não-verbal pelo verbal, que apagaria a especificidade do não-verbal, produzindo, assim, a ilusão de uma literalidade dos sentidos. A autora entende que “*por esse efeito ideológico também a mídia funciona através da redução do não-verbal ao verbal, produzindo o efeito da transparência, da informação, do*

estável (ou, pelo menos, do diretamente decodificável)". (Orlandi, 1995, p. 41-42)

Souza (2001), ao discutir o verbal e o não-verbal, traz questões importantes a serem consideradas, principalmente no que diz respeito a essa particularidade da AD em não reduzir a compreensão do não-verbal a um repasse deste pela linguagem verbal. Da mesma forma que Orlandi, defende que essas duas linguagens possuem especificidades, no plural.

Em relação à linguagem não-verbal, Souza entende que considerar a especificidade implica trabalhar a imagem em sua própria materialidade significativa e não a partir de uma tradução desta pela linguagem verbal, pois isso acaba mascarando as diferenças entre elas. Também requer entender como a imagem *constitui-se em discurso* e como ela *"vem sendo utilizada para sustentar discursos produzidos como textos verbais"* (Souza, 2001, p. 70).

A leitura define-se, então, por essa forma de entendimento, como o trabalho simbólico de se articular diferentes textos, buscando a construção de sentidos.

A interpretação do texto não-verbal se efetiva, então, por um efeito de sentidos que se institui entre o olhar, a imagem e a possibilidade do recorte a partir das formações sociais em que se inscrevem lugares de discurso, lugares de fala. Do ponto de vista ideológico, a interpretação da forma material da imagem pode se dar a partir da ausência de elementos próprios da imagem dando lugar aos apagamentos de natureza ideológica. Pode se dar também a partir do simbólico, da iconicidade. Ler uma imagem, portanto, é diferente de ler a palavra: a imagem significa não fala, e vale enquanto imagem que é. Entender a imagem como discurso, por sua vez, é atribuir-lhe um sentido do ponto de vista social e ideológico, e não proceder à descrição (ou segmentação) dos seus elementos visuais.

Como demonstra Orlandi (1995), em nossa sociedade, o legítimo constitui-se pelo verbal, criando-se uma dependência do não-verbal ao verbal de modo que *"a complexidade do conjunto de signos de distintas naturezas se reduz a um processo de interpretação uniforme. Tudo se*

interpreta do mesmo jeito. É o efeito literal se reproduzindo em cadeia contínua em todas as linguagens” (1995, p 42).

Mariani, ao falar da ilusão de literalidade, quando analisa as instituições, como a imprensa, alerta para se perguntar *o que* ela diz e não *por que* diz de determinada forma: “*o efeito imaginário da ‘existência’ de um sentido literal,(...) é o vínculo a ‘conteúdos’, institucionais fixados aprioristicamente em função da ilusão de objetividade do real” (1999: 49).*

Esse movimento na constituição dos sentidos dá evidência a sentidos autorizados, aqueles que podem e devem ser ditos por determinação sócio-histórica de constituição institucional (veículo de comunicação), e silencia ou apaga sentidos que não devem ser ditos, aqueles não autorizados, supostamente excluídos no processo de seleção, hierarquização, estruturação. A ilusão de onipotência do sujeito determina o efeito de controle do não-verbal pelo verbal. Não devemos, no entanto, deixar de considerar que sujeitos, sentidos e discurso são incompletos, e a incompletude é o lugar de abertura ao simbólico, ao movimento de sentidos. Não devemos, então, partir de uma idéia de efeito de sentido preexistente ou de uma análise da especificidade do não-verbal, e mesmo do verbal, de forma isolada.

3.3.1.2 Categorias técnicas textuais da comunicação – os gêneros que circulam na mídia impressa.

No campo da ciência da comunicação, há uma defasagem teórica quanto à discussão da noção de gênero. Enquanto os autores em outros campos têm tratado o gênero textual como um fenômeno de linguagem socialmente constituído, no campo da comunicação, os estudos ainda se inscrevem em uma perspectiva tipologizante. É difícil

depreender, nesta literatura, o que é um gênero jornalístico, bem como quais são os gêneros que compõem o jornal.

Em nosso estudo, utilizamos, ao nos referirmos ao gênero informativo, a notícia e/ou a reportagem; no caso dos gêneros opinativos, trabalhamos com a notícia, a reportagem e a coluna; utilizamos ainda a campanha, própria do gênero utilitário ou de prestação de serviço e também a propaganda institucional

Trazemos para fins de uniformização da forma de nomear, categorias técnicas da comunicação para identificar os tipos com os quais trabalhamos em nosso corpus de pesquisa. Reproduzimos a seguir a classificação tipológica proposta por MEDINA (2001)

JORNALISMO	Gêneros informativos	nota; notícia; reportagem; entrevistas; títulos; chamadas.
	Gêneros opinativos (totalmente subjetivos, com opiniões de colaboradores e editores)	editorial; comentário; artigo; resenha; coluna; carta; crônica.
	Gêneros utilitários ou prestadores de serviços	roteiro; obituário; indicador; cotação; campanhas; educacional (testes e apostilas); ombudsman.
	Gêneros ilustrativos ou visuais	gráficos; tabelas; quadros demonstrativos; ilustrações; caricatura; fotografia.
PROPAGANDA		comercial; institucional; legal.
ENTRETENIMENTO		passatempos; jogos; HQ; folhetins; palavras cruzadas; contos; poesia; charadas; horóscopo; dama; xadrez; novelas.

Gêneros do discurso podem ser definidos como dispositivos de comunicação só encontrados em presença de determinadas condições sócio-históricas (Cf. Magueneau, 2005: 59-70). Isto quer dizer que, obviamente, as tipologias de gêneros são historicamente variáveis, determinadas a partir da sociedade na qual se encontram.

Um gênero do discurso teria um certo número de condições implicadas, as quais ajudariam justamente a caracterizá-lo. Poderíamos

dividi-las, de acordo com Maingueneau (1997), em duas ordens: (a) comunicacional (aqui entrariam questões como: transmissão oral ou escrita? em que meio? através de quais meios de difusão? dentre outras relacionadas aos momentos e lugares de enunciação específicos e ao ritual apropriado); (b) estatutário (nesse caso, considera-se, essencialmente, qual estatuto o enunciador deve assumir e qual deve conferir ao seu co-enunciador para constituir-se em sujeito). Nesse sentido, é importante ressaltar o funcionamento do gênero como um elemento que garante a cada um a legitimidade que ocupa no processo discursivo.

Segundo Marcondes Filho (2000), o jornalismo sofreu dois fortes impactos de natureza tecnológica que provocaram grandes mudanças na atividade: o primeiro, a partir de 1850, com a criação das máquinas rotativas e dos processos de comunicação de massa. Para o autor, o aumento na produção significou uma forte reorientação da indústria jornalística, em função de render lucros e se tornar auto-sustentável.

De acordo com Maingueneau (2002), o suporte em que os discursos se manifestam materialmente não é algo que deva ser deixado em segundo plano, pelo contrário, é preciso que se considere o *mídiu* como um dos componentes de um gênero, que o molda, que interfere diretamente na construção dos sentidos: “*O modo de transporte e recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero de discurso*”. (Maingueneau, 2002: 72)

3.3.2 Apresentação e análise das peças publicitárias - a formulação do dizer da campanha

3.3.2.1 O *Jingle* de lançamento da campanha - um lugar de fala e efeito de homogeneização

Com o *jingle* reproduzido a seguir foi inaugurada a campanha publicitária institucional “O amor é a melhor herança. Cuide das Crianças.”, do Grupo RBS, que envolveu diversos segmentos da sociedade. Cinco personagens vão sendo apresentados: o Diabo, o Bicho-papão, a Bruxa- malvada, a Mula-sem-cabeça e o Boi-da-cara-preta.

O AMOR É A MELHOR HERANÇA.

CUIDE DAS CRIANÇAS.

SD1/B Maltratar as criancinhas
É coisa que não se faz
Mesmo sendo o **Diabo**
Disto nem eu sou capaz
Malvadeza com crianças
Não, não

Isso só pode ser coisa
Do tal do **Bicho-Papão**

SD2/B Peraí, vai devagar
Cuido bem dos meus papõezinhos
Criança maltratada
É coisa da **Bruxa-Malvada**

SD3/B Que calúnia
Minhas bruxinhas trato bem
É assim, nunca se esqueça
Isso só pode ser coisa
Da **Mula-sem-Cabeça**

SD4/B Que mentira deslavada
Minhas mulinhas-sem-cabeça
Sempre foram bem tratadas
Ai de quem se intrometa
Quem assusta as criancinhas
É o **Boi-da-Cara-Preta**

SD5/B Não admito que falem
Que eu maltrato meus
boizinhos

Eu sempre dei a eles
Muito amor e carinho

SD6/B Não seja um monstro
Por isso, vamos cantar
O amor é a melhor herança
Cuide da criança
O AMOR É A MELHOR
HERANÇA.
CUIDE DAS CRIANÇAS.
CAMPANHA RBS

Simultaneamente, em todos os veículos de comunicação do Grupo RBS, o *jingle* e os cinco personagens foram apresentados à sociedade. A grande visibilidade dada à campanha, deve-se mais à ação da televisão e do rádio, mas o jornal Zero Hora também assumiu um papel de destaque na divulgação da campanha publicitária, abrindo também espaço para especialistas, profissionais e organismos da sociedade falarem sobre a **violência**, o **abuso sexual** e a **negligência**.

No *jingle* divulgado no lançamento da campanha, após se apresentarem e se indentificarem, no plano individual como pais responsáveis e carinhosos, os monstros convocam a sociedade, mas especialmente cada um dos sujeitos no plano individual, através do refrão:

“O amor é a melhor herança. Cuide das crianças”. O *jingle* produz um efeito de identificação com representações que circulam no imaginário social. Isso ocorre na relação constituída pelo dizer com a rede de memória. Para Orlandi (2002, p.42)

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não 'brota' do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder.

A forma de representação discursiva dos monstros, no entanto, produz um afastamento da identificação dos saberes que são constitutivos do sentido de monstro e monstruoso. Esse distanciamento da identificação simbólica de monstro com a prática de um ato monstruoso, constitutiva de outros discursos em condições de produção que não se (re)constituem aqui, possibilita a identificação do monstro com atos de amor e de carinho. Apesar de o monstro continuar sendo um monstro, o que se altera na ordem do discurso está no nível da sua prática. Ressignificando o papel de monstro na relação com os dispositivos de memória, o discurso da campanha publicitária, materializado pelo *jingle*, provoca uma ruptura na rede de sentido – monstro pratica o bem, mas quem pratica atos monstruosos com a crianças também deve ser chamado de monstro? Essa ruptura produz um efeito metafórico, na medida em que o caráter polissêmico da figura monstruosa, na formulação discursiva em análise, não atualiza a memória sobre um *já-dito*, atribuindo-lhe um novo sentido, numa representação que é, portanto, simbólica e metafórica. O esquecimento, segundo Orlandi (2002, p.36) “estruturante”:

Os sujeitos esquecem que já foi dito -e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas mas, ao mesmo tempo, sempre outras.

Ao deslocar a relação do monstro com a prática de um ato de violência, o discurso da campanha produz as condições para a formulação de uma nova forma de significar o sujeito-monstro, produzindo um efeito de memória: o monstro da campanha é afetuoso, dedicado e responsável, apesar de continuar sendo um monstro, resultado do assujeitamento produzido pelo discurso da campanha. Essa constituição discursiva do

monstro abre espaço para o questionamento da criança sobre a prática da violência e do papel do agressor.

Ao dizer-se responsável e condenar a violência contra a criança, o discurso midiático cria uma nova lógica de identificação construída nas histórias de narrativas populares, nas cantigas de ninar, nos contos, nas lendas que são constitutivas das formações imaginárias. Essa fissura produz um efeito de dispersão de sentido. Esse deslocamento da representação discursiva do monstro, revela, na verdade, que,

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo. (ACHARD, 1999, p.13)

Esse recurso discursivo não desloca a identificação do monstro. Aquele que povoa o imaginário infantil é afastado porque é capaz de atos monstruosos. Ao negar/condenar a violência, o dizer da campanha filia o personagem a um discurso contra a violência praticada contra as crianças, produz-se um efeito de sentido frente a uma *já-dito* constitutivo da formação imaginária – o monstro bom pode ter aparência monstruosa, mas o que qualifica o monstro é o ato de violência.

Ao retomar *já-ditos*, os personagens da campanha, falando do lugar do monstruoso, ao se representarem discursivamente, produzem a neutralização de um sentido para que fosse produzido um efeito de evidência, do *sempre-lá*, que o ato de violência é condenado pelo discurso da campanha. É o retorno a um dizer já formulado, pelos deslizamentos de sentido. Para Orlandi (1996, p.46) a “*historicidade está representada justamente pelos deslizes (paráfrases) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas (...) Esse desliz, próprio da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade*”. E é nesse lugar, como demonstra Orlandi, que “*língua e história se ligam pelo equívoco (...), que se define o trabalho ideológico*”.

O funcionamento discursivo constitutivo do jingle se repete, como uma forma de encadeamento do discurso e reiteração de sentidos. Todos os personagens, ao se enunciarem revelam um já-construído sobre sua

identificação na formação imaginária. No entanto a atitude violenta contra uma criança é creditada a um estranho, um desconhecido. O uso dessa forma de dizer possibilita o distanciamento do que procura negar e combater. Quem pratica violência é um outro, o ato de violência é da ordem de um terceiro. Essa formulação revela ainda um outro implícito - o fato de que é prática comum na sociedade creditar a outrem a responsabilidade por atos de violência, ou ainda silenciar frente a episódios dessa natureza, trazendo a questão da negligência que também passa a ser um dos temas da campanha.

Cada um dos personagens (seqüências discursivas SD1/B a SD5/B) vai afastando de si os créditos que pudessem identificá-los com a violência, prática que é sempre vinculada a um outro. Essa construção faz irromper um *'já-lá'*, ou seja, procura reconstituir retalhos de memória, buscando um efeito de sentido na forma de designação, ao condenar o outro, livrando-se da responsabilidade pelo ato de violência.

Todos esses personagens, protagonistas da campanha publicitária, reconstituem e, ao mesmo tempo, afastam-se de uma memória já institucionalizada – a que nos reporta ao imaginário infantil, ao mundo infantil, em que habitam monstros e seres temerosos. Esse *já-dito*, no entanto, não autoriza saberes que já eram do domínio dos sujeitos. Rompe-se a cadeia discursiva na construção de uma formação discursiva que, ao falar de atos de violência, não os atribui aos sujeitos que haviam sido a ela associados em outras formulações. Esses sujeitos-monstro, pelo contrário, agora se apresentam como defensores das crianças como exemplos de conduta.

Todas essas formas de representação dos monstros, como monstros-bons, amigos da criança, e da caracterização de suas atitudes frente às próprias crianças, desmontam um percurso de memória até então instituído e determinante da formação discursiva, marcada na ordem do assujeitamento ideológico – os gestos de interpretação inscritos nessa memória sobre os personagens não se atualizam e desviam a representação do monstro que, gradativamente vai sendo construída e firmada numa outra ordem discursiva – não mais aquela das redes de memória representadas pelas cantigas de ninar, pelos contos e lendas, mas a que se inscreve numa outra ordenação ideológica – a do veículo de

comunicação que aqui se coloca como a voz da sociedade, que fala do lugar da razão, do lugar da moral, do lugar do bem contra mal, contra o monstro da violência, como deixa entrever a seqüência

SD6/B – Não seja um monstro
 Por isso, vamos cantar
 O amor é a melhor herança
 Cuide da criança
 O AMOR É A MELHOR HERANÇA.
 CUIDE DAS CRIANÇAS.

Essa formulação enunciada por todos os personagens constrói um jogo parafrástico entre a representação discursiva do monstro e a prática de uma atitude caracterizada como um ato monstruoso. Para Indursky (1997, p.43)

à medida que a repetição ocorre pelo viés da paráfrase discursiva, variações e transformações instauram-se no processo discursivo. É o interior da família parafrástica, construída por tais repetições, que é possível estabelecer a comparação entre o mesmo suas repetições, daí ocorrendo a regularização do sentido.

Esse funcionamento discursivo faz emergir, nas fissuras do já enunciado, um novo discurso a dizer – o projeto ideológico do discurso contra a violência. A voz dos personagens-monstro, aqui personificados como representantes do bem é destacada por uma voz em *off* que declara “O amor é a melhor herança. Cuide das Crianças. Campanha RBS.” Inscreve-se aqui um lugar de fala que nos possibilita dizer que

O discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. (ORLANDI, 2002, p.43).

3.3.2.2 Anúncio publicado em Zero Hora – em 08 de junho de 2003



Fig.01

SD6/B – São 65.700 casos de **violência** por ano. E, infelizmente, a maioria desses casos ocorre dentro de casa. É a violência doméstica. Números difíceis de aceitar? Pois são mais difíceis do que você imagina. A cada 6 horas, uma criança é vítima de **abuso sexual** no Rio Grande do Sul. 90% dos casos são praticados por pessoas que as crianças confiam e amam. Todo mundo sabe: crianças procuram a família quando estão em perigo.

Mas quando a família faz parte do perigo, as crianças contam com quem? Conosco. Com você. Com todos nós. É por isso que a RBS está começando hoje uma campanha contra a **violência** em crianças e adolescentes. Todos nós precisamos cuidar de quem não pode se cuidar sozinho. Todos nós temos que transformar o País em seara de crianças com uma vida no mínimo digna. E, se possível, feliz.

O anúncio de lançamento da campanha é constituído por quatro planos interdependentes: a) a chamada do anúncio; b) a fala dos personagens; c) a representação imagética dos monstros; d) o texto de rodapé.

A chamada para o tema da campanha funda as condições de existência do problema em questão – a violência sexual praticada contra

crianças. Esse dizer articula pré-construídos, os *sempre já-lá*, uma vez que esses dados são de conhecimento da sociedade, mas aqui são ressignificados na medida em que a retomada discursiva reitera uma ordem ideológica – não mais a passividade e o silêncio tacitamente aceitos e impostos frente a questões sobre a violência contra crianças. O discurso da campanha também faz emergir um lugar de fala silenciado pela ordem do imaginário – esses personagens não haviam sido pensados como pais, responsáveis e carinhosos. Sua representação no imaginário é da ordem da monstruosidade.

A imagem de cada um dos protagonistas ‘monstruosos’ representa um recurso imagético, que garante a sua manutenção no imaginário. Os monstros não são aqui caricaturados, transmutados para uma representação menos assustadora, pois sua aparência continua monstruosa. Num segundo momento da campanha, no ano de 2004, a representação imagética do monstro também se transforma – os personagens-monstro passam a ser representados como uma expressão mais suavizada, demonstrando alegria pelas atitudes e lugares assumidos. Reitera-se, com isso, o mesmo deslizamento de sentido já ocorrido na representação discursiva do monstro na primeira fase, no ano de 2003.

A ordem do discurso que se lê, no entanto, está no jogo da imagem e das atitudes, rompendo, dessa forma, com um funcionamento discursivo que filiava o monstro a atos monstruosos. Para Orlandi (2001, p.28)

O dispositivo ideológico de interpretação do sujeito vem carregado de uma memória (uma filiação nas redes de sentidos – o interdiscurso) que, entretanto, aparece negada como se o sentido surgisse lá. Isto porque a memória discursiva (o interdiscurso) se estrutura pelo esquecimento: esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgindo em nós.

Suas falas, no anúncio, são sempre as mesmas, mudando apenas quem as enuncia: “E eu, (...) é que sou um monstro”. Diferente do *jingle*, em que todos precisavam se justificar e afastar os sentidos que sua presença trazia na retomada de discursos outros, pela rede da memória, no anúncio já temos um monstro que fala de um lugar de crítica, de denúncia, posto que já se qualificaram como pais responsáveis e carinhosos. Aqui ocorre uma ruptura com o que aparenta ser – quem é capaz de praticar atos monstruosos? Essa pergunta inaugurada pelo anúncio possibilita a

desacomodação de sentido, uma vez que o ato monstruoso é afastado do sujeito-monstro da campanha, não apenas quando se trata de seus filhos, mas com relação a outras crianças como vamos perceber em outros anúncios. Essa pergunta funciona como um chamamento direcionado ao leitor que precisa construir um sentido para o monstro e para o ato monstruoso da prática da violência, abuso ou negligência contra crianças e adolescentes.

A força da desconstrução da ideologia através da narrativa verbal e não-verbal produz um efeito de sentido que é caracterizado por fazer irromper um lugar de fala até então silenciado. O dizer institui um novo papel aos monstros que foram, ideologicamente construídos e sustentados pela história, no imaginário.

O dizer da campanha revela características do sujeito-monstro que haviam sido silenciadas – o monstro é capaz de bons atos, de boas atitudes. Não há um apagamento histórico, pois tudo o que fora contado, tudo o que faz parte da memória e do imaginário, está sempre presente pela

Repetição e deslocamento. Paráfrase e metáfora. Às margens do texto, textos fantasmas diluem as bordas da textualização, seus limites. Desse ponto de vista, um mesmo texto, imaginado, volta sempre, fazendo seu retorno em várias retomadas por um sujeito autor que trabalha diferentes formulações (versões) em uma história inacabada das diferentes textualizações possíveis. (ORLANDI, 2001, p. 96)

O que ocorre é uma nova ordem no curso do dizer – pela polissemia cria-se a condição para pensar sobre o ato monstruoso praticado pelo adulto agressor. O texto carrega as marcas ideológicas do veículo de comunicação inscrevendo-se no interior da formação discursiva do discurso contra a violência, determinada por dado funcionamento ideológico. A constituição do discurso lança mão de dados estatísticos que revestem de autoridade o dizer, ao mesmo tempo que causam impacto, uma vez que ilustram o tamanho do problema. Focaliza, nesse primeiro anúncio, a violência silenciada no âmbito da família, como se fosse uma conduta normal no comportamento social.

O plano do texto trata de questões relativas à violência, trazendo dados estatísticos, produzindo o efeito de um discurso de autoridade, que fala de um lugar de conhecimento. O dizer do anúncio circunscreve a

violência e o abuso sexual, como práticas do ambiente doméstico. Estabelece um jogo parafrástico entre família=segurança e família=ameaça. A forma do dizer promove um chamamento à sociedade “você, todos nós”.

Sobre a prática de violência Costa (1979) diz que a situação atual de violência contra a criança é fruto de uma elaboração histórica sobre as diferentes concepções de criança e adolescente produzidas durante o processo de constituição histórica das sociedades. As práticas sociais revelam que ainda hoje existe a aceitação de condutas que se justificam por uma ordem vigente – como se houvesse normalidade na agressão, quando esta é justificada na linha do ensinar ou corrigir comportamentos não desejados. Inscrevem-se, nas sombras desses discursos, práticas de violência silenciadas no ambiente social.

A formulação do discurso da campanha denuncia o abuso sexual e a agressão física, praticados no ambiente familiar. Utiliza-se do discurso vulgata na forma de um “todo mundo sabe”, criando as condições de existência para o funcionamento ideológico (SD6/B).

3.3.2.3 Anúncios divulgados entre 06/07/2003 e 28/09/2003



06/07/2003

Fig.02

SD7/B – No Brasil, a agressão **sexual** afeta 15% dos 65 milhões de jovens com menos de 18 anos. Pelo menos 100 jovens morrem por dia, vítimas de **maus tratos**. São 9,7 milhões de casos por ano. Infelizmente, a maioria destes casos ocorrem dentro de casa: é **violência** doméstica. Você sabe: as crianças procuram a família quando estão em perigo. Mas quando a família é o perigo, as crianças contam com quem? Conosco. Com você. Com todos nós. Está mais do que na hora de cuidar das crianças. Não podemos transformar **atos monstruosos** em rotina.



20/07/2003

Fig.03

SD8/B – Infelizmente, alguns **adultos** bebem para esquecer seus problemas. E, infelizmente, ao beberem, esquecem que são bons **pais**. Um dos maiores motivos da **violência** contra a criança é o alcoolismo dos pais. Quem bebe deve se conscientizar da alteração de seu comportamento. Mas é fundamental que todos nós ajudemos às **crianças** que sofrem com pais violentos. Se um **pai** está fora de si alguém precisa interceder pelos **filhos**. Pode ser a **mãe**, **os avós**, **os padrinhos**, **os amigos**, **os vizinhos**, **a professora**. Ou, em último caso, o **Conselho Tutelar** de sua região.



17/08/2003

Fig.04

SD9/B – Quando se fala **maus tratos** à criança, costumamos pensar apenas em atitudes chocantes como a **violência** física ou sexual. Mas é bom não esquecermos de que a negligência também é mau trato. Não matricular uma criança na escola é violentar o futuro. Não garantir higiene básica é violentar o futuro. Não orientar a respeito da vida é violentar o futuro. Não vamos **negligenciar** os cuidados do dia-a-dia. A verdade é que, quem ama, cuida.



31/08/2003

Fig.05



28/09/2003

Fig.06

SD10/B – A RBS está promovendo uma campanha contra toda e qualquer **violência** à criança. E, por incrível que pareça, até os bebês de colo sofrem **violências** domésticas. Você sabia que existe a Síndrome do Bebê Sacudido (Shaken Baby Syndrome)? Esta síndrome se refere a lesões que ocorrem quando um bebezinho, geralmente lactente, é violentamente sacudido. De que tipo de lesões estamos falando? Cegueira, atraso no desenvolvimento, convulsões, lesões da espinha e lesões cerebrais. Sem falar nos casos que os bebês morrem devido a **maus-tratos**. Sim, é uma covardia **maltratar** uma criança. E esta covardia é inversamente proporcional ao tamanho da criança.

SD11/B - Pergunte a uma criança que costuma ser espancada se estranhos devem ou não se meter na vida dos outros. Infelizmente, apenas os casos extremos de **violência contra crianças** se tornam públicos, fazendo com que o problema não se torne ainda mais visível. Quando a família não acode uma criança, a sociedade é que tem que acudir. Ao presenciar **violência doméstica**, ligue o **Disque Denúncia – 0800 990 500**. Os que mal sabem agradecer, agradecerão.

Os anúncios (Fig.2 a Fig.6), num total de cinco, foram divulgados na ordem em que aparecem em nosso trabalho. Apresentam três planos de representação: a) a fala dos personagens; b) a representação imagética; c) o texto.

A forma de representação imagética vai se repetir em todos os anúncios. O plano do texto traz números que comprovam uma realidade que revela a violência mascarada que a sociedade, muitas vezes, não toma conhecimento, uma que é silenciada pelos mecanismos discursivos e práticas sociais.

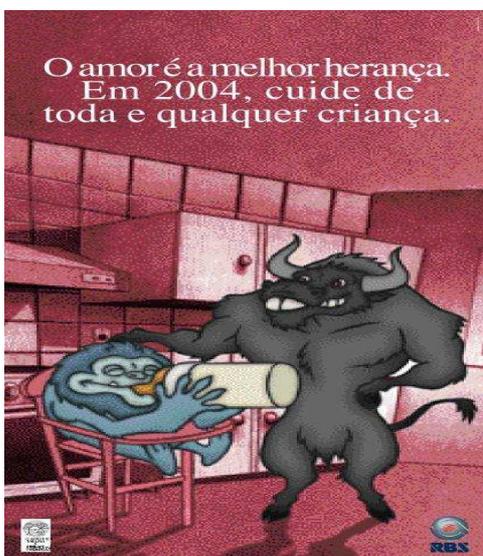
Nos anúncios, uma vez já constituído o lugar de fala do monstro, os personagens monstruosos passam a ser os críticos e defensores da criança: “Sim, tem pai que amarra os filhos em casa. E eu, o Bicho Papão, que sou o monstro?”. Os anúncios exploram a relação do parecer e do ser. Personificado de forma monstruosa pela ilustração, na primeira fase da campanha, o próprio monstro questiona sua identificação, fato que só pode existir no interior dessa formação discursiva que, pelo funcionamento metafórico, constituiu uma nova identificação de monstro. O papel do pai, mãe ou adulto que pratica o ato de violência é que está sob julgamento. O monstro tem uma identificação com o monstruoso apenas pela sua representação imagética, no funcionamento da campanha e no imaginário social.

O lugar de fala atribuído ao monstro produz um efeito de sentido diferente do que é produzido nos contos tradicionais e narrativas fantásticas, como podemos ver em Bettelheim (1980), quando demonstra que a criança consegue, através da figura do monstro, personificar o bem e o mal, em relação de oposição. Aqui, na constituição da campanha, ao lançar mão do que parece ser mas não é, o discurso possibilita que a criança e o adolescente possam, simbolicamente, designar o agressor na sua identificação com o monstro que habita seu imaginário – nas cantigas de ninar em histórias infantis, o Bicho-Papão é caracterizado como um ente que aterroriza as crianças. Na campanha, assim como nos contos de fadas, Bettelheim (1980), são possibilitadas novas dimensões à imaginação da criança que ela não poderia descobrir verdadeiramente por si só.

Observando o funcionamento discursivo da campanha e as relações com a memória discursiva, percebemos que

é justamente isso que ocorre: os dados sobre um determinado fenômeno são transmitidos, desvinculados do contexto ou processo que o produziu, de forma absolutamente fragmentária, numa linguagem cada vez mais sintética e num espaço de tempo cada vez mais diminuto. Como resultado disso tem-se (...) a veiculação de uma forma de linguagem que é, de fato, “neutralizadora do sentido e do significado” (SEVERIANO, 1999).

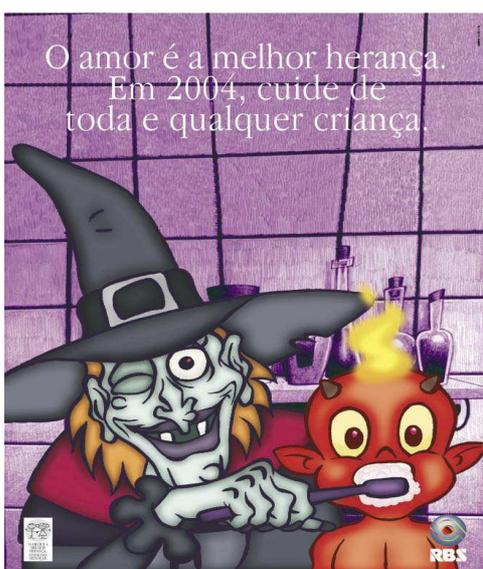
3.3.2.4 Boi-da-cara-preta, Bicho Papão, Bruxa e Mula-sem-cabeça – divulgados em 07 de dezembro de 2003



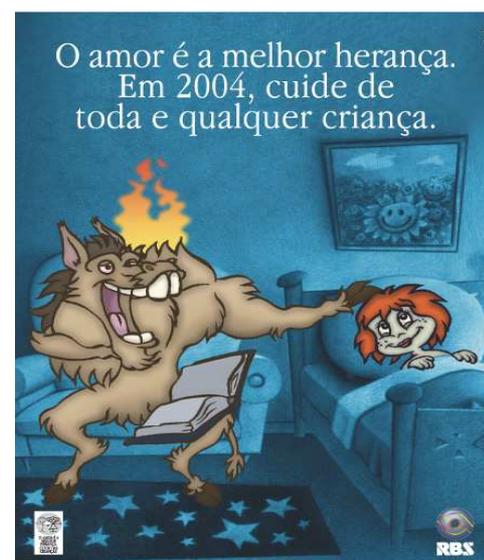
(1) Fig.07



(2) Fig.08



(3) Fig.09



(4) Fig.10

Esses anúncios foram publicados na ordem da numeração que os identifica, na forma de mensagens de final de ano e de expectativas para o ano que estava por iniciar..

SD12/B – O **amor** é a melhor **herança**. Em 2004, cuide de toda e qualquer criança.

Nos quatro anúncios que encerram a primeira fase da campanha (Fig.7-10), as criaturas monstruosas aparecem cuidando de crianças

que não são as suas. Os monstros estão dedicando atenção não apenas aos filhos daqueles que também cuidam dos seus, mas como diz o *slogan* do anúncio “*toda e qualquer criança*” merece atenção.

Mais uma vez a rede de memória é rompida. Talvez fosse mais fácil ou até natural entender que cada monstro cuidasse de seus monstros, dos seus filhos, mas assumir uma postura protetora e dedicada frente a outras crianças inscreve esses personagens num padrão de conduta que os afasta de sua representação simbólica do discurso fundador de sua designação na formação imaginária, em outras condições de produção. É preciso pensar o efeito metafórico como funcionamento discursivo, como propõe Orlandi (2002, p.80) ao dizer que “*esse efeito aponta-nos para o “discurso duplo e uno”. Essa duplicidade faz referir um discurso a um discurso outro para que ele faça sentido (...) envolve inconsciente e a ideologia.*”

Esses quatro anúncios são empregados como um recurso de preparação para a segunda fase da campanha, abrindo-se no dizer para o que está por ser formulado.

A seqüência discursiva destacada em SD12/B retoma o slogan da campanha presente em todas as quatro peças gráficas. No plano imagético é que está posto o nível de um outro dizer. Os monstros estão dedicando carinho e atenção e crianças que não são as suas. Essa identificação dos monstros funciona como um oposto da prática violenta que a campanha vem denunciando.

3.2.2.5 Lançamento da segunda fase da campanha –

Após alguns meses do encerramento da primeira fase da campanha dos monstrinhos, o Grupo RBS fez o lançamento da segunda fase, envolvendo diversos segmentos da sociedade relacionados de alguma forma com as questões da infância e da juventude.



11 de maio de 2004

Fig.11

SD13/B – Dia 11 os Monstros estão de volta. Prepare-se para rever esses monstruosos amigos da criançada. Mais ainda: prepare-se pra conhecer novos personagens, como a Professora do Bicho-Papão. Não vamos deixar ninguém esquecer que o **amor** é a melhor **herança**. Vamos lembrar que **todos nós** precisamos **cuidar** sempre das crianças



11 de maio de 2004

Fig.12

SD14/B – Que a **vida** é uma **correria** todo mundo sabe. Mas que a **infância** dos **filhos** também **passa correndo** é coisa que muita gente esquece. Como conciliar isso? Reservando tempinhos para os nossos **filhos**. Minutos de brincadeira valem muito para as crianças. Instantes de dedicação. Momentos de carinho. Sempre existem boas ocasiões para um papo, sempre se abre oportunidade para uma atenção especial. Veja bem: não estamos falando em apenas **educar**. Estamos falando em se **divertir** com os filhos. Hoje já sabemos que, nos primeiros meses de vida, o simples olhar da mãe ajuda a desenvolver as crianças. Ou seja: às vezes, basta um olhar carinhoso. E isso, cá entre nós, nem toma tanto tempo assim. **Disque Denúncia, 0800 990 500.**

O anúncio de lançamento da segunda fase da campanha (Fig.11) traz um personagem novo, o Lobo-Mau que se junta aos outros cinco

monstros da fase de 2003. A idéia de um crescendo, com novos segmentos se envolvendo é assumida pela campanha que promete, com esse anúncio, novos personagens e chama para o engajamento de todos: “Vamos lembrar que todos nós precisamos cuidar (...)”. A reiteração do *já-dito* atualiza a memória discursiva trazendo o sujeito-leitor para a formação discursiva da campanha. “Não vamos deixar ninguém esquecer (...)” funciona como um dispositivo discursivo que tanto serve para remeter à campanha, enquanto discursivo a ser referido, como também aponta para os objetivos da campanha.

O anúncio se apresenta com a mesma diagramação, com fala da personagem, representação imagética do monstro, chamada do anúncio e texto. Nos anúncios de 2003, o Lobo-Mau não foi empregado como personagem, mas é justamente a memória discursiva que torna possível esse dizer que retorna na forma de um pré-construído, uma vez que o *já-dito* está na base do dizível, condição de sustentação para cada palavra que é retomada, reapropriada, como nos mostra Orlandi (2001).

Na chamada do anúncio “Os monstros estão de volta”, o caráter material do sentido das palavras rompe-se para além da aparente transparência do dizer – esses monstros constituem um *já-dito* que é reunido pela memória discursiva, condicionando o discurso, pelas condições de produção que lhe são determinantes.

A fala do Lobo-Mau, apresentado como o novo personagem da campanha, não aciona um dispositivo discursivo na rede de memória, quando diz “Puxa, ano passado eu cantei muito pouco. Será que este ano vou cantar mais?”. Há uma fissura no discurso, uma vez que o Lobo-Mau não havia participado da primeira fase da campanha. Essa falha, na verdade, está carregada de implícitos que a filiam à formação discursiva do discurso da campanha da RBS. Ainda que não estivesse presente na campanha, ele também era um ator, porque, como propõe a própria campanha, todos são responsáveis. Por isso mesmo ele se assume como tendo cantado muito pouco. Sua existência prévia não é

negada, mas possibilitada pela ausência, na instância do desconhecido, do não nominalizado.

No anúncio do Lobo-Mau e seus três lobinhos (Fig.12), o funcionamento ideológico opera aqui como uma força que leva a um senso comum – a ausência, a negligência no cuidado com as crianças também é uma forma de violência. A voz da personagem é o mecanismo discursivo empregado para atualizar essa memória: “Uma forma simples de dar amor para seus filhos é dar um tempinho pra eles”.

Como recurso discursivo não verbal, a ilustração funciona como um dispositivo que novamente afasta a identificação monstruosa do Lobo-Mau – ele se apresenta risonho, brincando com seus lobinhos – condição fundamental para que possa ser um agente de mobilização para a campanha – ele continua sendo um monstro, mas não atua como tal. Para ser ouvido é preciso dar o exemplo. Ideologicamente, a imagem produz um efeito que potencializa sentidos possíveis, especialmente quando dirigida a um público de crianças. O Lobo-Mau passa, então, a ter sua identificação associada a atitudes positivas e edificantes no trato com os pequenos.

3.3.2.6 Bicho-Papão – publicação de 15 de maio de 2004

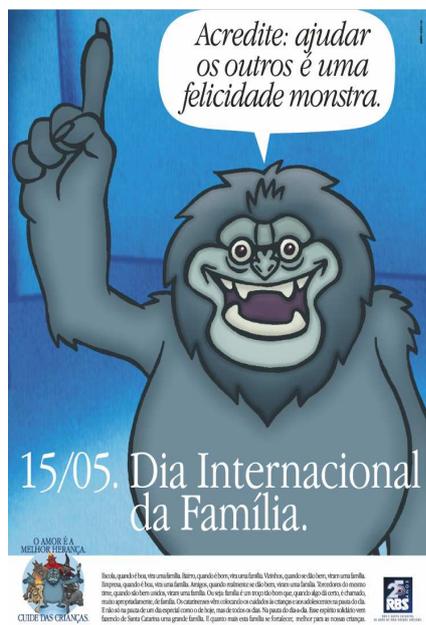


Fig.13

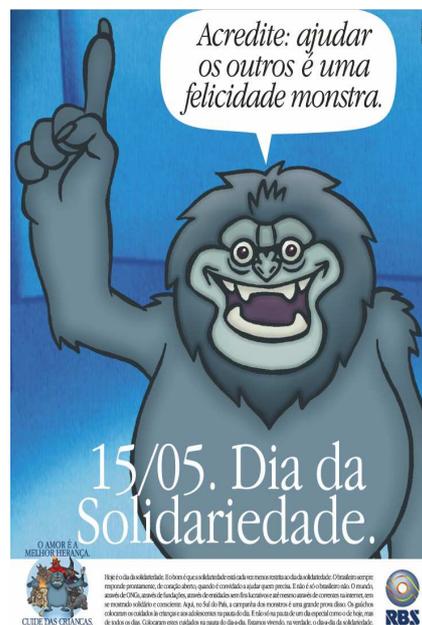


Fig.14

SD15/B – Escola quando é boa, vira uma **família**. Bairro que é bom, vira uma **família**. Vizinhos, quando são bons, viram uma **família**. Empresa, quando é boa, vira uma **família**. Amigos, quando realmente se dão bem, viram uma **família**. Torcedores do mesmo time, quando realmente são bem unidos, viram uma **família**. Ou seja: **família** é um troço tão bom que, quando algo dá certo, é chamado, muito apropriadamente, de **família**. Os catarinenses vêm colocando os cuidados às crianças e aos adolescentes na pauta do dia. E não só na pauta de um dia especial como o de hoje, mas todos os dias. Na pauta do dia-a-dia. Esse espírito solidário vem fazendo de Santa Catarina uma grande **família**. E quanto mais esta **família** se fortalecer, melhor para as nossas crianças.

Os dois anúncios publicados em 15 de maio (Fig13/14) falam de família e de solidariedade. Nos dois anúncios o monstro é o mesmo, o Bicho-Papão. Da mesma forma, sua fala é a mesma nos dois anúncios: “Acredite: ajudar os outros é uma felicidade monstra”. O jogo parafrástico instaurado no dizer do Bicho-Papão, ao mesmo tempo que produz um efeito

SD16/B Hoje é o dia da solidariedade. E o bom é que a **solidariedade** está cada vez menos restrita ao dia da **solidariedade**. O brasileiro sempre responde prontamente, de coração aberto, quando é convidado a ajudar quem precisa. E não é só o brasileiro não. O mundo, através de ONGs, através de fundações, através de entidades sem fins lucrativos e até mesmo através de correntes na *internet*, tem se mostrado **solidário** e consciente. Aqui, no Sul do País, a campanha dos monstros é uma grande prova disso. Os gaúchos colocaram os cuidados às crianças e aos adolescentes na pauta do dia. E não só na pauta de um dia especial como o de hoje, mas de todos os dias. Colocaram esses cuidados na pauta do dia-a-dia. Estamos vivendo, na verdade, o dia-a-dia da **solidariedade**.

de sentido que se filia à memória do discurso da campanha, produz um efeito de polissemia numa nova formulação desse dizer, uma vez que 'monstra' é empregado num sentido outro que não o de monstruoso.

3.3.2.7 Professora do Bicho-Papão – publicado em 26 de maio de 2004



Fig.15

SD17/B – Muitas vezes, não é fácil garantir estudo para os filhos. Os pais trabalham, o dinheiro anda curto, as crianças acabam ficando em casa. (Ou pior: nas ruas) Mas, apesar das dificuldades, cada **família** – e toda a **sociedade** – precisa se superar, precisa garantir que toda criança vá à **escola**. E, uma vez no **colégio**, essa criança deve ser tratada com muita atenção. Mais do que isso: com muito amor. A verdade é que um aluno nunca é apenas um aluno. É uma esperança. **Disque Denúncia, 0800 990 500.**

No anúncio de 26 de maio (Fig.15), esse novo personagem, a Professora do Bicho-Papão, provoca uma ruptura na rede de memória que vinha permeando o interdiscurso – não se tem referência nas histórias infantis e contos populares da existência de uma professora do Bicho-Papão. Enquanto todos os demais personagens funcionam como dispositivos de uma memória já instituída, essa traz uma nova discursividade na medida em que um elemento inusitado é introduzido na formação discursiva, produzindo um efeito de sentido ainda não autorizado pelo dizer e silenciado pela memória.

O texto do anúncio está vinculado diretamente à fala da professora, quando diz “Sabe onde Bicho-Papão aprendeu que o amor é a melhor herança? Na escola.” Essa fala cria uma memória ainda não historicizada que pretende atestar que as ações positivas do monstro, em defesa das crianças, são uma consequência das experiências que teve.

O dizer institucional põe em funcionamento um *já-lá*: o lugar da criança é na escola. Não explora todas as variáveis condicionantes das razões de grande parte dos pequenos e adolescentes estarem fora da escola. Essa passagem retoma uma memória discursiva própria da formação ideológica do sistema capitalista que é causador dos problemas sociais, mas que não assume sua responsabilidade, repassando a cada

família e à sociedade a responsabilidade para que toda criança possa ir à escola. Não fica claro o sentido de sociedade, uma vez que o sistema, quando fala, geralmente não se inclui na designação sociedade, uma vez que cabe ao Estado “gerir” a estrutura social.

3.3.2.8 Bruxa – divulgado em 05 de julho de 2004



Fig.16

SD17/B – **Bairro** bom é o **bairro** onde uma criança que brinca na rua continua se sentindo em casa. É o **bairro** que não transforma uma **criança** que está **na rua** em uma **criança de rua**. É o bairro que adota uma atitude responsável por todas as crianças e adolescentes que convivem por ali. E adotar, no caso, é o verbo mais adequado. Até porque, cá entre nós, a criança que a gente cuida hoje é o adulto que vai cuidar da nossa vizinhança amanhã. Sim, o amor também é a melhor vizinhança. Cuide das **crianças da sua rua**. **Disque Denúncia, 0800 990 500.**

No anúncio de 05 de julho de 2004 (Fig.16) a formulação do discurso volta a explorar o valor polissêmico das palavras, num jogo parafrástico que faz acionar sentidos num dado contexto – “criança que está na rua e criança de rua”, “a gente cuida hoje, (...) vai cuidar da nossa vizinha”, “o amor é a melhor vizinhança”.

Na voz do personagem, reitera-se a linha discursiva: “O amor não é apenas a melhor herança. O amor também é a melhor vizinhança”. Essa formulação aciona um dispositivo discursivo que vincula o amor a uma postura que estapola o plano individual que passa a ser o de uma coletividade – a ideologia operando sobre o sentido.

3.3.2.9 Orquestra – divulgados a partir de 10 de outubro de 2004



Fig. 17



Fig. 18



Fig. 19



Fig. 20



Fig. 21



Fig. 22

SD18/B – Quanto **mais gente** entender que cuidar bem de crianças e adolescentes é fundamental, mais feliz será o nosso dia-a-dia. E, em especial, mais felizes ainda serão estes dias de outubro, o mês da criança. Todos **nós**, como uma **grande orquestra**, temos que tocar em frente esta idéia: o amor é a melhor herança.

Os anúncios que finalizam a campanha de 2004 foram publicados em outubro (Fig.17-22). No mês das crianças, são elas que assumem o papel de regente de uma orquestra, constituída pelos monstros. A chamada do anúncio assume: “O amor é a melhor herança. Todo mundo tem que tocar esta idéia”. Esse indefinido “Todo” produz um efeito de engajamento. É uma voz que fala de um lugar de consenso.

A inversão do papel social da criança constitui um dispositivo discursivo que cria na rede da memória um deslocamento na lógica de ordenação do estado de coisas – a criança que não era considerada em suas necessidades e especificidades de cuidados, passa a ser o regente do orquestra social.

Cabe a ela determinar como os adultos devem tocar. Esse jogo metafórico aciona dispositivos de sentido até então silenciados na sociedade.

O sentido da formulação discursiva está imbricado ao recurso da ilustração – a criança-maestro orchestra os monstros. Aí, na fissura do não-dito podemos ler um sentido ainda não produzido: é a criança que também pode mudar sua relação com o seu agressor, uma vez que ela pode orquestrar ações e fazer a diferença.

Como o amor é a melhor herança, é firmada a promessa de um futuro melhor, não apenas para os pequenos vitimados pela violência, mas para todos os cidadãos que serão beneficiados com uma nova ordem nas relações entre os sujeitos. Todos passam a ser responsáveis pelo bem-estar de crianças e adolescentes que assumem um novo papel nas relações sociais. O funcionamento ideológico determina o que pode e deve ser dito e, dessa forma, aceito socialmente.

3.3.3 Sistematizando a leitura das peças publicitárias

As designações abuso sexual (ou crime sexual), violência e negligência estão presentes na grande maioria dos anúncios da campanha. Promovem ainda um retorno a um *já-dito* que possibilita o novo dizer e sua rede de sentidos. Podemos dizer que há um pré-construído que sustenta o dizer. Negligência está explicitada em apenas um dos anúncios, mas é constitutiva da formulação do dizer, marcando a presença de uma ausência.

Na tabela a seguir, sistematizamos as marcas lingüístico-discursivas constitutivas do dizer da campanha que se filiam à rede de dizeres já instituída em um tempo outro.

Tabela 2 – designações presentes nas peças da campanha

Marcas lingüístico-discursivas	Sujeito	Lugar de Fala	Frequência	
			Seqüência discursiva	Página
Abuso sexual (crime sexual)	Publicitário/ Editor	Jornal ZH	SD6	94
			SD7	95
Violência	Publicitário/ Editor	Jornal ZH	SD6	94
			SD7	95
			SD8	96
			SD9	97
			SD10	98
Negligência *(embora não explícita no dizer a idéia de não omissão, de não negligenciar está presente)	Publicitário/ Editor	Jornal ZH	SD11	99
			SD6 *	94
			SD7 *	95
			SD8 *	96
			SD9	97
			SD11 *	99
			SD12 *	100
			SD13 *	101
SD14 *	102			
SD17 *	105			
SD18 *	106			

Individualizada a leitura de todas as peças da campanha, publicadas no Jornal Zero Hora, julgamos necessária uma sistematização de entendimentos mais amplos sobre o funcionamento do discurso da campanha e dos discursos sobre. Considerar o discurso da mídia e, em especial, a propaganda, numa relação de discurso e

história é pensar as condições de produção, as relações de sentido em que são produzidos esses discursos, a sua exterioridade. Para tanto precisamos transpor o senso comum das posições que tomam o discurso midiático como um simples meio de transmissão de informações, destinado a levar as mensagens jornalísticas e campanhas publicitárias produzidas pelos veículos de comunicação ao conhecimento da sociedade.

Em nossa leitura procuramos compreender como o discurso da mídia (jornalístico e publicitário) é formulado e posto em circulação, em um processo particular de constituição de sentidos. Por meio da identificação do processo discursivo, observamos que o discurso da mídia constitui um relação com a memória histórica.

O discurso da campanha publicitária contra a violência, o abuso sexual e a negligência é formulado tendo como interdiscurso os discursos sobre a violência e suas causas.

As formas de constituição do discurso da campanha contra a violência estão relacionadas não apenas ao discurso formulado pela mídia sobre a mesma temática, mas também com discurso sobre a violência produzidos em outros lugares de fala em circulação no momento histórico de sua constituição.

A busca pela objetividade resulta na produção do discurso sobre, modalidade discursiva que tem como finalidade produzir o efeito de distanciamento em relação àquilo sobre o que se fala. Segundo Mariani (1998, p.60), “*um efeito imediato do falar sobre é tornar objeto aquilo sobre o que se fala*”, o que permite à imprensa “formular juízos de valor, emitir opiniões etc, justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão”.

Outro efeito da formulação dos discursos sobre ou contra a violência refere-se à participação na constituição da memória sobre a violência. Ao assumir o dizer contra a violência o discurso da mídia produz efeitos de sentido para a violência na sociedade em um momento histórico dado, estabelecendo relações com a memória, considerada não apenas como arquivo ou lembrança, mas como pré-

construído do discurso sobre a violência na sociedade. Ao tratar da memória discursiva na imprensa, Mariani (1998) defende que esta pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, constituindo-se em modos diferentes de textualização, como o que tomamos em nosso estudo, o discurso da mídia - constituído pelos discursos publicitário e jornalístico.

Para considerarmos a relação do discurso com a história, foi preciso perceber como o *já-dito* se atualiza no dizer e como esse mesmo dizer produz antecipações, o que Mariani (1998) define como uma espécie de “*memória do futuro*”.

O discurso jornalístico, ilusoriamente pautado pela objetividade, pretende ser uma narração fiel dos fatos ocorridos, sem a emissão de opiniões ou a formação de juízos de valor. Orlandi (2001) afirma, entretanto, que o discurso não passa de uma intermediação entre o homem e a realidade. Sendo intermediação, o discurso é determinado pelas suas condições de produção, é a representação de dado momento histórico, sob a interpretação do sujeito – que sentidos circulam no meio sobre a violência e que posição são assumidos ao formular contra a violência.

Segundo Mariani (1998, p.43), “*nas páginas do jornal se constrói uma ordem social desambigüizada que coloca em relação e em circulação dizeres autorizados e dizeres anônimos, dando a ilusão de consensos ou dissensos polarizados, esquemáticos*”, (...), pois a mídia funciona, neste sistema, como um elemento fundamental na representação e re-produção dos ‘consensos de significação’”

Os sentidos são constituídos na relação entre o intradiscorso e o interdiscorso, na relação entre a formulação do dizer e o já-dito. Interdiscorso e intradiscorso, conforme descritos por (ORLANDI, 2001), se revelam, no âmbito de nossa análise, respectivamente, como os já-ditos sobre a violência, constituindo a memória dos dizeres, e na formulação do discurso, a sua atualização.

Para fazer sentido, é necessário que os discursos, formulados no intradiscurso, estejam inscritos no interdiscurso, numa memória discursiva que reúne os dizeres, mesmo aqueles já esquecidos, que determinam os discursos. A memória discursiva sobre a violência é que torna possível todo dizer e, segundo Orlandi (2001, p.31) retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. A memória, então, não se constitui apenas de recordações propriamente ditas, mas se configura um fator inerente ao discurso. Não há discurso sem memória e essa memória é atualizada permanentemente a cada discurso. Segundo Pêcheux (1990, p.21), o enunciado é “repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento”.

O interdiscurso é parte das condições de produção do discurso e determina os dizeres a partir da relação do sujeito com a língua e a sua história, por meio da ideologia. Orlandi afirma que a ideologia no discurso é vista não como ocultação, mas como “relação necessária entre linguagem e mundo” (2001, p.47). A ideologia é responsável pela produção de evidências que colocam o homem em relação imaginária com as suas condições históricas de existência. Segundo Pêcheux (1997B, p.159-160), “*é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser*”. A campanha opera na linha do que é, a prática violência, do abuso e da negligência que são denunciados e o que deveria ser, a proteção da criança, pois como afirma Orlandi (2001, p.43), “*as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam*” e os sentidos se constituem de acordo com o contexto histórico e ideológico em que os enunciados são produzidos. É o conceito de formação discursiva que permite compreender o porquê de um mesmo enunciado significar de forma diversa em situações diferentes.

Na base de funcionamento do discurso da campanha contra a violência encontram-se os conceitos de paráfrase e polissemia, definidos por Orlandi (1998, p.14) como “eixo que estrutura o

funcionamento da linguagem” ao estabelecer a “relação entre o mesmo e o diferente, a produtividade e a criatividade na linguagem”.

A relação entre paráfrase e polissemia na campanha publicitária é definida pela memória e pelo interdiscurso, e não pelas condições de produção imediatas. O retorno ao mesmo dizer mostra-se em diferentes situações, retomado por sujeitos também variados. Da mesma forma, a polissemia, com a produção do diferente, dá-se por mesmos sujeitos ou por sujeitos diferentes, em condições de produção também diversas.

3.3.4 Os discursos sobre – editoriais e colunas de opinião

A sociedade de nosso tempo tem enfatizado uma posição de combate às formas de violência. Essas formas de violência têm sido estudadas por pesquisadores e suas dimensões caracterizadas em maus tratos físicos, ou psicológicos, abuso sexual, negligência, entre outras formas, como demonstram Minayo(2003), Farinatti(1992). A violência doméstica também tem ocupado os espaços de estudo, como demonstra Guerra e Azevedo (1998) ao definir que a violência doméstica é caracterizada por toda ato ou omissão praticado contra a criança pelos pais, ou parentes responsáveis pelo sua criação e cuidado.

A legislação também tem procurado acompanhar as discussões feitas por profissionais da saúde e da assistência social. Em linhas gerais, a Constituição Brasileira de 1988 já define em seu artigo 277, o papel do estado, da família e da sociedade no cuidado e proteção da criança. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) as questões da infância e da adolescência passaram a contar com um aparato jurídico que ordena os papéis e prevê formas de atuação de diversos segmentos. É na corrente do ECA que também são instituídos os Conselhos Tutelares.

O Estado, entendido na sua forma mais ampla, apesar de todo um aparato legal tem se isentado da responsabilidade de solução dos problemas da violência cometida contra crianças e adolescentes, transferindo essa responsabilidade à família e à Escola.

Os meios de comunicação, por sua vez, em lugar de analisar o fenômeno da violência em seus múltiplos determinantes para chegar a propostas de formulação de políticas públicas e ações focadas na prevenção, têm se limitado à divulgação dos casos de violência contra a criança e adolescente. No âmbito de uma campanha institucional, como a que serve de objeto de análise de nossa pesquisa e dos discursos sobre, podemos dizer que se trata de um discurso que enfoca

questões sociais e, pelos efeitos de sentido, transforma ou manipula as representações coletivas de poder. Assume identidade particular, aparecendo como formações que se definem pelos sentidos ideológicos que reiteram e que vão direcionar o seu funcionamento discursivo.

Homogeneizando opiniões diferentes, lugares de fala, sobre questões de interesse comum, os discursos analisados possuem regularidades em seus funcionamentos que permitem interpretá-las como parte de uma matriz ideológica dominante, constituído a formação discursiva do discurso contra a violência.

Nossa análise dos discursos sobre permite dizer que a formação discursiva de combate à violência opera sobre a construção do senso comum do cidadão a respeito da temática da violência. Esse funcionamento nos remete ao fato de que nenhum discurso escapa do envolvimento com a dimensão ideológica. Na constituição dos significados manifestam-se as coerções ideológicas que incidem sobre a linguagem.

Os discursos em análise reiteram processos socialmente cristalizados e podem ser apreendidos como partes de uma mesma matriz, determinando regularidades definidas pela relação que mantém com a ideologia.

3.3.4.1 Editoriais

Relacionados com a temática da campanha “O amor é a melhor herança. Cuide das crianças.”, encontramos apenas três editoriais no período compreendido entre o início da primeira fase, em junho de 2003, até dezembro de 2004, quando ocorre o término da campanha. Nosso recorte prioriza nos editoriais seqüências discursivas destacadas e nos textos de colunas de opinião as chamadas (manchetes), procurando marcas lingüístico-discursivas que filiem o dizer ao discurso contra a violência. Nas seqüências destacadas

destacamos designações que se caracterizam como regularidades constitutivas do discurso contra a violência.

O primeiro texto, publicado em 06 de dezembro de 2003, apresenta-se sob a chamada de “Herança Coletiva”, anexo B-1. A escolha do título, aciona um dispositivo parafrástico que aciona a rede de memória, retomando elementos que foram condicionantes de efeitos de sentido da campanha – no título a idéia de herança que se apresenta aqui como um *já-dito* que está presente em todos as peças da campanha contra a violência publicadas no jornal Zero Hora; da mesma forma, o chamamento à coletividade e ao compromisso de todos, representam um retorno ao já formulado. Destacamos algumas seqüências discursivas:

SD1/B – Todos somos **pais, mães** e responsáveis pelas **crianças** da nossa comunidade.

SD2/B – **Cuidar da infância** é uma **responsabilidade coletiva**.

SD3/B – Além de conscientizar as pessoas para **proteger as crianças** e os adolescentes contra a **violência**, os **abusos sexuais e a negligência**, a divulgação sistemática de matérias editoriais e mensagens publicitárias fortaleceu a rede de atendimento à infância (...)

SD4/B – Pois agora queremos compartilhar a idéia de que **amar e proteger a infância** pode ser também uma **herança** coletiva, a ser transmitida para as próximas gerações.

As seqüências discursivas destacadas fazem um retorno à corrente parafrástica consolidada pela campanha publicitária: **violência, abuso e negligência** estão inscritos no dizer. Associam-se aos saberes *já-lá* da rede de memória, ou seja, a família e a coletividade são responsáveis pela construção de uma herança para as futuras gerações. Numa leitura para além do dito, podemos dizer que o editorial produz um silenciamento acerca das questões sociais que concorrem para o fenômeno da violência. Produz um efeito de simplificação do problema, pelo tratamento genérico das questões envolvidas: violência, abuso e negligência são colocados como um mesmo, independente das condições de produção e dos lugares de fala.

Por desempenhar um papel de mediar a relação entre os sujeitos e a realidade, o discurso da mídia produz um efeito aparente de

evidência, de transparência, de unidade, mas, segundo Gregolin (2003), o que esses discursos oferecem não é a realidade, mas “*uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta*”.

O segundo editorial encontrado, que constitui a edição conjunta dos dias 31 de dezembro de 2003 e 1º de janeiro de 2004, está sob o título “O amor é a melhor herança”, anexo B-2. A chamada retoma um dito extraído do slogan da campanha. Faz um inventário das ações institucionais no ano de 2003 no âmbito da campanha contra a **violência**, o **abuso sexual** e a **negligência**, que constitui, segundo o próprio editorial a principal bandeira institucional do grupo RBS em 2003. A temática da proteção à criança e ao adolescente é a grande motivação discursiva do editorial. Acompanha o editorial, o selo criado para assinatura de todos os textos vinculados de alguma forma à campanha: crianças de mãos dadas e o slogan que dá nome ao editorial:

SD5/B – O aumento da **conscientização** sobre um problema em relação ao qual muitas pessoas ainda preferem destinar o **silêncio** é o resultado mais visível do projeto, que vem provocando ações práticas de forma crescente.

SD6/B – Como ressaltou o editorial, a **herança** mais rica e potencialmente mais fácil de deixar – a de uma **família** amorosa, que dá atenção aos filhos – está muito próxima do pior dos legados, aquele que decorre da **violência**, da **negligência** e do **desamor** dentro do lar.

SD7/B – O **amor**, felizmente, produz frutos perenes, transmitindo-se de uma geração para a outra. Mas dasafortunadamente, os **maus-tratos** também.

SD8/B - (...) a RBS acredita estar cumprindo com o objetivo de ajudar a reduzir a **violência** contra as **crianças** e de ampliar a atenção aos adolescentes.

As seqüências discursivas destacadas revelam mais uma vez regularidades que já constituíram outros dizeres, produzidos por outros sujeitos: **conscientização / silêncio**; **herança, família / violência, negligência e desamor**. Podemos considerar que o discurso se apresenta marcado pela contradição: ser homogêneo e heterogêneo ao mesmo tempo. A prática jornalística é heterogênea durante o processo de produção, mas seu produto final tende à homogeneidade, decorrente de seu caráter institucional. Essa hegemonia dos sentidos foi

construída por um imaginário, um já-dito, produzindo a ilusão de objetividade.

O terceiro editorial foi publicado em 11 de maio de 2004, mesmo dia de lançamento da segunda fase da campanha. Apresenta-se sob a designação “Mobilização pela criança”, anexo B-3. Traz o selo da campanha, caracterizado por duas crianças (um menino e uma menina) de mãos dadas, acompanhado do slogan: “O amor é a melhor herança. Cuide das crianças.” Coincidindo com o lançamento da segunda fase, ou dela fazendo parte, como um dispositivo que aciona os *já-ditos*, o editorial marca a posição do veículo de comunicação na segunda fase da campanha.

SD9/B – Ainda sob o lema “O **amor** é a Melhor **Herança** – Cuide das **Crianças**”, a campanha de conscientização assume agora um novo foco: despertar atitudes afetivas de carinho e atenção.

SD10/B – Por isso, a missão dos monstros, depois de terem sensibilizado a sociedade para o problema, será mostrar que é hora de contornar as dificuldades e colocar em prática **soluções** que tanto podem ser **individuais** como **coletivas**.

SD11/B – Quanto mais cidadãos se unirem nesta rede de **solidariedade**, melhor será o mundo para os pequenos gaúchos e catarinenses.

SD12/B – O trabalho, naturalmente, não poderá atingir seus objetivos se não for precedido pela atenção da **família** e se não puder contar com o esforço solidário da comunidade e do poder o público.

Novamente, repetem-se ditos de outros dizeres (**amor, Herança, crianças, soluções individuais e coletivas, solidariedade, família**), já formulados em outras formações discursivas, que vão constituindo o efeito de sentido.

Mariani (2006, p.61) mostra que este tipo de discurso atua na institucionalização social de sentidos, *pois "Contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro"*; atua, assim, nos dizeres já ditos e nos a serem ditos, produzindo sentidos a partir da referida ilusão de objetividade.

Esse funcionamento pode ser avaliado pelas marcas que constituem regularidades que possibilitam o dizer e o retorno sempre a um *já-dito*, como podemos avaliar pela tabela 3.

As vinculações e sentidos são agenciados pelos dizer produzindo um efeito aparente de unidade, como se tudo estivesse, plena e harmoniosamente, orquestrado. Todas as seqüências aqui analisadas foram constitutivas de editoriais de Zero Hora. As marcas lingüístico-discursivas destacadas são constitutivas de uma memória e, ao mesmo tempo produzem um efeito de algo a dizer. Como destaca Pêchex (1997b), ao dizer que como os significantes são tomados não como peças do jogo simbólico, mas como aquilo que sempre esteve lá.

O elemento que relaciona todos os sentidos é a violência, tomada como uma força constitutiva do dizer - pais, mãe crianças estão condicionados pelos sentidos da violência. Amor, família, desamor, herança e negligência também se organizam em torno dos sentidos de violência. Abuso, crime, maus tratos, silêncio e negligência funcionam como uma corrente que, pelo funcionamento parafrástico e pela polissemia produz sentidos.

O lugar de fala é o do veículo de comunicação, na posição-sujeito do editor, interpelado pelos valores ideológicos do jornal.

Tabela 3 - marcas lingüístico-discursivas

Marcas lingüístico-discursivas	Sujeito	Lugar de Fala	Frequência		Anexo	Data
			Seqüência discursiva	Página		
pais, mães, crianças	Editor	Jornal ZH	SD1	126	B	06/12/03
Cuidar da infância, responsabilidade coletiva			SD2			
proteger as crianças,			SD3			
violência, abuso sexual, negligência			SD3			
amar, proteger, herança coletiva			SD4			
conscientização/silêncio	Editor	Jornal ZH	SD5	127	B	01/01/04
herança, família			SD6			
violência, negligência, desamor			SD6			
amor			SD7			
maus tratos			SD7			
violência/crianças			SD8			

Marcas lingüístico-discursivas	Sujeito	Lugar de Fala	Frequência		Anexo	Data
			Seqüência discursiva	Página		
amor, herança, crianças	Editor	Jornal ZH	SD9	128	B	11/05/04
soluções, individuais, coletivas			SD10			
solidariedade			SD11			
família, comunidade, poder público			SD12			

3.3.4.2 Discursos sobre a violência, o abuso sexual e a negligência, publicados em colunas de opinião

No caso dos “discursos sobre”, foram analisadas apenas as chamadas de cada texto. No ano de 2003, foram localizados quatro textos publicados em colunas de opinião que se relacionam ao tema da campanha. O primeiro data de 08 de junho de 2003, publicado no mesmo dia de lançamento oficial da campanha nos veículos da RBS. Publicado sob a chamada “**Omissões particulares e negligências públicas**”, anexo C-1. A filiação ideológica à campanha “O amor é a melhor herança. Cuide das crianças.” se possibilita através das referências de sentido produzidas pelas regularidades discursivas na forma dos *já-ditos* que aí se repetem – omissão no plano particular leva à perspectiva do indivíduo e da família. Essa ausência estaria apontando para um dito, para o silenciamento diante da violência praticada contra menores.; negligência na esfera pública possibilita a vinculação de as dimensões, o que acontece no interior da família também deve ser do interesse da sociedade, especialmente quando se trata do cuidado com as crianças.

Ao inscrever tais sentidos, ordena discursivamente o espaço imaginário da violência, estabelecendo didaticamente uma ordem

gradativa dos lugares de responsabilização. Na forma do dizer podemos entender que

noticiar, no discurso jornalístico, é tornar os acontecimentos visíveis de modo a impedir a circulação de sentidos indesejáveis, ou seja, determina um sentido, cujo modo de produção pode ser variável conforme cada jornal, mas que estará sempre submetido às injunções das relações de poder vigentes e predominantes." (MARIANI, 1998, p.82).

O segundo, publicado em 21 de setembro de 2003, tem a mesma autoria e vem sob o título de **“Uma janela para pedir socorro”**, anexo C-2. Refere-se explicitamente também à campanha. A janela aqui está como uma metáfora que funciona na perspectiva de constituir algumas possibilidades de sentido – toda casa tem uma janela, mas essa janela é justamente a abertura que a sociedade está dando às questões vinculadas ao bem-estar da criança e do adolescente. O funcionamento do discurso vai consolidando a rede de memória instituída pela campanha.

O terceiro, publicado em 17 de novembro de 2003, denomina-se **“Monstros no mundo da criança”**, anexo C-3, abrindo-se para a polissemia ao empregar o termo monstro, uma vez que desencadeia o *já-lá* da campanha, ou seja, do monstro que cuida, que é guardião e que defende a criança; ao mesmo tempo traz novamente o possibilidade de uma outra linha discursiva – esse monstro pode ameaçar, pois está no mundo da criança. Aqui o mundo da criança parece algo dissociado de sua existência social. A passagem destacada no texto (por meio de um box, recurso muito freqüente gênero jornalístico) possibilita a produção de novos sentidos, pois a ausência de pais e mães também pode constituir uma ameaça, uma forma de violência: “A falta de pai ou de mãe (ou de alguém que os substitua) é uma violência que pode reproduzir violência. O monstro da violência está sempre presente, constituindo, simbolicamente, o jogo de repetição e paráfrase.

O quarto texto sobre a temática divulgada em 18 de dezembro de 2003, denomina-se **“Os personagens do ano”**, anexo C-4, fazendo uma referência aos personagens-monstro que povoaram os anúncios, inúmeras peças gráficas (adesivos, cartazes, panfletos) e que foram

temática recorrente em diferentes materiais divulgados pela mídia, ao longo do ano. O que possibilita filiar o discurso ao conteúdo enunciado é a formação discursiva identitária da campanha que criou sítios de sentido que lhe são constitutivos.

Em todos os textos acima caracterizados não há espaço para vozes dissonantes, para sentidos de resistência, para outras palavras que desafiam a FD dominante, conforme atesta Mariani (1998, p.138): "*com ou sem os muitos períodos censórios, no discurso jornalístico há pouco espaço para vozes ideologicamente divergentes se fazerem entender.*" O discurso jornalístico centraliza uma voz e inscreve a institucionalização dos sentidos que didatizam o cotidiano, os fatos e o mundo, pois

atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que seria a verdade de um evento. Para tanto, o discurso jornalístico assume um caráter didático, em que as explicações têm a forma causa/conseqüência, aparecendo pontuada com exemplos. A operação de definição faz parte dessa pedagogia institucional jornalística, como modo de didatizar as informações" (MARIANI, 1998, p.145).

Em 2004, foram localizados oito textos sobre violência. O primeiro deles, publicado na seção ao lado dos editoriais, em 1º de janeiro de 2004, se apresenta com o título "**Comunicação e emoção**", anexo C-5, fazendo referência, na construção discursiva, à campanha dos monstrinhos. O *box* que acompanha o texto diz: "*O gesto reforça a convicção do posicionamento ético que todos devemos ter no nosso dia-a-dia.*" A chamada do texto, assim como o *box*, não permitem sua filiação imediata ao discurso da campanha. Para isso é preciso mergulhar na instância do dito e construir as filiações de *Comunicação e Emoção* ao discurso da campanha de combate à violência.

O segundo texto data de 06 de janeiro de 2004, apresentando-se sob o título "**Adoção: herança de amor**", anexo C-6, fazendo também referência explícita à campanha em sua formulação discursiva. Retoma o vocábulo herança, já instituído pela campanha com uma força discursiva. Traz no seu dizer uma questão que é de grande importância na dimensão da criança e do adolescente, especialmente daqueles que

não têm uma família, ou que foram retirados de seu convívio em consequência de alguma prática de violência. O box no interior do texto diz: “Lidar com uma trama de imaginários instituídos numa sociedade como a nossa exige muito mais do que coragem”. A coragem aqui empregada se vincula à chamada do texto que apresenta adoção como uma herança de amor. Adotar constitui um ato de coragem e de amor – e é dessa herança que o texto fala.

Publicado em 12 de maio de 2004, encontramos o terceiro texto sobre a temática - “**Uma agenda para todos**”, anexo C-7, que também faz referência à campanha dos monstros. Pela chamada do texto, a vinculação à campanha não se constitui de forma imediata, o que ocorre com a leitura do box que traz: “O chamado ‘lar, doce lar’ era muitas vezes o espaço de confronto e agressão”. Assinado por uma socióloga, faz uma reflexão sobre o “lar, doce lar” – espaço também de violência, filiando esse discurso à formação discursiva da campanha da RBS, em defesa da criança e no combate à violência e à negligência.

O quarto e o quinto textos foram publicados em 14 de maio de 2004. Apresentam-se sob as chamadas “**Sobre direitos, monstros e valores humanos**” e “**Abrigos de jovens: o que falta dizer**”, anexo C-8. O primeiro assinado por um Juiz de Direito e o segundo pelo presidente da FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania), representando dois aparelhos repressores de estado, no dizer de Althusser (1974). Ambos funcionam como aparelhos de repressão, o do Juiz, representando a Justiça, de garantia do direito de crianças e adolescentes. O primeiro faz referência à campanha pelas escolhas lexicais – monstros, valores humanos e direitos. A rede de memória já instituída é condicionante do sentido. O segundo se apropria de um tema que deriva dos que são constitutivos da campanha em seus dizeres – vítima de violência e agressão, crianças e adolescentes são levados a abrigo por determinações judiciais.

O sexto texto, divulgado em 21 de maio de 2004, apresenta-se com a chamada “**Abuso sexual é problema nosso**”, anexo C-9. A filiação ao discurso contra a violência é imediata, uma vez que vem na

esteira dos mesmos dizeres que lhe são constitutivos, apropriando-se da mesma linha de formação discursiva.

O sétimo e o oitavo foram publicados em 17 de julho de 2004. Um denomina-se "**Cidade amiga da criança**", anexo C-10, não fazendo referência em sua formulação, de forma explícita, à campanha em foco, mas ancorando seu dizer nos sentidos já produzidos no contexto da formação discursiva da campanha. O oitavo denomina-se "**Bicho-papão**", anexo C-10, fazendo uso direto de um dos personagens, bem como referindo-se, em sua formulação, de forma explícita à campanha. A rede de sentidos produzidos pelo discurso da campanha é reaquecida com a retomada de um dos personagens que serviram de ícones da campanha – o Bicho-Papão.

Observamos que há um processo de formação imaginária que sustenta esse funcionamento do discurso midiático, já que, os textos são produzidos a partir da imagem que o veículo possui de seu leitor, isto é, um consumidor a quem se quer agradar, vender informações ou prestar serviços: *"... se a instituição jornalística não funciona sem leitores, e se ela busca atraí-los como consumidores, há que se considerar que todo jornal noticia para segmentos determinados da sociedade, produzindo para uma imagem de leitor suposta a tal segmento"*. (MARIANI, 1998, p.57). No modo de dizer já está imbricada a representação do possível leitor, através desse mecanismo de formações imaginárias, presentes no discurso jornalístico, no qual estão em jogo as imagens que o sujeito tem de si mesmo e do outro (PÊCHEUX, 1997a).

Na tabela 3, retomamos todas as chamadas dos textos já referidos, destacando as marcas que são constitutivas do dizer e os lugares de fala dos sujeitos, que possibilitam o funcionamento discursivo que se desencadeia. Os lugares de fala são ocupados pelo veículo de comunicação, pela Justiça, por um órgão de representação do Estado(FASC), pelo conhecimento especializado (pedagógico ou técnico) pelo próprio Estado. Esses lugares determinam um funcionamento ideológico que interpela os sujeitos pelo dizer do discurso jornalístico.

Tabela 4 – marcas lingüístico-discursivas presentes nos discursos sobre

Chamada do Texto	Sujeito	Lugar de Fala	Anexo	Página	Data
Omissões particulares e negligências públicas	Jornalista	Jornal ZH	C1	153	08/06/03
Uma janela para pedir socorro	Jornalista	Jornal ZH	C2	154	21/09/03
Monstros no mundo das crianças	Terapeuta de família	Conhecimento especializado – autoridade	C3	155	17/11/03
Os personagens do ano	Jornalista	Jornal ZH	C4	156	18/12/03
Comunicação e emoção	Jornalista	Jornal ZH	C5	157	01/01/04
Adoção, herança de amor	Professor	Conhecimento pedagógico	C6	158	06/01/04
Uma agenda para todos	Sociólogo	Conhecimento especializado – autoridade	C7	159	12/05/04
Sobre direitos, monstros e valores humanos	Juiz de Direito	Justiça	C8	160	14/05/04
Abrigos de jovens: o que falta dizer	Presidente FASC	FASC – órgão de estado	C8	160	14/05/04
Abuso sexual é problema nosso	Jornalista	Jornal ZH	C9	161	21/05/04
Cidade Amiga da Criança	Prefeito	Governo /Estado	C10	162	17/07/07
Bicho-Papão	Estudante	Conhecimento acadêmico	C10	162	17/07/07

Há, na construção dos discursos aqui analisados, jogos de imagens próprias do discurso midiático. Percebemos ainda que, em todos esses textos, há uma relação entre a mídia – ocupando um lugar de poder – o estado e o leitor, caracterizando, a ação da ideologia no atravessamento do dizer.

As chamadas dos textos possibilitam que sentidos já constituídos em outros dizeres possam irromper na formulação do discurso – é a memória funcionando pelo interdiscurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS UM LUGAR A CHEGAR

Ainda que se apresente como conclusão, este é um ponto de chegada provisório. Buscamos produzir algumas reflexões sob nosso percurso de leitura da campanha “O amor é a melhor herança. Cuide das Crianças.”

Em nosso enfrentamento de leitura, problematizamos a relações estabelecidas entre memória e história, entre o político e o discursivo. Buscamos refletir sobre o funcionamento discursivo e a produção de sentidos, historicamente constituídos, em nosso corpus.

Ancoramos nosso olhar na perspectiva teórica da AD objetivando o entendimento do discurso na sua relação com o que é constitutivo da língua. Nas falhas, nas fissuras do discurso, desvelamos sítios de sentidos que se faziam irromper. Quanto à constituição da história, na ordem do imaginário e do simbólico, a insistência do dizer, a repetição de um *já-dito*, se impôs como constitutivo do aparelho discursivo. Essa relação, que é uma construção simbólica, se dá como efeito das tensões na rede de dizeres da campanha, no interior das formações discursivas de que é constituída.

A memória não se apresenta, na forma do dispositivo de análise, como natural e construída de forma cronológica. Ela cria substância ao se articular numa dada forma, produzindo efeitos de esquecimentos e apagamentos, que são constitutivos dos efeitos de sentido. Diante dessa memória precisamos compreender que as práticas não existem a não ser através de uma ideologia, conforme Pêcheux (1996).

A formação discursiva, caracterizada pela campanha “O amor é a melhor herança. Cuide das crianças.”, constitui um ponto em que o discurso se inscreve na rede de memória instituída pelo dizer, pois as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores. A FD da campanha constitui-se por diferentes saberes e o lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que

não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos *já-ditos* com os possíveis e imaginados.

Nossa leitura permitiu pensarmos que não estamos diante de uma reprodução de seqüências discursivas, quando observamos a diversidade dessas formações de dizeres, mas do que pode ser repetido, reiterado.

O efeito de sentido, produzido pela posição-sujeito assumida pelos personagens da campanha, produz uma memória que evoca o imaginário, para simultaneamente negá-lo. Como há um impossível de tudo dizer, quando em certos lugares discursivos, a campanha fez irromper marcas discursivas constituintes do dizer que se mantiveram ao longo do processo discursivo.

A tensão existente, ao se falar de violência no discurso da campanha, revela lugares discursivos não desejados, negados politicamente e silenciados discursivamente. O funcionamento discursivo possibilita a não responsabilização do Estado frente a questões relacionadas à criança e ao adolescente, ao mesmo tempo em que dadas condições de existência foram creditadas à família, à escola e à sociedade. O papel do Estado é atenuado pelo funcionamento discursivo.

Nossa análise buscou problematizar as relações entre o Estado e o veículo de comunicação, como um aparelho que cria as condições de possibilidade para a constituição de uma dada formação ideológica e suas manifestações discursivas.

E foi a memória discursiva que nos permitiu olhar para o que estava presente ou ausente nos enunciados da campanha e nos discursos sobre, produzidos como deriva dos efeitos da memória constituída no discurso da campanha. Essa percepção nos levou a pensar os enunciados produzidos em torno da temática da violência contra crianças e adolescentes, como um dos lugares de memória onde as designações violência, abuso sexual e negligência são relacionados, num jogo sentido, sendo reiteradamente retomados numa corrente parafrástica.

A constituição de nosso arquivo se delineou, então, entre o discurso da campanha e os discursos produzidos como efeito da rede memória. Apesar de heterogêneo, produziu um efeito de homogeneidade, criando a impressão de que todas as formações discursivas repetem um já-dito. Tudo já foi dito sobre a violência, mas dizê-lo novamente em um outro lugar de fala é que tornou possível a produção de sentido no discurso da campanha.

Nosso *corpus* nos coloca diante de uma formação discursiva que tem, em seu interior, o discurso de aparelhos ideológicos, na forma como aborda Althusser (1974). A FD do discurso midiático, se impõe como FD dominante, garantindo uma certa maneira de interpretar o que venha a ser formulado. Essas relações engendram um saber que constitui uma relação entre o ideal projetado pela campanha e o real da constituição social.

Estamos diante de um campo que tende sempre a se desestabilizar frente a um real, que não cessa de querer ser inscrito pela FD. Entendemos, no entanto, que reside sempre um fundo indizível, um resto que não se materializa numa formulação discursiva. Esse condicionamento e limitação estão postos no discurso através de formações ideológicas que, ao determinarem o que deve ser dito, ora silenciam ou produzem o esquecimento de vozes, forjando uma aparente unidade de sentido.

Nossa análise permitiu-nos pensar que a memória é constituída não por um repertório de cenas vividas, conhecidas e sistematizadas em esquemas mentais disponíveis a qualquer instante, mas por um conjunto de estratégias, fazendo irromper os *sempre-lá* de outras formações discursivas.

Através de nosso gesto de leitura entendemos que a violência, dentro da formação discursiva da campanha, está delimitada de forma a produzir um efeito de evidência e totalização. A partir desse funcionamento, percebemos que os discursos sobre violência, produzidos sob determinadas condições de produção, tendem a reproduzir esse modo de representação da violência, do abuso sexual

e da negligência, tomados no interior da formação discursiva do discurso da mídia, como da mesma ordem.

Com isso, podemos afirmar que o discurso contra a violência, constituinte da campanha em análise, representa um lugar de fala que aciona reflexões e interpretações sob um efeito de totalidade que é próprio do jeito de constituir o discurso midiático, mas é atravessado pelo que lhe é constitutivo – as descontinuidades, as ausências, a ideologia. Esse aparelho discursivo nos invade

no plano pessoal, tecido, pelas necessárias ilusões de homogeneidade e estabilidade, é no “só-depois” do tempo psicanalítico e ideológico que produzimos sentidos para os acontecimentos imprevisíveis e descontínuos que, irrompendo, levaram-nos a atitudes, gestos e falas acontecidas e por acontecer (MARIANI, 1998, p.13).

Em nossa análise, procuramos oferecer elementos que problematizassem a historicidade das representações da violência na forma como foram formuladas no discurso da campanha. Do contrário, estaríamos apenas reproduzindo e consolidando alguns sentidos e não outros, alguns lugares discursivos em detrimento de outros.

Buscamos nos remeter para além da linearidade das seqüências discursivas. A metáfora, nesse sentido, como mostra Pêcheux (1996), sinaliza para o papel constitutivo da ausência na linguagem. Isso nos dá condições para pensarmos a relação do político e do ideológico na formulação do discurso contra a violência e suas condições de produção.

Nossa análise, ao fazer irromper das formações discursivas, os condicionamentos ideológicos que lhes são determinantes, desestabiliza, em alguma medida, os sentidos que o discurso da campanha se esforça por manter intactos, pacificados. Entendemos, então, que memória deve ser pensada sempre como constituída e atravessada por interpretações provisórias da rede de dizeres.

A campanha, com os jogos polissêmicos e parafrásticos, ofereceu um artifício para lidar com o que não se pode compreender ou com o

que se teme, abrindo espaço para que o proibido e o não dito pudessem vir à tona. Os sentidos produzidos, pela forma de identificação do monstro na campanha, rompem com a rede de dizeres, mas a ela se remetem, uma vez que há sempre o repetível, a possibilidade de dizer o mesmo, de outra forma. O que essa representação do monstro possibilita é dar a criança, especialmente, instrumentos para lidar com o desconhecido, com o que lhe causa medo. Há uma outra história a ser contada. Há um outro sujeito a simbolizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 DOCUMENTOS PESQUISADOS

- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.
- BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13/07/90
- BRASIL, Lei de Crimes Hediondos, Lei 8072/90.
- BRASIL, República Federativa - Ministério da Criança - O combate à violência contra crianças e adolescentes no Brasil de hoje, 1990
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Notificação de maus tratos contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA, 1959.
- JORNAL ZERO, Grupo RBS, Porto Alegre, 2003 - 2004

2 OBRAS CITADAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. IN ACHARD, Pierre.(et al) **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ADORNO, Sérgio. **A experiência precoce da punição**. IN: O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.
- ALTHUSSER, L **Posições I**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978,
- AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- AZEVEDO MA. Contribuições brasileiras à prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. In: Westphal MF, organizadora. **Violência e criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2002. p. 125-135.
- Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu., 1989
- BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. Lisboa: Imprensa Nacional: Ed. Portuguesa, 1985.
- BARSTED, L. de A. L. **Uma vida sem violência é um direito nosso: propostas de ação contra a violência intrafamiliar no Brasil**. Brasília: Comitê Interagencial de Gênero/ONU/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/ Ministério da Justiça, Brasília, 1998.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- BEZERRA SC. Estatuto da criança e do adolescente: marco da proteção integral. In: Brasil. Ministério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2004. p. 17-22.
- BOBBIO, N. – Ciência política. In: N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino. **Dicionário de política**. 2ª ed., Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- COURTINE, Jean Jacques **Analyse du discours politique**. Languages, 61. 1981a.
 _____ . **O conceito de formação discursiva**. IN: **Langages**, 62, 1981b
 _____ . Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, 9 (2): 239-64, oct., 1982.
- COURTINE, J. e MARANDIN, J. Quel objet pour l'analyse du discours? IN : **Matérialités discursives**. Lille : Presses Univesritaires de Lelle, 1981.
- CRUZ NETO O, MOREIRA MR. **A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural**. Rev C S Col 1999; 33-52
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
 _____ . **L'ímage-temps**. Paris, Minuit, 1985
- DIAS, T. - Violência dentro de casa. In: Revista Família Cristã, Ano 59 n. 693 - Paulinas, São Paulo - SP, set de 1993
 _____ . **A História à prova do tempo**. Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora da Unesp. 2001
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- FARINATTI, F. **A criança vitimizada**. Revista Médica da Santa Casa, Porto Alegre, V.4, n.7, p.684-689, 1992.
- FOUCAULT, M. (1969). **A Arqueologia do Saber**. Trad. bras. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Paulo: Claraluz, 2003
- GUERRA, V.N.A. e AZEVEDO, M.A **Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento - 2ª ed - São Paulo, Cortez, 1997**
 _____ . **Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada, 3ª ed. São Paulo, Cortez, 1998.**
- GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER D. **Effets de l'archive**. Discours et. archive. Liège : Mardaga, 1994 a, p.91-111
- HENRY. Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. (Tradução de Maria Fausta P. de castro) Campinas: Editora da Unicamp, 1992. (Título original: Le mauvais outil: langue, sujet et discours)
- INDURSKY, Freda . **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1997.

- INDURSKY, Freda e CAMPOS, Mario do Carmo (org.) **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Sagra, 2000.
- INDURSKY, F. ; FERREIRA, M. C. L. . **Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto**. In: I Seminário de Estudos em Análise de Discurso: Michel Pêcheux e a Análise de Discurso: uma relação de nunca acabar., 2003, Porto Alegre. I seminário de Estudos em Análise do Discurso: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar. Porto Alegre : Programa de Pós-Graduação em Letras, 2003. p. 8-18
- LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. **O seminário**, livro 1; os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- LACAN, J. **O seminário**, livro 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- LE GOFF, J.. **O imaginário medieval**. Portugal: Editorial Estampa, 1994
- Marcondes Filho, C. **Comunicação e jornalismo**. A saga dos cães perdidos São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002..
- MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso. (Re)Ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas (SP): Ed. Pontes, 2003 (tradução Eni P. Orlandi).
- MARIANI, B. S. C. . **Sentidos de subjetividade**: imprensa e psicanálise. Polifonia (UFMT), v. 12, 2006.
- MARIANI, B.S.C. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais. Rio de Janeiro: Revan, 1998
- MARIANI, B.S.C. **Sujeito e sentido** – efeitos de linguagem. Niterói: UFFF, 1999.
- MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: uma questão de gênero. In: SIMPÓSIO DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 7., 2001, Vitória. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Intercom. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers.
- MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MINAYO M.C. A violência dramatiza causas. In: Minayo MCS, Souza ER, organizadores. **Violência sob o olhar da saúde**: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 23- 47.
- MINAYO M.C. Contextualização do debate sobre violência contra crianças e adolescentes. In: Brasil. Mistério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2004. p. 13-16.
- MORAES, Denis de (2002). **O Planeta Mídia**: tendências da comunicação na era global. Campo Grande: Letra Livre.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares In: **Os Lugares de Memória**. (traduzido de: Les lieux de Mémoire. Paris: Gallimard, 1984.) SP - Brasil, 1993
- _____. **Les lieux de la mémoire**. Paris, Gallimard, 1994

- ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) *Linguística: Questões e Controvérsias*. Série Estudos, número 10, Uberaba, Fiube, 1984.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli . **Discurso e Leitura**. São Paulo, Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. **Terra à vista** - discurso do confronto do velho e do novo mundo. São Paulo, Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- _____. **Análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1999a.
- _____. **As Formas do Silêncio**. Campinas, UNICAMP Editora, 1992
- _____. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. 4ª edição, Campinas: Pontes, 2002.
- _____. **Efeitos do verbal sobre o não-verbal**, Rua, Campinas, UNICAMP Editora, 1995
- _____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico., Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. Maio de 1968: os silêncios da memória. IN ACHARD, Pierre.(et al) **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999b.
- _____. **Interpretação**; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- _____. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção de uma identidade nacional. Campinas: pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. [org.] **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. [et al]. **Sujeito e Texto**. São Paulo: EDUC, 1988
- ORLANDI, Eni P. **Paráfrase e polissemia** – a fluidez nos limites do simbólico. In: *RUA*. Campinas: Unicamp, 1998, p. 10-19.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso, 1969. In: GADET, F e HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997a
- PÊCHEUX, M. **O discurso. Estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. (1988). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b
- _____. (1982). O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj (org.) **Uma mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas. *Cadernos de Tradução*, 4, 35-55, 1998.
- _____. Ler o arquivo hoje. IN ORLANDI, Eni. (org.) **Gestos de Leitura**. Da história do discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994
- _____. Papel da memória. IN ACHARD, Pierre.(et al) **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

- PÊCHEUX, M. & C. FUCHS. 1990. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: **Por uma análise automática do discurso**; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP.
- RAGO, M. Libertar a História. In: _____ et all. *Imagens de Foucault e Deleuze. Ressonâncias nietzscheanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SÊDA, Edson. **O Neoliberalismo, a criança e o século XXI**. In: *Cadernos caminhos para cidadania - Série Escolas de Conselhos, nº 1*, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campo Grande - MS, 1999
- SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira. **Narcisismo e publicidade**: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade. São Paulo: Annablume, 1999.
- Silva M. Violência contra crianças - quebrando o pacto do silêncio. In: Ferrari DCA, Vecina TCC, organizadores. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora; 2002. p. 73-80.
- SILVEIRA, Verli Fátima Petri da. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representatação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões de Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- SOUZA, T. C. S. (2001). "A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação". *Rua – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*, 7, mar. , 65-94, 2001.
- TROCMÉ NM, et al. Major findings from the Canadian incidence study of reported child abuse and neglect. **Child Abuse & Neglect** 2003; 27:1427-1439
- VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

ANEXO – A

Condições de Produção

Pelo Rio Grande

FRONTEIRA

Bagé

Começou na semana passada a construção do Ponto de Vendas de Produtos Hortifrutigranjeiros, que será instalado na Avenida Santa Tecla. A previsão de conclusão das obras é de 40 dias. O local tem mil metros quadrados e funcionará sete dias por semana. Dois funcionários farão a comercialização.

A prefeitura investiu R\$ 90 mil na estrutura, que em breve abrigará também produtores de leite e mel.

Uruguaiana

O governo do Estado anunciou na semana passada a liberação de verbas para a estruturação do Centro Integrado de Operações da Segurança Pública (Ciosp). A iniciativa faz parte do projeto nacional de proteção das fronteiras, desenvolvida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, subordinada ao Ministério da Justiça, em parceria com os Estados.

O governo federal repassará ao Rio Grande do Sul R\$ 5 milhões para a realização de investimentos no setor. Deste total, R\$ 1 milhão serão investidos na instalação do Ciosp e na compra de um helicóptero, de veículos e equipamentos para os órgãos policiais do município.

REGIÃO SUL

Pelotas

O 1º Encontro Internacional de Motociclistas em Pelotas será realizado de 9 a 12 de janeiro, no Laranjal. A promoção é da Associação dos Motociclistas da cidade. A programação inclui mais de 30 atividades artísticas, culturais, esportivas, gastronômicas e sociais.

Pelotas

Foram instaladas na semana passada agências de Correios Comunitárias nas localidades de Vila Maciel, Santa Silvana, Cascata e na Colônia de Pescadores Z-3.

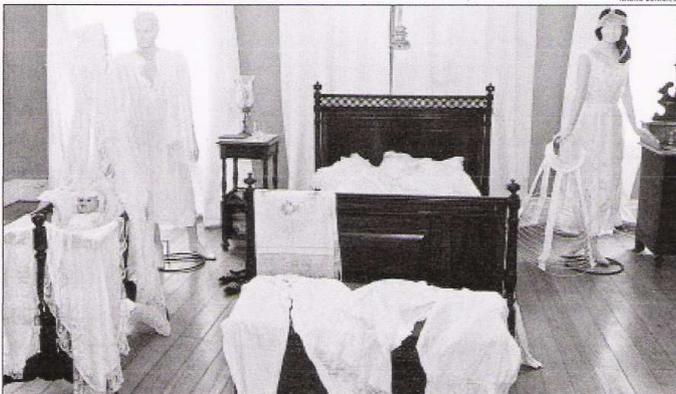
Rio Grande

O 2º Encontro Contábil será realizado de 13 a 17 de janeiro, com o tema *Público ou Privado?*. A promoção é do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (Furg), com o Diretório Acadêmico de Ciências Contábeis e a comissão do curso.

As inscrições custam R\$ 5 para estudantes e R\$ 8 para profissionais e podem ser feitas até 8 de janeiro. Após a data, os valores sobem para R\$ 10 para estudantes e R\$ 12 para profissionais. Mais informações pelo telefone (53) 233-6695.

HISTÓRIA 'Hábitos de Dormir' fica até o dia 13 no Museu da Baronesa

Exposição revela costumes do século 19 em Pelotas



Intimidade: quartos serviam para reflexão, descanso, leitura e, algumas vezes, até como local para velórios da família

A intimidade de um quarto de casal está sendo desnudada na exposição *Hábitos de Dormir*, no Museu Parque da Baronesa, em Pelotas.

Costumes como trocar a roupa de cama e pentear o cabelo eram atitudes em popularização no início do século 19.

A série Museu da Intimidade mostra as diversas faces de um dormitório. O local utilizado para reflexão, leitura e descanso também podia ser fúnebre, quando abrigava velórios familiares. No mesmo ambiente, as mulheres revelavam em diários as angústias e os desejos de uma época onde o prazer no sexo era um direito masculino e a higiene feminina motivo de segredos.

A pesquisa para a montagem da exposição demorou cerca de seis meses e contou com a participação de funcionários e estagiários do museu e da Secretaria de Cultura.

De acordo com a diretora do Museu da Baronesa, Carla Gastaud, a mostra pretende colocar o visitante na atmosfera do século 19:

— Os visitantes ficam surpresos com os hábitos comuns e a delicadeza das peças.

Os móveis pesados, confeccionados em madeira nobre, são um dos maiores atrativos da exposição. Além da cama e da cômoda, foi nessa época que a escriturinha ganhou um espaço cativo na peça. Debruçados sobre ela, intelectuais rabisavam suas idéias e mulheres escreviam cartas de amor. Na última semana, quem visitou a exposição saiu encantado.

— Eu queria aquela cama de princesa — desejou Tais Neto Leal, 11 anos, ao deparar com o móvel com a cabeceira esculpida.

A elegância entre os pelotenses do século 19 estava presente até na hora de dormir. Homens e mulheres vestiam longas camisolas brancas feitas em algodão. Rendas e babados enfeitavam os trajes inti-

mos. Durante o dia, para se apresentar à sociedade, as damas enfrentavam um ritual de beleza. O cabelo, que à noite recebia uma touca para não amanhecer desgrenhado, era arrumado em coques e tranças. Por baixo dos vestidos, apertados espartilhos modulavam a silhueta, deixando os corpos com cinturas afinadas e largos quadris. A exposição foi montada com peças do acervo do Museu da Baronesa. Na ante-sala do quarto, apenas separada por tecidos transparentes, painéis pendurados ao forro contam como eram tratadas questões como o sexo e o casamento.

Serviço

O que: Exposição *Hábitos de Dormir*
Onde: Museu Parque da Baronesa (Avenida Domingos de Almeida, 1.490)
Quando: até 13 de janeiro
Visitas: de terça-feira a sábado, das 13h30min às 18h30min, e domingo, das 10h às 18h30min
Para agendar: (53) 228-4606

URUGUAIANA

Conselho Tutelar fez 6,1 mil atendimentos em 2002

O Conselho Tutelar de Uruguaiana registrou, em 2002, um aumento de 23% no número de atendimentos prestados em relação ao ano passado. A entidade encerrou o ano com 6,1 mil registros. Em 2001, o conselho havia registrado 4,9 mil ocorrências.

A coordenadora da entidade, conselheira municipal Laura Collazzo da Silva, considera que o crescimento dos casos decorre dos problemas sociais da cidade. No município, as denúncias de maus-tratos a menores, negligência de pais, abuso sexual e prostituição de me-

nores representaram 25% do total de atendimentos prestados nos últimos 12 meses.

Segundo Laura, as denúncias confirmadas estavam relacionadas a problemas sociais como desemprego, baixa renda das famílias, desestruturação familiar e consumo de bebidas alcoólicas. Os demais atendimentos prestados pelo Conselho Tutelar — 75% dos casos registrados — trataram de problemas relacionados à frequência escolar, saúde das crianças e orientações gerais às mães e aos pais.

RIO GRANDE

Furg duplica capacidade de conexão à rede

A Fundação Universidade Federal do Rio Grande (Furg) duplicou a capacidade de conexão da sua rede de computadores à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). A velocidade do serviço, que desde fevereiro de 2002 era de 2.048 Kbps (dois megabites), passou a ser de 4.096 Kbps (quatro megabites). O acesso é custeado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de convênio com o Ministério da Educação.

Para a ampliação, foram adquiridos equipamentos como servidores de rede e de proteção a variações da rede elétrica, destinados a qualificar a infraestrutura. A ampliação facilitará o acesso aos serviços disponíveis no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que disponibiliza consultas on line, pesquisas por palavras-chave e cópia de trabalhos científicos, antes mesmo da publicação formal. Estes serviços são gratuitos para as instituições federais de ensino ou pesquisa, pela RNP.

A infra-estrutura da rede também está sendo adequada a demandas como cursos de educação à distância, videoconferência, acesso a bibliotecas virtuais e à perspectiva da comunicação de voz. A rede estruturada da Furg abrange os três campi (Carreiros, Cidade e Saúde), 30 prédios interligados por fibra óptica.

Derrames de óleo sofrem redução de 64%

O número de derrames de óleo nas proximidades do porto de Rio Grande diminuiu de 11 para 4 no último semestre. A redução ocorreu após a Superintendência do Porto de Rio Grande (Suprg) ter proibido o abastecimento de barcos de pesca atracados no Porto Velho.

A assessoria ambiental do porto lembra que o óleo derramado era do tipo combustível, produto também proveniente de limpeza de tanques ou peças das embarcações. Com a proibição de abastecimento via caminhões no cais, as embarcações estão sendo abastecidas nos postos de combustível flutuantes ou no terminal da Petrobras.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA Ligações para entidade têm recorde em janeiro

Aumentam denúncias de abuso sexual infantil

O mais utilizado Disque-denúncia do Brasil para abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes recebeu na primeira quinzena de janeiro o número recorde de 446 denúncias, maior do que os registros de todo o ano passado.

O serviço 0800 é mantido pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), uma organização não-governamental que recebe auxílio financeiro do Ministério da Justiça e da Embratur.

Para o presidente da ONG, Lauro Monteiro, o aumento no número de denúncias foi motivado pelo anúncio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o combate à prostituição infantil será prioridade em seu governo.

— Acredito que foi uma consequência da fala do presidente — disse Monteiro.

Desde a criação do serviço, em 1997, já foram computadas cerca de 1,6 mil denúncias, todas encaminhadas para a Polícia Civil e

para instituições de apoio à criança e ao adolescente. De janeiro a novembro de 2002, foram recebidas cerca de 320 denúncias entre os quase 3,3 mil telefonemas recebidos. O maior número de denúncias vem do Rio, seguido de São Paulo e Ceará.

Lauro acredita que o Rio participa mais das estatísticas não por acumular mais ocorrências dos crimes de abuso sexual, mas porque a mobilização social contra os casos é maior que em outros Estados.

Turistas são informados de penalidades no voo

O número de denúncias quase triplicou desde 1997. O tipo de relato mais crescente é o de abuso sexual, feito por brasileiros ou turistas internacionais.

Para combater o chamado turismo sexual, a Embratur trabalha na prevenção do crime. Por intermédio de uma parceria firmada com

O TELEFONE

A Abrapia recebe denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes pelo número

0800-990500

a Varig, estrangeiros que chegam ao Brasil pela companhia aérea assistem a um filme que informa o que é considerado crime sexual no país. E esclarece que a ilegalidade pode resultar em 10 anos de prisão.

Inserções comerciais gratuitas para esclarecer a população são veiculadas em emissoras de TV. A Embratur também entrega folhetos explicativos em vários idiomas em aeroportos.

Em fevereiro, com a proximidade do Carnaval, a campanha será intensificada em todo o país. Atenção especial será dada a alemães e italianos, que apresentaram em estatísticas recentes maior índice de prática do crime no Brasil.

— Nosso alvo é o turista estrangeiro. Mas é preciso tratar a questão com muito cuidado, para não ter o perigo de acontecer um incidente diplomático — constata Carmen Inês Garcia, do departamento de Marketing da Embratur.

Sistema vai alertar sobre áreas de risco

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) iniciou a implantação de um sistema informatizado para prevenir e alertar as defesas civis e prefeituras paulistas sobre as chances de desmoronamentos em áreas consideradas de risco.

Com o Núcleo de Monitoramento de Riscos Geológicos, o instituto, as defesas civis e as administrações municipais vão ter acesso a um mapa com o número de áreas de risco e de famílias que moram nos locais por cidade.

CHEGUE AOS 100 NA GRÊMIO MANIA DO OLÍMPICO

Quem comprar RS 100,00, ou acima deste valor, em produtos oficiais ganha **UM CUPOM** e concorre todos os meses a **UMA CAMISA OFICIAL AUTOGRAFADA PELOS ATLETAS.**

1º SORTEIO DIA 15/02

Realizado pelos atletas do clube em horário previamente divulgado no site do Gremio.

TELEVENIDAS 0300 1401903 3217.4890 www.gremio.net

A Maior e Melhor Torcida do Sul do País

1º Lugar no Ranking Oficial da CBF

PREPARE-SE PARA ENTRAR EM FORMA

ISTOÉ

A Língua Completa
Nova equipe econômica desmancha mistério dos Transportes

Descontração, muito divertimento e contato com a natureza são as novidades das academias neste verão

MALHAÇÃO E ALEGRIA



Nova equipe econômica enfrenta sua primeira semana turbulenta com a alta dos juros.



Delfim Netto analisa o início do governo Lula e diz que há recursos para atacar a pobreza.



Ibama estuda a liberação da venda de jibóias, jabutis e lagartos como animais de estimação.

Nas bancas

ISTOÉ
independente



A infância violentada

A decisão judicial que determinou enfim o recolhimento à prisão do casal que agrediu barbaramente os filhos de um e seis anos, após um acidente de trânsito em Campinas (SP), revoltando a opinião pública nacional, devolve dolorosa atualidade a questão cuja importância talvez nunca chegue a ser avaliada por inteiro, tamanhas são as suas repercussões humanas, éticas e penais. Trata-se das agressões a crianças indefesas, que se dão tanto pela brutalidade explícita quanto por formas pretensamente mais sutis de violência, aí compreendidas as que se traduzem pelo abandono, o desamor e a indiferença. Incontroverso é o fato de que, quanto maior a relação de proximidade com o agressor, maior é o impacto de tais iniquidades na vida posterior das pequenas vítimas.

São hoje numerosíssimos os estudos, em especial na área da criminologia, a atestar que meninos e meninas que apanham dos pais ou de outros adultos – uma prática que deploravelmente é ainda considerada normal neste terceiro milênio – tornam-se mais propensos a reproduzir na idade adulta comportamentos violentos. Esses castigos físicos são um hábito que, no Brasil, de acordo com pesquisas fidedignas, alcançam nada menos do que 80% dos lares. A trágica consequência, em muitíssimos casos, é de que a criança que sofreu maus-tratos acaba perdendo a capacidade de

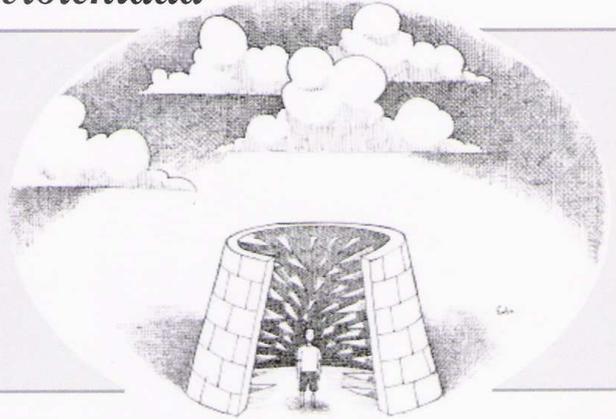
OS NÚMEROS DA CRUELDADE NO RS

(Casos de agressão em crianças de 0 a 12 anos)

2001	
Lesões corporais	2.196
Maus-tratos	686
Atentado ao pudor	543
Estupros	313
Estupro com morte	1

2002 - (janeiro a junho)	
Lesões corporais	873
Maus-tratos	368
Atentado ao pudor	335
Estupros	152

FONTE: Diplano - Polícia Civil



controlar a própria conduta, convertendo-se num adulto inapto a conter seus impulsos.

É evidente, no entanto, que há agressões físicas muito mais sérias, como as de ordem sexual, as que provocam deformações e seqüelas irreversíveis, as que desencadeiam a morte. As estatísticas a esse respeito são assustadoras: segundo a Sociedade Internacional de Abuso e Negligência da Infância, morrem em média cem crianças por dia no Brasil, vítimas de maus-tratos. Devem-se fundamentalmente tais práticas à persistência de graves desigualdades sociais, a altas taxas de desempre-

go, à permanência de valores autoritários e à impunidade. Esses fatores são potencializados ora por transtornos psicológicos sérios, ora pelo alcoolismo e as drogas. É o que transforma a violência dirigida à infância e à adolescência num verdadeiro caso de saúde pública. Qualquer que seja o ângulo de que se analise o fenômeno, contudo, não há como discordar de que, além de ofendidos, meninos e meninas têm violados seus direitos essenciais de cidadãos e sua dignidade de seres humanos. Contribuir para que essa terrível chaga social não mais se dissemine é responsabilidade do governo e dos cidadãos. É

a própria Constituição Federal que dispõe ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Estamos lamentavelmente distantes desse ideal jurídico. E, importa ainda não esquecer, se são meninas e meninos os agredidos, as marcas ficam e na sociedade.

Um debate que avança

A questão da reforma da Previdência foi finalmente colocada no patamar de urgência e de importância que merece. Depois de um início de debates que parecia levar a impasses, autoridades e dirigentes corporativos tendem a buscar a racionalidade e impedir que, por interesses imediatistas, se ponham obstáculos à solução daquele que é individualmente o maior problema para a estabilidade fiscal brasileira. Agora mesmo, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio de Mello, emitiu um pronunciamento que desfaz mal-entendidos originados de uma declaração anterior.

Na base do Estado democrático de direito está o respeito a princípios fundamentais, como os do direito adquirido ou da coisa julgada ou do ato jurídico perfeito. Tais princípios são a base da estabilidade jurídica de uma sociedade e não podem efetivamente ser questionados. O que, no entanto, a sociedade precisa decidir é a que conjunto de realidades tais princípios dão abrigo. É evidente que nem o presidente do Supremo, nem a comunidade jurídica, nem o bom senso engessarão a lei e a vida transformando qualquer expectati-

va em direito adquirido.

O debate permitiu avanços diversos. E não foi apenas no esclarecimento do que é direito adquirido e sua abrangência, do que é direito acumulado, do que são prerrogativas cobertas pelas cláusulas constitucionais pétreas ou do que são vantagens passíveis de alteração. O debate está permitindo, sem pressões partidárias ou ideológi-

O debate ensina que a reforma previdenciária seja colocada na perspectiva das necessidades do país

cas e sem concepções preconcebidas, que a população tome conhecimento da complexidade da questão e da inevitabilidade de sua mudança.

Mas o debate teve uma outra e fundamental virtude: está ensinando que essa reforma seja colocada na perspectiva geral das necessidades do país. O economista Paulo Rabello de Castro sugere, por exemplo, que a prioridade que está sendo dada à questão previdenciária

seja dada também a outros dois conjuntos de mudanças: "É impossível reformar a Previdência atual sem concomitantes reformas tributária e trabalhista". Para ele, o melhor caminho seria acolher num projeto de mudança a chamada "contribuição solidária" da sociedade, conforme projeto do ex-deputado Luiz Roberto Ponte, que era defendido com entusiasmo pelo ex-embaixador Roberto Campos. O déficit previdenciário, responsável importante pela difícil situação fiscal brasileira, não pode ser tratado apenas como um dado da realidade fiscal. Junto com o peso que impõe às contas públicas, não há como ignorar na realidade previdenciária a função social do

próprio poder público. Visto apenas da perspectiva dos cálculos atuariais, não haveria lugar, por exemplo, para os milhões de aposentadorias que a Constituição de 1988 concedeu a agricultores e a idosos que jamais contribuíram.

Todas essas novas questões estão aflorando, felizmente, graças à ampliação do debate. Além disso, a questão da seguridade social não é problema apenas brasileiro, mas universal, exigindo que os responsáveis pelos projetos estejam atentos às iniciativas e aos rumos que estão sendo adotados pelas sociedades modernas.

RBS	
Fundador Mauricio Sirotsky Sobrinho (1925 - 1986)	
Diretor-presidente Nelson Pacheco Sirotsky	
Conselho de Administração Presidente - JAYME SIROTSKY	Vice-presidente executivo Pedro Pullen Parente
Conselheiros - DAVID CASEMIRO MOREIRA, FERNANDO ERNESTO CORRÊA (vice-presidente), MARCELO SIROTSKY, NELSON PACHECO SIROTSKY, OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO, PAULO RABELLO DE CASTRO, PEDRO SIROTSKY	Diretores vice-presidentes PEDRO SIROTSKY (RBS Santa Catarina) CARLOS MELZER (Corporativo) AFONSO ANTUNES DA MOTA GERALDO CORRÊA
RBS JORNAIS ZERO HORA FUNDADA EM 4 DE MAIO DE 1964	
Vice-presidente: GERALDO CORRÊA Diretor Geral: CHRISTIANO NYGAARD Diretor de Redação: MARCELO REICH Diretor de Comercialização: FLÁVIO STEINER	

44 | PORTO ALEGRE, DOMINGO, 23/02/2003

ZERO HORA
POLÍCIAEditor: Marcelo Ermel ♦ marcelo.ermel@zerohora.com.br ☎ 5218-4737
Editora Assistente: Clarice Esperança ♦ clarice.esperanca@zerohora.com.br ☎ 3218-4758

INFÂNCIA Em média três crimes sexuais contra crianças ocorrem por dia no RS

Abuso

vitima uma criança a cada oito horas

CARLOS ETCICHURY

— Eu contei pro meu pai e ele orou comigo. Ele pediu pra eu esquecer, mas não esqueci... — repetia uma menina de sete anos a uma psicóloga em uma das salas da Delegacia da Criança e Adolescente Vítima, na Capital, na manhã de terça-feira.

A menina detalhava como um pedófilo — pastor e fundador da Igreja Evangelho do Reino de Deus, hoje expulso da instituição — a havia submetido a carícias íntimas em um dos quartos de sua casa, em Santa Maria. A cada oito horas, uma criança como ela é vítima de um ataque com fins sexuais no Estado.

No primeiro semestre do ano passado, a Divisão de Planejamento e Coordenação (Diplanco) da Polícia Civil registrou 551 ocorrências de atentado violento ao pudor, estupro e outros crimes, cujas vítimas são meninos e meninas com até 12 anos. Em 2000 e em 2001 foram registrados, em média, três crimes sexuais diários contra crianças.

A Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS) não divulgou as estatísticas referentes ao segundo semestre de 2002, disponíveis na Diplanco, sob a justificativa de que está estudando critérios e formas de tornar públicos os dados.

Especialistas e a polícia acreditam que os números oficiais representam uma dimensão modesta do problema.

— Em geral, crimes sexuais contra a criança ocorrem no ambiente familiar, o que dificulta o registro dos casos na polícia. As estatísticas são uma amostra reduzida — revela a delegada Sônia Maria Dall'Igna, que responde interinamente pela Delegacia da Criança e Adolescente Vítima.

Mesmo quando a primeira barreira é vencida, a denúncia à polícia é formalizada e os crimes passam a vitimizar as estatísticas, investigadores encontram outro problema.

— É difícil levantar provas inteligentes e bem elaboradas para que os pedófilos possam ser indiciados e condenados por seus crimes — explica o diretor do Departamento de Polícia Metropolitana (DPM), delegado Paulo Cesar Jardim, responsável pelo Serviço Especial de Combate à Prostituição Infanto-juvenil.

É comum pedófilos agirem impunes por décadas, como o pastor de 52 anos preso preventivamente na semana passada. Ele é suspeito de molestar pelo menos 12 crianças — entre as quais a menina de sete anos — nas

O PEDÓFILO

- ♦ É a pessoa que tem desejo forte e repetido de práticas sexuais e de fantasias eróticas com crianças
- ♦ O abuso ocorre em todas as classes sociais, raças e níveis educacionais, podendo ser registrado entre integrantes da mesma família, como pai ou padrasto
- ♦ Os pedófilos podem limitar a sua atividade a despir e a observar a criança, exibir-se, masturbar-se na presença dela, tocá-la ou afagá-la. É comum a produção de material pornográfico como fotografias e vídeos caseiros
- ♦ O pedófilo costuma oferecer presentes ou elogiar a criança, para obter afeto, interesse e lealdade e evitar que ocorra denúncia
- ♦ Especialistas defendem a existência de dois tipos de pedofilia: situacional, que não tem preferência sexual exclusiva por crianças, e preferencial, que escolhe fazer sexo com o público infantil

duas últimas décadas.

A forma com o religioso atuava é considerada clássica por psicólogos envolvidos no caso. Ele acariciava as garotas em suas partes íntimas e as colocava em seu colo. Evitava violência. Em troca, distribuía balas e doces. Sua conduta social amável junto à comunidade evangélica jamais despertou suspeitas.

— Se portava como um homem exemplar — conta o pai de uma criança abusada.

Pediatra protagonista um dos casos mais famosos do país

Molestada pelo pastor aos oito anos, só agora uma adolescente de 16 anos teve coragem de falar sobre a violência e procurar a polícia. Ao longo do período de silêncio, lembranças da agressão povoavam sua memória.

— Na época em que morava em Viamão, o pastor sempre nos convidava para passar no carro dele. Quando eu sentava, no banco da frente, ele começava a alisar minhas pernas, meu peito. Como todo mundo o conhecia, eu tinha medo de dizer o que acontecia — relata a estudante do Ensino Médio.

No Brasil, um dos casos mais ruidosos de pedofilia envolveu o pediatra e terapeuta Eugênio Chipkevitch. Preso desde março de 2002, o médico, que foi um dos diretores do Instituto Paulista de Adolescência, está sendo processado por tocar nos órgãos sexuais dos pacientes e praticar sexo oral com garotos durante as consultas.

Chipkevitch gravava em vídeo as sessões de abuso. No apartamento do médico, a polícia encontrou dezenas de fotos com crianças e adolescentes seminus.

carlos.etchichury@zerohora.com.br

Crime hediondo

O deputado federal Dimas Ramalho (PPS-SP) apresentou o Projeto de Lei 138/03, que torna hediondo o crime de exploração sexual e indução à prostituição de crianças e adolescentes. Segundo o deputado, combater esse tipo de crime é um clamor da sociedade, e o parlamento tem a obrigação de tomar providências urgentes.

Trauma: menina de sete anos revelou como foi molestada por um religioso em Santa Maria

CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS

CRIME	2000	2001	2002*
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	560	543	335
OUTROS CONTRA OS COSTUMES**	214	154	64
ESTUPRO	295	313	152
ESTUPRO COM MORTE	1	1	-
TOTAL	1.070	1.011	551

* Números referentes ao primeiro semestre de 2002

** Práticas libidinosas na presença de crianças, como tocar órgãos genitais

Fonte: Polícia Civil



RONALDO BERNARDI/ZEI

Crescem denúncias do crime na Internet

No Rio Grande do Sul, uma parceria firmada entre o Ministério Público e a Superintendência da Polícia Federal (PF), em 2000, já detectou pelo menos 1.976 páginas na Internet suspeitas de serem manipuladas por pedófilos – 1.187 foram descobertas no ano passado.

As denúncias são investigadas pelos agentes federais e pela Interpol. Do total das páginas identificadas por meio da integração entre PF e MP, 676 são situações do Brasil. Pelo menos um terço destas, cujos conteúdos apresentavam pornografia mirim, já

foram retiradas do ar. No seu lugar, a PF colocou a seguinte mensagem:

"Página de advertência. ATENÇÃO! A página original foi removida deste servidor, atendendo determinação judicial, por conter material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes (pedofilia)".

Conforme o chefe do núcleo de telemática da PF, Rogério Nogueira Meirelles, é feita a checagem de todas as denúncias recebidas. Após a constatação de que se trata de pedofilia, são salvas cópias das páginas e localizados os provedores.

Caso o suspeito atue no Estado, é instaurado inquérito policial e

realizada busca e apreensão no provedor e na residência do suposto pedófilo.

Fotos são trocadas por senhas de acesso a sites

Se a denúncia for de um provedor de outro Estado ou de fora do país, as investigações são feitas pela PF, em Brasília, e pelo Escritório Regional da Interpol.

As imagens de crianças são consumidas por dois tipos de públicos na Internet: os pedófilos, que utilizam as fotos para se satisfazer, e adolescentes, cujas fotos muitas vezes são uma espécie de moeda de troca. Ou seja, eles pas-

sam fotos para outras pessoas para, em troca, obterem informações de acesso a servidores que precisam de senhas, por exemplo – revela Meirelles, um dos especialistas da PF capacitados a atuar na investigação de pedofilia virtual.

Os especialistas recomendam aos pais que orientem, esclareçam e monitorem a navegação de crianças e adolescentes na rede. O acesso à Internet deve ser limitado.

Além disso, eles devem ser alertados a dizer não à pedofilia. Mesmo crianças pequenas devem ser informadas sobre partes do corpo nas quais ninguém pode colocar a mão ou beijar.

E.M.S., 33 anos operária e mãe de uma criança de sete anos molestada por um jovem de 23 anos

Deixei minha filha na casa de uma senhora, que cuidava dela. Um dia, quando fui buscá-la, encontrei ela tristonha. A calcinha estava suja de sangue. Procurei a delegacia e constatei que ela havia sido abusada sexualmente. Depois disso, ela se tornou agitada. Não era a mesma criança



Silêncio: adolescente de 16 anos passou oito ocultando abuso do qual foi vítima

Ulbra tem ambulatório

A maioria das vítimas infantis atendidas pelo Serviço de Proteção à Criança da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) sofreu violência sexual.

Desde a criação do ambulatório, em maio passado, uma equipe de profissionais atendeu a 753 vítimas mirins – 85% abusadas sexualmente.

O serviço atende gratuitamente a crianças e adolescentes no Hospital Independência, na Capital, e no Hospital Universitário da Ulbra, em Canoas. Conforme a psicóloga Lucilene de Souza Pinheiro, a maioria dos abusos ocorre em ambiente familiar.

Mesmo recebendo atendimento especializado, as crianças podem, quando adultas, apresentar seqüelas do abuso sofrido na infância – alerta Lucilene.

FIQUE ATENTO

Nem sempre é fácil detectar quando a criança está sendo vítima de abuso sexual. Alguns sintomas físicos e psicológicos, contudo, auxiliam pais e familiares a constatarem o problema. – Os sintomas não são específicos de casos de abuso sexual. A soma deles, porém, pode indicar

ENTRE ZERO E QUATRO ANOS

◆ É difícil detectar o abuso porque as crianças ainda não falam sobre o problema. Elas podem apresentar: inflamações ou fissuras no ânus ou na vagina, retardo do desenvolvimento (crianças que não urinavam na cama voltam a fazê-lo, ou retornam a usar fraldas, por exemplo), hemorragia genital, corrimento vaginal, medo de homens, brincadeiras sexuais inapropriadas para a faixa etária (beijos ou simulações de relações sexuais)

ENTRE QUATRO E SEIS ANOS

◆ Crianças já falam sobre eventuais abusos e os pais devem prestar atenção a seus relatos. Elas podem apresentar: hiperatividade, doenças sexualmente transmissíveis (incluindo gonorréia, sífilis, Aids), baixa auto-estima (algumas vítimas fazem questão de permanecer feias para evitar o interesse de seus algeos), dores abdominais e infecções urinárias, incontinência urinária diurna

que uma criança possa estar sendo vítima de um abusador. As pessoas não precisam ficar paranóicas na relação com seus filhos, mas devem permanecer atentas caso os sintomas se apresentem de forma reiterada – diz a psicóloga Lucilene de Souza Pinheiro.

IDADE ENTRE SETE ANOS E 12 ANOS

◆ É uma faixa etária de difícil constatação do problema pois, em muitos casos, as vítimas não são ouvidas pelos familiares. Como estão próximas à adolescência, seus relatos sobre a agressão acabam subestimados. É comum pais atribuírem às vítimas a culpa pela violência sofrida. E preciso ter em mente que as crianças raramente inventam informações, e não ser que sejam expostas a elas. Vítimas de violências sexuais nesta idade podem apresentar: pesadelos frequentes associados à perseguição e à morte, fracasso escolar, doenças sexualmente transmissíveis, infecções urinárias repetidas, pequenas mentiras e furtos de objetos insignificantes (canetas de colegas, por exemplo), mudanças súbitas de humor, desordens do apetite, tentativas inexplicadas de suicídio

Fonte: Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo (USP) e Serviço de Proteção à Criança da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)

COMO DENUNCIAR

PEDOFILIA

◆ **Abrapia (ONG)**
Telefone: 0800-99-0500

◆ **Polícia Civil**
Telefone: (51) 3233-6255
Delegacias de polícia

◆ **Conselhos tutelares**

PEDOFILIA NA INTERNET

◆ **Polícia Federal**
dcs@dpf.gov.br
dchccp@dpf.gov.br
nunet.srsr@dpf.gov.br
Telefone: (51) 3358-9085

◆ **Ministério Público**
www.mp.rs.gov.br

Mitos envolvem crimes sexuais

No livro *Violência Sexual Infantil na Família – Do Silêncio à Revelação do Segredo*, a psicóloga Suzana Braun enumera alguns mitos que cercam o abuso de crianças. Leia a seguir:

◆ **O abuso sexual é raro**
Estatísticas indicam que uma em cada quatro a cinco meninas e um em cada seis a 10 meninos podem ser vítimas de algum tipo de abuso sexual até os 18 anos.

◆ **Crianças menores de 10 anos estão a salvo**
Mais de um terço das notificações envolvem crianças com até cinco anos.

◆ **Se as crianças forem ensinadas a evitar estranhos, elas não serão abusadas**
Entre 85% e 90% dos agressores são conhecidos da criança. Qualquer adulto ou criança mais velha pode ser um agressor.

◆ **Agressores são homens velhos, violentos, alcoólatras e desempregados**

Os crimes têm sido cometidos em todos os níveis socioeconômicos e em todos os grupos raciais, religiosos e étnicos, no campo e na cidade. A maioria dos agressores é homens heterossexuais e tem acesso a relações sexuais com adultos.

◆ **Se uma criança consente, é porque deve ter gostado. Se não diz não, não existe abuso**

A violência sexual nunca é culpa ou responsabilidade da criança. Os agressores sexuais têm inteira responsabilidade pelo crime.

◆ **As crianças só não revelam o abuso se tiverem sido ameaçadas com violência**

Crianças podem não falar por medo de violência contra si ou contra alguém amado. Também não contam quando temem censura ou ruptura com a família.

Zero Hora publica hoje uma reportagem sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes integrante do projeto vencedor do Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística.

Realizado pela Agência de Notícias dos Direitos de Infância (ANDI), Instituto World For Children/Brasil, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o concurso premiou no começo do ano a proposta das jornalistas Ângela Bastos, do Diário Catarinense, e Nelcira Nascimento, da Rádio Gaúcha.



O projeto resultou em um trabalho multimídia que envolve todos os veículos da Rede Brasil Sul (RBS) no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, atingindo um público estimado em 16 milhões de pessoas, entre leitores, ouvintes e internautas.

A data da publicação da reportagem antecipa o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – em 18 de maio – e tem como proposta sensibilizar a sociedade para a necessidade do atendimento, acolhimento e acompanhamento das vítimas do abuso e exploração sexual.

Meninas prostituídas ficam sem atendimento

NELCIRA NASCIMENTO
♦ Especial/ZH

Das seis adolescentes identificadas pela Polícia Civil em janeiro como vítimas de uma rede de prostituição na zona norte de Porto Alegre, apenas duas tiveram apoio para deixar as ruas.

Até hoje, passados mais de cem dias, nenhuma família foi procurada pela prefeitura para receber ajuda e orientações sobre como proceder com as adolescentes – também dependentes de drogas – e assistência para evitar que os filhos restantes tenham o mesmo destino.

O caso mostra a ponta de um quadro dramático: a falta de um plano de ação organizado e integrado para a proteção à criança e adolescente vítimas de maus tratos, em especial abuso e exploração sexual. Uma situação que faz com que uma criança vítima de violência chegue a levar vários meses para conseguir uma consulta médica ou psicológica.

O atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência só tem se tornado prioridade pela abnegação voluntária de profissionais das diversas áreas, que insistem em buscar ajuda, realizar encaminhamentos e fazer peregrinações para garantir acolhimento digno e proteção.

Pelo menos a cada 15 dias, as adolescentes da Vila Mário Quintana recebem com simpatia a visita da psicóloga da Polícia Civil Suzana Braun, a única presença na vila de condições precárias e onde dezenas de jovens são levadas à prostituição e drogas. Desde a denúncia do esquema de prostituição, apenas uma teve atendimento de desintoxicação, ficando internada 25 dias. Uma outra conseguiu atendimento psicoterápico na última quinta-feira.

Menina fugiu do abrigo, e mãe sequer foi comunicada

Mãe de sete filhos, Luísa (os nomes são fictícios para proteger a identidade das adolescentes) lutou para tirar a filha da rua sem receber qualquer ajuda do poder público até hoje. Segundo ela, a única interferência partiu de um conselheiro tutelar, que recomendou-lhe que “fosse procurar emprego”. A filha de 15 anos fugiu de um abrigo conveniado à prefeitura, e ela sequer foi comunicada.

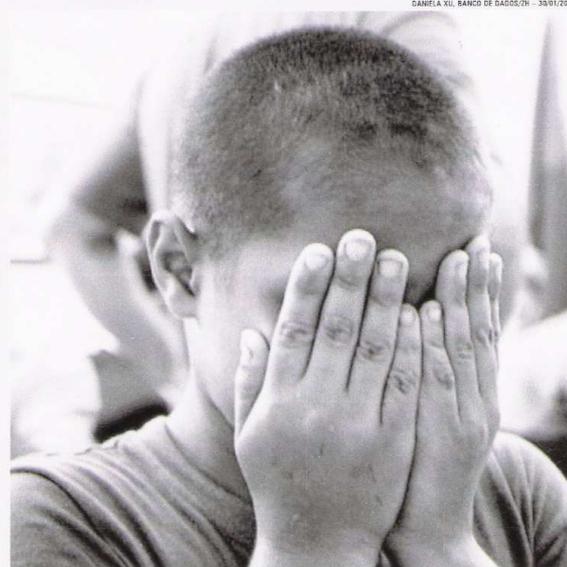
— Ainda bem que ela veio para casa, senão nem ficaria sabendo — diz a mãe.

A adolescente D., 14 anos, tem audiência no Juizado da Infância e da Juventude nos próximos dias. Ela está namorando e diz que não se droga mais. Afirma ter ouvido o conselho da mãe, sob pena de ser entregue ao juiz.

A jovem W., 20 anos, com três filhos, de cinco, dois anos e um mês, começa a conversa dizendo que não está mais se prostituindo. Teria feito programas até o último dia de gravidez. Minutos depois, admite que voltou às ruas, porque não recebeu qualquer ajuda.

Isabel, mãe da mais jovem, diz que a filha de 12 anos tem feito ponto nas ruas. Antes de ser flagrada no esquema, a adolescente esteve em abrigo, três vezes, encaminhada pelo Conselho Tutelar. Nos últimos cem dias, não foi procurada.

O bom exemplo



Vítima: A., nove anos, revelou em janeiro um esquema no qual fazia até sete programas por noite

Reaproximação com a mãe

Enquanto as meninas vítimas da rede de prostituição infantil na Zona Norte encontram-se sem atendimento, o garoto A., nove anos, vítima do mesmo esquema, começa a sentir os bons efeitos de um atendimento adequado. O menino está, lentamente, se reaproximando da mãe, que também está sendo atendida por órgãos públicos.

O menino vive hoje em um abrigo da grande Porto Alegre e está em tratamento psicológico. Filho de mãe alcoolista, foi entregue, logo após a denúncia e prisão de quatro envolvidos, ao pai, que mantinha uma oficina mecânica próxima à rua onde o menino se prostituía.

Na época, o jovem revelou detalhes do esquema mantido por taxistas, ajudando a polícia a identificar os envolvidos. O menino contou que chegava a fazer sete programas por noite dentro de carros e entregava o dinheiro para as meninas — a polícia identificou

garotas entre 11 e 13 anos.

Hoje vivendo no abrigo, o menino recebe atendimento psicoterápico e é considerado bem adaptado. Aos domingos, recebe telefonemas da mãe, que está fazendo tratamento para o alcoolismo. Recentemente, ela foi ouvida pelo Ministério Público e demonstrou consciência da gravidade do problema.

O depoimento fez com que a promotora Denise Vilela optasse pela recomendação do abrigo temporário, na tentativa de reforçar os vínculos familiares. Conforme a promotora, a alternativa de destituição permanente do pátrio poder significaria condenar a uma abrigagem permanente.

— Com nove anos, a adoção é mais difícil — diz Denise.

Segundo a promotora, havia falta de afeto e negligência na relação entre o menino e os pais, que vivem separados. Denise solicitou uma avaliação psiquiátrica dos pais.

Contraponto

O que diz Ana Paula Costa, presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc):

Ana Paula diz que não sabe o que ocorreu com as adolescentes que não foram consideradas como em situação de vulnerabilidade, para serem incluídas em programas de assistência do município e que vai verificar o episódio. Destaca, no entanto, que a prefeitura tem uma rede básica de serviços que prioriza as famílias de crianças que estão em situação de negligência, de abuso e exploração sexual.

— Nessa rede, procuramos com os demais serviços da comunidade, o resgate dos vínculos familiares, para que elas possam constituir relações que protejam as crianças. A prefeitura é uma das portas, mas trabalhamos também por meio de convênios.

Segundo Ana Paula, há serviços especializados em atender as crianças vítimas. Um exemplo é a Casa de Passagem, para crianças de zero a 12 anos, que funciona em endereço nunca revelado. Desde 1994, quando foi criada, até hoje, 500 crianças já estiveram abrigadas, com atendimento especializado.

Ana Paula reconhece que a luta pela integração dos esforços é permanente, em busca de outros atendimentos nos demais abrigos, mas considera positivo o apoio na reconstrução das vidas dessas crianças e adolescentes.

As crianças como vítimas Uma dimensão assustadora

DULCE HELFER, BANCO DE DADOS/2H - 9/2/2003



Rotina: embora a polícia tenha desbaratado um esquema de prostituição infantil na zona norte da Capital, as meninas voltaram às ruas dias depois

As várias faces de um problema

VIOLÊNCIA SEXUAL

É todo jogo ou ato sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente menor de 18 anos, tendo por finalidade estimulá-la sexualmente e utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Tipos – Estupro, atentado violento ao pudor, ato libidinoso, sedução, assédio, corrupção de menores

ABUSO SEXUAL

Ato ou jogo sexual em que o adulto submete a criança ou o adolescente para estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução com palavras ou com ofertas de presentes

EXPLORAÇÃO SEXUAL E COMERCIAL

Ato ou jogo em que o adulto utiliza a criança ou o adolescente para fins comerciais. Exemplos: indução e participação em shows eróticos, casas de massagens, fotografias, filmes pornográficos

A cada ano, **300 mil meninas** são vítimas de incesto no Brasil.
Dessas, **100 mil tentam o suicídio**

Estudos apontam que 80% das aliciadas para a prostituição sofreram abuso sexual praticado pelos pais, irmãos, avós e outros parentes próximos.

O desafio do enfrentamento à violência sexual não tem a ver só com dinheiro, mas com políticas públicas que estabeleçam a situação como prioritária. Prova disso é que nos Estados Unidos, uma das sociedades mais ricas do mundo,

60% dos casos denunciados, em 1997, não receberam

qualquer atendimento por parte dos serviços com obrigações de verificá-los e

41%

das crianças mortas por agressão tinham registros nas agências de proteção norte-americanas.

No Brasil, diariamente **18 mil**

crianças são espancadas e pelo menos

cem morrem,

também por dia, vítimas de maus-tratos.

São 6,5 milhões

de casos por ano, sendo que mais da metade são praticados dentro de casa. Acidentes e violência doméstica provocam 64% das mortes de crianças e adolescentes no país.

Fonte: Ministérios da Justiça e de Saúde

Por que 18 de maio?

DOMINGO é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A data foi escolhida por marcar a morte da menina Araceli Santos, nove anos, vítima de seqüestro, estupro e assassinato, em Vitória (ES). Instituído pela Lei Federal número 9970/00, o dia tem como objetivo mobilizar a sociedade brasileira e convocá-la para seu engajamento no combate a esse tipo de crime.

O slogan da campanha reforça o que se propõe o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Esquecer é permitir, Lembrar é Combater.

O Comitê Nacional, parceria entre instituições governamentais e não-governamentais, pretende conscientizar os brasileiros no sentido de que outras crianças não tenham o destino trágico de Araceli, em 1973.

Ações no RS

Porto Alegre

■ Vinte entidades integram o conselho gestor do Centro de Referência ao Atendimento Infanto-Juvenil (Crai), que funciona há um ano no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas em Porto Alegre e se tornou a espinha dorsal no acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, em especial de abuso sexual.

Conforme a enfermeira Maria Regina da Silva, coordenadora da área técnica do Crai, as crianças e adolescentes são encaminhados por conselhos tutelares, escolas ou levadas pela família.

No primeiro momento, é feita avaliação da sua prioridade: atendimento médico, em casos de agressão física ou abuso sexual recente. Também é avaliada a necessidade de proteção, da criança vítima e demais crianças da família expostas a risco. Se o agressor ainda está em casa, vamos discutir com o Conselho Tutelar como proteger as crianças, se elas podem ir para a casa de outro familiar, para que fiquem em segurança até que a situação do agressor seja resolvida – observa.

Endereço: Avenida Independência, 661, 6º andar, sala 619. Telefone (51) 3289 3367

Atendimento: de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h

Pelotas

■ Uma equipe multidisciplinar realiza a avaliação, diagnóstico, tratamento e prevenção da violência dentro das famílias, levando em conta não apenas os sintomas, mas as causas da violência.

Do trabalho realizado inicialmente apenas em consultórios surgiu o Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente (Naca), uma organização sem fins lucrativos reunindo uma equipe de profissionais especializados no atendimento a vítimas de violência.

Os casos, discutidos em grupo, têm como característica a ocorrência de maus tratos e abuso em todas as classes sociais e sua reprodução de uma geração à outra.

Endereço: Rua General Telles, 517.

Telefone: (53) 3025 6771

Atendimento: de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 18h

Santa Maria

■ Originado num projeto da Universidade de Santa Maria, e na tese de mestrado da enfermeira Carla Lizandra de Lima Ferreira, o Acolher, Serviço de Cuidado e Prevenção a Violência Física, Psicológica e Sexual de Crianças, Adolescentes e suas Famílias foi concretizado primeiro por meio do projeto-piloto Florescer e agora transformado em serviço municipal.

O serviço funciona há três semanas na Policlínica do Rosário e usa sua estrutura de saúde, considerada uma das mais completas do município. Tem ainda a participação da Secretaria Municipal de Educação, conselhos tutelares, Juizado da Infância, Promotoria da Infância e Adolescência, Hospital Universitário de Santa Maria, e outras instituições.

Endereço: Rua do Rosário, 401, na Policlínica do Rosário, em Santa Maria

Atendimento: das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

Esquecer é permitir

Num trabalho conjunto que envolve veículos de diferentes mídias, a RBS deu início ontem a uma série de reportagens cujo objetivo é alertar para um problema que, por suas características incômodas, tende a ter sua importância subestimada pela maioria da população: a violência sexual contra a infância, além do abuso e da exploração infantil sob diferentes formas. O trabalho, que antecede o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, dia 18 de maio, segue o apelo de especialistas para os quais, nesses casos, a atitude mais adequada é romper o silêncio, ouvir a vítima e acreditar que ela de fato pode estar precisando de ajuda. É esse o caminho mais apropriado para que o país possa reduzir as deprimentes estatísticas nessa área, permitindo que mais meninos e meninas recuperem a alegria e assegurem um futuro mais feliz.

Assim como o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, também as reportagens veiculadas desde ontem pau-

tam-se pelo refrão do grupo de hip hop do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: "Esquecer é permitir, lembrar é combater". Não há alternativa mais coerente, de fato, para um drama silencioso, mas que apresenta estatísticas alarmantes. A estimativa é de que, a cada ano, 300 mil meninas são

vítimas de incesto no Brasil, um terço das quais acaba tentando o suicídio. Do total de jovens aliciadas para a prostituição, nada menos do que 80% sofreram abuso sexual praticado por pais, irmãos, avós e outros parentes próximos. Ao contrário do que poderia parecer, o problema envolve ambos os sexos e, o que

é mais cruel, tem início muitas vezes no âmbito da família, que é quem deveria zelar pelos direitos de seus jovens integrantes.

Longe de desestimular a busca de soluções, esta particularidade precisa motivar a sociedade e o poder público a enfrentarem a questão de forma mais determinada e com menos preconceito.

O fato de a data, instituída por lei federal há três anos, ser a do assassinato da menina capixaba Araceli, de oito anos, cuja morte, há três décadas, continua impune, é sugestivo das dificuldades enfrentadas nesta área até mesmo por especialistas habituados a lidar com uma questão tão espinhosa. Confirma, porém, que a sociedade precisa agir com mais firmeza e o poder público, com mais eficiência contra o abuso sexual infantil.

Sob o ponto de vista da população, o essencial é que se mostre disposta a fazer sua parte, colaborando para que menos brasileiros tenham sua infância abreviada e para que sejam respeitados pelos adultos durante a travessia para a maturidade. Em contrapartida, é imprescindível que o setor público se equipe constantemente para evitar a continuidade das agressões às pequenas vítimas e para punir os culpados.

Em família

Dos casos denunciados de abuso sexual na infância,

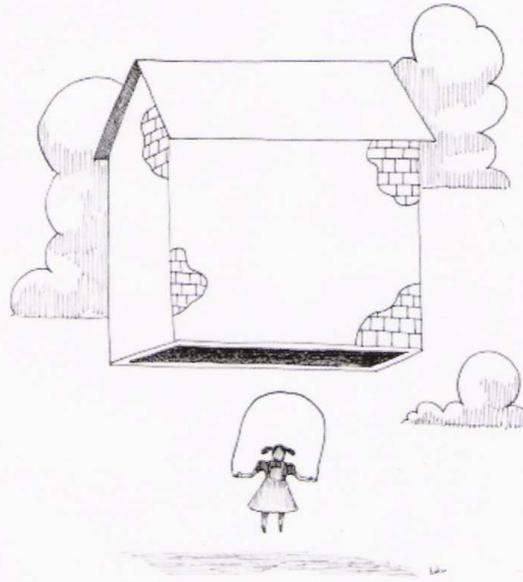
60%

ocorrem no âmbito intrafamiliar e

40%

fora, conforme registros do Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

Fonte: Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia)



A sociedade precisa agir com mais firmeza e o poder público, com mais eficiência contra o abuso sexual infantil

Rumos da educação

A abertura, no dia de ontem, das inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2003 assinala o retorno de um processo de avaliação da educação formal de méritos indiscutíveis. Em uma nação na qual a descontinuidade administrativa é a regra, assinala-se desde logo como positiva a preservação dessa forma de aferição de conhecimentos de alunos das escolas das redes pública e privada, que provavelmente não encontra paralelo no mundo em desenvolvimento. As provas serão aplicadas este ano em nada menos do que 605 municípios, em todo o território nacional, e constarão, além de 63 questões objetivas, de uma redação, esta sim o instrumento por excelência para que se aqüilate a capacidade de raciocínio lógico de um estudante e seu domínio da língua portuguesa. Isso é tão mais crucial quando se recorda que em 2001 os alunos brasileiros foram colocados em último lugar num cotejo internacional que investigou a compreensão de textos.

O país deu em anos recentes passos da maior importância no campo da educação, o mais significativo dos quais o fato de alcançar praticamente a universalização do ensino fundamental. Disso

decorre o elevado, em alguns casos quase explosivo, aumento da procura pela escola média, nível em que as matrículas vêm batendo recordes sucessivos. Isso não significa, nem de longe, que os desafios, nesses estágios, foram superados. Resta um imenso trabalho a ser feito, para conferir plena aplicabilidade à Lei de Diretrizes e Bases, em especial no que concerne à titulação dos docentes. Prolongam-se, por outro lado, debates que já deveriam ter chegado a

Não basta garantir o primeiro emprego aos jovens: importa assegurar-lhes novas oportunidades no campo da formação

bom termo, como o que se trava em torno da adição de mais uma série ao ensino básico, restaurando o quadro anterior à desastrosa reforma de 1971. E não se podem esquecer as infundáveis discussões acerca do papel da universidade, não raro dissociando o ensino e a pesquisa, como se

fossem funções inconciliáveis. Ainda agora constata-se que não basta assegurar um primeiro emprego aos jovens, mediante estímulos fiscais ou credi-

tários às empresas. É essencial que aqueles que ingressam no mercado de trabalho encontrem condições de prosseguir aprimorando-se profissionalmente mediante novas oportunidades educacionais. Entre nós, aliás, o antigo 2º Grau já é a credencial mínima de formação não apenas para a obtenção de uma colocação, mas para a progressão funcional de um operário. Decorre daí a imperativa necessidade de que o ensino cresça em termos de qualidade, o que só se alcançará verificando-se anualmente, ou mesmo semestralmente, o desempenho das escolas. No que toca ao 3º Grau, já se comprovou, com o fortalecimento da cultura da avaliação, que os cursos tidos como insatisfatórios viram reduzida as inscrições nos vestibulares. Paralelamente, houve o justo reconhecimento daqueles que primam pelos padrões da formação ministrada, não só porque sua busca cresceu, mas porque observou-se um mais atento acompanhamento de sua performance por empregadores à procura de recursos humanos capacitados. É nessa direção, a de uma escola preocupada tanto com a herança humanística da civilização quanto com os problemas e demandas da realidade em que se insere, que devemos caminhar.

RBS Fundador Maurício Sirotsky Sobrinho (1925 - 1986) Conselho de Administração Presidente - JAYME SIROTSKY Conselheiros - CARLOS MELZER, DAVID CASEMIRO MOREIRA, FERNANDO ERNESTO CORRÊA (vice-presidente), MARCELO SIROTSKY, NELSON PACHECO SIROTSKY, OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO, PAULO RABELLO DE CASTRO, PEDRO SIROTSKY	Diretoria Executiva Diretor-presidente Nelson Pacheco Sirotsky Vice-presidente executivo Pedro Pullen Parente Vice-presidentes de unidades AFONSO ANTUNES DA MOTTA (Televisão) GERALDO CORRÊA (Rádios e Jornais)
	Diretores executivos de unidades ANTONIO TIGRE (Gestão) RICARDO BERNARDES (Novos negócios)
RBS JORNAIS Vice-presidente: GERALDO CORRÊA Diretor Operacional: CHRISTIANO NYGAARD Diretor de Redação: MARCELO RECH Diretor de Comercialização: FLÁVIO STEINER	
ZERO HORA FUNDADA EM 4 DE MAIO DE 1964	



O AMOR É A
MELHOR
HERANÇA.
CUIDE DAS
CRIANÇAS.

A RBS está convocando os gaúchos e os catarinenses, a partir deste fim de semana, a proteger as crianças e os adolescentes contra a violência, os abusos sexuais e a negligência.

A campanha O Amor é a Melhor Herança – Cuide das Crianças é a nova bandeira social da RBS, e antes alertou para a guerra no trânsito e somou esforços pela duplicação da BR-101.

É uma grande campanha de mobilização e conscientização. Queremos gerar reflexão e debate nas sociedades gaúcha e catarinense para a gravidade do problema – ressaltou o diretor-presidente da empresa, Nelson Pacheco Sirotsky.

Articulada com entidades, organizações não-governamentais, autoridades e órgãos de governo, a campanha inicialmente se concentrará na preservação da família, reduzido onde ocorre a maioria dos atentados contra a infância. Pesquisas confirmam algo tão surpreendente como perturbador: o carrasco mais freqüente está dentro de casa.

A abrangência da campanha é destacada pelo gerente executivo da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS), Alceu Terra Nascimento. Foram consultados especialistas de diversas áreas. Todas as formas de violência e desrespeito aos direitos da criança e do adolescente serão tratadas. O foco inicial será a família.

Lamentavelmente, crianças e adolescentes são vítimas de espancamento, abuso sexual e negligência na sua maioria pelas pessoas mais próximas e provavelmente as mais queridas – observou Nascimento, na quinta-feira, quando a campanha foi apresentada no Salão Nobre da RBS, na Capital.

A RBS oferecerá seus veículos para mostrar a atuação de órgãos governamentais e privados na defesa da infância nos dois Estados onde a empresa está estabelecida. Até o final do ano, serão divulgados anúncios, imagens de TV, reportagens de jornal, editoriais, artigos e peças publicitárias. A ideia é que os bons exemplos se multipliquem e, como consequência, ampliem a rede de proteção.

Numa segunda etapa, a FMSS, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (Unesco), pretende lançar o projeto Fundo do Milênio para a Primeira Infância. Beneficiando o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Fundo deverá receber recursos iniciais do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Será aplicado em aprimoramento de professores e técnicos de escolas infantis e melhoria de prédios e equipamentos, para que as crianças tenham desenvolvimento integral.

Em menos de um mês, a FMSS lançará um site sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente voltado para crianças e adolescentes, com canal de comunicação com o Ministério Público.

RBS lança campanha

Enfoque na solução

A solução, e não a denúncia que choca ou causa repulsa. A campanha O Amor é a Melhor Herança – Cuide das Crianças nasceu para resolver problemas, melhorar a relação dentro das famílias e apresentar às comunidades não apenas alertas e discussões, mas também iniciativas exemplares.

Esse é o espírito que norteará os veículos da RBS em todos os seus espaços editoriais. A exposição do enfoque foi aplaudida na noite de quinta-feira por representantes de entidades do Terceiro Setor, do Ministério Público e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no Salão Nobre da RBS, em Porto Alegre.

Mais de cem pessoas assistiram à apresentação da proposta editorial e publicitária e sugeriram abordagens e reportagens a serem desenvolvidas pelos veículos da RBS. O diretor-presidente da empresa, Nelson Pacheco Sirotsky, anunciou que a campanha buscará conscientizar a população para reduzir as estatísticas de violências contra crianças. Sempre com a preocupação de apontar exemplos positivos,

jornais, Internet e emissoras de rádio e TVs da RBS vão retratar abuso sexual, negligência com a infância, maus-tratos e outras violências contra meninos e meninas.

Os leitores, ouvintes, telespectadores e internautas dos veículos da RBS encontrarão, em diferentes seções e programas, reportagens, notas e artigos com o selo e a vinheta da campanha.

A proposta da RBS é ir além da cobertura de dramas sociais e de crianças desassistidas. Assim, um clube de futebol que desenvolve uma escolinha para retirar garotos das ruas pode ser retratado na editoria de esportes ou um exemplo bem-sucedido de empresas que erradicaram o trabalho infantil pode figurar entre as reportagens de economia.

Na tarde de quinta-feira, comunicadores de diferentes mídias da RBS no Rio Grande do Sul haviam se reunido na Capital para conhecer os princípios da bandeira. Na terça-feira, encontro semelhante ocorreria em Florianópolis.

FOTOS ADRIANA FRANCISOLINI



Mobilização: Nelson Sirotsky apresentou a campanha a autoridades e ONGs na quinta-feira

Opiniões

■ "A campanha merece ser festejada porque representa o chamamento à co-responsabilidade de ações em favor da criança e do adolescente. Ora conclama a denunciar, ora a ações preventivas. E tem um importante cunho propositivo, mostrando que o compromisso é de todos."

Simone Mariano da Rocha, procuradora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público

■ "É preciso que se discuta esse problema social. O papel dos meios de comunicação é abordar temas da sociedade, um trabalho que requer responsabilidade com o conteúdo."

Ana Paula Costa, presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania da prefeitura de Porto Alegre

■ "O fato de a RBS se interessar em abordar o assunto mostra a necessidade de a sociedade gaúcha se engajar na causa. O governo do Estado apóia a iniciativa e garante que continuará trabalhando junto a essa população, especialmente por meio dos abrigos mantidos pela Fundação de Proteção Especial."

Edir Oliveira, secretário estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social

■ "É impressionante a sensibilidade da RBS em perceber a dor, a violência e os maus-tratos das crianças que nós, que trabalhamos neste ambiente, sentimos. É uma campanha que se soma ao nosso trabalho junto às crianças carentes, que são as que mais sofrem."

Irmã Anita Rosso, da coordenação estadual da Pastoral da Criança

Os consultores

A RBS ouviu especialistas para organizar a campanha contra a violência que vitima crianças:

■ Simone Mariano da Rocha, procuradora da Infância e da Juventude

■ Sérgio de Paula Ramos, psicanalista e coordenador-chefe da Unidade de Dependência Química do Hospital Mãe de Deus

■ Gustavo Ruiz Dias, promotor da Infância e da Juventude de Blumenau (Santa Catarina) e coordenador do Fórum Catarinense Contra a Violência Infantil

■ Maria Eunice Cardoso Melo, educadora do Centro de Referência Sentinela do Município de São José (SC) e integrante do Fórum Municipal pelo Fim da Violência Infanto-juvenil

As peças publicitárias

— Sim, tem pai que bebe e bate nos filhos. E eu, o Boi-da-Cara-Preta, que sou um monstro?



A campanha que a RBS lança neste domingo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina utiliza os personagens que habitam o imaginário infantil para mostrar que alguns adultos são mais merecedores do título de monstro do que os próprios Bicho-Papão, Boi-da-Cara-Preta, Mula-sem-Cabeça, Bruxa Má e Diabo. A campanha foi desenvolvida pela agência de publicidade Paim Comunicação.

— A mensagem é que alguns adultos estão tratando tão mal as crianças, que os monstros estão indignados de serem chamados de monstros – diz o publicitário Marcelo Pires, criador da campanha.

Integram a campanha anúncios para os jornais, vídeo e jingle de um minuto para TV e rádio, respectivamente, e adesivos para carros. Todas as matérias publicadas nos veículos impressos da RBS relacionadas ao tema passarão a ter um dos selos editoriais da campanha. Na RBS TV, o vídeo começou a ser veiculado neste sábado. Nas rádios do Grupo RBS, os ouvintes poderão conferir o jingle a partir desta segunda-feira.

— Sim, tem pai que bebe e bate nos filhos. E eu, o Boi-da-Cara-Preta, que sou um monstro? – diz um dos personagens lemidos pela criança em um dos anúncios para jornal.

O briefing (conjunto de informações para a construção da campanha) foi feito pela RBS, com a participação da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e de outras entidades do Terceiro Setor. A animação foi criada pela Otto Desenhos, e o jingle é de autoria de Sepé Triaraju de los Santos, da Plug. Da Paim, participaram Guilherme Rex (criação), Manolo Quadros (direção de arte) e Mariana Balestra (atendimento).

ANEXO B

Editoriais 2003 e 2004

Relações delicadas

A viagem, com objetivo basicamente comercial, está sendo um teste para nossa diplomacia

A viagem do presidente Lula à região que é tida como o berço da humanidade tem chamado a atenção do país tanto por sua oportunidade do ponto de vista comercial, quanto por sua delicadeza se considerada a partir de suas complexas relações diplomáticas e do jogo de poder que se desenvolve naquela região. O Brasil tem tido posições conhecidas e interesses definidos nas duas questões, embora seguramente a área comercial tenha sido muito mais tranqüila e menos sujeita a pressões internacionais que a área política. De alguma maneira, é isso que está se evidenciando nas visitas oficiais que o presidente está fazendo a Síria, Líbano, Emirados Árabes, Egito e Líbia.

Apesar de comercialmente oportuna, já que está em expansão o mercado desses países, onde a participação dos EUA

tende a decrescer, e da recente mas bem-sucedida tradição de exportação de alimentos brasileiros aos países visitados, o que acabou ganhando destaque foram os aspectos diplomáticos da viagem. Afora questões de protocolo ou peculiaridades culturais que aportaram detalhes folclóricos, o que chama atenção são os riscos diplomáticos que o presidente corre ao se posicionar sobre questões complicadas e extremamente delicadas. Num momento de sensibilidades à flor da pele, até mesmo a ênfase dada pelo presidente a posições tradicio-

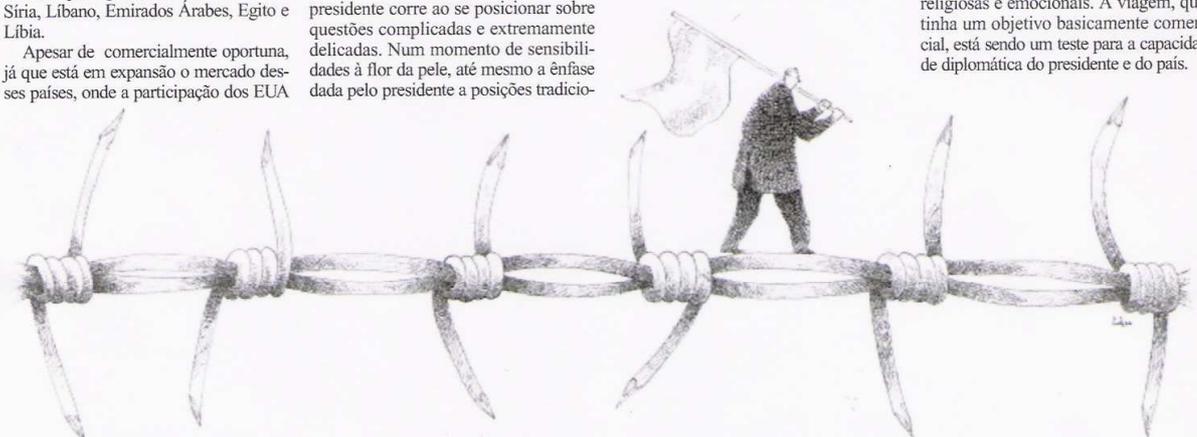
nais da diplomacia brasileira podem soar como inoportunas. Nosso país tem defendido de maneira consistente, por exemplo, a **Resolução 242 da ONU**, aprovada em 22 de novembro de 1967, que prevê o retorno de Israel às fronteiras de antes da guerra daquele ano. E desautorizou, no começo do ano, as ações militares norte-americanas feitas à revelia do Conselho de Segurança da ONU. A reafirmação de tais posições no cenário do conflito pode, como está acontecendo, provocar interpretações distorcidas, forçando o Itamaraty e o Planalto a produzir explicações.

O conjunto dos interesses brasileiros no mundo impõe ao presidente da República e à diplomacia do país cuidados es-

A QUESTÃO TERRITORIAL

Em junho de 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel incorporou a seu território a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, as Colinas de Golã, o deserto do Sinai e a zona oriental de Jerusalém. A Resolução 242 mandou devolvê-los a Egito, Síria e Jordânia.

peciais, particularmente quando estão em jogo as relações igualmente históricas com os Estados Unidos e a Europa. A diplomacia é uma arte especialmente necessária quando um chefe de Estado está em visita a uma das regiões mais conturbadas do mundo, em meio a uma crise que convulsiona a região há mais de meio século e nos meses seguintes a uma guerra que acordou questões culturais, religiosas e emocionais. A viagem, que tinha um objetivo basicamente comercial, está sendo um teste para a capacidade diplomática do presidente e do país.



Herança coletiva

Cuidar da infância é uma responsabilidade coletiva. Esta idéia centrada na solidariedade e na diversidade é a mensagem de fim de ano da RBS, que passará a ser veiculada a partir deste domingo na nova etapa da campanha O Amor é a Melhor Herança. Cuide das Crianças. Os já conhecidos personagens da campanha – Bicho-papão, Boi-da-Cara-Preta, Mula-Sem-Cabeça, Bruxa Má e Diablinho – aparecerão nos filmes publicitários tomando conta dos filhotes dos outros. O recado é claro: todos temos obrigação de dar atenção e afeto aos nossos filhos, mas também devemos nos preocupar com os direitos das demais crianças.

A mensagem, que dá sustentação publicitária ao trabalho editorial dos veículos da RBS na proteção à infância, inspira-se no primeiro princípio da Declaração dos Direitos da Criança, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas: "Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça,

cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família".

Desde que foi lançada no dia 8 de junho como bandeira institucional da RBS para 2003, a campanha O Amor é a Melhor Herança conquistou a imediata simpatia de gaúchos e catarinenses, passan-

Todos somos pais, mães e responsáveis pelas crianças da nossa comunidade

do a produzir resultados concretos. Além de conscientizar as pessoas para proteger as crianças e os adolescentes contra a violência, os abusos sexuais e a negligência, a divulgação sistemática de matérias editoriais e mensagens publicitárias fortaleceu a rede de atendimento à infância nos dois Estados. Os levantamentos estatísticos (conforme balanço que será publicado na edição deste domingo de

ZH) registram aumento significativo no número de denúncias e de procura pelos serviços especializados.

Ainda mais expressivos, porém, são os resultados intangíveis da campanha. As crianças passaram a cantar a música dos "monstrinhos", os pais passaram a debater abertamente questões relacionadas a maus-tratos e abusos, as escolas fizeram trabalhos sobre o assunto, os motoristas passaram a ostentar em seus automóveis o adesivo da campanha – todos conscientes e convencidos de que o amor é realmente a melhor herança.

Pois agora queremos compartilhar a idéia de que amar e proteger a infância pode ser também uma herança coletiva, a ser transmitida para as próximas gerações. Todos somos pais, mães e responsáveis pelas crianças da nossa comunidade e um dos exemplos didáticos que podemos dar-lhes é o respeito à diversidade. Basta atentar para os simpáticos monstrinhos para se perceber que o sentimento, as atitudes e as demonstrações de amor e carinho são infinitamente mais importantes do que a aparência.

RBS	Fundador Maurício Sirotsky Sobrinho (1925 - 1986)	Diretoria Executiva
	Conselho de Administração Presidente - JAYME SIROTSKY	Diretor-presidente Nelson Pacheco Sirotsky
	Conselheiros - CARLOS MELZER, DAVID CASEMIRO MOREIRA, FERNANDO ERNESTO CORRÊA (vice-presidente), MARCELO SIROTSKY, NELSON PACHECO SIROTSKY, OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO, PAULO RABELLO DE CASTRO, PEDRO SIROTSKY	Vice-presidente executivo Pedro Pullen Parente
	RBS JORNAIS	Vice-presidentes de unidades
ZERO HORA FUNDADA EM 4 DE MAIO DE 1964	Vice-presidente: GERALDO CORRÊA Diretor Operacional: CHRISTIANO NYGAARD Diretor de Redação: MARCELO RECH Diretor de Comercialização: FLÁVIO STEINER	AFONSO ANTUNES da MOTTA (Televisão) GERALDO CORRÊA (Rádios e Jornais)
		Diretor executivo de Gestão ANTÔNIO TIGRE

OPINIÃO / 2003

Num ano de guerras no mundo e reformas no Brasil, a RBS não apenas ofereceu ao seu público amplas e diversificadas informações como também assumiu posições inequívocas sobre temas de interesse da sociedade. Esta retrospectiva de 2003 inclui opiniões

emitidas ao longo do ano e as principais bandeiras institucionais da empresa – a campanha de proteção à infância O Amor é a Melhor Herança, Cuide das Crianças e o esforço pela duplicação do trecho sul da BR-101.

O amor é a melhor herança

Principal bandeira institucional da RBS em 2003, a campanha editorial e publicitária idealizada para envolver gaúchos e catarinenses numa grande rede de proteção à infância e de combate à violência contra a criança transformou-se em unanimidade. De um momento para outro, os monstros responsáveis pela transmissão do recado solidário do slogan O Amor é a Melhor Herança, Cuide das Crianças invadiram o universo de meninas e meninos, que se encarregaram de reforçar o recado junto aos adultos cantando as músicas, disputando adesivos com a mensagem e mesmo transformando-a em atividade de sala de aula. O aumento da conscientização sobre um problema em relação ao qual muitas pessoas ainda preferem destinar o silêncio é o resultado mais visível do projeto, que vem provocando ações práticas de forma crescente.

Como ressaltou o editorial publicado em 8 de junho, no dia do lançamento da campanha com o apoio técnico da Fundação Maurício Sirotsky, é degradante para a sociedade brasileira saber que uma parcela expressiva de suas crianças vive exposta ao crime, às drogas, à violência sexual, a espancamentos, à negligência e ao abandono. "Igualmente dramático é o fato de que esta problemática tem sido tratada com insuficiente atenção, tanto pelo poder público quanto pela sociedade. Respaldo legal existe: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um instrumento moderno



de resguardo dos direitos infanto-juvenis, infelizmente nem sempre observado." A razão, como destacou o texto, é que ainda prevalece no Brasil a equivocada visão de que aquilo que acontece na casa do vizinho não é problema nosso. "Não é bem assim: as crianças são o futuro do país e precisam ser protegidas por todos como o mais precioso dos patrimônios nacionais."

Editorial publicado no dia seguinte ao do lançamento do projeto destacava um aspecto chocante: a mão que deveria afa- gar às vezes golpeia. "É no interior da fa-

mília que ocorrem as mais freqüentes e também as mais graves agressões contra as crianças. Esse fato é duplamente nefasto. Primeiro, porque surpreende a criança em seu círculo de amor, absolutamente indefesa. Segundo, porque tal círculo acaba abafando a violência e o abuso, impedindo que a sociedade aja em defesa da criança agredida."

Como ressaltou o editorial, a herança mais rica e potencialmente mais fácil de deixar – a de uma família amorosa, que dá atenção aos filhos – está muito próxima do pior dos legados, aquele que decorre da violência, da negligência e do desamor dentro do lar. "Nos dois casos, essa herança de amor ou de desamor é algo que ultrapassa a geração amada ou agredida, estendendo-se na proporção da expansão populacional às gerações seguintes. Não se trata de uma figura de retórica, mas da constatação de médicos, psicólogos e assistentes sociais especializados. O amor, felizmente, produz frutos perenes, transmitindo-se de uma geração a outra. Mas, desafortunadamente, os maus-tratos também."

Com a campanha, para a qual contou com a adesão maciça da comunidade e de organismos públicos e privados com atuação na área social, a RBS acredita estar cumprindo com o objetivo de ajudar a reduzir a violência contra as crianças e de ampliar a atenção aos adolescentes. Com isso, espera colaborar para a formação de cidadãos íntegros, responsáveis e felizes.



COMO FICOU:

A rede se fortalece

Além do aumento da conscientização sobre um problema considerado tabu, a campanha gerou resultados concretos consideráveis. O mais visível é a mobilização da comunidade em favor do fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente. Municípios gaúchos até então pouco preocupados em se adequar às exigências nesta área ampliaram a mobilização para implantar seus conselhos tutelares. Não basta apenas que governantes e a sociedade organizada se sensibilizem com o problema dos maus-tratos na infância. É preciso que se instrumentalizem de forma adequada para assegurar às crianças o amor a que têm direito.

RBS Fundador Maurício Sirotsky Sobrinho (1925 - 1986)		Diretoria Executiva Diretor-presidente Nelson Pacheco Sirotsky	
Conselho de Administração Presidente - JAYME SIROTSKY		Vice-presidente executivo Pedro Pullen Parente	
Conselheiros - CARLOS MELZER, DAVID CASEMIRO MOREIRA, FERNANDO ERNESTO CORRÊA (vice-presidente), MARCELO SIROTSKY, NELSON PACHECO SIROTSKY, OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO, PAULO RABELO DE CASTRO, PEDRO SIROTSKY		Vice-presidentes de unidades AFONSO ANTUNES DA MOTTA (Televisão e Rural) GERALDO CORRÊA (Rádios, Jornais e Online)	
RBS JORNAIS Vice-presidente: GERALDO CORRÊA Diretor Operacional: CHRISTIANO NYGAARD Diretor de Redação: MARCELO RECH Diretor de Comercialização: FLAVIO STEINER		Diretores executivos ANTÔNIO TIGRE (Gestão) EDUARDO DAMASCENO FERREIRA (Finanças)	
ZERO HORA FUNDADA EM 4 DE MAIO DE 1964			

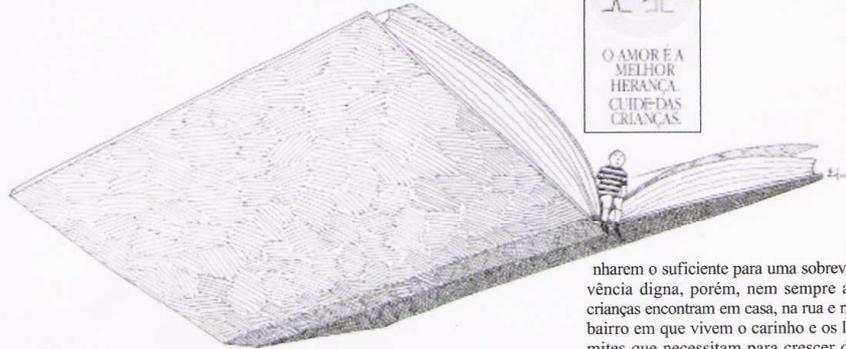
Data	Assunto	Editorial
21/12	A guerra do Iraque	Entre o medo e a razão
22/12	Reforma agrária	O bonê e a reciprocidade
23/12	Duplicação da BR-101	Essa ideia não pode morrer
24 e 25/12	Código civil	A constituição do homem comum
26/12	Pesquisas eleitorais	Pesquisa, um direito do eleitor
27/12	Lula e as reformas	Um gesto para a História
28/12	Transgênicos	Os transgênicos, a ciência e a verdade
29/12	Fórum Social Mundial	O legado do Fórum
30/12	Majoridade penal	A idade do crime
31/12 - 1º/01	Proteção à infância	O amor é a melhor herança

Mobilização pela criança

Concluída a primeira etapa, em que se propôs a despertar a sociedade gaúcha e catarinense para a importância da proteção à criança, a campanha que ainda povoa o imaginário infantil está de volta com objetivos renovados: reforçar a rede de amparo aos pequenos cidadãos e provocar atitudes de amor por parte da família ampliada, da escola, da comunidade e do sistema de saúde. Ainda sob o lema "O Amor é a Melhor Herança - Cuide das Crianças", a campanha de conscientização assume agora um novo foco: despertar atitudes efetivas de carinho e atenção. Se no ano passado o objetivo era colocar a palavra e a denúncia como contrapontos da violência, agora o foco se desloca para a atitude e para as boas práticas de assistência à infância.

Mais uma vez, porém, o atingimento das metas propostas depende do envolvimento de toda a sociedade. As restri-

Quanto mais cidadãos se unirem nesta rede de solidariedade, melhor será o mundo para os pequenos gaúchos e catarinenses



ções financeiras do poder público, todos sabemos, contribuem para ampliar ainda mais os níveis de miséria e de desagregação familiar. As dificuldades econômicas impedem maior eficiência dos órgãos governamentais e das instituições privadas nesta área. Por isso, a missão dos "monstrinhos", depois de terem sensibilizado a sociedade para o problema, será mostrar que é hora de contornar as dificuldades e colocar em prática soluções que tanto podem ser individuais como coletivas.

Significativamente, nesta fase mais propositiva, a campanha da RBS dará ênfase a ações concretas no âmbito da família, da escola, da comunidade e do atendimento de saúde. Mas é na área do

ensino que estão focadas algumas ações centrais desta etapa, a começar pela incorporação de um novo personagem ao universo dos "monstrinhos" - a Professora do Bicho-Papão. A mobilização nas escolas, com ênfase na semana dedicada ao tema central da campanha, entre 31 de maio e 5 de junho, é um dos pontos de partida da luta pelo reforço de uma rede de amparo voltada às crianças e adolescentes em geral. O trabalho, naturalmente, não poderá atingir seus objetivos se não for precedido pela atenção da família e se não puder contar com o esforço solidário da comunidade e do poder público.

Por motivos que vão do fato de os familiares trabalharem fora ou de não ga-

nharem o suficiente para uma sobrevivência digna, porém, nem sempre as crianças encontram em casa, na rua e no bairro em que vivem o carinho e os limites que necessitam para crescer de forma digna. Da mesma forma, só agora a sociedade começa a se convencer de que o silêncio é a pior resposta a sofrimentos infligidos a pequenos seres humanos, como falta de atenção e negligência, o desamor, o abandono, os maus-tratos morais e físicos e a violência sexual, entre tantos outros. Meninos e meninas têm no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) um instrumento moderno que lhes garante direitos mínimos, os organismos de proteção vêm procurando se equipar cada vez mais para isso, mas é imprescindível que a comunidade faça a sua parte, apontando abusos, cobrando eficiência do poder público e contribuindo com ações efetivas de atenção à infância.

Greves e responsabilidade

No momento em que o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Francisco Carlos Garisto, afirma que a greve por ele conduzida representou "um tiro no pé" pelos efeitos contrários que produziu, outras categorias de servidores públicos da União mantêm-se paralisadas ou se articulam para isso. Neste caso estão categorias tão diversas quanto os funcionários da Advocacia-Geral da União ou os auditores da Receita e os técnicos-científicos de 17 das 57 universidades federais e os servidores da Fundação Nacional da Saúde, do Inbra e do IBGE. As reivindicações são basicamente relacionadas a aumentos salariais. Os auditores da Receita, uma categoria que tem 7,5 mil integrantes e está em greve desde 26 de abril, pedem entre outras coisas que o salário inicial passe dos atuais R\$ 5,3 mil para R\$ 12,5 mil.

A facilidade com que podem ser decretadas greves no serviço público, praticamente sem riscos para seus promotores, deveria servir não de incentivo mas de alerta às cate-

gorias de funcionários. Transformar greves do serviço público em rotina representa uma distorção que agride a sociedade e não raro prejudica a nação em algumas áreas fundamentais. Veja-se o caso da greve dos servidores da Receita e seus reflexos no comércio exterior, ou o caso da paralisação dos funcionários das 29 delegacias do Inbra que, se pararem agora, ampliarão os problemas numa área que já está conturbada pelas ações do MST. O próprio ministro Miguel Rossetto e o

Os servidores que quiserem aderir às paralisações devem sujeitar-se também a riscos

presidente do Inbra, Rolf Hackbart, admitiram que uma greve nas delegacias atrapalha o ritmo da reforma agrária e cria dificuldades para o cumprimento das metas.

O país ainda está carente de uma regulamentação que discipline esses movimentos, impedindo que, mesmo com reivindicações legítimas, categorias se comportem com irresponsabilidade. Paralisações de policiais, servidores da Previdência, funcionários de organismo da saúde ou das universi-

dades e de outras áreas do setor público têm repercussões que vão muito além e são muito mais graves do que uma simples interrupção da prestação dos serviços. Toda a sociedade acaba prejudicada.

A sucessão de episódios, a incapacidade dos poderes públicos de atender muitas das reivindicações e a multiplicação dos transtornos com as novas paralisações indicam que as lições recentes não foram suficientes. Está mais do que na hora de disciplinar o direito de greve dos funcionários públicos, dando-lhes a opção da paralisação mas sujeitando-os também a riscos. Categorias essenciais ao poder público, as chamadas carreiras de Estado, que em regra são as mais bem pagas e as que desfrutam de prerrogativas especiais, não podem ter facilidades de paralisação. De resto, os servidores que quiserem aderir às paralisações deverão sujeitar-se também a riscos, como ocorre nas greves do setor privado. Do contrário, os governos, que agem por delegação da sociedade, estarão sempre em desvantagem nas negociações.

RBS Fundador Maurício Sirotsky Sobrinho (1925 - 1986)	Diretoria Executiva Diretor-presidente Nelson Pacheco Sirotsky
	Vice-presidente executivo Pedro Pullen Parente
Conselho de Administração Presidente - JAYME SIROTSKY	Vice-presidentes de unidades AFONSO ANTUNES da MOTTA (Televisão e Rural) GERALDO CORRÊA (Rádios, Jornais e Online)
Conselheiros - CARLOS MELZER, DAVID CASIMIRO MOREIRA, FERNANDO ERNESTO CORRÊA (vice-presidente), MARCELO SIROTSKY, NELSON PACHECO SIROTSKY, OSCAR de PAULA BERNARDES NETO, PAULO RABELO de CASTRO, PEDRO SIROTSKY	Diretores executivos ANTÔNIO TIGRE (Gestão) EDUARDO DAMASCENO FERREIRA (Finanças)
ZERO HORA FUNDADA EM 4 DE MAIO DE 1964	Vice-presidente: GERALDO CORRÊA Diretor Operacional: CHRISTIANO NYGAARD Diretor de Redação: MARCELO RICH Diretor de Comercialização: FLAVIO STEINER

ANEXO C

Discursos sobre -2003 e 2004

Omissões particulares e negligências públicas

A proteção à criança e ao adolescente é um dos temas mais caros a esta coluna desde antes de a RBS eleger sua bandeira institucional para 2003. Foi por acreditar que só teremos uma sociedade melhor se houver investimento na criança e respeito aos seus direitos que, à primeira vista, identifiquei nos monstrinhos do publicitário Marcelo Pires cinco novos companheiros de trabalho. É gratificante saber que neste ano estaremos todos lutando contra as pequenas e grandes violências que se cometem todos os dias contra crianças e adolescentes.

Essa campanha vai jogar luzes sobre os assustadores números de abusos cometidos contra a infância. Quando se fala de violência contra crianças as primeiras palavras que vêm à mente são o espancamento e o abuso sexual, mas não é sobre essas monstruosidades que quero convidá-los a refletir. Hoje este espaço é dedicado a nossas omissões particulares e à negligência do poder público em relação às crianças.

A quantas anda nossa capacidade de



ROSANE DE OLIVEIRA
Editora de Política

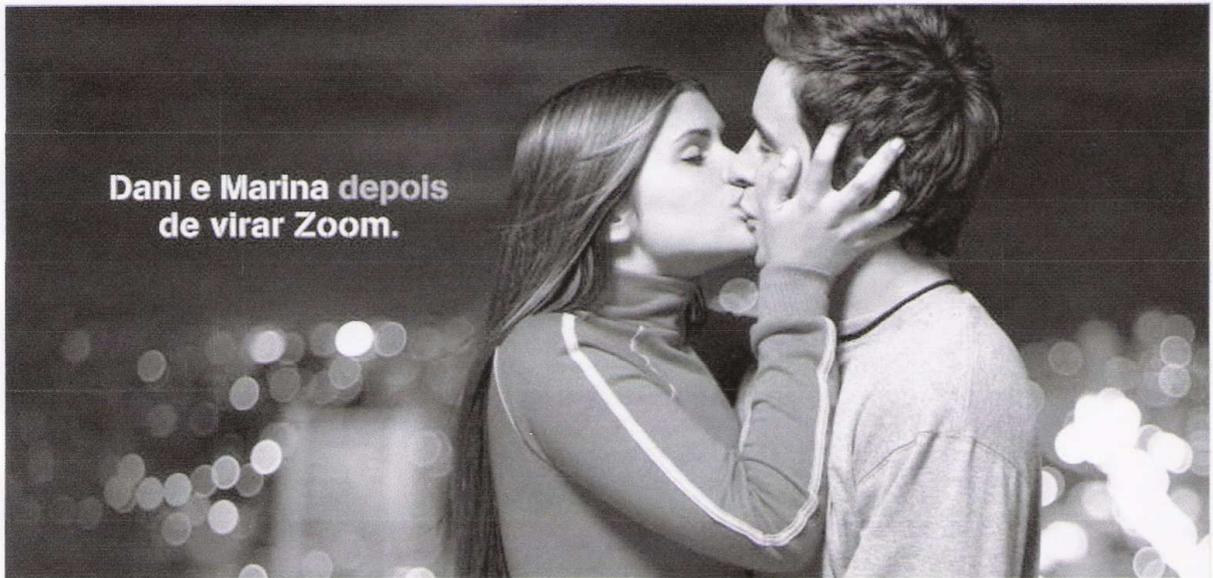
rosane.oliveira@zerohora.com.br

indignação com os pequenos atos de violência, como o da mãe de classe média que viaja no banco da frente do carro com um bebê no colo? Em geral, temos mais facilidade para identificar a violência praticada na classe baixa, como se só nas vilas se cometessem abusos. A omissão não deixa de ser sintoma de uma sociedade doente.

Se os políticos que vislumbram na redução da maioria penal para 16 anos o caminho para diminuir a criminalidade

de se empenhassem por garantir escolas de educação infantil para todas as crianças, o Brasil certamente teria menos adolescentes infratores. A ciência já provou a importância do atendimento especializado na fase de zero a três anos. Se os governos investissem em programas de prevenção à gravidez na adolescência e adotassem o planejamento familiar, nasceriam menos crianças condenadas a uma vida sem perspectiva. Sem investimentos maciços em educação, seremos uma sociedade sem futuro.

Leia as colunas anteriores em zh.dicrbs.com.br



Dani e Marina depois de virar Zoom.



ZOOM MOTOROLA V120i

1 + 5x
R\$ 61,50
ou R\$ 369,00 à vista

Ganhe R\$ 200,00 em ligações

- Comando de voz
- Vibra Call
- Download de ringtones



Uma janela para pedir socorro

— Nesse papel está escrito que eu tinha de vir aqui.

Dita por uma menina de 11 anos, a frase é uma espécie de emblema da campanha O Amor é a Melhor Herança —Cuide da Criança, lançada em junho pela RBS. “Esse papel”, um recorte do Diário Gaúcho que indicava a quem procurar em caso de maus-tratos. A história, com o título Súplica de uma Pequena Vítima, ocupa toda a contracapa de Zero Hora deste sábado. É o drama de uma menina de Alvo-

rada que, cansada de apanhar da mãe, procurou a Delegacia para a Criança e o Adolescente.

Contada pela jornalista Leticia Duarte, a história da menina de Alvorada é a materialização de uma estatística assustadora: 18 mil crianças são espancadas diariamente no Brasil. Graças à campanha e seus simpáticos monstrosinhos, crianças que até então apanhavam caladas descobrem uma janela para pedir socorro. A menina guardou a página do jornal porque estava acostu-



rosane.oliveira@zerohora.com.br

mada a apanhar. Só resolveu pedir ajuda porque desta vez achou que nada tinha feito para “merecer”. De suas palavras deduz-se que estava doutrinação para aceitar a violência como método:

— Eu não fiz nada, estava arrumando meu quarto e minha mãe começou a dizer que eu estava

muito demorada e a me bater. Das outras vezes em que ela me batia, sempre tinha um motivo, como eu mexer em alguma coisa que não devia.

No Conselho Tutelar de Alvorada a mãe disse que bateu na menina porque estava estressada. Talvez tenha sido ela mesma uma criança agredida, porque é comum a pessoa que sofreu maus-tratos na infância se transformar num adulto violento. As duas receberão tratamento psicológico — o mínimo que o poder

público pode oferecer —, e talvez essa mãe se regenere.

A sociedade precisa acabar com a cultura da convivência. Denunciar vizinhos que agredem crianças, alertar os órgãos de proteção em caso de suspeita, prestar atenção nas mudanças de comportamento. Nem todos os agredidos têm a coragem da menina de Alvorada de amontoar as roupas em uma mala, tomar um ônibus, pedir informações e encontrar uma delegacia especializada para contar seu drama.



Até segunda, compre um Vivo e ganhe uma garrafa térmica. Celulares em 6x juro zero.



Na compra de um Nokia 3265, Nokia 3520 ou Nokia 3320 Pós-pago, você ganha um destes brindes.

NOKIA 3520 VIVO PÓS à vista 699,00
6x **116,50** JURO ZERO



MOTOROLA V60i VIVO PÓS à vista 799,00
6x **133,17** JURO ZERO



NOKIA 1220 VIVO PÓS à vista 299,00
6x **49,83** JURO ZERO

NOKIA 1220 VIVO PRÉ à vista 349,00
6x **58,17** JURO ZERO



Ofertas válidas até 22/9/2003. Sujeito a aprovação de crédito. 6x (1+5) com juro zero somente para os produtos anunciados nessa condição. Disponibilidade: 15 peças de cada produto. Brinde: Garrafa térmica Chimanita Termolar 1 litro na compra de qualquer celular Vivo Pré ou Pós. Preços promocionais válidos enquanto durarem os estoques, conforme tabela vigente no momento da loja, para novos habilitados ou troca de celular com cancelamento de novo aparelho mediante condições de Termo de Promocional de 12 meses. O não cumprimento da Termo implicará em cobrança do multa por parte da operadora. Promoção válida para o estado do Rio Grande do Sul. VIVO Pós: bônus de R\$500,00 em minutos de conversação em ligações locais entre celulares da VIVO PÓS e dentro da mesma área de registro (máximo 600) e 500 torpedos (SMS). O bônus de R\$500,00 e os 500 torpedos (SMS) são válidos por 30 dias, a partir de sua concessão. Promoção válida de 1/9/2003 a 30/9/2003. Esta promoção possui restrições: VIVO Pré: bônus de R\$500,00 em minutos de conversação em ligações locais entre celulares da VIVO PRÉ e dentro da mesma área de registro (máximo 600) e 500 torpedos (SMS). O bônus de R\$500,00 e os 500 torpedos (SMS) serão concedidos mensalmente, em parcelas iguais, ao longo de 12 meses, a partir da ativação e mediante recarga do seu cartão no valor mínimo de R\$20,00. As recargas devem ser efetuadas sempre 30 dias após a última. A promoção perdurará a validade após 60 dias sem recargas. Promoção válida de 1/9/2003 a 30/9/2003. Esta promoção possui restrições. Consulte o regulamento em uma de nossas lojas ou no site: www.vivo.com.br.

CAC Centro de Atendimento ao Cliente 0800512178

vivo 500 + 500 reais em bônus torpedos grátis. Compre um Vivo e ganhe R\$ 500,00 em bônus + 500 torpedos.

vivo

lojas Colombo

O lado bom da vida.

Outra revelação muito grave

PAULO BROSSARD*

Alguns jornais publicaram, faz dias, dados extraídos de estudo intitulado *Pesquisa Internacional sobre Tributação*, envolvendo a tributação em 34 países, sendo 10 da América Latina, 15 da América do Norte e Europa e nove da Ásia. Como se vê, o espectro pesquisado é amplo. É claro que não tive acesso à análise procedida, mas suponho tenha sido realizada com critério e objetividade. Os resultados, por sua vez, são impressionantes e não podem deixar de ser divulgados, quando menos para provocar a manifestação dos doutos e dos interessados. Segundo o estudo, "ao concentrar a tributação sobre a produção, o Brasil reforça o modelo regressivo, que concentra a renda e não gera empregos". A carga fiscal, no caso, é, praticamente, de 30%, 29,8% para ser exato, sem contar PIS, Cofins e CPMF, enquanto a média pelo mundo afóra é de 15,7%, sendo que na Ásia é de 7,25%. Outrossim, como é sabido, a carga fiscal absorve 37,7% do PIB, num país em que os serviços públicos não primam pela eficiência.

Há outras indicações valiosas na pesquisa, mas para o fim deste comentário bastam os pontos mencionados. Entre nós, a produção paga o dobro e mais do dobro de impostos, em números redondos, do que é cobrado na generalidade dos países da América, do Sul e do Norte, da Europa e da Ásia. Ora, não é preciso ser uma notabilidade para concluir, a olho desarmado, que essa taxa não é sábia, não é equânime, não é útil, para ficar em termos gerais. E o resultado é sabido, a despeito da elevada carga fiscal vigente, o erário vive à míngua.

Eu gostaria que os serviços fazendários pudessem dizer e dissessem que o estudo aludido cometera erro grave seja na área investigada, seja nos critérios adotados e que, longe disso, a situação aqui era lisonjeira em relação aos demais países. Contudo, nada vi a respeito. O que é certo é que o governo, entre as idéias fixas que cultiva, está a reforma tributária e embora ele jure que a carga fiscal não será agravada, todos quantos têm se

ocupado dela são correntes em apontar que ela pouco reforma, limitando-se a enricar as receitas do Tesouro. Mais ainda. Antes mesmo da reforma, outra coisa não tem feito o Executivo senão onerar a situação do contribuinte, até mediante medida provisória, fato que provocou sério desconforto entre os que estão empenhados na "reforma".

Dizer uma coisa e fazer outra, não é de boa política. O ser humano se deixa enganar muitas vezes, mas o enganador termina conhecido e com ele o descrédito do enganador. A propósito, começa a aparecer o confronto entre o que dizia o presidente em relação ao seu antecessor e o que dizia enquanto candidato. O contraste é irredutível a ilustrar a famosa sentença segundo a qual "na prática, a teoria é outra". Continuo a entender que o presidente vai mareando entre recifes com destreza e arte; contudo, também começa a escorregar e ele não tem necessidade disso. Não lhe faltam auxiliares competentes. O chefe do Estado, mesmo quando seja senhor da palavra, não deve entregar-se ao improviso. O risco é inerente a ele e não deve corrê-lo. Assim, pode o presidente dominar a língua da autoridade com quem conversa, e, no entanto, deve servir-se de intérprete. Para quê? Pelo menos para ter tempo de pensar no que vai responder. Por mais hábil que seja, trata-se de recurso de que se não deve dispensar. São pequenas providências que o tempo ensina.

Por fim, o presidente foi eleito por expressiva maioria, 62% é maioria em qualquer lugar. Entre dois candidatos, em eleição singular, isso pode acontecer e acontece. No entanto, isso não é a maioria da nação, pois, no mesmo dia, o seu partido e seus partidários não elegeram senão a quinta parte de outro poder político, foram apenas 92 deputados em uma Câmara de 513 membros. Isto não deve ser esquecido; quando menos para sugerir prudência, que não faz mal a ninguém. Nem aos presidentes.

* Jurista, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal

A despeito da elevada carga fiscal vigente, o erário vive à míngua

Monstros no mundo da criança

TÂNIA M. VANONI POLANCZYK*

De tanto se ouvir falar no mundo infantil, ou no mundo em que a criança vive, alguns podem acreditar que os adultos vivem em um mundo e as crianças vivem em outro, diferente, mágico, feliz e despreocupado, onde ficam de lado, à espera de momento oportuno, os questionamentos sobre a morte, a inexorabilidade do tempo, a sexualidade, os afetos, a violência. Mas o éden infantil não existe: o mundo é o mesmo, para crianças e para adultos. A diferença reside no fato de que as crianças, pela imaturidade do seu aparelho psíquico, percebem o mundo de modo qualitativamente diferente do adulto.

A imaturidade psíquica e biológica da criança decreta sua dependência dos adultos – totalmente nos primeiros anos de vida, cada vez menos à medida que cresce e se desenvolve. Quando os processos de crescimento e desenvolvimento transcorrem adequadamente, a criança se transforma em um adulto independente e responsável. Até lá, os adultos precisam protegê-la e auxiliá-la a bem interpretar o mundo.

Essa dependência dos adultos induz a criança a confiar nas pessoas que são, ou deveriam ser, sua fonte de proteção e a acreditar que tudo o que elas fazem é, ou será, bom para ela. Contudo, existem adultos que não são confiáveis. Uns, por omissão, outros, por ação física, emocional e/ou sexual, coercitiva e arbitrária, rompem os valores e as leis sociais e causam dano aos outros.

A falta de pai ou de mãe (ou de alguém que os substitua) é uma violência que pode reproduzir violência

A RBS, corajosa e criativamente, através de encantadores monstrinhos, vem expondo ao âmbito do público uma das nossas maiores feridas – a violência dos adultos contra as crianças. Mais do que expor o problema, o que já é um grande feito, a campanha Cuide das Crianças assinala que existe em cada um uma instância que o desejo do outro não pode ultrapassar. Isso, para as crianças que sofrem violência, tem um valor inestimável porque constitui uma nova leitura da realidade.

Não é possível esquecer, entretanto, que há outras formas de violência contra as crianças, mais sutis, dissimuladas, cujas marcas vão aparecer mais tarde, na adolescência ou na idade adulta, no momento da escolha do parceiro conjugal ou no exercício dos papéis parentais. Refiro especialmente os casos de separação conjugal onde um genitor utiliza os filhos como instrumento de vingança contra o outro. Uma acusação falsa contra o pai,

por exemplo, em geral é uma represália eficaz. O acusado tem restringidos seus contatos com os filhos e o caminho judicial, longo e tortuoso, obriga os filhos a viverem sem a figura paterna.

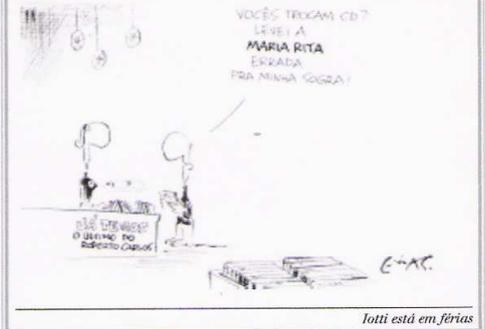
Talvez outra campanha possa alertar os adultos de que a falta de pai ou de mãe (ou de alguém que os substitua) é uma violência que pode reproduzir violência. A ausência da mãe pode gerar crianças inseguras. A ausência do pai pode gerar adolescentes sem limites, que vivem o mundo como um lugar feito para seu prazer exclusivo. Uns e outros, certamente, adultos não confiáveis.

* Terapeuta de família

Artigos para esta página: 2.400 caracteres ou 40 linhas de 60 espaços.
Fax: (51) 3216-4799. E-mail: artigozh@zerohora.com.br

IOTTI

Interino



Iotti está em férias

BRASÍLIA



Ana Amélia Lemos
ana.amelia@rbs.com.br

O governo ainda não começou

Ex-ministro e ex-governador, o senador Pedro Simon (PMDB) quando avalia desempenho de governo sabe o que está dizendo. Na entrevista que concedeu ao Canal Rural, o parlamentar gaúcho declarou com todas as letras que "o governo Lula ainda não começou". Enumerou os tropeços no Fome Zero, na Previdência e na área externa. "Lula deveria dar prioridade à dívida externa, que está consumindo as verbas da área social, em vez de estar insistindo com uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas", sugeriu. O poder, na visão de Simon, está sendo exercido por quatro pessoas: Lula, Palocci, José Dirceu e José Sarney. Na mesma semana, o governador do Acre, o petista Jorge Viana, reforçou as críticas sobre o desempenho do governo.

TRANSGÊNICOS

O ex-governador Alceu Collares (PDT, foto) votou a favor dos transgênicos e ironizou a lentidão do governo num tema tão importante para a economia brasileira. Lembrou que o complexo soja lidera a pauta de exportação e que, nas reservas indígenas e nos assentamentos do MST, a soja transgênica continua sendo cultivada.



TRANSGÊNICOS II

No Senado, o senador Sérgio Zambiasi (PTB) promete manter as emendas que melhoraram a MP 131. Aliás, o relator Paulo Pimenta (PT) acolheu parcialmente a emenda do senador que responsabilizava os laboratórios pelos eventuais danos ao ambiente no caso da soja transgênica.

TERREMOTO

O senador Eduardo Suplicy (PT) convidou o empresário gaúcho Syllas Silveira para um encontro em Brasília depois que soube do trabalho voluntário dele na ajuda em terremotos. O último, na Argélia. O empresário de São Jerônimo produz motosserras que cortam concreto e agora está produzindo perfuratrizes de alta tecnologia para a construção civil. Syllas ajudou vítimas dos terremotos do México, do Equador, da Colômbia e do Irã.

TURISMO

O Secretário de Turismo do RS, Luís Augusto Lara, apresenta quarta-feira, em Brasília, para a bancada do Codesul (RS, SC, PR e MS), a proposta para criar uma fundação ou instituto do turismo. O órgão teria a missão de fomentar o turismo na região e promover a articulação com a área federal em busca de mais verbas.

MULHERES

A ministra Emília Fernandes ficou impressionada como as mulheres mandam no Chile. Na mão delas estão os ministérios da Defesa (Michele Bachelet), das Relações Exteriores (Soledad Alvear), vice-ministério do Desenvolvimento (Adriana Delpiano) e dos Serviços da Mulher (Cecilia Perez). Michele Bachelet será candidata à sucessão de Ricardo Lagos. A Câmara é presidida pela deputada Isabel Allende Bussi.

EDUCAÇÃO

O gaúcho Cláudio Mattos, consultor técnico da Comissão de Educação da Câmara, organiza grande seminário, dia 1º de dezembro, para debater filantropia, Ensino Superior e Público e crédito educativo, a pedido do presidente, deputado Gastão Vieira (PMDB-MA). Os ministros Cristovam Buarque e Ricardo Berzoini estarão presentes. Um dos conferencistas é o gaúcho Luís Vicente Dutra, especialista em filantropia.

ZERO HORA • PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 18/12/2003

Incentivo para a arte gaúcha

palcohabitassul premia literatura e teatro

Hoje, em cerimônia realizada no Theatro São Pedro (Praça Mal. Deodoro s/n, fone 227-5100), o palcohabitassul comemora o encerramento de mais um ano de atividades culturais

A partir das 20h, haverá a premiação dos vencedores do 4º Habituassul Revelação Literária na Feira e o lançamento da 4ª edição do Prêmio Montagem Cênica – que oferece R\$ 25 mil para o melhor projeto.

Realizado durante as atividades da 49ª Feira do Livro de Porto Alegre, o Habituassul Revelação Literária divide-se em sete gêneros, julgados por 20 personalidades da cena cultural gaúcha. Em cada categoria, é escolhido um vencedor e três destaques, que têm direito, respectivamente, às quantias de R\$ 500 e R\$ 100, a um troféu confeccionado pelo artista plástico Felix Bressan e à publicação em livro, numa tiragem de 10 mil exemplares distribuídos gratuitamente. Na categoria Dando a Letra, a ganhadora foi Ana Carolina Oliveira Pinheiro, enquanto que na Lero PQ Quero o primeiro lugar foi para Alcir Nicolau Pereira. Nas modalidades Palavra de Autor, In-Versus e Corpoletras, os ganhadores foram Carolina Bensimon Cabral, Carolina Zambom Barbosa e Marília Schmitt Fernandes. Na categoria Eu Conto.Com/Alguém, o primeiro lugar ficou com Luis Fernando Verissimo e na Eu Conto.Com, com Suzana Correa de Carli.

Depois da cerimônia de premiação, haverá a pré-estréia do espetáculo *Altafidelidade – Uma Fábula Sobre a Violência Urbana*, vencedora do 3º Prêmio palcohabitassul de Montagem Cênica. Tendo por base texto de Alexandru Solomon, vencedor na categoria Palavra de Autor no 3º Habituassul Revelação Literária na Feira, a peça é dirigida por Jaqueline Pinzon. Com as participações de Paulo Adriane, Lauro Ramalho e Adriane Azevedo, entre outros, *Altafidelidade* estará em cartaz de 11 a 15 de fevereiro, no Teatro Renascença, durante o projeto Porto Verão Alegre.

CLAUDIO FITES, DIVULGAÇÃO/24



Elenco da peça "Altafidelidade" se apresenta hoje no palco do São Pedro

Banrisul Cinema entra em cartaz

O Instituto Estadual de Cinema e a Banrisul Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio apresentam amanhã o programa Banrisul Cinema. O evento será às 20h, durante a 1ª Feira do Espumante e Vinhos Brancos, no estacionamento do supermercado Big Cristal. Cineastas gaúchos e investidores que buscam aplicar recursos no setor audiovisual do Estado estão convidados.

Pessoas jurídicas e físicas podem adquirir cotas de filmes com recursos do imposto de renda, até o limite de 3%. O Banrisul Cinema emite certificados de investimento, cujos valores mobiliários representam renúncia fiscal.

No evento de sexta-feira à noite, o diretor da Banrisul Corretora, Arnildo Müller, vai anunciar os 10 longas e projetos de longa que fazem parte da carteira de investimentos. São eles: *Extremo Sul*, de Monica Schmicdt, *Clamor da Juventude*, de Sérgio Silva, *Wood & Stock*, de Otto Guerra, *Quatro Histórias do Cárcere*, de Lilianna Sulzbach, *Roteiros Encontrados num Computador*, de Carlos Gerbase, *Um Quarto de Léguas em Quadro*, de Paulo Nascimento, *Nossa Senhora do Caravaggio*, de Fábio Barreto, *Casa Verde*, de Paulo Nascimento, e *O General e o Negrinho*, de Tabajara Ruas.

"Cidade de Deus" vence na Academia Brasileira

A Academia Brasileira de Cinema distribuiu na noite de terça, no Cine Oden, no Rio, o Grande Prêmio do Cinema Brasileiro aos melhores de 2002. O maior vencedor foi *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles, que recebeu seis troféus – longa de ficção, diretor, fotografia, roteiro adaptado, montagem e som –, seguido por *Madame Satã*, de Karim Ainouz, com cinco (atriz para Marcélia Cartaxo, ator para Lázaro Ramos, direção de arte, maquiagem e figurino).

Janela da Alma, de João Jardim e Walter Carvalho, foi o melhor documentário. O gaúcho Jorge Furtado ganhou na categoria roteiro original por *Houve uma Vez*



Furtado ganhou como roteirista

Dois Verões. A comédia romântica adolescente também concorria como melhor filme e figurino.

Fundada em maio de 2002, a Academia reúne diretores, atores e

produtores. Disputavam o Grande Prêmio apenas filmes lançados em 2002. A cerimônia deveria ter sido realizada no primeiro semestre, mas a Academia perdeu o patrocínio da BR Distribuidora. A premiação foi bancada com a renda de um festival promovido em maio e a mensalidade dos 260 associados.

Os demais prêmios de longas foram para *O Invasor*: ator coadjuvante (Paulo Miklos), atriz coadjuvante (Mariana Ximenes) e trilha. Os curtos vencedores foram *Morte*, de José Roberto Torero (ficção), *Como Se Morre no Cinema*, de Luelane Loiola Corrêa (documentário), e *Lasanha Assassina*, de Alê Machado (animação).

NILSON SOUZA

Os personagens do ano

Está chegando a hora das retrospectivas, esses levantamentos que os veículos de comunicação fazem para eleger pessoas e fatos que escreveram a história do ano. A vantagem dessas reportagens é que podemos repassar em poucos minutos, ou em poucas páginas, uma quantidade de emoções sentidas ao longo dos últimos 12 meses. Porém, nunca há unanimidade sobre as escolhas – e talvez esse seja o maior atrativo das listas, a possibilidade que a gente tem de discordar e de acrescentar os novos favoritos.

Pois vou me antecipar às retrospectivas locais e indicar hoje mesmo os meus personagens do ano. São cinco: o Bicho-Papão, o Boi-da-Cara-Preta, a Mula-Sem-Cabeça, a Bruxa Má e – como dizem os amigos de Harry Potter – aquele cujo nome não deve ser pronunciado. Por que os escolhi? Ora, simplesmente porque eles desembarcaram nas nossas vidas no meio do ano e conquistaram os corações e as mentes das nossas crianças. Os chamados monstri-

nhos da campanha da RBS em defesa da infância fizeram deste 2003 o ano em que gaúchos e carinenses se engajaram na luta contra os maus-tratos, os abusos e a negligência.

Inspirada criação do publicitário Marcelo Pires, da Agência Paim, a turminha dos pesadelos infantis recebeu uma nova roupagem e uma nova missão: provar que mesmo tipos mal-encarados e malfalados são capazes de amar e de cuidar das criancinhas. Os simpáticos monstros deram conta do recado com muita competência. Seguindo a orientação de especialistas em questões da infância e da adolescência, chamaram a atenção da sociedade para a violência praticada contra as crianças. Sem chocar nem estressar, mexeram com consciências, enfrentaram tabus, levantaram problemas e indicaram soluções. E ainda nos deixaram uma mensagem tão simples quanto sublime: o amor é a melhor herança.

Tive a oportunidade e a honra de participar da equipe que acompa-

nhou o nascimento e o desenvolvimento desta fauna mitológica. Vi cada um desses bichinhos sair do seu casulo e se transformar num aliado da gurizada, que passou a cantá-los em prosa e verso. A musiquinha pegou, contagiou e não saiu mais das paradas de sucesso. Os adultos também aderiram. Passaram a ostentar em seus automóveis os adesivos da estranha família. Cada vez que vejo passar um carro com o decalco do bicho-papão ou dos outros personagens, sinto-me gratificado e digo para mim mesmo:

– Ali vai um dos nossos!

Sei que aquele veículo leva alguma pessoa que se preocupa com o bem-estar das crianças e que dá a devida atenção ao imaginário infantil. Só por isso os filhotes do Marcelo Pires já merecem, na minha opinião, o título de personagens do ano. Mas, nos últimos dias, eles resolveram aprontar mais uma ação maravilhosa: passaram a cuidar dos filhos dos outros.

Já estou pensando em indicá-los para o bi em 2004.

E-mail: nilson.souza@zerohora.com.br

Roteiro



Natal Show

DIRECTV A MELHOR TV POR ASSINATURA



Aproveite!!
Últimos dias de
"Adesão Zero"

ASSINE JÁ

DE: R\$ 399,00 POR: ZERO

HBO HBO2 cinemax cinemax

Installvision
51 3241.5979

Grambel
51 3395.4621

Macrishop
51 3333.9788

Taxa de cadastro R\$ 10,00, com comissão de 18 meses. Custo cancelo: multa de R\$ 399,00. Se ocorrer cancelamento até 56 meses multa de R\$ 250,00; até 12 meses multa de R\$ 180,00; após e 6- mês não vale para qualquer prorrogação.

ZERO HORA

PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 31/12/2003 E QUINTA-FEIRA, 1º/01/2004 | 17

Comunicação e emoção

NELSON SIROTSKY *

No início desta última semana do ano, o Comitê Editorial da RBS recebeu a visita de altos dirigentes de instituições vinculadas à saúde pública de nosso Estado. Na ocasião, debatemos longamente a cobertura editorial dos veículos da RBS na questão da saúde, tema tão significativo na vida das pessoas que diariamente nos dão a sua preferência ao lerem nossos jornais, ouvirem nossas emissoras de rádio e assistirem a nossos canais de televisão. Essa tem sido uma rotina que estimulamos e cumprimos regularmente ao longo dos anos com todos os segmentos das nossas comunidades, sempre com o objetivo de recolher subsídios para o aperfeiçoamento da emocionante missão de fazer comunicação e jornalismo.

De um debate com especialistas na questão da criança e dos adolescentes surgiu a campanha *O Amor é a Melhor Herança, Cuide das Crianças*. Os chamados "monstrinhos da RBS" emocionaram crianças e conscientizaram adultos nesse 2003 que está terminando e continuarão fazendo parte da vida de gaúchos e catarinenses em 2004.

Foi a partir de uma severa crítica a alguns de nossos veículos e comunicadores que concebemos e realizamos em outubro passado, com o apoio da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, um seminário sobre pesquisas eleitorais. O evento, que teve a participação de todos os partidos políticos, de institutos de pesquisa, veículos de comunicação e representantes da Justiça Eleitoral, produziu resultados concretos, alguns dos quais já incorporados à regulamentação das eleições municipais de 2004.

Não foram diferentes nossas ações voltadas a apoiar e desenvolver novas iniciativas na valorização ainda maior da cultura local, em todos os seus sentidos. Participar com dona Eva Sopher, com o médico Ivo Nesralla ou com o empresário Renato Malcon nos seus respectivos projetos culturais, assim como promover e renovar iniciativas que valorizem escritores, atores, diretores e artistas plásticos da nossa terra, são ações que também protagonizamos como res-

posta objetiva a questões resultantes de nossa interatividade com a comunidade – posicionamento esse que queremos aperfeiçoar ainda mais neste 2004 que está nascendo.

Numa solenidade interna na RBS, no início deste mês de dezembro, o tradicionalista Antonio Augusto Fagundes presenteou-me com o seu pala de seda, com as cores da bandeira do Rio Grande. Disse que o presente simbolizava sua gratidão à empresa pelo tratamento que recebeu no período em que enfrentou uma enfermidade grave. O gesto de Nico emocionou-nos e reforça ainda mais a nossa convicção do posicionamento ético que todos nós, integrantes da equipe RBS, precisamos ter no nosso dia-a-dia. Com este propósito, estamos distribuindo aos nossos 4,3 mil colaboradores um novo Guia de Ética e Responsabilidade Social, que sistematiza diretrizes éticas e editoriais destinadas a aperfeiçoar ainda mais o nosso processo de comunicação multimídia.

Zero Hora de ontem publicou uma vez mais a fascinante história de Rozeli da Silva, a gari que construiu e mantém uma creche para quase 200 crianças no bairro Restinga, em Porto Alegre. A reportagem foi uma resposta concreta ao chamamento que o apresentador Jô Soares fez em rede nacional de televisão, no sentido de que se desse maior visibilidade a este magnífico trabalho que acontece na nossa Capital. Na primeira semana de janeiro, juntamente com outros companheiros da RBS, estaremos visitando o projeto Renascer da Esperança. Vamos debater e buscar fórmulas de colaboração.

Este breve relato de ações desenvolvidas em 2003 sintetiza o esforço que estamos fazendo para prestar o melhor serviço ao nosso público, num processo de comunicação que conjuga responsabilidade social, interatividade, informações verdadeiras, opiniões claras e diversificadas, produtos e serviços qualificados, entretenimento de alto nível e, sobretudo, muita emoção – pois a emoção é o tempero da vida.

* Diretor-presidente da RBS

O gesto reforça a convicção do posicionamento ético que todos devemos ter no nosso dia-a-dia

Assim sendo...

CÂNDIDO NORBERTO *

Não restam mais do que algumas poucas horas para que o tempo – esse químico invisível que a tudo modifica e consome – mude de rótulo. Só de rótulo. Na essência, sei muito bem, continuará o mesmo, fazendo das suas, ora boas, ora más. Já vivi muitas de suas mudanças, o suficiente para não lhes atribuir maior importância. Somos conhecidos de longa data, o suficiente para não nos tratarmos com muitas cerimônias. Pessoalmente, não lhe atribuo significados especiais. Ele conhece meus estreitos limites, tanto quanto não ignora suas manhas. De mim certamente não espera nada, enquanto eu dele aguardo tudo – menos, é claro e lamentável, que me garanta viver por muitíssimos outros anos, além dos que são consentidos pela fragilidade da natureza humana. Tudo isso é pouco, bem ou sei. Não basta, porém, para impedir que, a cada vez que ele mude de placa, eu não entre no seu jogo e finja acreditar que com nova numeração ele poderá ser muito melhor do que foi antes. Como a maioria dos viventes, valho-me de seu velho truque e faço de conta que estou renovando meu estoque de esperanças e de ilusões. E com esses ingredientes recolhidos, transmito e esparramo o maior número possível de votos de feliz ano novo. E sigo em frente, como estou fazendo ainda agora. É o jeito.

Pecado (o que é mesmo pecado?) que não cometo

é o de amaldiçoar os anos que já passaram. Ao contrário, costume abençoá-los, ainda que com algumas reservas. No geral, costume considerá-los como bem vividos. Tal o caso, por exemplo, deste agonizante 2003. Não figura entre os melhores que já atravessei, mas pelo menos me permitiu que o percorresse de ponta a ponta, e isso já me parece um ganho. Verdade – tristíssima verdade – é que, em seus primórdios, ele me impôs a pesada perda de uma queridíssima e inesquecível figura – a do doutor João Batista Fernandes, que, mais do que ter sido, ao longo de muitíssimos anos, o médico de minha devoção, soube ser um amigo, confidente e conselheiro de todas as horas.

Não obstante essa perda, não dou a este ano moribundo a mesma acachapante nota zero que lhe foi conferida pelo genial Luis Fernando Verissimo de todos nós. Sobre o inigualável cronista levei a vantagem (!) de nele não haver alimentado as esperanças que ele tão honrada e valentemente depositou no que politicamente esperava no terceiro ano deste já perturbado século 21. Afinal, como ensinou Martin Fierro, "mas sabe el diablo por viejo do que por diablo"...

Freando a tentação de ir mais longe no trato de mais esta passagem de ano – tema perpétuo para intermináveis especulações – rendo-me aos costumes e reitero a todos meus melhores votos de um Feliz Ano Novo.

* Jornalista

Artigos para esta página: 2.400 caracteres ou 40 linhas de 60 espaços.
Fax: (51) 3218-4799. E-mail: artigozh@zerohora.com.br

IOTTI

iotti@zerohora.com.br



Ana Amélia Lemos
ana.amelia@rbs.com.br

BRASÍLIA

Complicadores externos

A eleição nos Estados Unidos e o ingresso de mais 10 países no bloco da União Europeia são dois fatores que podem agravar as dificuldades de acesso dos produtos agrícolas brasileiros e do Mercosul nesses mercados. Em período de campanha eleitoral, democratas e republicanos ficam igualmente protecionistas. A provável reeleição de George W. Bush pode representar alguma mudança nas relações com o Brasil e a América Latina, se for mesmo possível antecipar o acordo Mercosul-União Europeia à Alca. No caso da UE, os mais otimistas acham que, com mais membros, os subsídios tendem a ser menores.

MOTOBOYS

Não foi por falta de empenho do deputado Tarcísio Zimmermann (PT, foto) que o projeto de lei sobre a prestação de serviços de motoboys e mototaxistas deixou de ser aprovado. Relator da proposta, o parlamentar gaúcho sempre defendeu o estabelecimento de regras mínimas para o exercício das duas atividades profissionais. Zimmermann acha que a inclusão desse tema no Código de Trânsito Brasileiro é a melhor alternativa para garantir segurança para condutores e usuários desses serviços.



ESTRADAS

O produtor Flávio Moreira Belmonte recomenda aos ministros gaúchos que retornem de Alegrete por Uruguaiana, Itaqui, São Borja, para que possam desfrutar da "maravilha que é a BR-472". Com boa dose de ironia, o produtor diz que a Fronteira Oeste é grande produtora e também grande esquecida do governo em relação às estradas.

ESTAGIÁRIOS

Estagiários de cursos superiores visitaram a Câmara Federal na primeira semana de dezembro. Esses estagiários rápidos estavam suspensos e foram reativados por iniciativa dos deputados Severino Cavalcanti (PP-PE) e Erico Ribeiro (PP). Um grupo de 35 universitários visitou a Câmara. Paulo Robolla Ribeiro foi um dos representantes gaúchos nesse grupo.

TURISMO

O deputado Estilac Xavier (PT), que participou do debate sobre turismo na Quarta Colônia, ficou impressionado com a ausência de telefonia celular em alguns municípios da região. Não é possível pensar em turismo sem esse tipo de serviço, argumenta o parlamentar, que já trabalha para a ampliação da telefonia celular em Silveira Martins, Pinhal Grande, Ivorá, Dona Francisca e Nova Palma.

RECURSOS

Membro da Comissão Mista de Orçamento, o deputado Ary Vanazzi (PT), que é também coordenador da bancada gaúcha do PT, diz que os recursos federais, em 2004, estão garantidos para o RS. A maioria deles para saúde e habitação. Não é preciso dizer que São Leopoldo foi beneficiado com R\$ 732 mil, dos quais R\$ 400 mil para saneamento e R\$ 372 mil para o Hospital Centenário. Esses recursos estarão liberados em maio, garante o deputado.

PESCA

O secretário José Alberto Wenzel, do Meio Ambiente, reitera que a atividade pesqueira é regulada por legislação federal, a qual determina que a criação da espécie *Ictalurus punctatus* no Rio Grande do Sul somente pode ser permitida na Baía do Uruguai e proibida na Baía do Costeira Sul. O secretário, sobre a polémica levantada nesta coluna em relação ao tema, defende investimento em pesquisa e produção de espécies nativas e a substituição gradativa dos cultivos de espécies exóticas já existentes.

Que tipo de escola queremos?

ANA MARIA SZEZEPANIAK *

Todo início de ano letivo é a mesma coisa no que se refere ao tipo de escola que desejamos para nossos filhos. A ansiedade de um modelo de escola faz parte da vida de todos os envolvidos: pais, professores e alunos. As propostas são muitas: divertida, moderna, atraente, prática, cidadã, tradicional, participativa, adaptada aos modelos sociais e comportamentais de nossos dias, com projeto pedagógico claramente definido, enfim, muitas são as propostas de ensino-aprendizagem apresentadas, e todas com o objetivo de oferecer à comunidade escolar estratégias e programas curriculares que garantam um ensino de qualidade. Tornam-se as escolas o centro das atenções principalmente para os iniciantes da vida escolar.

Educar não é algo que se faz sempre da mesma forma. A cada dia, educar significa aproveitar o novo, é trazer o dia-a-dia para a sala de aula, fazendo o aluno perceber-se um indivíduo em constante estado de aprendizagem a partir das experiências diárias. É, já que educação tem um significado da permanente correlação com o mundo, reperto-me a um dos temas mais discutidos do momento: a guerra e a paz. Aproveito Bush e Saddam para, quem sabe, modestamente argumentar, como se estivesse em sala de aula, sobre uma reflexão mais profunda quanto ao tipo de escola que desejamos para nossos filhos.

Pensamos numa escola que os preparem para a vida, ensinando além do A, B, C, D, ou 1, 2, 3, e outras questões complicadas da física ou da matemática tão importantes para o conhecimento, mas também principalmente comprometida com os problemas mundiais, formando nos alunos uma cultura da paz cujo objetivo não seria o de simplesmente criticar a guerra, mas evitar as causas que a originam, que ensine nossos filhos o respeito ao outro, as regras de boa convivência, aceitando as diferenças e dizendo não às desigualdades, onde aprendam a cultivar a sensibilidade, a cooperação, a confiança e o amor.

E os professores? Cultos e sensíveis aos problemas da humanidade, jamais desencantados e conformados. Conformismo é um perigo. Qualificados, demonstrando cora-

gem e sadiamente transgressores da conduta tradicional, buscando despertar nos alunos a indagação crítica através de um diálogo pedagógico que os leve à construção de um conhecimento criativo, democrático e duradouro, não ficando apenas na informação, mas que os impulse a uma constante busca superando os próprios mestres.

Na verdade, o que temos é um sistema público que não está tendo condições de produzir uma escola que siga um modelo que atenda os anseios da sociedade, com professores desencantados. Precisamos de um programa educacional muito bem-feito. No passado, a escola pública era de qualidade para uma pequena parcela da sociedade. Nos dias de hoje está para toda a sociedade, mas mergulhada num engarrafamento de problemas, modismos e idéias com boas intenções que funcionam apenas como paliativos para acomodar situações conflitantes que precisam de respostas imediatas.

O ingresso e o regresso escolar faz todos os envolvidos despertarem dentro de si o seu lado educador. Parece que todos entendem de educação. Basta abrir jornais, ouvir programas de televisão, ler revistas. As mesmas discussões: falta de professores, verbas, professores pedindo aumento de salário e escola pública de qualidade desde que nasceram, a responsabilidade do fracasso atribuída aos governantes, cada novo governo que chega promete e deseja promover grandes mudanças, mas no final não é suficiente desgastando imagens políticas e o mais grave de tudo, empobrecendo a escola pública, que continua sendo vítima.

O desafio educacional é tão grande quanto os desafios impostos pela miséria, fome, segurança e saúde. Muito precisa ser construído. A tarefa não é responsabilidade só dos governantes, mas de todos nós, pois uma sociedade na qual todos participam e discutem seus problemas, com cultura e educação, torna-se legitimamente organizada e civilizada. Precisamos de uma escola viva, alegre, atualizada, que funcione sintonizada com as mudanças, e onde, principalmente crianças e jovens aprendam que um mundo melhor é possível, basta que todos queiram e tenham boa vontade.

* Professora

O desafio educacional é tão grande quanto os desafios impostos pela miséria, fome, segurança e saúde

Adoção: herança de amor

DEBORA ORTIZ DE LEÃO *

Chegamos ao final de mais um ano. Nesta época, as pessoas e as famílias se aproximam mais, se tocam mais, se reconciliam com o passado e demonstram sua infindável capacidade de amar. Penso que há muitas maneiras de amar e ser amado(a) e acredito, como os poetas, que toda forma de amor vale a pena. Mesmo entre os animais há trocas afetivas. Basta observarmos o comportamento dos mamíferos. A sua imensa afetividade inicia-se quando os pequenos saem imaturos do ventre das mães e necessitam de calor, alimento e proteção. Assim, é no calor da ninhada que se inicia uma relação afetiva que continuará pela vida afora e, entre os humanos, até a idade adulta e mesmo a velhice. Mas essa relação nem sempre faz o mesmo percurso.

Há uma forma que, no meu entender, torna a relação afetiva entre os seres humanos e também entre os animais ainda mais especiais. São as trocas que se estabelecem numa relação de adoção. Faço questão de afirmar que são relações baseadas em trocas, embora de uma maneira geral todas sejam. O fato de reconhecer alguém como filho ou filha e ser reconhecido(a) como pai ou mãe já demonstra o grande amor que se tem para dar aos seres da mesma espécie. Quanto mais ao acolher e legitimar uma relação que, geralmente, se inicia após uma ruptura com outros laços afetivos. Assim, lidar com uma trama de imaginários instituídos numa sociedade como a

nossa exige, certamente, muito mais do que coragem. Exige uma postura firme e determinada. Exige, muitas vezes, atitudes éticas e comprometidas com a saúde psicológica de todas as pessoas que participam dessa história em que se cruzam muitas outras histórias de vida. É preciso, em primeiro lugar, que não se escondam as verdadeiras origens que fazem parte da história de cada pessoa e as formas como elas se entrelaçaram.

Nesse caso, nada melhor que um diálogo aberto e sincero desde os primeiros instantes de convivência. Porém, a linguagem humana não existe somente por necessidades práticas e utilitárias. Ela existe, também, pela necessidade de comunicação afetiva. E essa comunicação não se dá somente através da fala. Antes da fala, as pessoas aprendem os gestos. A linguagem é, por assim dizer, um campo de movimentos expressivos. Lugar onde todas as maneiras de declarar o amor podem estar presentes. Tenho visto (e) com "bons olhos" a campanha dos monstrinhos, veiculada pela RBS TV. É uma iniciativa que merece elogios, ainda mais ao fazer alusão às trocas afetivas possíveis entre monstrinhos de famílias diferentes. Essa idéia toca o coração das pessoas, podendo, quem sabe, até mesmo alterar possíveis imaginários sobre o que seja adotar, criar, cuidar, educar ou, simplesmente, amar as crianças. Um feliz ano novo para todos!

* Professora

Lidar com uma trama de imaginários instituídos numa sociedade como a nossa exige muito mais do que coragem

Artigos para esta página: 2.400 caracteres ou 40 linhas de 60 espaços.
Fax: (51) 3218-4799. E-mail: artigozh@zerohora.com.br

IOTTI

iotti@zerohora.com.br



BRASÍLIA



Ana Amélia Lemos
ana.amelia@rbs.com.br

Crescimento econômico

O crescimento da economia brasileira neste ano deve superar os 3,5% previstos pelo próprio governo. É um desempenho medíocre, que não atende as necessidades do país, sobretudo em relação à criação de novos empregos, disse o economista Paulo Yocota, ex-diretor do Banco Central, que recomenda um crescimento como o que vem sendo registrado na China, Rússia e Índia, todos com índice superior aos 5% anuais. O agronegócio, as exportações e o turismo receptivo devem alavancar crescimento superior ao projetado, apesar dos setores radicais da esquerda que continuam satanizando a grande produção agrícola e pecuária.

SEM FÉRIAS

O ministro das Cidades, Olívio Dutra (foto), retornou ontem a Brasília e nesta semana dará a palavra final sobre o plano nacional para as regiões metropolitanas, nas áreas do transporte e trânsito, em exame no seu ministério. Nada mais oportuno. A mortandade no trânsito está voltando aos índices alarmantes de antes da entrada em vigor do atual Código de Trânsito. O plano nacional para saneamento e habitação já foi encaminhado ao Palácio do Planalto.



FOTO: G. ZILBERMAN/AGÊNCIA BRASIL

SEM FÉRIAS II

A assessoria do ministro Olívio Dutra trabalha sem a perspectiva de mudança na pasta na reforma ministerial. Um dos seus auxiliares mais próximos, com grande experiência na área política, diz que "na imprensa não existe informação, mas especulação", sobre uma decisão que é de exclusiva competência do presidente Lula. A propósito, o ministro das Cidades só se afastou no recesso das festas de final de ano. Não vai tirar férias.

IDOSO

O deputado Tarcísio Zimmermann (PT) entrou com duas representações para o cumprimento do Estatuto do Idoso em relação à gratuidade dos transportes coletivos urbanos. Uma no Ministério Público de Novo Hamburgo e outra na Procuradoria Geral da República em Brasília.

LIDERANÇA

Henrique Fontana (PT) é um dos fortes candidatos à liderança da bancada do PT na Câmara Federal, substituindo Nelson Pelegrino (BA). Se depender do apoio de Olívio Dutra, Fontana já está escolhido. Outro forte candidato é Arlindo Schinaglia (SP).

SANIDADE

O médico veterinário Flauri Ademir Migliavaca indaga por que, até agora, a Região Sul, maior centro produtor e exportador de carne suína, ainda não tenha criado um laboratório de segurança máxima para evitar problemas sanitários como o mal de Aujeszky, PPRS (síndrome reprodutiva e respiratória dos suínos), e agora o circocirus suino, que sempre provocam prejuízos no comércio internacional. Na avaliação desse especialista, o RS tem as melhores condições técnicas para implantar um laboratório com esse alcance.

RIO URUGUAI

Os secretários catarinenses do Meio Ambiente e de Obras, Bráulio Barbosa e Edinho Bez, assinam hoje em Florianópolis o plano diretor do programa para o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai (Aqüífero Guarani). O projeto assinado ontem pelo secretário Frederico Antunes, de Obras Públicas e Saneamento do RS, será apresentado ao Ministério do Planejamento em Brasília para que viabilize os financiamentos internacionais para essa importante obra de preservação dos recursos hídricos dos dois Estados.

Uma agenda para todos

LÍCIA PERES *

No dia 10 de maio último, a RBS apresentou para convidados e convidadas representantes de instituições e da comunidade a segunda fase da campanha "O Amor é a Melhor Herança. Cuide das Crianças". Assim, os queridos monstros estão de volta para mobilizar a sociedade no sentido de uma maior sensibilização para a problemática da violência contra crianças e adolescentes, cuja solução depende, em grande parte, da participação consciente de todos.

Sabemos que a comunicação é um campo estratégico para a formação da opinião pública. A alteração de valores e conceitos enraizados culturalmente demanda instrumentos dinâmicos capazes de apresentar e sustentar idéias que possam influenciar na adoção de novos padrões de comportamento.

Esta nova etapa da campanha busca atingir um âmbito maior do que o das relações intrafamiliares, envolvendo a escola, a comunidade e os serviços de saúde, com o mesmo propósito: o de incentivar o respeito às novas gerações, proporcionando-lhes segurança e afeto.

O que considero inovador é o fato de, mesmo considerando o papel da família, nas suas diversas modalidades, e sua indiscutível importância na estrutura social e na formação dos indivíduos, colocarse na agenda pública um tema que até bem pouco tempo era considerado exclusivamente de âmbito privado — a relação desta com seus membros, buscando-se o envolvimento de todos, governo e sociedade, na construção de novos paradigmas.

Cabe lembrar que assim ocorreu no trato da violência doméstica em relação às mulheres, com bons resultados, no momento em que o movimento feminista conseguiu retirar o debate da esfera privada onde havia sido confinado. Constatou-se, e no caso da criança não é diferente, valendo também para os

idosos, que nem sempre a instituição família se organiza sob o princípio de respeito aos seus membros, independentemente da classe social onde se insere. No caso das mulheres era voz corrente, procedimento usual, dizer-se em relação às agressões sofridas: "Ninguém deve interferir nem meter a colher em briga de marido e mulher". Tal conceito justificava a omissão, era pretexto para acobertar a impiedade e perpetuava essa prática. A vida privada, resguardada sob a alegação da intimidade, foi questionada enquanto elemento encobridor de desrespeito e violência. Na medida em que se colocou na agenda pública um tema considerado particular, assunto a ser ocultado, ocorreu um salto civilizatório. Ficou bem claro e evidenciado que o chamado "lar, doce lar" era muitas vezes o espaço de confronto e agressão, problema a ser enfrentado por todos. Hoje estão aí as estatísticas, as delegacias especializadas, as demandas por legislação específica e políticas públicas. Ninguém mais se autopromela machista.

O chamado "lar, doce lar" era muitas vezes o espaço de confronto e agressão

A nossa cultura ainda é a da submissão das crianças aos adultos, incluindo a punição física como método educativo, apesar dos avanços como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a criação dos Conselhos Tutelares. A exploração sexual de menores, os maus-tratos, a negligência, o trabalho infantil e os abusos de toda ordem fazem parte do cotidiano de milhões de crianças e jovens em nosso país. É assunto de interesse público, independentemente do local onde venha a ocorrer qualquer forma sutil ou explícita de violência.

As novas gerações representam nosso futuro. Seu sofrimento é algo sério e grave. A defesa de seus direitos é mais do que uma questão elementar de justiça. Constitui-se no melhor investimento que a sociedade pode fazer para construir um projeto de nação.

* Socióloga

Reforma agrária com seriedade

FRANCISCO VICENTE *

Reforma agrária é assunto sério e complexo, que exige muito rigor e serenidade. A maneira como a questão é tratada no artigo publicado neste espaço na última sexta-feira pelo ex-procurador regional do Incrá-RS não contribui para o correto esclarecimento desta matéria.

O andamento da reforma agrária enfrenta grandes dificuldades no RS. Entre 2000 e 2002, durante o governo FH, o Estado foi palco do movimento "vitoria zero" e o Incrá foi proibido de realizar vitorias para avaliação de produtividade de imóveis rurais, com o que comprometeu-se a capacidade da instituição em identificar terras para a realização de assentamentos agrários. No início do governo Lula, o único estoque de terras do Incrá era a Fazenda Southall, de São Gabriel, cuja desapropriação foi anulada pelo STF, quando aliás a condução jurídica do caso estava ao encargo do mencionado ex-procurador regional.

Entre os anos de 1999 e 2002, a quase totalidade de assentamentos realizados no Rio Grande do Sul foi efetuada através do governo do Estado, quando o atual ministro do Desenvolvimento Agrário desempenhava a função de vice-governador. Com a retirada do governo do Estado da questão agrária, a ausência de estoque de terras e a demora natural dos

processos de desapropriação, chega-se hoje a uma situação crítica no Estado. O governo federal tem feito um enorme esforço de trabalho para reverter esta situação e, por isso, recentemente promoveu mudanças na gestão do Incrá no RS.

É necessário compreender-se que, para a desapropriação de imóveis rurais, o Incrá tem de obedecer a processos demorados, que começam com a identificação da cadeia dominial dos imóveis, pareceres jurídicos e administrativos e evoluem para a notificação prévia dos proprietários, a realização de vistoria e emissão de laudo, a concessão de prazos para contestação, o encaminhamento para decreto presidencial para ser finalizado com o ajustamento de ação de desapropriação e imissão na posse.

Todo esse conjunto de procedimentos retarda consideravelmente o processo de desapropriação, que em média demora até 14 meses para a viabilização de um novo assentamento. Ou seja, não há solução mágica para a questão agrária. Somente um trabalho regular, continuado e consistente pode garantir o estoque de terras necessário para a exigência do país. Em 2004 já avançamos muito, como comprovam as 11 mil famílias assentadas no primeiro trimestre, o melhor desempenho em toda a história do Incrá no mesmo período de anos anteriores.

* Secretário-geral do PT-RS

IOTTI

iotti@zerohora.com.br



Ana Amélia Lemos
ana.amelia@rbs.com.br

BRASÍLIA

O governo e o mercado

Os sinais são claros. Acabou a lua-de-mel do mercado com o governo Lula. No câmbio futuro, a cotação do real já bateu nos US\$ 3,50 e os juros já subiram nessa proporção. Na origem desse comportamento estão as causas externas, como a alta dos juros nos Estados Unidos, o freio no crescimento da China e os preços internacionais do petróleo. A causa interna é a fragilidade política do governo. O reajuste do salário mínimo é emblemático. Cresce a tensão na bancada petista. Um grupo quer aumento e outro defende a unidade em torno da posição do governo. Ontem, na reunião da bancada, a exortação do deputado Henrique Fontana foi eloqüente: "O PT precisa de unidade. Estamos passando por um teste de coerência coletiva". Ele reconhece, entretanto, que o tempo da política econômica e o tempo da política estão se distanciando.

LAJEADO

O deputado Enio Bacci (PDT) anunciou ontem, em Brasília, que a Secretaria de Saúde credenciará o Centro de Radioterapia de Lajeado para receber pacientes do SUS. Uma notícia importante para quem é candidato a prefeito, lembrou o deputado, confirmando também a coligação com o PMDB, que indicará o vice, Paulo Pohl.

SALÁRIO

O senador Paulo Paim (PT) foi festejadíssimo no programa do PDT no horário gratuito. Ontem foi o relator Rodrigo Maia (PFL-RJ) quem rasgou seda, publicamente, para o senador gaúcho que presidiu, a convite do deputado carioca, a reunião da Comissão Especial Mista que examina a MP do mínimo.

AGRICULTURA

Por iniciativa da Fecoagro, o secretário Ivan Wedekin recebeu ontem representantes do agronegócio gaúcho que pediram prorrogação dos financiamentos para investimento. Os deputados Augusto Nardes e Érico Ribeiro, do PP, e Paulo Pimenta, do PT, deram apoio político à reivindicação.

AGRICULTURA II

Paulo Pimenta (PT) acredita que na audiência pública, dia 18, na Comissão de Agricultura, os ministros Antonio Palocci, Guido Mantega e Roberto Rodrigues deverão anunciar algumas medidas de socorro aos agricultores atingidos pela estiagem na Região Sul. O total dos débitos no investimento chega a R\$ 400 milhões, só em relação aos investimentos.

REDE SARAH

Apesar da pouca receptividade do Ministério da Saúde na implantação da Rede Sarah de Hospitais em Santa Maria, o secretário Osmar Terra (foto) entregará hoje ao secretário executivo, Gastão Wagner, em Brasília, o pré-projeto da instituição especializada na recuperação do aparelho locomotor. No dia 15 vence o prazo para garantir recursos orçamentários da União neste ano.



PAULO FRANZEN, BZ/704 - 3/10/2003

APAE

O presidente da Apae Bagé, José Carlos Dias, delegado regional das Apaes da região, engrossa o coro dos voluntários que pedem socorro para essas respeitáveis instituições que estão sendo discriminadas em relação aos recursos federais para atendimento aos portadores de deficiências. O líder aposta na sensibilidade social do ministro Tarso Genro para corrigir os erros da atual legislação.

IMOBILISMO

O senador Pedro Simon (PMDB), sempre simpático no trato com o presidente Lula, perdeu a paciência. Na tribuna, disse que o governo petista é uma confusão permanente. E atacou: "Não sabemos o objetivo, o rumo e nem o que poderemos fazer para ajudar".

Sobre direitos, monstros e valores humanos

LEOBERTO NARCISO BRANCHER *

A história do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda breve em seus 14 anos incompletos, é marcada pela mobilização social em torno de um novo paradigma, que propôs mudar a ótica “das necessidades” para a ótica “dos direitos”.

A idéia é singela, mas reveste substancial mudança de olhar. E, quando muda nosso olhar, muda o mundo. Por exemplo, aquilo que era objeto de filantropia passa a ser encarado como objeto de políticas públicas. E embora a realidade social e a esmola que mendigam sejam ainda muito semelhantes, é diferente o olhar que lançávamos, na sinaleira da esquerda, ao “menor necessitado” do olhar que lançamos hoje à “criança vítima de violação de direitos”.

Mas o espírito da lei não era apenas o de mudar o enfoque do sentimento compassivo para o do dever jurídico. Havia mais sabedoria, havia um segredo por detrás disso. Um segredo que agora se revela, com toda a sua intensidade e poder de contágio pela campanha “O Amor é a Melhor Herança, Cuide das Crianças”.

É que por detrás do dever jurídico, em verdade, sempre se esteve apenas a explicitar o sentido ético da proteção da infância e da juventude. É exatamente isso que a intuição criativa da campanha consegue capturar, num esforço de síntese que faz o espírito, como na poesia, retroagir ao

essencial.

Por certo, praticar os valores humanos que brotam espontaneamente do coração de cada um de nós será sempre muito mais efetivo do que defender os direitos humanos da criança e do adolescente — o que significa, por mais que louvável e necessário, sempre o cumprimento de um dever jurídico, de certa forma imposto de fora dentro.

Por isso, se é verdade que para cumprir a lei precisamos de todo um aparato de juizes, promotores, conselheiros tutelares, policiais, enfim, todo um sistema institucional tão duro quanto o próprio sofrimento de quem precisa dele, também é verdade que ninguém precisará nos obrigar a praticar os valores fundamentais como são o amor e o cuidado, tão bem enfatizados pelos monstros que, com licença, não

serão nunca mais da RBS.

Como a promulgação do ECA representou uma evolução para compreendermos as necessidades como direitos, a convocação do imaginário social à prática do amor e do cuidado sintetiza um novo salto histórico, um amadurecimento de uma sociedade que já não respeita direitos por temor à lei, mas por amor à lei.

Lei esta que, quando definitivamente compreendida, não precisará mais estar escrita em estatuto algum.

* Juiz de Direito

O espírito da lei não era apenas o de mudar o enfoque do sentimento compassivo para o do dever jurídico

Abrigos de jovens: o que falta dizer

ANA PAULA MOTTA COSTA *

O trabalho com adolescentes abrigados e com vivência de rua é complexo e exige clareza do papel dos responsáveis pelo programa de abrigagem. A puberdade, a fragilidade dos vínculos familiares, o uso de substâncias psicoativas e o histórico de rua fazem parte desse quadro.

É preciso esclarecer que estar abrigado não é estar privado de liberdade. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando adolescentes cometem atos infracionais graves, podem ser encaminhados, dependendo de decisão judicial, à Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase), onde — ai sim — ficam privados de liberdade. Já a abrigagem é uma medida de proteção para quem não pode estar junto de sua família.

Assim, o trabalho desenvolvido em um abrigo não conta com limites físicos, grades ou muros, mas de uma proposta pedagógica que estabeleça referenciais de autoridade e limites, respeitando os direitos dos adolescentes. No abrigo Ingá Britta, as regras existem e devem ser cumpridas. Sempre que ocorre um fato de maior gravidade, são tomadas providências e o adolescente é responsabilizado. Quando cometem agressão física ou ao patrimônio, é registrada ocorrência policial, são privados (ou não) de sua liberdade e passam a responder processos judiciais. Há que considerar ainda a exis-

tência do tráfico no entorno do abrigo, assunto de responsabilidade da Segurança Pública.

Vivemos uma realidade social difícil: de um lado, o poder público e a sociedade querendo que os adolescentes tenham um projeto de vida e construam alternativas; de outro, a exclusão social, a miséria, a oferta constante de drogas e de renda imediata pelo tráfico.

O abrigo Ingá Britta vem sendo fiscalizado pelas autoridades nos termos dos artigos 90 e 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente, como ocorreu com a visita do juiz da Infância e da Juventude, José Antônio Daltoé Cezar, dos conselhos municipais da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, recentemente. Dos 36 adolescentes abrigados, 32 estão matriculados, 18 tem frequência diária na escola, seis participam do Programa Agente Jovem e três estão inseridos em iniciação profissional.

Mais: está em andamento um projeto com financiamento do BNDES no valor de R\$ 356.971,50, que prevê a construção de casas menores para atender adolescentes em pequenos grupos com tratamento individualizado.

Trabalhar com a juventude hoje em dia é um desafio, mas também um compromisso de todos que acreditam e constroem uma sociedade melhor.

* Presidente da Fasc — Fundação de Assistência Social e Cidadania

Trabalhar com a juventude hoje em dia é um desafio, mas também um compromisso

Artigos para esta página: 2.400 caracteres ou 40 linhas de 60 espaços.
Fax: (51) 3218-4799. E-mail: artigozh@zerohora.com.br

IOTTI

iotti@zerohora.com.br



Ana Amélia Lemos
ana.amelia@rbs.com.br

BRASÍLIA

Paz e amor

O presidente Lula não fez o que recomendou aos auxiliares. “Não reajam com o figado”, teria sugerido domingo à equipe, assim que tomou conhecimento da reportagem no The New York Times. Um sábio conselho de quem enfrentou na vida tantas adversidades. O Lula que conquistou o eleitorado foi o “de paz e amor”. O Lula do Ricardo Kotscho, do Antonio Palocci, do Duda Mendonça. No episódio lamentável da expulsão do jornalista norte-americano, a linha-dura venceu a parada, manchando a imagem do governo. Lula precisa ouvir os que usam mais a cabeça e menos o figado.

PASSO FUNDO

A Varig anunciou quarta-feira em Brasília que manterá os vãos regulares entre São Paulo e Passo Fundo. Beto Albuquerque (PSB, foto), que encaminhou o pedido da comissão liderada pelo vereador Marcos Citolin, anunciou que a empresa usará boeings 737 nessa rota.



PASSO FUNDO II

Com aeronaves mais potentes (120 passageiros), o terminal de Passo Fundo precisa ser ampliado. Beto Albuquerque pedirá ao secretário Jair Foscarini essa providência. Os usuários têm muitas queixas da concessionária local.

MALUF

O ex-prefeito Paulo Maluf convidou os deputados do PP gaúcho para jantar em sua residência durante o seminário *Compete Brasil*, realizado em SP na semana passada. Nenhum deles aceitou o convite.

VINHO

José Ivo Sartori (PMDB) preparou farta mesa (vinhos, pães, queijos e salames) na audiência pública da vitivinicultura. Peemedebistas e petistas gaúchos acabaram fazendo blague sobre o consumo de álcool.

PELOTAS

O deputado Estilac Xavier (PT) acompanhará o prefeito de Pelotas, Fernando Marroni, nas audiências com os ministros Patrus Ananias e Tarso Genro na próxima terça-feira. Buscam recursos em Brasília para os prejuízos causados pelas enchentes no município.

JORNALISTA

A jornalista Miriam Leitão (paneco@globom.com.br) fez a melhor análise sobre a expulsão do correspondente Larry Rohter, na edição de O Globo de ontem.

SANTA MARIA

Cresceu muito o poder político e jurídico de Santa Maria em Brasília. Dois ministros no STF: Nelson Jobim, presidente, e Eros Grau, nomeado esta semana. No ministério de Lula, Tarso Genro ocupa uma das mais importantes pastas, e na Câmara, Paulo Pimenta (PT) e Cezar Schirmer (PMDB). Com toda essa força, o município corre o risco de não conseguir implantar uma unidade da Rede Sarah de Hospitais.

BANCADA

O coordenador da bancada gaúcha, Pastor Reinaldo (PTB), começou o trabalho com pé direito. Na audiência com o ministro dos Transportes, recebeu a notícia de que serão investidos R\$ 120 milhões em estradas no RS, entre as quais a BR-470, uma reivindicação que tem o apoio de Francisco Appio (PP), Sérgio Zambiasi (PTB), Beto Albuquerque (PSB) e Francisco Turra (PP). Ontem levou o Sindicato dos Cegonheiros ao ministro interino da Justiça.

Abuso sexual é problema nosso

ANIK SUZUKI *

Muito me surpreenderam as declarações do pároco envolvido e do nosso arcebispo dom Dadeus Grings sobre o caso do padre que confessou o abuso de uma criança de 11 anos. Segundo a matéria da repórter Leticia Duarte, publicada ontem em Zero Hora, a menina, de família humilde e pertencente a uma paróquia da zona sul de Porto Alegre, era molestada desde o final de 2002, ano em que recebeu sua Primeira Eucaristia. Em troca de pequenos presentes, este padre, de 43 anos, tocava o seu corpo e, muitas vezes, tirava a sua roupa, tudo enquanto viam televisão, na casa paroquial, ao lado da igreja. Ainda não se sabe se houve ou não a consumação da relação sexual, o que caracterizaria estupro.

Diante dos fatos, o pároco, responsável pela igreja e também pela casa paroquial utilizada como cenário do atentado, limitou-se a avaliar o ato como "uma fraqueza do padre" e a sugerir que "não podemos crucificá-lo". Quanto ao respeitado arcebispo metropolitano, dom Dadeus, preferiu declarar que não sabia de nada e "nem precisaria, porque esse padre é de uma congregação religiosa" e não deveria prestar contas a ele, mas ao seu provincial.

Ora, então abuso sexual de uma menina de 11 anos, praticado há cerca de um ano e meio, em plena casa paroquial, não diz respeito ao arcebispo de Porto Alegre? E quanto ao sacerdote responsável pela paróquia, que, ao respeitar as diretrizes de sua congregação, permite que este padre celebre missas, consagre e ministre os sacramentos? Pois creio que o atentado violento ao pudor (co-

mo define a Justiça) ou o abuso sexual, mais grave ainda se for contra uma criança, é problema não só dos membros da Igreja, mas também de todos nós. A omissão é quase tão abominável quanto a própria infração e traz consequências gravíssimas para a sociedade. Ou seremos ingênuos de acreditar que não nos atingirão os adultos que se criam de infâncias deformadas? Os horrores da guerra que tanto condenamos, como a humilhação, a violência, a tortura e o desprezo, podem estar acontecendo neste instante, no mundinho de uma criança, ou de várias, ou de milhares de brasileirinhos, meninos e meninas, que estão à mercê da sorte e à espera de uma atitude nossa.

Não quero aqui desviar a atenção e condenar as pessoas erradas. Apenas registrar a decepção e o conflito de uma ex-catequista da Igreja Católica, que muito já circulou pelas paróquias de Porto Alegre, participando de seus eventos, cursos e celebrações. Conheço de perto o apego da comunidade ao seu padre. Ao contrário de todos os demais papéis sociais, o sacerdote não precisa de currículo para ser aprovado, para conquistar confiança, credibilidade e lealdade. Um padre que abençoa, que entrega o Corpo de Cristo, que celebra casamentos, não pode ser o mesmo que abusa. Um padre que ouve em confissão os erros mais sórdidos do ser humano, que entra nos lares das famílias para o almoço de domingo, não pode ser o mesmo que trai a confiança de uma mãe.

E pensar que um caso como este vem à tona justamente um dia depois do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A caminhada recém começou.

* Jornalista

Ou seremos ingênuos de acreditar que não nos atingirão os adultos que se criam de infâncias deformadas?

A máfia da caça

LEATRICE BORGES PIOVESAM *

Atualmente no Rio Grande do Sul, Estado considerado o mais politizado do Brasil e pioneiro na luta pela preservação ambiental, o Ibama libera a caça: uma das causas principais de mais de 300 espécies de animais brasileiros constarem na lista das ameaças de extinção.

Seres humanos, tidos como inteligentes, se divertem trucidando animais em nome do esporte.

Esporte tem como lema a vida e a saúde. E que tipo de esporte é a caça se só um dos participantes sabe o que está ocorrendo e é o único que tem chances de vencer a disputa? Tentando confundir a opinião pública, os caçadores defendem que a caça legalizada deve servir de exemplo para todos os Estados brasileiros, pois acabaria com o tráfico de animais silvestres para outros países.

Acreditar nessa idéia é crer que o problema das drogas no Brasil se resolverá com o dinheiro e a ajuda dos traficantes! Freud afirmava que o ser humano tem o costume de fazer com os animais aquilo que não pode fazer com os semelhantes. Podemos então concluir que a caça, além de ser um estímulo à violência, é um ato covarde, pois os caçadores sabem que suas vítimas não podem reagir ou se defender. Argumentam que em países do Primeiro Mundo se caça. Países do Primeiro Mundo também erram e são eles os que mais poluem e agredem a natureza. Nos Estados Unidos, por exemplo, a caça assume um caráter inacreditável de perversidade, envolvendo o governo, formando uma verdadeira máfia. Essa denúncia foi feita por Ron Baker em seu livro *The American Hunting Myth*. Estudos de Baker provam que a caça é a mais incrível destruição da natureza já praticada nos Estados Unidos, provocada pelo que é chamado "manejo de fauna". O autor denuncia como o domínio dos caçadores sobre os órgãos estaduais e federais levou à extinção de espécies e ao dese-

quilíbrio ecológico, à venda desvairada de armas e à proliferação da violência. Mostra o tráfico de influências e lobbies políticos, a trapaça da qual fazem parte biólogos, órgãos do governo, caçadores, "ambientalistas", imprensa pró-caça. O manejo de fauna nada mais é que uma transação comercial amparada pela indústria e comércio de armas, através da National Rifle Association, que manda no Congresso americano e nos legisladores federais. Sim, mas o que nós, gaúchos, temos a ver com tudo isso?

Pouca gente sabe que desde 1991 o Código Estadual de Proteção aos Animais vinha sendo rejeitado pelos deputados. Só foi aprovado em 2003 porque o artigo que proibia a caça foi anulado. Outro fato que muitos desconhecem é que Lei federal 5.197/67 estabelece que a caça só será permitida na unidade da federação onde as características locais permitam, pois exigem estudos científicos provando que os animais a serem mortos não estão ameaçados de extinção e o funcionamento de instituição capaz de controlar e fiscalizar a prática cinegética. A Fundação Zootécnica faz estudos, patrocinados por associações de caçadores, para indicar o número e espécies de animais que podem ser abatidos, ou melhor, que estão sobrando (?) na natureza. O

Ibama, a instituição responsável pela fiscalização, está sucateado e, mesmo não cumprindo a determinação legal, dá licença para matar culpando as "pragas" da lavoura, quando deveria culpar o homem. Seria bem mais sensato se toda a verba arrecadada para caçadas fosse destinada a estudos objetivando o controle desses animais. Matar não é a maneira correta.

Essa forma de destruição e violência armada praticada no Rio Grande do Sul, os caçadores estão tentando implantar em todo o Brasil e nosso Estado está servindo de modelo, o que é uma vergonha para o povo gaúcho.

* Ecologista

Artigos para esta página: 2.400 caracteres ou 40 linhas de 60 espaços.
Fax: (51) 3218-4799. E-mail: artigozh@zerohora.com.br

IOTTI

iotti@zerohora.com.br



Ana Amélia Lemos

ana.amelia@rbs.com.br

BRASÍLIA

Exportação de soja

Hoje, na capital chinesa, um técnico do Ministério da Agricultura e outro do setor privado examinam o impasse surgido na exportação de soja brasileira para aquele mercado. Importadores chineses denunciaram contaminação de parte da carga. Houve negligência no controle fitossanitário e a responsabilidade está sendo apurada pelo governo federal. Ao determinarem "tolerância zero" à contaminação da carga e criarem cartel para compra de soja, os chineses podem provocar redução dos preços e perturbar o mercado. O controle de qualidade sanitária da soja é dos produtores, cooperativas, indústria, exportadores e governo, no que tange à fiscalização.

ERVA-MATE

Depois da lei do churrasco, está nascendo a lei da erva-mate. Só pode ser classificado assim o produto puro. Quando for adicionado açúcar, sabores ou outra substância, será classificado como mate misto. O projeto do deputado Enio Bacci (PDT, foto) depende agora da aprovação da CCI.



ENIO BACCI - (PDT)

ERVA-MATE II

O deputado Enio Bacci (PDT), candidato à prefeitura de Lajeado, festejou, em Brasília, com chimarrão com erva pura, o resultado da última pesquisa eleitoral. Está com 45% de preferência, contra 23% do adversário petista, deputado Luis Fernando Schmidt.

CHINA

O deputado Henrique Fontana (PT) integra a comitiva oficial do presidente Lula na viagem à China, que começa hoje. O vice-líder da bancada do PT na Câmara considera essa a missão mais importante da política externa do governo.

SOJA

Foram os deputados Paulo Pimenta (PT) e Luis Carlos Heinze (PP) que acertaram com o chanceler Celso Amorim a viagem da missão técnica brasileira à China para resolver o contencioso da soja.

SOJA II

Um representante do Ministério da Agricultura e outro indicado por Abiove, FecoAgro e Termasa terão apoio da embaixada do Brasil na China para as negociações com as autoridades chinesas responsáveis pela área sanitária. É possível que, à margem do programa de Lula em Beijing, o ministro Roberto Rodrigues trate do assunto com o governo chinês.

BR-101

O último obstáculo para o início das obras da duplicação da BR-101, no trecho sul, deverá ser removido na próxima semana pelo relator do TCU, ministro Humberto Souto. O relator adequará as normas internacionais à Lei 8.666. O senador Sérgio Zambiasi (PTB), que está acompanhando semanalmente esse assunto, acredita que com isso o processo licitatório poderá ser encurtado 120 dias e dará proteção às empresas nacionais.

PRESEÇA

No café da manhã com os ministros da área econômica e membros da Comissão de Agricultura, também esteve presente o gaúcho Augusto Nardes (PP).

Cidade Amiga da Criança

JOÃO VERLE *

ela terceira edição consecutiva, Porto Alegre conquistou o Prêmio Destaque Prefeito Amigo da Criança, concedido pela Fundação Abrinq a cinco municípios que articulam uma rede de proteção eficiente em torno de suas crianças e adolescentes, garantindo, por meio de políticas públicas e ações coordenadas, a atenção necessária àqueles que estão em processo de desenvolvimento. Esses cinco municípios que tiveram a gestão reconhecida – além de Porto Alegre, Goiânia (GO), Santo André (SP), Timon (MA) e Uruará (PA) – foram escolhidos entre as 126 cidades distinguidas com o Selo Prefeito Amigo da Criança –, num processo de avaliação iniciado em 2001 e que teve continuidade em 2002 e 2003, com o preenchimento do Mapa da Criança e do Adolescente por 1.542 cidades que aderiram ao programa. Com a concessão do Destaque em 2004, Porto Alegre é o único município brasileiro a ser reconhecido com o prêmio Prefeito Amigo da Criança em suas três edições (as outras avaliações foram feitas em 1999 e 2000). Esta conquista, que muito nos orgulha como administradores, é uma vitória da cidade.

Neste momento, compartilhamos esta conquista com os servidores e servidoras da prefeitura, com ca-

da uma das cerca de 400 entidades da sociedade civil que prestam atendimento a crianças e adolescentes, com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e nossos Conselhos Tutelares. Sem esses agentes, que compõem e colocam em prática, cotidianamente, a Rede de Proteção à Infância e Juventude, não teríamos alcançado o nível de atendimento que temos hoje.

Com a participação popular e em parceria com a sociedade – aspectos considerados fundamentais pela Fundação Abrinq para a concessão do Destaque –, mais de 50 mil crianças e adolescentes freqüentam por dia a rede própria da prefeitura e de organizações não-governamentais. São crianças e adolescentes que não circulam pelas ruas, sendo atendidos em suas próprias comunidades.

Ainda temos grandes desafios pela frente, principalmente na garantia da implementação integral do Estatuto da Criança e do Adolescente, que neste mês completa 14 anos. Nosso compromisso com as crianças e adolescentes é permanente. Temos a convicção de que em conjunto com a cidadania porto-alegrense manteremos e consolidaremos cada vez mais nossa Cidade Amiga da Criança.

* Prefeito de Porto Alegre

Esta conquista, que muito nos orgulha como administradores, é uma vitória da cidade

Bicho-papão

SINARA DE ASSIS *

No local onde eu trabalhava, vez ou outra "aterrizava" por lá alguém famoso. O setor era grande e as mulheres eram maioria. Lembro do dia em que um ator da Globo esteve lá, coitado, foi soterrado por beijos, abraços, fotos e autógrafos, as mulheres voaram feito pássaros migrando para o sul, no caso, o sul era o ator. Eu estava sentada em um canto, bem ao fundo, e me dei o trabalho apenas de levantar momentaneamente os olhos do teclado. Tietar me constrange.

Outro dia, foi um cantor, ele estava em outro andar do prédio e, de novo, novo alvoroço, era um sobe-e-desce interminável, quase fui arrastada pelas colegas até o elevador, imagine se eu ia abandonar meu café, ainda se fosse o Chico Buarque. E se fosse o Chico? Bem, pelo Chico eu seria capaz de me abster de café por toda a vida, mas, tietar, não. Tietar me constrange.

Foram vários famosos, alguns nem lembro, entre eles, jogadores de futebol, e eu nem aí, houve um, tetracampeão, eu até me levantei e estiquei o pescoço, pelo belo trabalho social que ele faz, mas não sei do lugar. Tietar me constrange.

Certa vez entrou lá o Bicho-Papão, um dos monstrinhos da campanha O Amor é a Melhor Herança. Cuidar das Crianças, da RBS, ninguém se mexeu do lugar, mas pude perceber um sorriso no rosto de cada um, um sorriso bom de se ver, daqueles que a magia registra e parece eternizar, como se o monstrinho trouxesse com ele um sopro de alegria infantil. E eu? Não me contive, joguei, literalmente, o teclado e o telefone: o Bicho-Papão! Nossa, como ele é lindo! O constrangimento em tietar não sei onde foi parar, só não pedi autógrafa, abraços, beijos e fotos porque a visita foi muito rápida e ele tinha compromisso em uma escola e depois na TV. No mesmo dia, uma senhora ligou indignada, e com razão, por algum erro não foi entregue um produto infantil que ela havia comprado e o seu netinho estava inconsolável, foi prometida a entrega e o garotinho ficou esperando em vão pelo Procurando Nemo. Pedi a avó para falar com o meni-

aos poucos consegui acalmá-lo, falamos basicamente de desenho animado, foi uma conversa monossilábica no início, até ele confiar em mim o suficiente para ter certeza de que receberia o Nemo, quando já estávamos "amigos", perguntei a ele: sabe quem esteve aqui hoje? O Bicho-Papão. Pude adivinhar seus olhinhos brilhando, arregalados. Jura? Indagou ele. Você é amiga do Bicho-Papão? Respondi que era namorada dele. Acho que o garoto ficou mais feliz com essa revelação do que em receber o tão esperado Nemo, repetia sem parar: "Que legal, que legal".

Conseguimos fazer a entrega em tempo recorde, contei com a ajuda preciosa de uma colega, a Gabi, enquanto eu tranquilizava o garoto, e ela tomava medidas emergenciais. No outro dia, a avó ligou agradecendo e me disse que o seu netinho tinha contado para o pai, para a professora e colegas da escolinha que a namorada do Bicho-Papão havia mandado o Procurando Nemo para ele.

O Bicho-Papão, da campanha da RBS, desperta em nós nossos melhores sentimentos, a doçura, a ternura, a solidariedade e nos devolve a inocência, nos devolve o encanto e a surpresa, a criança que fomos. Só de olhar para aquele sorriso dá vontade de sair distribuindo beijinhos, de pôr o coração nas mãos e dá-lo a quem quiser e a quem não quiser também (um dia pode precisar).

Que me perdoem as celebridades fabricadas, seus bumbuns avantajados, seus seios silikonados, seus abdomens de tanque, seus músculos definidos, suas letras infames de música, seus livros de auto-ajuda menosprezando a inteligência das pessoas, seus... sei lá mais o quê. Que me perdoem o Brad Pitt e o Mel Gibson (meus preferidos sob o olhar do desejo), mas o Bicho-Papão prova que beleza vai além da simetria dos traços, que celebridade (bela ou feia) é tão-somente aquele que de alguma forma é capaz de nos tornar melhores como seres humanos.

O Bicho-Papão ajuda e ensina a amar, cuidar e proteger nossas crianças, isso com certeza o faz célebre, e lindo, lindo por dentro, como devemos ser.

* Universitária

Você é amiga do Bicho-Papão? Respondi que era namorada dele

IOTTI

iotti@zerohora.com.br



Ana Amélia Lemos
ana.amelia@rbs.com.br

BRASÍLIA

Mercosul e Alca

Mais Alca e menos Mercosul é a ousada proposta do ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola, que não concorda com a prioridade da política externa para o Cone Sul, pela falta de boas perspectivas para o crescimento. Com economias concorrentes e não complementares, as crises se sucederão na relação comercial entre Brasil e Argentina, os dois maiores sócios do bloco. Mais acordos bilaterais e multilaterais e menos insistência com a experiência de integração regional, que tem futuro incerto, pensa o economista do alto de sua experiência como consultor solicitadíssimo. O governo Lula tem uma barreira ideológica frente à Alca. Se os democratas vencerem as eleições nos Estados Unidos, talvez os preconceitos sejam eliminados e as negociações na Alca fluam melhor.

MEIO AMBIENTE

A deputada Yeda Crusius (PSDB, foto) ajudou na solução de uma pendência na área ambiental, para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Pai Querê, no Rio Pelotas, na divisa entre RS e SC. Os secretários Adilson Troca e Sérgio Godinho se comprometeram com o Ibama em criar um corredor ecológico para a preservação ambiental na área.



MEIO AMBIENTE (2)

O presidente do Ibama, Marcus Barros, disse que levaria a proposta à discussão com os ministros Marina Silva, Dilma Rousseff e José Dirceu. O secretário gaúcho Adilson Troca deu ênfase à importância da obra na geração de energia, empregos e impostos com a usina, que terá investimento de US\$ 270 milhões e será implantada por um consórcio de empresas.

AGRONEGÓCIO

O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, estará em Porto Alegre dia 21 para falar na abertura do 1º Seminário Brasileiro de Marketing no Agronegócio, promovido pelo Instituto Universal de Marketing em Agribusiness. O encontro será na Associação Leopoldina Juvenil.

COMEMORAÇÃO

O aniversário da ex-ministra Emília Fernandes, amanhã, será comemorado hoje à noite num dos bares badalados de Brasília. A festa foi organizada pela jornalista Laura Fernandes, filha da aniversariante.

FONTE

O governador Germano Rigotto, na passagem por Brasília, foi solidadíssimo para falar sobre a crise com a Argentina para os mais importantes veículos nacionais. O prestígio não é só com a imprensa nacional. As audiências com Dilma Rousseff e José Dirceu, que deveriam ser de 20 minutos cada, acabaram consumindo mais do que o dobro do tempo. Aliás, o poder não mudou o comportamento de Germano Rigotto nas relações com a imprensa em Brasília.

TRADIÇÃO

O presidente da Confederação Brasileira do Tradicionalismo Gaúcho, Celso Souza Soares, disse que foi um sucesso a 5ª Convenção Tradicionalista realizada em Diadema (SP), organizada pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho de SP, liderado por José Carlos de Oliveira. O encontro foi no Centro de Tradições Gaúchas Meu Pago, cujo patrão é Moacir Barbosa Fagundes.